

MESTRADO

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A religiosidade dos portugueses na Grande Guerra Luís Miguel Silva

M

2018



Luís Miguel Carvalho da Silva

**A religiosidade dos portugueses
na Grande Guerra**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pelo Professor Doutor Gaspar Martins Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Julho de 2018

A religiosidade dos portugueses na Grande Guerra

Luís Miguel Silva

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pelo Professor Doutor Gaspar Martins Pereira

Membros do Júri

Professora Doutora Conceição Meireles Pereira
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Gaspar Martins Pereira
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Luís Carlos Amaral
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

*Aos meus pais pelo amor e apoio incondicional
e ao Papa Francisco pela inspiração*

«O quotidiano é o que nos revela mais intimamente»
Michel de Certeau

Agradecimentos

Ao apresentar esta investigação no culminar de cinco anos de vida académica, não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que contribuíram para que tal fosse possível.

À minha mãe, Josefina, ao meu pai, José, e à minha irmã, Ana. Sem o seu apoio e amor nunca teria chegado até aqui. Estou-lhes eternamente grato por todos os sacrifícios que fizeram por mim.

À «malta de história» e ao «pessoal da residência», sem esquecer os amigos da JUF, da Pastoral Universitária Dehoniana, dos Leigos para o Desenvolvimento e do Bairro de Aldoar. Com todos vós apreendi a saborear a alegria.

Ao Professor Gaspar Martins Pereira, o mestre que me orientou durante toda esta investigação. Pelos seus conselhos e exigência que me ajudaram a melhorar o presente estudo, passo após passo, e por me ajudar a encarar o futuro com outros olhos.

Resumo

A Grande Guerra é hoje retratada como um ponto de viragem, o fim de um mundo e o início de outro em crescente aceleração. Foi nosso objetivo compreender este período fulcral da história à luz dos relatos de alguns dos seus protagonistas. Tendo como principal fonte as memórias de guerra, procuramos descortinar nos textos dos combatentes (tanto os que partiram para África como para a Flandres) o impacto da experiência religiosa vivida durante o conflito.

Para tal revelou-se essencial estudar as problemáticas que a questão da memória (enquanto recordação) e das memórias (como género literário) encerram. Dessa reflexão resultou a definição da metodologia adotada.

De seguida, após uma contextualização da «questão religiosa» e em especial do impacto da «guerra religiosa» junto das tropas portuguesas, fomos compreendendo a evolução da religiosidade. Vivida ao início de uma forma envergonhada e marginal, esta realidade foi-se tornando cada vez mais presente e marcante na vida dos indivíduos. Procurámos compreender a fé que emergiu da guerra. Para tal demos relevância às inquietações dos indivíduos e aos sentimentos de presença e ausência de Deus por eles expressos.

Com o objetivo de complementar esta visão da religiosidade esforçámo-nos por compreender o ponto de vista dos descrentes e o modo como estes olharam ao longo do conflito para os crentes e a dimensão religiosa da vida.

Deste modo, observando a fé dos «dois lados da mesma montanha» (crença e descrença), fomos compreendendo a importância da religiosidade vivida pelos combatentes durante o conflito e a mudança de mentalidades que a acompanhou.

Palavras-chave: Grande Guerra, religiosidade, memórias, mentalidades, I República

Abstract

The Great War is today portrayed as a turning point, the end of a world and the beginning of another at an increasing pace. Our goal was to understand this crucial period in history in the light of the stories written by some of its protagonists. Having as its main source the memories of war, we tried to reveal in the texts of the combatants (both those who left for Africa and Flanders) the impact of the religious experience lived during the conflict.

For that reason, it was essential to study the problematic of the issue of memory and of memoirs. This reflection resulted in the definition of the methodology adopted.

Then, after a contextualization of the "religious question" and, especially, of the impact of the "religious war" on the Portuguese troops, we became to understand the evolution of religiosity. Lived, at the beginning, in a shameful and marginal way, this reality became more and more present and significant in their lives. We seek to understand the faith that emerged from the war. For this, we give relevance to the anxieties of the individuals and to the feelings of presence and absence of God, expressed by them.

In order to complement this view of religiosity, we strive to understand the point of view of the unbelievers and the way they have looked throughout the conflict for believers and the religious dimension of life.

Thus, in observing the faith of the "two sides of the same mountain" (belief and disbelief), we understood the importance of the religiosity experienced by the combatants during the conflict, and the change of mentalities that accompanied it.

Keywords: Great War, religiosity, memoirs, mentalities, I Republic

Índice

Introdução	11
1. Guerra e religiosidade: estado da arte e questões de partida	17
1.1. A bibliografia da memória	18
1.2. As Guerras da República	20
1.3. Observando a religiosidade sob várias perspetivas	24
2. A memória e as memórias como fonte de investigação	28
2.1. O «edifício imenso da memória»	28
2.1.1. A memória entre a construção, o imaginário e o esquecimento	28
2.1.2. A fiabilidade da memória	33
2.1.3. A lembrança nas memórias da Grande Guerra	37
2.2. As memórias de Guerra como género literário	41
2.2.1. Sob o olhar do investigador	42
2.2.2. Diferentes tempos de escrita	47
2.2.3. Diversidade de estilos e modelos de análise	48
3. A República e as suas Guerras	52
3.1. A Guerra Religiosa em Portugal	52
3.2. A questão religiosa na Guerra	62
4. A fé em tempos de guerra	71
4.1. A partida: primeiras referências à religiosidade	71
4.2. Espaços e experiências: Cristo e Nossa Senhora na Flandres	74
4.3. Medo, morte e sofrimento	78
4.4. A importância dos capelães e das cerimónias religiosas	83
4.5. Exemplos de uma fé espontânea e individual	87
4.6. O «abandono de Deus» e o seu posterior reaparecimento	91
5. Um percurso pelas periferias	97
5.1. O contributo dos descrentes	97
5.2. Ferreira do Amaral e o seu «afastamento respeitoso da religião»	97
5.3. Pina de Moraes e a velhice do jovem sábio	106
5.4. Entre «buscadores» e «acomodados»	113

6. A Guerra, a fé e a revolução das mentalidades	115
6.1. O percurso da fé	115
6.2. Do diário de um alferes: mais perto de Deus ou da República	117
6.3. A sorte e a indiferença face à nova realidade	121
6.4. O horizonte de uma nova espiritualidade	125
Conclusão	132
Fontes	136
Bibliografia	138
Anexos	141
Fotografias	142
Poemas	147
Memórias de combatentes (excertos)	152

Introdução

A Primeira Guerra Mundial mudou profundamente o mundo. Sobre este facto muito se tem escrito. São muitas as abordagens de carácter económico, político e social que sobre esta temática têm vindo a público. Mais recentemente, alguns investigadores têm optado por apresentar abordagens sobre a guerra numa perspetiva um pouco diferente. Na historiografia nacional sobre esta temática, Isabel Pestana Marques redefiniu os horizontes sobre a compreensão da participação portuguesa ao estudar o dia-a-dia das tropas nos seus mais variados aspetos, entre eles a religiosidade¹. Sobre este ponto, também Maria Lúcia de Brito Moura, ao investigar a presença dos capelães portugueses em campanha e a assistência religiosa por eles prestada nos deu a conhecer de forma mais alargada o impacto da «guerra religiosa» vivida na Primeira República junto dos combatentes que participaram no conflito².

Neste sentido, o estudo que agora apresentamos, sobre a religiosidade dos portugueses na Grande Guerra, em que nos propomos englobar as campanhas africanas e da Flandres, não é completamente inovador. Mas, então, qual será a necessidade de voltar a explorar este tema? O que poderemos procurar saber de novo sobre a experiência religiosa vivida na guerra? Que relevância terá um estudo deste género?

Parece-nos importante destacar dois pontos sobre a escolha deste tema. De facto, nos últimos anos têm surgido variadíssimos estudos sobre a participação portuguesa na Grande Guerra. Curiosamente, e apesar de o tema da religiosidade ser já conhecido da historiografia, poucas são as obras recentes que exploram a importância das experiências religiosas vividas pelos combatentes durante o conflito. Tal evidência não é de estranhar, se tivermos em conta que se trata de um tema específico e que questões relacionadas com a fé são muitas vezes relegadas indiferentemente para um plano secundário no contexto da sociedade europeia atual.

E, se esta marginalização da fé e da vida interior dos combatentes nos chamou à atenção, não menos surpresos ficámos ao nos apercebermos que algumas das fontes mais importantes sobre a experiência portuguesa na guerra têm sido igualmente deixadas para segundo plano em muitos dos trabalhos recentemente desenvolvidos. As memórias de guerra, os diários de campanha ou até as crónicas são, de resto, fontes

¹ MARQUES, Isabel Pestana — *Das Trincheiras com saudade: A vida quotidiana dos portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

² MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres: Com Deus ou sem Deus, eis a Questão*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

de informação preciosas aos olhos de todo o investigador que se proponha conhecer o dia-a-dia dos combatentes e, de forma mais objetiva, o modo como foram vivendo interiormente a experiência da fé.

É certo que ninguém duvidará da relevância deste género de fontes. As investigações apresentadas, por exemplo, recorreram por vezes a elas, mas um pouco esparsamente. Neste ponto é preciso acrescentar uma informação importante e que em boa parte pode justificar esta lacuna do ponto de vista da investigação histórica. A escolha das referidas fontes, pela nossa parte, não foi desprovida de sentido. Em primeiro lugar, porque compreendemos que hoje as possibilidades e vantagens em utilizar essas fontes são maiores do que aquelas que Isabel Pestana Marques e Maria Lúcia de Brito Moura encontraram no tempo em que desenvolveram os seus trabalhos (tenha-se presente que os seus estudos foram pioneiros, no sentido da abordagem escolhida). Mas há também um conjunto de fatores “externos” que em muito contribuiu para o alargamento da base documental do presente estudo. A biblioteca da FLUP e a BPMP possibilitaram-nos o acesso e o estudo de um primeiro conjunto de memórias. Por sua vez, a recente digitalização e publicação online de várias obras relativas à participação portuguesa na Primeira Guerra, levada a cabo pela Biblioteca Nacional, possibilitou-nos alargar o nosso conjunto de fontes com obras até aí de difícil consulta. Mas além destes três contributos fundamentais caiu sobre nós a sorte conjuntural, ou seja, a comemoração do centenário da guerra, a qual contribuiu de igual modo para alargar o nosso conjunto de fontes, dentre elas algumas memórias e vários diários, sem contar com as recentes investigações que trouxe a público.

Neste contexto, faria sentido sermos oportunistas no bom sentido do termo. Até porque a somar-se à vantagem de ter ao alcance um alargado conjunto de fontes existiam outros motivos que nos impeliam a estudar as memórias de guerra (a esmagadora maioria das nossas fontes) e por acréscimo os diários disponíveis e um conjunto de crónicas que achámos por bem juntar. Para além da vantagem de aproximação que estas obras permitem ao investigador relativamente aos episódios narrados, rapidamente nos apercebemos da riqueza de conteúdo em matéria religiosa em algumas delas. Contudo, há que ter em conta uma evidente discrepância entre elas. As obras de Augusto Casimiro, Vicente José da Silva, Pina de Moraes e Ferreira do Amaral (todas elas sobre a experiência de guerra na Flandres, à exceção da última que também aborda a guerra no sul de Angola) constituem o núcleo duro desta investigação. Outro conjunto de fontes, como as de André Brun, Jaime Cortesão (combatentes na Flandres), Pires de Lima, Carlos Selvagem e Eduardo de Faria (combatentes em África), aparecem como fontes indispensáveis, mas apenas sobre determinado tópico ou

subcapítulo. No seu conjunto a esmagadora maioria das fontes, não sendo tão ricas do ponto de vista da religiosidade, aparecem esparsa e pontualmente.

Torna-se assim evidente que em termos de representatividade as fontes da Flandres ocupam o plano principal. Do mesmo modo, embora tenha sido nossa intenção representar a religiosidade vivida por todos os grupos de combatentes, também neste ponto são os oficiais, por razões evidentes de alfabetização, os principais protagonistas ou então os nossos interlocutores para com os soldados. Foi através deles (embora tenhamos estudado as memórias de soldados como Pedro de Freitas e Lapas de Gusmão) que compreendemos em grande medida a fé e as vivências religiosas proporcionadas pela guerra.

Mas que religiosidade é essa a que procuramos nas memórias, diários e crônicas de guerra? A fé que aqui se procura estudar é a fé e a crença de raiz católica. Sabemos da existência de outras confissões religiosas dentro do CEP, nomeadamente a evangélica e judaica, como o pode comprovar o espólio de Barros Basto. No entanto, não nos foi possível aceder, por exemplo às memórias deste combatente judeu, e mesmo sobre os combatentes evangélicos poucas informações pudemos reunir. Neste sentido, optámos por orientar a nossa investigação para a análise das fontes mais abundantes com o predomínio da religiosidade cristã de índole católica, procurando estudá-la como religiosidade popular mas também como sensibilidade face ao divino.

Deste modo, as fontes escolhidas possibilitaram-nos uma nova perspetiva da religiosidade na Grande Guerra. Uma perspetiva não assente nos capelães, como elaborou Maria Lúcia de Brito Moura, mas tendo como foco os testemunhos dos combatentes. Propomos, por isso, uma religiosidade vista pela retina dos militares, sejam eles soldados ou oficiais, tenham eles estado na linha da frente ou na retaguarda. É através do seu olhar, moldado pela memória, que procuramos destacar os fenómenos da fé e é através dos sentimentos expressos nos textos por eles escritos que assentamos parte da reflexão sobre a importância da fé vivida na guerra.

É claro que esta perspetiva teve de enfrentar inúmeras dificuldades. Desde logo porque, se as fontes escolhidas nos revelam inúmeras vantagens, escondem igualmente vários problemas. Sobre este ponto dedicámos todo um capítulo onde nos parece terem ficado esclarecidas não apenas as vantagens mas também as dificuldades que estas fontes nos impõem, e onde, aliás, procuramos achar respostas para as ultrapassar. As memórias, os diários e as crônicas possibilitaram-nos colher testemunhos fundamentais sobre os fenómenos religiosos, compreender a importância que estes foram assumindo na vida dos indivíduos e, por último, em alguns casos, traçar o caminho religioso percorrido por alguns autores. Um caminho duro e sinuoso em que

vários deles parecem ter sentido ora a companhia de um Deus presente que caminhava a seu lado ora o sentimento do seu abandono.

Porém, antes de termos chegado a estas conclusões, revelou-se-nos fundamental construir uma base bibliográfica e metodológica sólida. A primeira parte desta dissertação foi elaborada neste sentido. Começando por refletir sobre a memória e as memórias como género literário, achámos conveniente explorar questões como a sua construção e o esquecimento que ela implica.

Feita esta primeira abordagem às fontes de investigação, revelou-se-nos essencial perceber as principais linhas que marcaram a «questão religiosa» em Portugal durante o regime republicano. Alimentada ao longo da Monarquia Constitucional e agudizada com a implantação da República, a «guerra religiosa» entre a Igreja e o Estado marcou decididamente os primeiros tempos da participação portuguesa na Grande Guerra, condicionando e inibindo muitos daqueles que nela participaram e que desejavam praticar o seu culto religioso. Este facto encontra-se identificado não apenas na bibliografia específica mas também nas memórias, contribuindo, desde logo, para nos alertar para a necessidade de olhar para a experiência religiosa vivida durante a guerra, dando devido destaque ao ponto de vista dos descrentes sobre esta matéria.

Complementado esse conhecimento das fontes com um estudo sobre a questão religiosa e a sua influência nas tropas que partiram para a guerra, achámos suficientemente sólidos os alicerces desta investigação sobre os quais construímos a nossa reflexão sobre a religiosidade.

Contudo, como em toda a construção, embora a base seja um ponto fulcral, à medida que avançámos, novos e sucessivos problemas se nos foram deparando. Na verdade, a reflexão anterior sobre o conceito de memória e tudo o que ele implica alertou-nos para a complexidade de uma abordagem cujo objetivo seria «entrar» na vida íntima dos autores. Rapidamente nos apercebemos do grau de complexidade que uma abordagem fonte a fonte nos exigiria e da impossibilidade de a levar a cabo em todas as fontes. Na verdade, não estávamos perante um todo uniforme e linear, antes pelo contrário. Cada fonte revelou-nos um mundo particular, com as suas próprias dimensões e com o seu próprio relevo emocional. Em algumas tornou-se possível descer a uma profundidade – leia-se intimidade – capaz de nos fazer compreender a importância de determinadas experiências (não apenas as religiosas) vividas pelos indivíduos durante a guerra. Esta abordagem tornou-se possível sobretudo em fontes próximas do diário. Porém, muitas outras houve onde tal objetivo não foi possível concretizar. Fontes como as memórias escritas numa fase madura da vida apresentam-nos a este respeito um relevo plano e uma linha condutora construída ao longo do tempo. A sua vantagem

reside em mostrar ao investigador a marca de uma experiência longínqua que perdurou, dando um certo «aroma» temporal à história de vida do protagonista.

Mas, se, no plano da metodologia, à medida que nos fomos deparando com novos e sucessivos problemas, conseguimos ser capazes de encontrar soluções que nos possibilitaram avançar, não pudemos, contudo, passar indiferentes à questão fundamental que acompanha um estudo sobre a experiência religiosa. Como estudar uma dimensão tão pessoal, tão íntima e especial, por definição irracional, que por vezes adquire um sentido e um protagonismo próprio em cada indivíduo? Como lembra Bernard Lecomte: «Podemos sempre relatar as expressões, os sinais, os sintomas, os testemunhos de uma fé prenhe, mas como ir às fontes dessa inspiração?»³. Como penetrar no íntimo de um combatente? A particularidade do tema merecia, por isso, uma reflexão empenhada. Por mais meticulosa que fosse a investigação dificilmente chegaríamos a compreender a problemática central aqui apresentada almejando obter uma resposta sólida com base numa abordagem histórica clássica. Neste sentido, tentámos compreender a religiosidade a partir da apresentação dos testemunhos recolhidos sobre o tema, seguindo-se a reflexão que achámos pertinente.

A presente investigação seguiu assim o seu curso, composta pelos mais diversos fragmentos textuais arrumados por temas como a religiosidade dos crentes e a religiosidade vista e memorializada pelos descrentes, foi-se construindo formando um pequeno todo cujo núcleo da reflexão feita sobre a fé vivida na guerra não deixou de englobar o ponto de vista contrário, o da descrença, a outra face da mesma moeda.

Foi nosso objetivo elaborar uma reflexão abrangente no sentido em que começámos por tentar compreender as raízes do problema da religiosidade nos primeiros tempos da Flandres, observando os «dois lados da mesma montanha», a influência da Igreja e do Estado nestas matérias, o ponto de vista dos crentes e não crentes, mas também a dimensão conflituosa que muitas vezes a questão da fé e da descrença gera no «interior» de cada pessoa. Uma dimensão multifacetada, uma vez que, ao mesmo tempo, procurámos apresentar uma fé vivida nas mais variadas formas e a diferentes níveis de profundidade, com os mais diversos ritmos e melodias, onde a dimensão do silêncio e o sentimento de ausência de Deus adquiriu um significado importante na trajetória religiosa dos combatentes.

Neste sentido, devemos esclarecer, não foram apenas as respostas que encontrámos para as problemáticas apresentadas o único fator importante. Diremos, antes, que a chave do mecanismo que fez progredir este estudo no sentido que

³ LECONT, Bernard — *João Paulo II: A Tão Esperada Biografia do Último «Gigante» da Nossa Época*. Porto: Âmbar, 2003, p 12.

posteriormente veio a ganhar forma residu tanto nos testemunhos que aos poucos foram sendo recolhidos e coligidos como nas novas e sucessivas perguntas que nos foram aparecendo e que fomos capazes de formular ao longo da investigação.

Paralelamente às problemáticas e aos testemunhos incorporados que lhes foram dando corpo e consistência, as nossas principais guias durante o trajeto investigativo foram, por vezes, essas «grandes perguntas», muitas vezes de carácter existencial que os combatentes iam colocando a si mesmos, que nos permitiram avançar pelos «pequenos caminhos» singulares da vida religiosa de cada indivíduo. Sem elas o percurso teria sido necessariamente diferente, mais pobre certamente. Apontaram-nos novas possibilidades, indispensáveis para alargar a nossa compreensão sobre a importância das «zonas cinzentas» ou, se quisermos, do espaço vazio do que fica por dizer, sobre o qual pouco ou nada sabíamos.

Essas questões aparentemente secundárias, juntamente com os testemunhos selecionados e posteriormente refletidos, foram as responsáveis por delinear e dar rosto à investigação. Através desta via pudemos analisar a vivência religiosa no sentido ascendente, ou seja, na medida em que os homens se aproximaram da divindade, mas também no sentido descendente, explorando o sentimento de abandono de Deus vivenciado por alguns crentes e o conseqüente afastamento da divindade em alguns dos casos. E, se isto foi possível para os crentes, tentámos levar a cabo algo semelhante ao abordar as obras de alguns descrentes ou indiferentes em matéria religiosa.

O resultado da metodologia adotada e da estratégia de interpretação aplicada foi-se tornando visível ao longo do estudo, cabendo a cada capítulo a reflexão e a tentativa de encontrar uma ou mais respostas para a problemática nele apresentada. Nesta dialética procurámos levar a bom porto a presente investigação, contribuindo para um maior esclarecimento não só sobre a fé vivida pelas tropas portuguesas na Grande Guerra mas também sobre a evolução das mentalidades que o conflito representou para muitos dos militares intervenientes.

1. Guerra e religiosidade: estado da arte e questões de partida

O tema da religiosidade na guerra enquanto problemática de investigação não é novo para a historiografia portuguesa. Sobre ele Isabel Pestana Marques⁴ apresentou algumas conclusões fundamentais para compreendermos a experiência religiosa dos militares portugueses na Grande Guerra. Mas foi, contudo, o estudo de Maria Lúcia de Brito Moura⁵, dedicado sobretudo à participação do grupo de capelães portugueses na guerra e à assistência religiosa em campanha que mais contribuiu para alargar o conhecimento historiográfico sobre esta matéria.

As investigações destas duas autoras foram assim as traves mestras que nos orientaram de início, permitindo-nos compreender a importância da dimensão religiosa no conjunto da experiências da Guerra e do muito que ainda falta explorar. Neste sentido, não sendo novo o tema escolhido, esforçamo-nos por ser inovadores na abordagem que sobre ele fizemos e nas problemáticas que apresentamos.

A primeira delas reside no facto de termos escolhido as memórias da Grande Guerra como fonte de Investigação. Porquê as memórias? Como analisá-las à luz da religiosidade e quais os principais problemas? E, se esta primeira questão se debruça sobre a particularidade das fontes, na segunda, elaborada de forma a apresentar a problemática religiosa no contexto do seu tempo, tentamos refletir sobre a evolução do livre-pensamento e a degradação da tradição religiosa no Portugal do início do século XX e qual o impacto nas tropas portuguesas.

Feita esta introdução às fontes e ao tema propriamente dito, orientaremos os nossos esforços no sentido de explorar a questão que constitui o cerne da nossa investigação: como compreender os fenómenos e experiências religiosas que a guerra de África e da Flandres proporcionaram? Quais as suas características e a sua importância na vida dos combatentes?

Mas, se até aqui o nosso foco foi tentar perceber a fé experienciada pelos crentes, na questão que se segue o objetivo consistiu em compreender a dimensão religiosa à luz da descrença. Isto é, tentamos compreender a fé sob o ponto de vista daqueles para quem a religiosidade era pouco relevante.

⁴ MARQUES, Isabel Pestana — “1914-1918. ‘Comportamentos de Guerra’” in *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 5. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, p. 99-135.

⁵ MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres: Com Deus ou sem Deus, eis a Questão*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

Já na quinta e última questão esforçamo-nos por evidenciar as implicações diretas ou indiretas provocadas pelas experiências de fé vividas pelos portugueses na Grande Guerra.

Cada uma destas questões é apresentada de seguida, tendo em conta o estado da arte, com as indispensáveis referências à bibliografia e ao contributo que nessas obras encontramos.

1.1. A bibliografia da memória

A questão da memória apresenta-se no presente estudo sob as mais variadas faces. Muitos são os problemas que ela levanta no campo da neurologia, da filosofia, da literatura e da história. Este tema, que só por si se revela como um admirável universo em constante reconfiguração, pela amplitude e profundidade das questões que apresenta, é simultaneamente imenso e concreto, apresentando-se como sendo praticamente irresumível. Queremos com isto dizer que a memória levanta tantas questões que todo aquele que sobre ela se refere deve ter consciência de que aquilo que destaca nada mais é do que uma pobre síntese. Entenda-se, pois, deste modo o que tentamos levar a cabo ao longo desse primeiro capítulo dedicado à memória.

Para tal, a obra *Memória, História e Historiografia*, de Fernando Catroga⁶, apresentou-se-nos como a síntese mais coesa e clarividente sobre o tema da memória enquanto objeto da história, ajudando-nos assim a adquirir um primeiro entendimento sobre esta problemática de onde retivemos referências importantes, como o conceito de recordação e esquecimento, memória e alteridade ou ainda a dimensão seletiva da memória como construção do passado.

Estas primeiras referências à memória permitiram-nos começar a traçar o percurso refletivo que no capítulo sobre este tema damos a conhecer. Contudo, foi uma obra mais extensa a que nos permitiu aprofundar esta temática. Neste sentido, *A Memória, a História e o Esquecimento*, de Paul Ricoeur⁷, revelou-se-nos fundamental na medida em que nos mostrou as questões já abordadas por Catroga, mas desta vez alargando o nosso conhecimento sobre a matéria ao introduzir temas de forma mais concludente, como o da influência da imaginação, a memória exercida como uso e abuso, bem como a conceção da memória enquanto exercida individualmente ou em conjunto. Sobre esta visão do conjunto ou, melhor dizendo, sobre a dimensão coletiva

⁶ CATROGA, Fernando — *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

⁷ RICOEUR, Paul — *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

da memória achamos por bem consultar a obra *A Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs⁸, por ser o autor que melhor trabalhou esta dimensão.

A estas considerações Paul Ricoeur acrescenta reflexões indispensáveis para todo aquele que almeja usar o documento memorialístico como fonte de investigação, dando a conhecer a importância de se ter em conta o tempo histórico, o testemunho em si, inserido num todo mais vasto (a importância de cruzar informações), e a prova documental enquanto tal.

Resta-nos referir ainda duas outras obras que achamos importante destacar por nos terem ajudado a esclarecer aspetos fundamentais como a falibilidade da memória e a sua fiabilidade, como foi o caso do livro de Oliver Sacks, *O Rio da Consciência*⁹, mas também *Viagens na Terra das Palavras*¹⁰, de Paula Morão, no campo da literatura, um contributo indispensável para a definição de memória como conceito literário e a distinção face a outros géneros como o diário e a crónica.

Se esta foi a bibliografia essencial que nos guiou ao longo do primeiro capítulo dedicado à problemática da memória e das memórias enquanto fontes de investigação, fomos do mesmo modo influenciados por outras leituras que inesperadamente nos alargaram o horizonte sobre o tema da recordação e sobre o modo como devemos olhar para as fontes.

Neste sentido, não podemos deixar de referir a obra *Memórias da Escola Primária Portuguesa*¹¹, onde o escritor Augusto José Monteiro nos apresenta a sua definição de memória. Do mesmo modo, António Bagão Félix, no conto *O Salto*¹², apresenta-nos a recordação como sendo uma prisão necessária que «existe tanto mais quanto insistimos no seu viver»¹³. Também em *A Ponte sobre o Drina*, de Ivo Andrić¹⁴, encontramos um ensinamento sobre a memória magnificamente escrito, em que se nos tornou evidente como as memórias são reconstruções individuais e coletivas do passado. Foram de resto as palavras do narrador que nos serviram de apoio quando a dada altura do referido capítulo nos dedicámos a refletir sobre a memória coletiva.

⁸ HALBWACHS, Maurice — *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

⁹ SACKS, Oliver — *O Rio da Consciência*. Lisboa: Relógio D'Água, 2017.

¹⁰ MORÃO, Paula — “Memórias e géneros literários afins: algumas precisões teóricas”. In MORÃO, Paula — *Viagens na terra das palavras: Ensaios sobre Literatura Portuguesa*. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 17-25.

¹¹ PEREIRA, Sara Marques — *Memórias da Escola Primária Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

¹² FÉLIX, António Bagão — *O cacto e a rosa*. Lisboa: Sextante Editora, 2008, p. 57-63.

¹³ FÉLIX, António Bagão — *O cacto e a rosa*, p. 58.

¹⁴ ANDRIĆ, Ivo — *A Ponte sobre o Drina*. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2007, p. 83.

Assim sendo, várias obras contribuíram indiretamente para nos ajudar a formar uma reflexão mais alargada sobre a recordação. Do mesmo modo, muitas outras exerceram a sua influência aquando do estudo das memórias enquanto género literário e do modo como, enquanto investigadores, devemos observar as fontes.

Em *As artes do sentido*¹⁵, percebemos a importância de nos empenharmos em ler bem, ou seja, em ler e voltar a reler alguns dos testemunhos escritos pelos memorialistas. No mesmo sentido nos aponta o médico João Lobo Antunes ao colocar a questão: «quantas leituras tem um livro olhado pelo mesmo olhar a diferentes horas de nós mesmos?»¹⁶. Leríamos hoje com os mesmos olhos as memórias? Da sua obra retiramos igualmente o conselho de olhar para as fontes «caso a caso», tentando «apreciar mais a porção silenciosa da narrativa»¹⁷.

Sem estas recomendações, provavelmente olharíamos para as memórias «como o turista desatento que “anota/mas não vê”»¹⁸. Dificilmente olharíamos para elas como um «grande laboratório de observação do humano», em que a escrita é muitas vezes um instrumento incapaz de descrever as experiências mais profundas. Experiências para as quais o investigador deve apurar o olhar aprendendo a prestar atenção aquilo em que algumas obras – as escritas logo a seguir ao conflito e os diários – é possível identificar como existindo algo que a dada altura começou a «germinar, num lento e invisível (inaudível) processo de gestação».

1.2. As Guerras da República

Se no primeiro capítulo exploramos a memória e as memórias (enquanto género literário) como fontes de investigação, no segundo procuramos responder à problemática sobre a questão religiosa em Portugal, tentando identificar de que forma esta se fez presente no dia-a-dia das tropas portuguesas. Para tal começamos por contextualizar as duas guerras que dilaceraram a República: a «guerra religiosa» e a mundial. Achamos conveniente expor a bibliografia consultada em três grupos complementares. Um primeiro onde damos a conhecer o contributo das obras relativas à problemática da questão religiosa na Primeira República, ou seja, que se debruça sobre o antagonismo entre o Estado e a Igreja e sobre as consequências desse confronto a nível social. Um segundo grupo dedicado à bibliografia sobre a Primeira

¹⁵ STEINER, George — *As Artes do Sentido*. Lisboa: Relógio de Água, 2017, p. 37.

¹⁶ ANTUNES, João Lobo — *Ouvir com outros olhos*. Lisboa: Gradiva, 2016, p. 31.

¹⁷ ANTUNES, João Lobo — *Ouvir com outros olhos*, p. 26.

¹⁸ MENDONÇA, José Tolentino — *Que coisas são as nuvens*. Paço de Arcos: Impressa Publishing, 2015, p 13.

Guerra Mundial, em particular sobre a participação portuguesa no conflito. E, por último, no terceiro grupo, destacaremos o contributo das obras que cruzam esses dois mundos, ou seja, das investigações que tratam a religiosidade na guerra.

Começemos pelo primeiro. Para melhor compreendermos a questão religiosa na Primeira República é essencial conhecer a sua história. Para tal, consideramos prioritária a consulta da obra de Vitor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*¹⁹. Embora este estudo não se dedique a explorar a questão no período cronológico por nós pretendido, fornece-nos a base sobre a qual podemos partir para uma melhor compreensão do tema. Para além disso, esta obra ajuda-nos a compreender alguns movimentos importantes, como o papel das ideologias, a emergência do anticlericalismo e a crescente intervenção do Partido Republicano nestas matérias.

Mas também outros autores exploraram estas questões. O clássico artigo de Fernando Catroga²⁰ é ainda hoje um texto basilar sobre a temática do laicismo. Nele o autor aborda a questão religiosa e em particular o militantismo laicista não apenas como uma força anticlerical tradicional, mas como uma realidade reconfigurada pelo novo universo positivista dos finais do século XIX de onde emerge um novo laicismo. Foi precisamente dessa conjuntura que nasceu o «livre-pensamento» tão presente nas leis da República. De igual modo o livro de Luís Machado de Abreu²¹ e o artigo de José Carvalho²² são referências importantes para quem pretende conhecer a dimensão anticlerical de alguns setores da sociedade portuguesa. O primeiro, sendo um estudo alargado, tenta perspetivar a questão num espaço temporal bastante mais vasto explorando a aliança entre o «trono e o altar» desde os tempos do absolutismo. Já no segundo, um pequeno artigo, encontramos uma boa síntese sobre a questão do anticlericalismo e anticatolicismo, sendo o contributo importante na medida em que nos ajuda a perspetivar a «questão religiosa» através das suas traves mestras.

¹⁹ NETO, Vítor Manuel Pereira — *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1996, p. 89.

²⁰ CATROGA, Fernando — “O laicismo e a questão religiosa em Portugal”. *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, p. 211-273.

²¹ ABREU, Luís Machado de (dir.) — *Anticlericalismo português: história e discurso*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002.

²² CARVALHO, José — “Anticlericalismo/anticatolicismo e clericalismo/catolicismo em Portugal nas vésperas da I República (1881-1910) – breve panorâmica histórica”. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, nº 20, 2017, p 283-311.

Exposta esta primeira base bibliográfica, cabe-nos agora referir as obras sobre a questão religiosa na Primeira República. Ainda que o *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*²³ tenha sido objeto de consulta, sobretudo para aprofundar temas como o da Lei da Separação do Estado das Igrejas, foram as obras *A «Guerra Religiosa» na I República*, de Maria Lúcia de Brito Moura²⁴, e *A Separação do Estado e da Igreja Concórdia e Conflito entre a Primeira República e o Catolicismo 5 de Outubro de 1910 – 28 de Maio de 1926*, de Luís Salgado de Matos²⁵, que nos puseram a par da dimensão exacerbada da questão religiosa durante esse período.

Com a primeira obra ficamos a conhecer com detalhe as consequências que as novas leis tiveram sobre a Igreja e os seus devotos, tocando em assuntos como o poder das altas estruturas eclesiais, nas congregações, no baixo clero e em vários pontos relacionados com o culto religioso. Enquanto esta obra explora mais o impacto das medidas republicanas na instituição eclesial e a resposta dos crentes organizados, a de Luís Salgado de Matos acaba por aprofundar a questão religiosa no sentido em que esta terá ultrapassado tanto as estruturas eclesiais como o poder político obrigando ambos a adaptarem-se. Neste sentido, a segunda obra apresentada não revela um vencedor e um vencido, antes dá a conhecer como a questão religiosa transformou os intervenientes (Estado e Igreja), obrigando-os por vezes a ceder e a cooperar como aquando da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

Quanto ao segundo grupo bibliográfico, para além dos livros de carácter geral, como os de Max Hastings²⁶ e John Keegan²⁷, existe um conjunto de obras, sobretudo sobre a participação portuguesa na guerra, que merece destaque. São elas *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*²⁸, uma obra que insere a participação portuguesa no conjunto do conflito. Ou ainda o artigo de Nuno Severino Teixeira “Portugal e a Grande

²³ NETO, Vítor – “Lei da Separação do Estado das Igrejas”. In ROLLO, Maria Fernanda (org.) – *Dicionário de história da I República e do republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2014, p. 630-639.

²⁴ MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» na I República*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2010.

²⁵ MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja Concórdia e Conflito entre a Primeira República e o Catolicismo 5 de Outubro de 1910 – 28 de Maio de 1926*. Alfragide: D. Quixote, 2010.

²⁶ HASTINGS, Max — *Catástrofe 1914: A Europa vai à Guerra*. Vogais, 2014.

²⁷ KEEGAN, John — *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Porto Editora, 2014.

²⁸ ANICETO, Afonso GOMES, Carlos de Matos — *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

Guerra”²⁹ inserido na *Nova História Militar de Portugal*, que nos ajuda a compreender as principais razões que levaram o país ao conflito.

Se esta bibliografia pretende contextualizar a entrada de Portugal na Guerra, ao consultarmos outras como *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa Angola e Moçambique (1914-1918)*, de Marco Fortunato³⁰, *Os Fantasmias do Rovuma*, de Ricardo Rodrigues³¹, e *A Guerra que Portugal Quis Esquecer*, de Manuel Carvalho³², ficamos com três perspectivas interessantes sobre a participação portuguesa em África.

Sobre a Flandres torna-se incontornável a obra *Das Trincheiras com Saudade a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, de Isabel Pestana Marques³³, que, como o próprio título indica, nos apresenta uma perspectiva focada no dia-a-dia das tropas, explorando alguns aspetos como, por exemplo, a religiosidade. Ou ainda a mais recente obra de Filipe Ribeiro de Meneses *De Lisboa a La Lys O Corpo Expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial*³⁴, onde o autor explora as causas e as consequências do desastre sofrido em La Lys.

Passando para o terceiro grupo bibliográfico, gostaríamos de referir as obras que cruzam os mundos da problemática religiosa e da guerra. Neste ponto, embora Isabel Pestana Marques tenha dado um contributo significativo ao apontar algumas linhas da vivência religiosa experimentada nas trincheiras³⁵, é no estudo que Maria Lúcia de Brito Moura³⁶ dedica à questão da assistência religiosa em campanha, isto é, ao envio de capelães para a guerra, que encontramos a principal referência sobre o tema da religiosidade na Grande Guerra. Para além das referências à vivência religiosa coletiva

²⁹ TEIXEIRA, Nuno Severiano — “Portugal e a Grande Guerra” in *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 4. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, p. 14-34.

³⁰ ARRIFES, Marco Fortunato — *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos Instituto da Defesa Nacional, 2004.

³¹ MARQUES, Ricardo — *Os Fantasmias do Rovuma: A epopeia dos soldados portugueses em África na I Guerra Mundial*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.

³² CARVALHO, Manuel — *A Guerra que Portugal quis esquecer: o desastre do exército Português em Moçambique na Primeira Guerra Mundial*. Porto: Porto Editora, 2015.

³³ MARQUES, Isabel Pestana — *Das Trincheiras com saudade: A vida quotidiana dos portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

³⁴ MENESES, Filipe Ribeiro de — *De Lisboa a La Lys O corpo expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial*. Alfragide: Dom Quixote, 2018.

³⁵ MARQUES, Isabel Pestana — “1914-1918. ‘Comportamentos de Guerra’” in *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 5. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, p. 99-135.

³⁶ MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres: Com Deus ou sem Deus, eis a Questão*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

experimentada pelas tropas e proporcionada pelos sacerdotes, esta obra proporcionou-nos uma nova perspetiva sobre o tema. Ao centrar a investigação nos capelães e nas dificuldades que estes tiveram de ultrapassar ao longo da guerra, parece-nos ter deixado a descoberto uma «zona cinzenta» ainda com muito por explorar, a da vivência religiosa das tropas. Neste sentido, a obra de Maria Lúcia de Brito Moura abriu-nos os olhos para a possibilidade de compreender a questão religiosa na guerra sob uma nova perspetiva assente no ponto de vista dos militares e no modo como estes viveram a fé durante o conflito.

1.3. Observando a religiosidade sob várias perspetivas

Embora a terceira problemática sobre a experiência religiosa na guerra encontre os seus fundamentos nos dados fornecidos pelas fontes de informação, também aqui a obra de Maria Lúcia de Brito Moura se mostrou pertinente, pelas características anteriormente apontadas. No entanto, a orientação seguida neste capítulo e a forma como ele acabou por ser elaborado deveu-se muito ao contributo de outras obras, sobretudo de carácter teológico.

Neste sentido, devemos apontar a influência que pensadores como Tolentino Mendonça e Tomáš Halík exerceram não apenas ao longo da resposta a esta problemática mas ao longo de toda a investigação. *O pequeno caminho das grandes perguntas* ajudou-nos a apurar o olhar sobre os pequenos indícios da fé nos mais diversos aspetos da vida quotidiana, pois, como o autor indica, «a fé é um mover-se através da penumbra»³⁷, sendo, por isso, um caminho percorrido não num território cheio de garantias, mas, muitas vezes, pelas terras da incerteza. Deste modo, o pensamento de Tolentino incita-nos a prestar atenção à dimensão que o silêncio ocupa na vida dos indivíduos (neste caso nas memórias) para desse modo compreender aquilo que eventualmente estaria a «germinar num lento processo de gestação» na vida de cada combatente. Esta ideia torna-se concretizável sobretudo nos testemunhos próximos do diário que nos permitem uma proximidade do indivíduo com os acontecimentos e a possibilidade de traçarmos um percurso religioso.

É ao enfatizarmos a importância da fé que emerge no quotidiano dos combatentes que nos deparamos com as «grandes perguntas», isto é, as questões existenciais e as dúvidas que fazem parte da experiência religiosa de muitos combatentes. Aqui a convicção que Halík tem de que Deus se aproxima dos homens

³⁷ MENDONÇA, José Tolentino — *O pequeno caminho das grandes perguntas*. Maia: Quetzal Editores, 2017, p. 96.

não como uma resposta mas como uma pergunta, uma possibilidade³⁸, ajudou-nos a compreender o sentimento de abandono de Deus experimentado por muitos combatentes, no sentido em que esses momentos «longe de todos os sóis» fazem parte da experiência crente, sendo indispensável no crescimento e maturidade da própria fé. Para o autor «a fé sem interrogações críticas transformar-se-ia numa ideologia enfadonha e sem vida»³⁹, alertando-nos para o facto de que «a fé se for uma fé viva tem de respirar»⁴⁰, tem os seus dias e as suas noites. Por isso, «ser crente, significa, por vezes, tomar sobre si a cruz da dúvida»⁴¹. Foram estas considerações que nos permitiram compreender a experiência religiosa dos combatentes nas suas mais variadas formas, desde a religiosidade mais supersticiosa à mais profunda, para a qual «a experiência do silêncio diante da morte é um dos lugares inevitáveis de maturação da vida»⁴² e em que as crises de fé aparecem como uma possibilidade de transformação.

Do mesmo modo, também a quarta questão sobre o modo como os descrentes olham para a fé foi influenciada por algumas obras de pensadores de fora da área da historiografia, em especial de teólogos, mas não só. Para começar, a própria elaboração da problemática teve os seus fundamentos em dois textos. Um do médico João Lobo Antunes⁴³, em que o autor escreve sobre a importância da dimensão religiosa e espiritual em muitos dos seus pacientes e onde nos alerta para o facto de esta última não estar necessariamente vinculada apenas aos crentes. Todos os outros (ateus e agnósticos) também podem ter nas suas vidas uma dimensão espiritual relevante. E, se Lobo Antunes nos abriu a perspetiva neste contexto, um outro texto da autoria de Ricardo Araújo Pereira⁴⁴ citado por Tolentino Mendonça veio confirmar a importância de dedicarmos tempo e espaço ao longo desta investigação a tentar compreender a descrença e a indiferença religiosa de alguns autores.

³⁸ HALÍK, Tomáš — *Quero que tu sejas! Podemos acreditar no Deus do Amor?*. Águeda: Paulinas Editora, 2015, p. 27.

³⁹ HALÍK, Tomáš — *Paciência com Deus oportunidade para um encontro*. Águeda: Paulinas Editora, 2014, p. 134.

⁴⁰ HALÍK, Tomáš — *Paciência com Deus oportunidade para um encontro*, p. 283.

⁴¹ HALÍK, Tomáš — *O meu Deus é um Deus ferido*. Águeda: Paulinas Editora, 2015, p. 27.

⁴² ORS, Pablo d' — *A Biografia do silêncio breve ensaio sobre meditação*. Águeda: Paulinas Editora, 2012, p. 151.

⁴³ ANTUNES, João Lobo — *Ouvir com outros olhos*, p. 115.

⁴⁴ MENDONÇA, José Tolentino — *O Hipopótamo de Deus e outros textos*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2010.

Para tal, munimo-nos de um dos mais recentes trabalhos sobre o tema. A obra *O Abandono de Deus*⁴⁵, escrito por dois dos mais eminentes teólogos da atualidade, constituiu um contributo fundamental sobre a matéria na medida, em que procura compreender o fenómeno da indiferença religiosa, indo ao encontro de algumas das questões também colocadas por vários memorialistas, como «onde está Deus?», «para onde se ausentou?». A abordagem dos autores é a de que a crença e a indiferença podem caminhar juntas. Não são duas partes em guerra mas antes «duas vistas da mesma montanha» que têm lugar dentro de cada pessoa. Neste sentido, a obra ajudou-nos a compreender as dúvidas que a dado momento foram surgindo tanto nos crentes como nos descrentes que viveram a guerra. Para além deste contributo, os textos de Halík e Grün tiveram uma influência decisiva não só na compreensão desse mundo paralelo à crença mas também ao incitar-nos a iniciar a nossa reflexão pelo testemunho de Ferreira do Amaral, um combatente que se terá afastado da fé por causa do mau exemplo dum padre.

Foi com base nestes três contributos que procurámos traçar o percurso singular de dois dos mais importantes memorialistas. Olhando a fé sob o seu ponto de vista acabámos por conseguir traçar um caminho feito pelas periferias em matéria religiosa em que se torna também visível como a descrença se foi transformando ao longo da guerra.

Já sobre a quinta e última questão, é natural que, sendo esta baseada nos dados fornecidos pelas fontes, as referências bibliográficas sejam escassas. De facto é o que ocorre na presente investigação. Mas não se conclua que a bibliografia foi totalmente irrelevante. A obra *A noite do Confessor*⁴⁶ serviu-nos de base para a última das conclusões do nosso estudo, na medida em que o autor nos apresenta o pensamento de dois eminentes pensadores franceses, também eles combatentes na Grande Guerra. Achámos por bem propor uma comparação entre o pensamento dos primeiros e os testemunhos dos combatentes portugueses.

E, deste modo, procurámos fundar as bases da presente investigação munindo-nos da bibliografia que achámos mais pertinente para formar uma sólida contextualização sobre as questões de partida E, se nesta primeira parte o recurso a obras de carácter predominantemente histórico foi uma necessidade e um facto, numa segunda fase optámos por escolher formar a nossa base bibliográfica assente

⁴⁵ HALÍK, Tomáš; GRÜN, Anselm — *O abandono de Deus quando a crença e a descrença se abraçam*. Águeda: Paulinas Editora, 2016.

⁴⁶ HALÍK, Tomáš — *A noite do confessor a fé cristã numa era de incerteza*. Águeda: Paulinas Editora, 2013.

maioritariamente em obras de caráter religioso e teológico. Temos, pois, consciência de que se tratou de uma escolha arriscada, provavelmente não tão imparcial quanto o desejável, mas elaborada numa tentativa sincera de abarcar os vários «mundos» e as várias realidades que coabitam com a fé dos homens.

2. A memória e as memórias como fonte de investigação

Como primeira problemática definimos aquela que melhor nos pode ajudar a compreender as fontes de informação. Por isso, ao longo do presente capítulo, procurámos lançar as bases que nos permitiram retirar das memórias da Grande Guerra o maior proveito possível. Para tal, o auxílio da bibliografia revelou-se essencial evidenciando as vantagens que este tipo de fontes trazem para os historiadores, mas também os condicionalismos que o seu uso acarreta.

Achamos conveniente alicerçar a reflexão sobre esta problemática em dois pilares fundamentais. Em primeiro lugar, orientamos o nosso esforço no sentido de tentar compreender o «edifício imenso da memória», isto é, a complexidade e a multiplicidade das questões que a problemática da memória contém, sendo tratados temas como a sua construção, o imaginário que a molda, o esquecimento que esta comporta, bem como os problemas da falibilidade de memórias, que tanto podem ser de origem individual como coletiva.

Procuramos também situar a problemática da memória enquanto género literário apresentando os problemas que as memórias nos colocam e a forma como, explorando as características singulares de cada uma delas, tentamos ultrapassar esses mesmos condicionalismos.

2.1. O «edifício imenso da memória»

2.1.1. A memória entre a construção, o imaginário e o esquecimento

O escritor Augusto José Monteiro, numa contribuição para a obra *Memórias da Escola Primária*, definia memória/recordação da seguinte forma:

As recordações são muitas vezes construídas com base no que se viveu (ou se julga ter vivido). Recordações vistas com os olhos do presente, do hoje. Imagens que por muito fidedignas que sejam, não são a realidade. São apenas uma fala, um discurso sobre essa(s) realidade(s). São outra coisa: representações — criações elaboradas — que configuram, ou criam mesmo, essa(s) realidade(s)... Convém, ainda, não perder de vista que o que calamos e silenciámos é sempre o mais importante “território” das nossas vidas. [...] é difícil fixar fronteiras entre o vivido e o imaginado [pois] a realidade tem estrutura de ficção, a ficção tem estrutura de realidade... [...] Há “paisagens”, “ambientes”, atmosferas por onde a memória se espalha.⁴⁷

⁴⁷ PEREIRA, Sara Marques (cord.) — *Memórias da Escola Primária Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, p. 55.

Esta definição de memória aponta-nos várias direções em simultâneo: criação, imaginário, esquecimento... De que modo a bibliografia sobre o tema nos poderá esclarecer ajudando a esmiuçar as várias dimensões que a compõem? Ao dedicarmos-nos à leitura de obras fundamentais sobre o tema, como *A Memória, a História e o Esquecimento*, de Paul Ricoeur, *A Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs, ou, ainda, *Memória, História e Historiografia*, de Fernando Catroga, facilmente nos apercebemos de estarmos a entrar num universo de proporções indefinidas, tão rico quanto perigoso. Por isso mesmo, tonou-se indispensável olhar e usar os textos destes autores como se de mapas se tratassem. Os percursos por eles traçados são constituídos por problemáticas como a fiabilidade da lembrança, a importância e complementaridade entre recordação individual e coletiva, ou ainda os espaços de ação e de redescoberta da memória.

Mas, se estas são algumas das principais reflexões que as memórias suscitam, outras há, também elas de suma importância, que devem ser referidas. Neste sentido, problemáticas como a da construção de memórias, a influência do imaginário e a sempre presente questão do esquecimento alargam o horizonte de todo aquele que se aventura pelas terras da memória, percorrendo os caminhos que ora se bifurcam ora se cruzam, entrelaçando-se perpetuamente.

Começemos por mencionar os três níveis de memória fundamentados por Joël Candau, que Fernando Catroga destaca: «A *proto memória*, fruto, em boa parte, do *habitus* e da socialização e fonte dos automatismos do agir, a *memória propriamente dita* que enfatiza a recordação e o reconhecimento: e a *metamemória*, conceito que define as representações que o indivíduo faz do que viveu»⁴⁸.

Segundo Catroga, a primeira aceção refere-se a algo de passivo, enquanto as duas últimas significam a procura ativa de recordações. E estas, por sua vez, remetem igualmente para a maneira como cada indivíduo se situa no seu próprio passado e como, explicitamente, constrói a sua identidade e se distingue dos outros. Neste ponto, importa retermo-nos na reflexão que Paul Ricoeur faz sobre a tradição do olhar interior, em que a memória assume três traços de carácter privado. Aparece em primeiro lugar como algo radicalmente singular (as minhas lembranças não são as tuas). Estabelece-se um vínculo original entre a consciência e as memórias do passado. Esse passado é constituído pelas impressões pessoais de cada indivíduo, distribuídas pelos mais diversos arquipélagos que compõem a memória e separados, eventualmente, por abismos. A essa memória, escreve Ricoeur, está vinculado, paradoxalmente, o sentido

⁴⁸ CATROGA, Fernando — *Memória, História e Historiografia*, p. 13.

de orientação na passagem do tempo. Uma orientação que tanto pode ser feita no sentido do passado para o futuro como do futuro para o passado⁴⁹.

Mas a memória que se forma sob o olhar interior não é apenas a memória das imagens, é também a memória do *cogito* e dos sentidos em que a lembrança das coisas e a lembrança de «mim mesmo» coincidem. Aí cada indivíduo encontra-se também a si mesmo, lembra-se de si, do que fez e da impressão que teve ao fazê-lo. É nesta rememoração do tempo que se vai elaborando a identidade de cada pessoa. Uma identidade em que o pessoal e o temporal se fundem na mesma coisa⁵⁰.

É preciso ter em atenção que a memória «não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registo; mas é retenção afetiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo e os seus elos com o esquecimento obrigam a que somente se possa recordar partes que já passou»⁵¹. Assim sendo, devemos compreender que as memórias são moldadas pelos sentidos e pelos sentimentos que se imagina ter vivido no passado. À data dos acontecimentos o olhar foi marcado por toda essa carga, que anos depois poderá continuar a fazer-se sentir nas lembranças, embora de forma diferente. Vemos, assim, que a nossa memória é um planeta repleto de sentidos e sentimentos. Há odores, imagens, sons, que, de vez em quando, nos vêm da memória. «O edifício imenso da memória» está, por isso, repleto de lembranças heterogêneas onde os sentidos e os sentimentos dão cor e aroma à narrativa e à vida.

Ainda no que à memória individual diz respeito, Catroga acrescenta que esta é «formada pela coexistência tensional, e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado e às consequentes alterações ocorridas no campo das representações»⁵². Deste modo, podemos concluir que os dados imediatos da consciência são tecidos por uma pluralidade de memórias e outras que coabitam na memória subjetiva.

Mas voltemos aos três níveis de memória fundamentados por Joël Candau. Se, por um lado, a *memória propriamente dita* e a *metamemória* possuem uma dimensão mais espontânea e individual, a *proto memória* está mais próxima da dimensão coletiva da história.

⁴⁹ RICOEUR, Paul — *A Memória, a História, o Esquecimento*, p. 107-108.

⁵⁰ RICOEUR, Paul — *A Memória, a História, o Esquecimento*, p. 115.

⁵¹ CATROGA, Fernando — *Memória, História e Historiografia*, p. 18.

⁵² CATROGA, Fernando — *Memória, História e Historiografia*, p. 16.

Como Paul Ricoeur refere, «recordar é em si mesmo um ato de alteridade», em que a convocação do passado não se esgota numa evocação em que o eu termina em si mesmo como um outro que já foi. Ricoeur retoma em parte o pensamento de Maurice Halbwachs para quem nós «não nos lembramos sozinhos» e «para se lembrar precisa-se dos outros». O recurso às recordações dos outros é, assim, um mecanismo que contribui para a construção da própria memória, tornando-a num processo relacional e intersubjetivo.

Para Maurice Halbwachs, o autor que melhor explorou a dimensão coletiva da memória, esta envolve as recordações individuais mas não se confunde com elas. Como escreve: «um homem, para evocar o seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros». A memória coletiva é limitada, mas, ainda assim, permite-nos chegar a um passado mais alargado comparativamente com a memória individual. É a memória dos outros, essa recordação emprestada, que amplia o horizonte do passado⁵³.

Essa memória é fortemente influenciada pela sociedade, pelas datas importantes, pelos lugares, fundindo as recordações dos outros com as suas. Não nos devemos esquecer que as lembranças ocorrem em lugares socialmente marcados e que «reconhecemos um amigo num retrato», como escreve Maurice Halbwachs, é recolocarmo-nos no meio em que o vimos⁵⁴.

Para este autor, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e esse ponto de vista muda segundo o lugar que nela cada um ocupa, e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que cada um mantém com outros meios⁵⁵. Neste sentido, a história vivida distingue-se da história escrita, porque tem tudo o que é preciso para construir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode apoiar-se, para conservar e reencontrar a imagem do seu passado. Talvez por isso, Maurice Halbwachs considere a lembrança como sendo «em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada»⁵⁶.

Vemos, assim, como esta faculdade não se limita a evocar o passado. Pelo contrário, ela deseja transformá-lo, de modo a acabar o que ficou inacabado. Uma epistemologia ingénua sobre a recordação causa-nos sérias limitações. Não nos

⁵³ HALBWACHS, Maurice — *A Memória Coletiva*, p. 53 e 54

⁵⁴ RICOEUR, Paul — *A Memória, a História, o Esquecimento*, p. 132.

⁵⁵ RICOEUR, Paul — *A Memória, a História, o Esquecimento*, p. 133.

⁵⁶ HALBWACHS, Maurice — *A Memória Coletiva*, p. 71.

podemos esquecer que a «recordação tende a esquecer-se do esquecimento que ela mesma constrói e é uma espécie de ponta do iceberg que emerge do subconsciente ou inconscientemente recalçado. A memória estará, assim, sempre ameaçada pela amnésia, a qual tem muito de espontâneo»⁵⁷. Mas será que todo o esquecimento é involuntário?

Paul Ricoeur, ao colocar na sua obra a reflexão sobre o esquecimento no mesmo patamar das suas considerações sobre a memória e a história, realça de forma evidente a importância deste problema que continua a ser «o desafio por excelência», a «inquietante ameaça» no que diz respeito à fiabilidade da memória. Por isso mesmo, o autor procura refletir sobre esta problemática a um nível mais profundo, chegando à conclusão de que, em muitos casos, o esquecimento é o fator essencial que permite transformar a recordação do passado numa memória feliz.

Mas Ricoeur vai mais longe. Distingue dois tipos de esquecimento. O esquecimento por «apagamento de rastros» e o «esquecimento de reserva». O primeiro é um esquecimento definitivo, que, passada a memória para o papel, pode muito bem omitir deliberadamente certas recordações. Este tipo de esquecimento constitui um vínculo entre imagem e impressão/escrita. Já quanto ao segundo tipo, diz respeito a todo o esquecimento reversível, isto é, aquele que é passível de ser recuperado.

Alem disso, Ricoeur centra a reflexão no esquecimento manifesto, exercido deliberadamente quando se usa e abusa da memória. É também este um dos temas fulcrais da obra de Fernando Catroga. Para este autor, quanto maior for a dimensão coletiva e histórica da memória, maior será a margem para a sua «invenção» e para o seu uso e abuso. Até porque «a pluralidade dos tempos, tensionalmente unificados na memória, implica cortes na homogeneidade do espaço». Já no campo estritamente subjetivo, verificamos que:

Cada indivíduo, ao recordar a sua própria vida (ou melhor, certos aspetos ou acontecimentos dela), une os instantes numa espécie de linha contínua e finalística. Para que essa convicção funcione, é necessário, contudo, que haja esquecimento. [...] Inferese, assim, que a tarefa última destas liturgias é criar coerência e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto, de fundo metafísico, contra a finitude da existência. O imaginário da memória liga os indivíduos, não só verticalmente, isto é, a grupos ou entidades, mas também a uma vivência horizontal e encadeada do tempo (subjetivo e social), inserindo-os numa “filiação escatológica” garantida pela reprodução

⁵⁷ CATROGA, Fernando — *Memória, História e Historiografia*, p. 23.

(sexual e histórica) das gerações e por um ideal de sobrevivência na memória dos vivos.⁵⁸

Catroga conclui dizendo que «para Paul Ricoeur recordar é não só selecionar e esquecer, mas também uma operação de resgate, já que, como escreveu Walter Benjamim, a memória é projetiva, ou melhor, é inseparável dos olhares bifrontes ditados pela condição histórica do homem. Na historiografia não deve, por isso, existir o “imprescritível”. É que só lembrando se poderá explicar e compreender»⁵⁹.

2.1.2 A fiabilidade da memória

Em *A Guerra no Sertão*⁶⁰, o combatente Lapas de Gusmão conta-nos um episódio em que, tendo passado vários dias a marchar pelas terras inóspitas do sul de Angola, sem abastecimento de alimentos e de água potável, se sentiu desfalecer ao ponto de julgar que o seu fim estava próximo. As recordações do autor sobre o momento de delírio que viveu poderiam muito bem passar-nos despercebidas. Na verdade, só não o foram pelo simples facto de nelas encontrarmos uma incongruência gritante. Durante o delírio, Lapas de Gusmão pensou estar a empreender uma bela viagem pelo interior do continente africano. Imaginou viver numa tribo de populações indígenas, assimilar a sua cultura e combater a seu lado contra os povos inimigos. Após uma longa guerra, o memorialista delirante julgou ver uma bela mulher que se aproximava. Essa mulher, escreve o autor, reconheceu-a pouco depois. Era a Nossa Senhora de Fátima.

É evidente que a memória do autor o atraçou, já que o referido episódio ocorreu durante o ano de 1915, isto é, antes de o nome de Fátima ser pela primeira vez associado ao nome da Nossa Senhora. O que julgamos encontrar neste testemunho é, isso sim, um exemplo de como a memória pode ser traiçoeira. Neste ponto, é fundamental recordar o ensinamento de Maurice Halbwachs. É o presente, ou seja, as nossas vivências do hoje, do agora (neste caso o tempo em que o autor escreveu as suas memórias), que empresta os dados para se construir o passado. Esse presente embrenha-se discretamente na memória, habita nela dando a falsa ilusão de nada ter a ver com esse passado longínquo. É claro que Lapas de Gusmão, ainda que sob os efeitos do delírio e da sede, poderá ter imaginado uma mulher e até tê-la identificado com a Nossa Senhora, mas nunca com a Senhora de Fátima. A questão que fica é a

⁵⁸ CATROGA, Fernando — *Memória, História e Historiografia*, p. 28.

⁵⁹ CATROGA, Fernando — *Memória, História e Historiografia*, p. 31.

⁶⁰ GUSMÃO, Lapas de — *A Guerra do Sertão (Sul de Angola)*. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1935.

seguinte: será este um erro sem significado? Ou será que, através dele, e da intervenção do presente do autor (no momento em que escreve), podemos vislumbrar uma vivência religiosa ao longo da sua vida e que, eventualmente, responda à última das nossas problemáticas sobre o impacto da experiência da guerra na vida religiosa dos combatentes?

Este pequeno episódio, que acabamos de descrever, faz-nos levantar uma questão pertinente. Mas, então, poderemos realmente confiar no testemunho e na memória que ele encerra? Para Paul Ricoeur esta questão coloca diretamente na balança a confiança e a suspeita. Uma «suspeita que se desdobra ao longo de uma cadeia de operações que têm início no nível da percepção de uma cena vivida, continua no da retenção da lembrança, para se concentrar na fase declarativa e narrativa da reconstituição dos traços do acontecimento». Por isso, são os desvios em relação a essa realidade (que se conhece) comprovada pelo experimentado que são levados em consideração e medidos. Deste modo, como destaca o autor, conseguimos perceber a presença flagrante de distorções entre a realidade conhecida por outros meios e os depoimentos dos sujeitos de laboratório. Tudo depende do olhar do observador. Mas há uma fronteira que é necessário ter em conta. Trata-se da tênue fronteira entre a realidade e a ficção. Tal relação – escreve Ricoeur – não deixará de nos atormentar até ao estágio da representação historiográfica do passado. Até porque «a especificidade do testemunho consiste no facto de que a asserção da realidade é inseparável do seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que o testemunha» e em que a história pessoal é enredada na história mais vasta⁶¹.

É natural que, com o decorrer dos anos, as lembranças que temos de tempos passados se tornem menos nítidas e que nos vamos esquecendo e perdendo muita coisa. E se, de repente, descobríssemos que algumas das recordações que nos restam (e que julgávamos as mais «válidas e fidedignas») não nos pertencem, não são nossas? O célebre neurologista Oliver Sacks descreve-nos uma história interessante no seu livro *O Rio da Consciência*. Uma das memórias que mais o marcaram durante a sua infância (tome-se em conta este período inicial da vida) foi quando uma bomba incendiária caiu nas traseiras de uma casa aquando dos bombardeamentos alemães à cidade de Londres, na II Guerra Mundial. O autor «lembra-se» dos seus irmãos a levarem para junto do pai baldes cheios de água, «mas a água parecia inútil contra aquele fogo demoníaco, – na verdade fazia com que as chamas se elevassem com uma fúria ainda

⁶¹ RICOEUR, Paul — *A Memória, a História, o Esquecimento*, p. 171.

maior». Até que, um dia, conversando com um irmão cinco anos mais velho do que ele, este lhe dissera: «nunca o viste. Não estavas lá»⁶².

Eu fiquei estupefacto com as palavras dele. Como é que o Michael podia desmentir uma recordação em relação à qual eu não hesitaria em jurar em tribunal, e que nunca duvidara que fosse real? “Que queres dizer com isso?”, contestei. “Consigo visualizar tudo mentalmente agora mesmo, o pai com a sua bomba, e o Marcus e o David com os baldes de água. Como é que posso visualizar a cena tão claramente se não estava lá?”

“Nunca a viste”, repetiu o Michael. “Na altura estávamos os dois em Braefield. Mas o David [o nosso irmão mais velho] escreveu-nos uma carta a contar tudo. Uma carta muito viva, dramática. Tu ficaste fascinado com ela”. Claramente, eu não fiquei apenas fascinado – imaginara mentalmente toda a cena, com base nas palavras do David, e depois apropriara-me dela e formara uma recordação pessoal.⁶³

É certo que ao analisarmos este exemplo dado por Sacks temos de ter em consideração que se trata de uma «recordação» da sua infância e que o mesmo já não ocorre com os combatentes da Grande Guerra. Outro aspeto a ter em atenção é que, se neste caso o autor não estava na cidade onde ocorreram os bombardeamentos, os combatentes estiveram realmente na guerra (embora em zonas diferentes). Mas é precisamente neste ponto que uma nova questão pode ser colocada. Tenhamos presente as dificuldades inerentes às longas e pesadas marchas pelo sertão africano levadas a cabo por muitos combatentes portugueses: a falta de água, sob um sol abrasador, as pequenas aldeias por onde passavam e os costumes e histórias daqueles povos que eventualmente passaram a conhecer. Todo este quotidiano teve um impacto nas memórias de Lapas de Gusmão. Daí o autor contar uma típica história africana, que acaba com uma distorção referindo-se à mulher imaginada como sendo a Nossa Senhora de Fátima. Mas podemos do mesmo modo pensar nos combatentes da Flandres e na intensidade com que, em certas horas, estes viveram a experiência da guerra (basta recordar as terríveis horas da batalha de La Lys). Não será possível que alguns dos homens instalados nas segundas ou terceiras linhas e na retaguarda (também elas debaixo de fogo) ao tomarem conhecimento do que se passava na frente pelos relatos (ora confusos ora vivos e dramáticos) dos camaradas (fossem feridos ou tropas em retirada) se tivessem apropriado inconscientemente das visões que lhes eram descritas, transformando-as mais tarde em recordações pessoais e cometendo assim o mesmo erro que Sacks?

⁶² SACKS, Oliver — *O Rio da Consciência*, p. 94 e 95.

⁶³ SACKS, Oliver — *O Rio da Consciência*, p. 95.

Este tipo de confusões, diz-nos o neurologista, tendem «a acontecer especialmente com recordações muito antigas». O que nos põe de sobreaviso relativamente às memórias escritas no fim da vida dos combatentes. Mas não deixa de ser surpreendente, acrescenta Sacks, perceber «que algumas das nossas recordações mais queridas [e talvez também as mais intensas] podem nunca ter acontecido – ou podem ter acontecido a outra pessoa»⁶⁴.

O que pode fazer um investigador em história contemporânea perante tal problema? Como chegar à memória verdadeira, genuína, quando, muitas vezes, nem o próprio autor faz ideia de estar enganado? A questão não é de todo de fácil resolução. Talvez seja até irresolúvel, uma vez que nem os próprios estudiosos da memória encontram respostas. O problema «é que na ausência de confirmação exterior não há uma forma fácil de distinguir entre uma recordação ou uma inspiração genuína, sentida como tal, e outras que tenhamos tomado de empréstimo ou nos tenham sido sugeridas, distinguir entre aquilo a que Donald Spence chama “verdade histórica” e “verdade narrativa”»⁶⁵. Oliver Sacks conclui:

A partir do momento em que uma história ou recordação é mentalmente construída, acompanhada por vividas imagens sensoriais e fortes emoções, pode não haver uma forma interior, psicológica, de distinguir o verdadeiro do falso, nem qualquer forma exterior, neurológica. [...] Não existe, aparentemente, qualquer mecanismo na mente ou no cérebro para garantir a verdade, ou pelo menos a veracidade das nossas recordações. Não temos acesso direto à verdade histórica, e o que sentimos ou garantimos ser verdade [...] depende tanto da nossa imaginação como dos nossos sentidos. Não há nenhuma maneira pela qual os acontecimentos do mundo possam ser diretamente transmitidos ou registados no nosso cérebro; eles são experienciados e construídos mentalmente numa forma altamente subjetiva, que é diferente desde logo em cada indivíduo, e diversamente reinterpretados ou reexperienciados sempre que são recordados. A nossa única verdade é a verdade narrativa, as histórias que contamos uns aos outros e a nós próprios – as histórias que continuamente recategorizamos e refinamos. [...] O incrível é que as aberrações graves sejam relativamente raras, e que a maior parte das nossas recordações sejam sólidas e fiáveis.⁶⁶

O autor finaliza o seu ensaio dizendo: «Nós, como seres humanos, estamos carregados de memórias que têm falibilidades, fragilidades e imperfeições – mas também grande flexibilidade e criatividade». E salienta o paradoxo que se transforma

⁶⁴ SACKS, Oliver — *O Rio da Consciência*, p. 96 e 98.

⁶⁵ SACKS, Oliver — *O Rio da Consciência*, p. 107.

⁶⁶ SACKS, Oliver — *O Rio da Consciência*, p. 108-109.

em força, em vantagem. A indiferença ou o desconhecimento da esmagadora maioria do nosso passado e a correspondente perda de muitas das nossas memórias permitem-nos sobreviver a um excesso de informação que certamente nos esmagaria. Para além disso «permite-nos ver e ouvir com os olhos e os ouvidos dos outros, entrar na mente dos outros e assimilar» os seus conhecimentos. «A memória surge [assim] não só da experiência, mas também da comunicação entre muitas mentes»⁶⁷. Neste sentido as memórias individuais colaboram na construção da memória coletiva.

2.1.3 A lembrança nas memórias da Grande Guerra

Para Tolentino Mendonça “nós somos feitos de tempo, somos amassados da argila do tempo; somos feitos de idades, estações, de horas, de dias; somos feitos de cronometrias, isto é, de medições tempo, visíveis e invisíveis”⁶⁸. Numa palavra, somos duração.

A esta reflexão podemos acrescentar: sim, de facto somos feitos de tempo e fruto dele. Mas desse tempo emerge, de quando em vez, uma densa camada que habita as profundezas do nosso consciente e subconsciente. Chama-se memória e, paradoxalmente, abala e dá consistência ao nosso ser.

Por vezes, tropeça-se nessas recordações. Há aquelas que fazem rasgar sorrisos, como as lembranças das aventuras amorosas que alguns combatentes viveram na guerra (ou dizem ter vivido), ou os belos momentos de convívio com este ou aquele camarada como nos conta o memorialista Humberto de Almeida: «lembro-me com carinhosa saudade do ajudante da Brigada, incansável, muito distinto e sabedor, bom amigo, sempre pensativo, a suspirar pelo farol de Aveiro, pelos ovos moles...»⁶⁹. Há também aqueles momentos em que:

Pela memória passa, então, toda a odisseia [...] Há mulheres que gostam [...] de recordar a época em que foram formosas. Nós gostamos de trazer ao cérebro as cenas em que tomamos parte; levantando aqui um bastidor, reconstituindo além um pano de fundo com um Cristo despedaçado pelas balas, ou uma paisagem árida de coqueiros queimados pelo sol.⁷⁰

⁶⁷ SACKS, Oliver — *O Rio da Consciência*, p. 109.

⁶⁸ MENDONÇA, José Tolentino — *Nenhum caminho será longo para uma teologia da amizade*. Águeda: Paulina Editoras, 2015, p. 111.

⁶⁹ ALMEIDA, Humberto de — *Memórias de um expedicionário a França (com a 2ª brigada de infantaria) 1917-1918*. Porto: Tipografia Sequeira, 1919, p. 80.

⁷⁰ FARIA, Eduardo de — *Expedicionários*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1931, p. 97.

Mas, como escreve o expedicionário Eduardo de Faria, apesar de toda a nossa essência ser moldada por recordações, nem todas as lembranças são iguais: «umas entreabrindo-nos os lábios num sorriso, outras que nos trazem à alma um frio doloroso, de todos os dias, em todas as horas, como se desfolhássemos um malmequer enorme ao qual o vento se encarregasse de desfolhar as pétalas»⁷¹. Na sua opinião, há momentos em que «recordar é morrer».

Recordar é viver, diz um rifão dogmático. [...] Recordar é morrer; morrer aos poucos, a prestações. [...] Recordar, para quê? Quem conseguisse abrir um buraco no crânio por onde as recordações se esfumassem; quem pudesse rasgar a alma em tiras e deitá-las no caminho, para que o vento as dispersasse, para que os nossos olhos não as vissem... E a areia da ampulheta continua a cair inexoravelmente, deixando para trás acontecimentos que nos ocorrem quando menos os esperamos; momentos tristes aparecem após uma gargalhada alegre; facas cada vez mais afiadas que se embotam, mas que não deixam de ferir. Fantasmas nos aparecem às vezes. [...] Desfolham-se recordações, insensivelmente.⁷²

Mas não são apenas estas lembranças súbitas as únicas a atormentar os combatentes. Há também aquelas gravadas em papel, fechadas a sete chaves, como nos conta Pina de Moraes.

Tenho decerto, como todos os combatentes, recordações da guerra, que não escrevi no «Ao Parapeito» [o primeiro livro de memórias do autor], que não escrevi ainda e mesmo não escrevo voluntariamente só porque são tão dolorosas que me faz sofrer a sua lembrança. Quem visse a minha mesa de trabalho havia de encontrar tiras de papel inacabadas que eu deixei, não podendo continuar a escrever por se me embaciarem os olhos. Ainda agora quando encontro alguma dessas tiras, aprofundo-a nervoso na desarranjada confusão da papelada que tem toda a gente sobre a carteira. Ninguém leu nas minhas páginas a ferida da guerra ou a saudade de amor que mais me emocionou.⁷³

Também Eduardo de Faria a isto se refere ao escrever:

Tenho horror às gavetas. Algumas, para mim, são masmorras penitenciárias onde não entra a luz do dia. Abrir uma gaveta é como abrir uma alma, e estas deviam ser impenetráveis, opacas, constantemente aferrolhadas [...] Num tumultuar de folhas

⁷¹ FARIA, Eduardo de — *Expedicionários*, p. 101.

⁷² FARIA, Eduardo de — *Expedicionários*, p. 112.

⁷³ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*. Porto: Renascença Portuguesa, 1921, p. 67.

brancas que o tempo conseguiu amarelecer; no turbilhão das coisas inúteis, guardadas avaramente, surgem, às vezes, bocadinhos inéditos da nossa vida e factos importantes da nossa história, materiais que guardávamos para uma construção futura e que vêm espevitar as reminiscências que existem no “dossier” do nosso cérebro...⁷⁴

Poderemos perguntar-nos: seriam os nossos combatentes simplesmente evidentes para si próprios? Não se achariam a si mesmos estranhos, enigmáticos, desconhecidos? Talvez fosse este mesmo pensamento, o de incompreensão de si mesmos e da guerra que viveram, o de indignação para consigo próprios e para com todos aqueles que os enviaram para o conflito, que esteve na base de muitos acontecimentos silenciados, fruto de um esquecimento dissimulado. Ou então de toda aquela recordação que, não podendo ser esquecida, pelo simples facto do seu silêncio ensurdecedor não o permitir, se ter tornado num peso para a consciência, como que algemando o indivíduo que a viveu.

Na obra *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, o memorialista Pina de Moraes descreve-nos um episódio bem revelador dessa memória que surge da experiência e da comunicação entre muitas mentes. Conta-nos o autor: foi assim que «um dia destes, de molinheiro impertinente sentaram-se à roda duma mesa de mármore dum café da baixa quatro combatentes da Flandres»⁷⁵ a conversar e recordar os tempos de trincheira. E continua:

Quando se encontram camaradas da guerra, contam-se impressões de trincheira, como entre condiscípulos se contam coisas da escola. – Lembras-te daquela noite em que os alemães... E a história segue e os outros ouvem, recolhidos na recordação desse tempo que nos parece longínquo à vista do de hoje pela nobreza e pela altura.⁷⁶

A guerra aparece como um elo íntimo entre esses homens sentados à mesa do café. Talvez porque não haja nada que melhor una as pessoas do que o infortúnio comum e vivido juntamente. Que sentimentos experimentaram esses homens ao desencadear da teia do tempo as lembranças do golpe mais penoso que feria a sua existência? O testemunho de Pina de Moraes permite-nos responder em parte a esta questão. No decorrer da conversa cada um ia dando a sua nota, «denunciando a sua saudade».

O Rogério, que ouve calado, bebendo tranquilo goles de café, exclama por fim:

⁷⁴ FARIA, Eduardo de — *Expedicionários*, p. 113.

⁷⁵ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 37.

⁷⁶ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 37.

– Quando se fala de guerra, quando a leio, acordo um velho remorso que me aflige...

– Então, conta – disse um amigo. – Ora... seria longo.

E o tenente Rogério Ferreira começou vagarosamente narrando, com a sua voz cheia.

– Usava, nas linhas, um processo de castigar que talvez fosse também o vosso. Era uma passeata à Terra de Ninguém. [...] E dava resultado! Oh se dava! Sublinha o tenente, sorrindo. Pois uma noite mandei de castigo por uma falta qualquer, incorporar numa patrulha que ia levantar arame, um soldado da guarnição duma das metralhadoras.

Conhecem o cenário: a noite escura, o silêncio, as luvas de coiro, o *enlissement* através a lama e a sementeira de ferro das granadas de todos os dias... [...] O meu homem partiu, completando a dúzia que fazia o efetivo da patrulha... [...] Nas noites de silêncio, deves recordar-te, as metralhadoras davam fogo para lembrar a guerra como um relógio dá horas numa casa adormecida para lembrar o tempo.⁷⁷

E o ilustre tenente continuou a estranha narrativa, contada ao sabor da lembrança, até que, a certa altura, «vê-se claramente que o antigo combatente não pode ocultar uma grande comoção». No regresso «– Vinham todos, todos menos ele [o soldado castigado – afirma o combatente] [...] – Eh! Joaquim! Oh pá! Nada!»⁷⁸.

«O herói tem embaciados os olhos que viram batalhas; e esquecido aponta com o dedo mostrando como se estivesse vendo ainda. – Lá estava à esquerda, inerte, na sombra, debruçado sobre a estaca de ferro!...» Aos olhos de Pina de Moraes e dos restantes companheiros «passava mais uma vez o cenário grandioso da guerra. É neste ponto do relato que o memorialista, com o contributo da sua lembrança, nos dá a conhecer um pormenor não menos relevante sobre o impacto deste episódio na vida do tenente Rogério: «E o que o herói não contou, e nós sabemos, é que o foi buscar como a um irmão e ia todas as noites à Terra de Ninguém, ao lugar onde o vira como se fizesse penitência...»⁷⁹.

Este episódio narrado por Pina de Moraes permite-nos compreender como a memória individual é um contributo fundamental para o trabalho do investigador, pois revela um acontecimento marginal vivido na primeira pessoa. Mas também a memória coletiva se revela neste contexto uma mais-valia. A recordação «dos outros», neste caso, a do memorialista, permite-nos alargar o horizonte da primeira recordação ao lembrar o simples facto de que este combatente se deslocou muitas das noites à terra de ninguém, «como se fizesse penitência». Esta informação, não menos relevante para o nosso estudo, é relegada para o esquecimento no relato da primeira pessoa. Trata-se

⁷⁷ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 37-41.

⁷⁸ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 37-41.

⁷⁹ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 37-41.

na verdade de uma «lembrança de reserva» ou, como salienta Paul Ricoeur, uma «memória de reserva», na medida em que veio a ser recuperada, não pelo indivíduo que narra na primeira pessoa, mas por testemunhas secundárias.

A memória que aqui se apresenta não é, por isso, apenas uma recordação composta de imagens. É também ela uma memória do *cogito*, rica em sentimentos. Trata-se não apenas da lembrança das coisas, dos outros, mas também de «mim mesmo» e de tudo o que ele acarreta, neste caso em forma de remorso. Nesta rememoração do seu próprio passado, o tenente Rogério encontra-se também a si próprio, lembra-se de si, do que fez, quando e onde o fez e daquilo que sentiu ao vivê-lo. Por outras palavras, o tenente recorda-se da ordem que deu e das suas consequências. Recorda o corpo do soldado morto, o local exato onde tudo aconteceu e o sofrimento que sentiu ao tomar consciência do ocorrido. Deste modo, a identidade temporal e a identidade pessoal fundem-se numa e mesma coisa como tivemos ocasião de perceber anteriormente com a obra de Ricoeur. O tenente Rogério não foi mais a mesma pessoa. A partir desse momento, o esquecimento, sempre presente em toda e qualquer memória, torna-se num ponto fundamental na consciência do combatente. Só o esquecimento lhe permitiria chegar à ilusória memória feliz. Mas tal não parece ter ocorrido. Esta memória enraizada deixou na sua consciência uma profunda marca. Como pode o investigador duvidar da verosimilhança de tal recordação? Do mesmo modo, não vemos por que razão a memória de Pina de Moraes o poderia ter atraído ao escrever este episódio. Eis, pois, o exemplo de um testemunho credível aos nossos olhos sobre o qual achamos possível construir uma investigação sólida com base nas memórias da Grande Guerra, que mistura a memória individual e a memória dos outros, permitindo aproximarmo-nos de uma memória coletiva...

2.2 As memórias de guerra como género literário

2.2.1 Sob o olhar do investigador

Em termos literários a distinção entre memórias e autobiografia não é bem clara podendo estes dois conceitos ser entendidos como sinónimos. Contudo, o que parece fazer a distinção entre eles é o facto de as primeiras se destinarem, normalmente, à narração de um certo período da vida e as segundas a toda a sua globalidade. Neste aspeto, se pensamos que as nossas fontes de informação nos podem ajudar a esclarecer esta questão estamos enganados, uma vez que tanto encontramos a palavra memórias na obra de Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra* (apenas sobre a

guerra), como no livro de Manuel António Correia, *Memórias de um resistente às ditaduras* (sobre toda a vida).

Não aprofundaremos a discussão sobre este ponto, visto que, de um modo ou de outro, são obras que se sustentam em experiências de vida escritas na primeira pessoa. Narração, portanto, de um conjunto de vivências, de pensamentos, sensações e sentimentos marcantes e que, por essa e outras razões, os autores decidem tornar públicas. Mas aqui poderá surgir uma outra questão. As nossas fontes, que designamos por memórias, serão efetivamente memórias na aceção literária? Devemos refletir sobre isto, porque podemos correr o risco de confundir memórias de guerra com diários de campanha e mesmo com crónicas de guerra.

Orientemos, pois, a nossa atenção para as memórias. Antes de mais, o que caracteriza um texto memorialístico? Serão todos iguais? Na obra *Viagens na terra das palavras*, Paula Morão apresenta-nos os dois tipos de memórias defendidas por Castelo Branco Chaves. Em primeiro lugar, «existe o documento histórico e [...] humano a partir do que foi diretamente observado e sentido». Em segundo lugar, a autora apresenta-nos os textos que querem traçar um vasto panorama do seu tempo, «com o memorialismo presente em pano de fundo, a um dos extremos da composição (como nos autorretratos inseridos nos painéis oficiais), diminuindo o valor documental por haver partes da composição que não foram nem vividas nem observadas pelo memorialista»⁸⁰.

Para Paula Morão, em qualquer destes dois tipos de memórias estamos longe da clareza e da precisão. Estas obras apresentam uma forte marca autoral em que o memorialista se debruça sobre factos ocorridos no passado, um tempo não apenas cronológico mas também psicológico. Com efeito, ele procura contar objetivamente, mas a distância a que está em termos temporais relativamente ao que rememora conduzem-no a uma elaboração/reconstrução dessa memória do passado, como já tivemos oportunidade de destacar anteriormente.

Não se pense, no entanto, que o tempo em que as recordações são escritas é irrelevante. Como a autora defende, não é por acaso que o memorialista escolhe os anos da sua maturidade ou da sua velhice para a escrita dessas lembranças. A disponibilidade de tempo para tal tarefa é um fator a ter em conta. Mas, se a este nível o tempo da escrita parece revelar-se como uma vantagem, é preciso, do mesmo modo, ter em conta que o autor corre o sério risco de ser traído pela sua própria consciência,

⁸⁰ MORÃO, Paula — “Memórias e gêneros literários afins: algumas precisões teóricas”. In MORÃO, Paula — *Viagens na terra das palavras: Ensaio sobre Literatura Portuguesa*. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 17.

acabando por situar e julgar acontecimentos e os seus protagonistas em função do lugar que o conduziu ao seu percurso pessoal. Daí Paula Morão alertar para a importância de se ler este tipo de textos à luz da diferença entre um sujeito protagonista e/ou observador⁸¹.

Vemos, pois, como o próprio conceito de memória pode ser interpretado de formas distintas. Neste ponto, podemos afirmar que a tipologia das nossas fontes de informação acaba por complexificar esta questão. De facto, se procurarmos dividi-las por grupos, veremos que algumas correspondem nitidamente ao que acabamos de definir como memórias, mas que outras se aproximam mais de outros tipos literários como o diário ou a crónica. Quererá isto dizer que o estudo que propomos diz respeito apenas a uma parte das nossas fontes? Sim e não! Porque a memória está presente em todas elas. Vejamos um exemplo: Encontramos nas nossas fontes obras que correspondem ao nosso conceito de memórias de guerra, isto é, obras escritas algum tempo (alguns anos e até várias décadas) após os acontecimentos e cuja narrativa simples e contínua não parece evidenciar «recortes» no texto onde são incorporados textos da época. É certo que tudo isto é suscetível de ter sido trabalhado pelo autor, mas, de modo geral, aceitaríamos como memórias de guerra obras como as de Jaime Cortesão, Humberto de Almeida, Eduardo de Faria, José Vicente da Silva, Pedro de Freitas, Manuel António Correia, Álvaro Rosas, Lapas de Gusmão, António de Cértima, entre outros.

Mas existem, também, aquelas memórias que se aproximam do diário, que cruzam vários géneros em simultâneo, tornando o trabalho do investigador bastante mais complexo. Nos diários de campanha, os autores cruzam frequentemente as fronteiras com o memorialismo, a autobiografia e o autorretrato. Talvez por isso, também este género literário possa ser interpretado de duas formas. Para Paula Morão, existem os diários que se aproximam de um registo regular e cronologicamente articulado das reflexões de um «eu» que se torna como eixo, nivelando o seu quotidiano banal, os seus pensamentos ou comentários com a descrição de acontecimentos mais gerais. Estas características podem ser encontradas, por exemplo, no diário do médico Joaquim Alves Correia de Araújo. Existe igualmente um segundo tipo de diários, mais centrados no movimento íntimo da consciência, que se expõem na sua face mais privada e por isso mesmo frágil. Neste último caso «trata-se de um diário de intimidade, com a fronteira diluída entre a literatura e a vida que a cada fragmento se situa no ambíguo abismo entre o texto e a consciência que nele se filtra»⁸². Os livros de Augusto Casimiro e Pina

⁸¹ MORÃO, Paula — *Viagens na terra das palavras: Ensaios sobre Literatura Portuguesa*, p. 18.

⁸² MORÃO, Paula — *Viagens na terra das palavras: Ensaios sobre Literatura Portuguesa*, p. 21.

de Moraes (embora não sejam verdadeiramente diários) contêm nitidamente no meio das suas memórias textos deste género, escritos durante o conflito, o que dá uma outra dimensão e riqueza de conteúdo às suas obras. Por essa razão ousamos colocá-los entre os diários, embora tendo consciência de que são obras em que o diário e a memória se cruzam.

Por último, temos a obrigação de mencionar uma outra especificidade que poderemos encontrar entre as fontes. Trata-se do livro de André Brun, *A Malta das Trincheiras*, uma obra onde foram compiladas várias crónicas de guerra escritas durante o conflito, tendo algumas delas sido dadas a conhecer inicialmente como “Folhetim” no jornal *A Capital*.⁸³ Alguns dos seus textos constituíram, aliás, verdadeiras traves mestras do capítulo sobre a religiosidade. Embora Brun não tenha sido o único a publicar crónicas de guerra, sabemos que José Vicente da Silva também o fez, esta é a única obra onde a crónica é dominante face à memória.

Embora esta divisão possa ser feita, há que ter em atenção que a memória, enquanto lembrança instrumentalizada, é um terreno movediço, pois espreita em todos os lados, seja num texto escrito no próprio dia do acontecimento, dias após o ocorrido ou mesmo anos ou dezenas de anos depois. Mais à frente veremos como a questão do tempo influencia as recordações. Mas a memória (e também o esquecimento) está sempre presente. Para além disso, por mais que tentemos dividir as nossas fontes, com o objetivo de melhor as conhecer, temos que ter em mente que, seja qual for a tipologia que adotarmos, esta será sempre imperfeita, pois várias fontes atravessam sistematicamente as fronteiras das categorias utilizadas. É o caso das obras de Pina de Moraes, Augusto Casimiro e Ferreira do Amaral, onde ora se encontram textos escritos na época dos acontecimentos ora textos escritos anos depois. Uma obra escrita trinta ou quarenta anos após os acontecimentos pode, do mesmo modo, conter um ou outro texto da época. E, mesmo que o não tenha, o autor é sempre influenciado na escrita do seu relato por alguma coisa que o faz recordar esse tempo, nem que seja uma fotografia ou outro objeto que o faça lembrar de algo concreto que de outra forma estaria relegado inevitavelmente para o esquecimento.

Vemos assim que as fontes às quais atribuímos a designação de memórias não são todas iguais aos olhos do investigador. E, olhando agora para a especificidade de cada obra, vemos que há, de facto, características que as unem, mas são sobretudo as singularidades presentes em cada uma delas, desde as experiências vividas pelos seus autores à diversidade de estilos de escrita e de organização dos textos, que interessam

⁸³ Publicadas como “Folhetim” no diário lisboeta *A Capital*, desde 1 de outubro de 1918.

ao investigador, obrigando-o a delinear uma análise distinta e mais cuidada para cada obra ou para cada estilo de obra.

Mas aqui reside também uma desvantagem inicial. O olhar do investigador, se está por um lado instruído num certo sentido, vê ainda uma paisagem muito nublada, sendo apenas capaz de detetar as grandes linhas, os acontecimentos mais importantes, as experiências mais impactantes que de forma evidente se relacionam com o seu tema. Deste modo, a primeira leitura, sendo indiscutivelmente essencial por nos revelar os grandes textos de referência, necessitará de novas e mais detalhadas leituras, muitas vezes cirúrgicas, sobre determinado capítulo, sobre determinado episódio. Leituras essas, motivadas, por vezes, por algum outro texto (de outras memórias, mas não só) e que de repente, tomando o investigador de surpresa, o fazem recordar uma determinada passagem de outra obra. É através desta sequência, no recuperar de um texto que já por várias vezes passou pelos nossos olhos e que, passado um longo período, é olhado novamente, que somos capazes de ver, pela primeira vez, o que sempre lá esteve, debaixo dos nossos olhos. São esses pequenos pormenores que nos revelam o que muitas vezes se nos esconde. Essa camada invisível é tão ou mais importante do que as grandes evidências com as quais nos deparamos na primeira leitura.

Vejamos um exemplo. Augusto Casimiro refere, a dada altura, numa das suas obras, que o seu abrigo ficou conhecido pelo nome de Nossa Senhora das Trincheiras. André Brun fala-nos de uma imagem de Nossa Senhora colocada na campa de um soldado. Já Humberto de Almeida, para além de se referir nas suas memórias a Augusto Casimiro com especial consideração e proximidade, dá-nos a indicação que, todos os dias, quando saía do seu abrigo, se deparava com as campas dos seus dois vizinhos e com a Nossa Senhora ao lado de uma delas.

Do cruzamento desta informação podemos retirar várias conclusões. Em primeiro lugar, parece que existiam duas campas e não uma só, como refere André Brun (realçou apenas a que tinha a imagem da Santa). Em segundo lugar, é bem provável que o abrigo de Humberto de Almeida fosse o mesmo que o de Casimiro, até pela familiaridade com que o primeiro fala deste combatente. Mas, mesmo que seja o caso de eles nunca terem vivido juntos no mesmo abrigo (poderia ocorrer que na rotação de ida para as linhas nunca se tivessem encontrado ambos nesse local), parece evidente que tanto um como o outro estão a falar do mesmo local, designado pelas tropas por abrigo da Nossa Senhora das Trincheiras. Eis um exemplo da importância do cruzamento da informação entre memórias, até porque, a partir daqui, podemos comparar o impacto e as reflexões que os três autores fazem daquele local onde os soldados iam levar as «simples flores de trincheira».

Melhor do que este exemplo, talvez um outro narrado por Pina de Morais. Teremos oportunidade de o explorar melhor no capítulo sobre a descrença. Para já referiremos apenas que o autor, que no início da guerra parecia desprezar a fé dos seus camaradas, numa fase posterior relata um episódio que designou como sendo «Um momento homo estranho», em que acompanhou um seu camarada ao Cristo das Trincheiras. À primeira leitura, a nossa atenção vai para Pina de Morais. Ficamos alerta pelo facto de vermos este autor, que em outras passagens da sua obra ridicularizava a fé, a acompanhar um seu camarada ao Cristo das Trincheiras. Mas, numa segunda leitura, centrando o olhar no camarada de Pina de Morais, apercebemos-nos de que algo estranho se estaria a passar. O cruzamento deste acontecimento com outras memórias e com a bibliografia levantou-nos uma questão desconcertante. Estaria o camarada de Pina de Morais prestes a cometer suicídio? Não o sabemos. Talvez... Deste episódio retiramos porém várias questões: se por um lado encontramos uma maior sensibilidade do memorialista relativamente às questões da fé, e por isso a revelação de uma evolução a nível da mentalidade, no sentido oposto, não podemos deixar de pensar na dimensão de refúgio em que muitas vezes os crentes assentam a sua fé.

As fontes parecem, assim, gostar de nos pregar partidas. Na verdade, isto é apenas uma chamada de atenção, porque «ler não é apenas cartografar com os olhos»⁸⁴. O nosso olhar encontra-se de início míope, moldado apenas para as grandes evidências e só com novas e sucessivas leituras é que nos vamos dando conta de que algo permanecia, até aí, invisível. Mas outros fatores influenciam estas leituras. Uma delas é o próprio estado de espírito, de disposição, se quisermos, do investigador. «Quantas leituras tem um livro olhado pelo mesmo olhar a diferentes horas de nós mesmos?»⁸⁵. A questão pode parecer estranha, mas não deixa de ser importante refletir: leria eu hoje com os mesmos olhos as narrativas presentes nas fontes de investigação?

Vemos, assim, que, não sendo as memórias todas iguais, podemos recolher delas aspetos importantes para a investigação que pretendemos efetuar. Mas podemos colocar ainda uma outra questão: como analisar obras cujo ponto de vista dos autores pode ser tão variado e em que o tempo pode ter um papel tão determinante? É que as memórias não são todas iguais, bem pelo contrário. Mas essa diferença não se fica apenas pelo modo como cada autor recorda o que viveu, segundo a sua perspetiva. A questão aqui é bem mais ampla. Façamos uma pequena reflexão relativa ao período

⁸⁴ MENDONÇA, José Tolentino — *A Mística do Instante o tempo e a promessa*. Águeda: Paulinas Editora, 2014, p. 120.

⁸⁵ ANTUNES, João Lobo — *Ouvir com outros olhos*, p. 31.

em que cada memória foi publicada para melhor compreendermos as implicações do tempo nas visões dos autores.

2.2.2 Diferentes tempos de escrita

À primeira vista, podemos dividir as memórias em três grupos consoante o tempo em que foram escritas e publicadas. Temos num primeiro grupo as obras publicadas durante ou logo a seguir ao conflito (contendo inúmeros textos desse tempo), as escritas por volta dos anos trinta e durante o Estado Novo (sendo obviamente influenciadas pela censura) e, por último, as memórias publicadas após o 25 de Abril (ainda que algumas possam ter sido escritas antes). Nas primeiras, os autores que escreveram esses textos durante ou logo a seguir à guerra oferecem-nos a vantagem de poder ver detalhes do dia-a-dia que de outra forma dificilmente conseguiríamos saber. As memórias de Augusto Casimiro e de Pina de Moraes são um exemplo. As suas obras publicadas logo a seguir ao conflito têm inúmeros textos escritos durante a guerra: excertos de cartas, partes de diários, orações, poemas ou reflexões, todos eles escritos com uma mistura de sentimentos, o que acaba por se refletir na narrativa.

Assim sendo, se estas memórias oferecem a vantagem de ver os acontecimentos mais de perto, mais pormenorizados, colocam-nos do mesmo modo numa posição de desvantagem. O investigador corre o risco de cair nesta armadilha. Estas memórias estão demasiado próximas dos acontecimentos. Estão ainda fortemente vincadas pelo turbilhão de sentimentos que as envolveram. Falta-lhes o distanciamento e a maturidade que só o tempo consente, atribuindo a cada vivência a sua real importância. Esse é um dos maiores problemas que encontramos nas memórias escritas durante ou logo após o conflito. Mas não nos esqueçamos das obras que são escritas num período intermédio. Aquelas que foram escritas por volta dos anos 30 ou 40. Nos aspetos que referimos, seja na proximidade seja no afastamento relativamente aos episódios que são narrados, podemos pensar que serão estas as fontes mais fiáveis. No entanto, embora possam até ser as mais claras, em que o tempo já dissipou parte dos sentimentos vividos e em que a memória ainda está suficientemente «fresca» para contar com algum pormenor o que se passou, estas, tal como as outras, são reconstruções do passado, não são necessariamente o passado. São algumas linhas, entre tantas outras, que o autor decide apresentar. Além disso, as memórias deste período não estão apenas condicionadas pela memória do autor, por aquilo que ele quer ou não quer que se saiba. Pesa sobre elas um outro jugo. O jugo da censura. Não é raro encontrarmos nas obras deste período afirmações com esta: «O

moral das tropas era excelente»⁸⁶, isto num dos períodos mais complicados das campanhas africanas, onde as tropas portuguesas estariam provavelmente tudo menos moralizadas.

Mas o que dificulta ainda mais a vida do investigador é descobrir o que foi escrito no calor da guerra e o que é fruto da memória do combatente.

2.2.3 Diversidade de estilos e modelos de análise

Como referimos anteriormente, um dos aspetos mais complicados na análise das memórias consiste em saber, naquelas que foram publicadas logo a seguir ao conflito, quais os textos escritos durante e após a guerra. Nuns casos, o autor fornece-nos a data e, raras vezes, até o local. Mas, frequentemente, nem uma coisa nem outra são indicadas. No caso de Augusto Casimiro, por exemplo, a situação é relativamente fácil de resolver, uma vez que este autor dedicou uma obra ao ano de 1917 e outra ao de 1918, sendo que a sua narrativa é guiada, cronologicamente, pelos sucessivos episódios que decide narrar. Deste modo, se na descrição de determinado acontecimento o autor refere, por exemplo, que na noite anterior nevou intensamente, ficamos a saber que estamos em pleno inverno, entre finais de 1917 e inícios de 1918 (neste caso, quase de certeza em 1917, visto que, nos primeiros meses do segundo ano, devido aos constantes bombardeamentos alemães, o autor pouco ou nada escreveu).

Porém, o caso mais complicado é o das memórias de Pina de Moraes, onde uma narrativa assente no rigor cronológico não existe verdadeiramente. O autor, poderíamos dizer, escreve ao sabor do que lhe vem à cabeça, ou, melhor dizendo, ao modo como vai relendo e meditando nas páginas da guerra contidas na sua gaveta. É compreensível que assim seja, se tivermos em conta que todos os seus textos escritos durante os primeiros meses em que esteve na Flandres ficaram em cinzas após uma granada de artilharia ter destruído a casa que o acolhia e onde guardava as suas memórias escritas. O que restou foi o que autor escreveu após este incidente e cujos textos viria a incorporar nas suas memórias, juntamente com outros novos (estes sim escritos após o conflito), onde tentou reconstruir textualmente algumas das memórias perdidas nessa noite de bombardeamento.

Por estas razões, as obras de Pina de Moraes requerem uma leitura mais exigente. É necessário ler capítulo a capítulo, procurando encontrar pequenos indícios que nos ajudem a colocar aquela narração num período cronológico concreto. Esses

⁸⁶ SANTOS, Ernesto Moreira dos — *Cobiça de Angola Combate de Naulila seus heróis e seus inimigos Memórias 1957*. Guimarães, 1957, p. 66.

indícios vão desde a neve, ao ouvir cantar os passarinhos pela primeira vez (o que nos indica que estamos nos inícios da primavera), às mais variadas expressões e informações à partida pouco relevantes para o trabalho mas que se revelam fundamentais para a organização do investigador.

Tendo em conta o que acabamos de referir, temos de compreender que cada autor tem a sua forma de escrita. Encontramos combatentes cuja familiaridade com a escrita é assinalável, não fossem eles também escritores. Mas encontramos, do mesmo modo, autores que nunca até à data da publicação das suas memórias tinham escrito um livro. Pedro de Freitas é um bom exemplo. O próprio põe-nos de sobreaviso:

O livro que tendes na mão é o fruto simples de uma árvore que produziu uma só vez em sua vida, e nada mais. É, portanto, um livro fora do vulgar, que gira à margem dos autênticos, dos que satisfazem as vossas exigências literárias; é, pois, um livro enjeitado que só o meu atrevimento imperdoável faz reter em vossas mãos. Não é um livro de literatura de guerra, da sua história, de discussão à causa do grande conflito, não! É apenas a descrição da guerra bem vivida, no ambiente da mais baixa condição, a de soldado, e escrito pelo punho daquele que a viveu sem galões nem divisas e acamaradado à massa anónima, denominada a Grande Malta, e num estilo que é muito da sua grei.⁸⁷

Embora possa parecer contraditório são as obras destes autores as mais fáceis de abordar. Têm maior tendência para a narração simples, para além de que grande parte das memórias destes militares é escrita ou a meio da vida ou na sua fase final, de modo que, se, por um lado, há uma maior probabilidade de se enganarem (e a nós também), acontece que descrevem os acontecimentos com menos pormenores e mais simplicidade. É claro que isto tem as suas vantagens e as suas desvantagens, como já vimos.

Em contraponto, aparecem-nos os ditos grandes autores: Augusto Casimiro, Pina de Moraes, Jaime Cortesão, António de Cértima, entre outros. O caso de Pina de Moraes é singular pelos constrangimentos que as suas memórias causam ao investigador, como já abordámos. As obras destes quatro autores oferecem ao investigador relatos vivos, uma vez que são obras escritas ou compiladas logo a seguir ao conflito, contendo muitos textos escritos no decorrer do mesmo. São verdadeiramente uma mais-valia pelo facto de permitirem ver com mais detalhe os fenómenos religiosos e de compreender as vivências experienciadas pelos seus

⁸⁷ FREITAS, Pedro de — *As minhas recordações da Grande Guerra*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1935, p. 9.

autores. Mas os textos escritos no calor dos acontecimentos nem sempre são os melhores para nos oferecerem uma imagem clara. Falta-lhes o tempo capaz de conceder a cada coisa a sua devida importância. Para além de que, sendo estes autores mestres da escrita, possuem subtilezas nos seus textos capazes de persuadirem o investigador de personagens e acontecimentos que podem até nunca ter existido.

As memórias de Augusto Casimiro são a este respeito uma interrogação para o historiador. Terá mesmo o Alferes Turíbio (uma personagem humorística presente numa das suas obras) existido?⁸⁸ E os textos respetivos são efetivamente dessa personagem ou são pura criação literária despontada, quem sabe, por um ou outro relato de algum combatente? Ou será o alter-ego do autor? Se estamos de facto perante uma criação, por que escolheu o nosso autor uma personagem com um sentido de humor tão apurado, uma espécie de Svejik português? Neste ponto não deixa de ser interessante comparar o alferes Turíbio a essa grande personagem da literatura sobre a Grande Guerra. À semelhança de Augusto Casimiro, Joroslav Hasek apresenta-nos o dia-a-dia de Svejik, um soldado austro-húngaro, modelo perfeito de anti-herói que faz exatamente o contrário daquilo que pretende. O resultado é uma comédia «negra e satírica», onde a participação na Guerra ultrapassa o domínio do absurdo, sendo um dos casos mais estupendos da obra a representação de um capelão completamente embriagado, em plena eucaristia, a pregar um sermão às tropas⁸⁹. Embora os textos e as personagens criadas, tanto por Casimiro como por Hasek sejam diferentes, não deixa de ser curioso constatar que ambos tenham explorado o quotidiano da guerra sob a ótica do humor. Ter-se-ia tornado este uma necessidade quase de sobrevivência no contexto de uma guerra onde tantas vezes o tédio imperava? Ou será que, a determinada altura, após a derrocada de todas as ilusões e face ao sentimento de abandono e de desastre vivido entre as tropas portuguesas, nada mais restava do que rir da própria loucura, da própria tragédia? Terá o humor – tal como a fé – uma dimensão de refúgio onde homens desorientados se abrigam?

Quisemos com tudo isto dizer que cada memória, mediante o seu conteúdo e método de construção, e sofrendo as consequências do tempo em que é escrita, requer um tratamento especial.

Parece ter ficado evidente que não basta ao investigador ler uma fonte memorialística, selecionar uma determinada parte do texto e transcrevê-la para o seu trabalho. O historiador que lida com tais fontes tem de ter consciência dos seus condicionalismos e das suas vantagens. O seu olhar não pode avançar como o do

⁸⁸ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres (1917)*, p. 147-176.

⁸⁹ HAŠEK, Jaroslav — *O Bom Soldado Švejk*. Lisboa: Tinta da China, 2017, p. 154-165.

«turista desatento que anota/mas não vê»⁹⁰. É preciso ir mais longe. Perceber que sobra sempre vida à história que se conta. E que aquelas memórias não o levam verdadeiramente ao passado. São a porta de entrada num outro mundo. O mundo das recordações que se entrelaçam, multiplicam e se reinventam. Cada autor tem dentro de si algo novo por explorar. O historiador tem de compreender todo isto e apontar um espaço em aberto – o espaço infinito que se vislumbra das janelas de cada casa-memória –, uma «terra de ninguém» onde os pontos de interrogação (todos eles, não apenas os que vemos a dado momento) proliferam e reinam. O investigador tem de aprender a apreciar a «porção silenciosa da narrativa»⁹¹ para chegar ao invisível.

⁹⁰ MENDONÇA, José Tolentino — *Que coisas são as nuvens*, p. 13.

⁹¹ ANTUNES, João Lobo — *Ouvir com outros olhos*, p. 26.

3. A República e as suas Guerras

3.1 A Guerra Religiosa em Portugal

O que nos interessa no presente trabalho é, sobretudo, a evolução das ideias e o modo como elas vão moldando o relacionamento entre as instituições, neste caso entre o Estado e a Igreja. Neste sentido, a discussão em torno da questão religiosa – ou melhor das várias questões sociais que envolvem de alguma forma a religião ou os poderes da Igreja – deve ser entendida tendo em conta o choque de mentalidades entre o que à partida faria parte da tradição (a religião, por exemplo) e o que veio a ser conotado como modernidade (a ciência positivista e o livre-pensamento, por exemplo). Neste contexto, aquilo a que genericamente chamamos a questão religiosa não se resume a um confronto institucional – embora seja indispensável compreendê-lo –, pois tornou-se também uma questão social e ideológica capaz de seduzir e dividir a sociedade portuguesa dos finais do século XIX e inícios do seguinte.

Também a este nível, o século XIX foi um tempo de agitação. A implantação do Liberalismo no país provocou a primeira grande fissura sociopolítica entre o poder da Igreja e o poder do Estado, obrigando a uma recomposição tanto no Estado como na instituição clerical. Os governos liberais passaram então a exercer um «domínio parcial sobre as estruturas eclesásticas impondo, quase sempre, a sua vontade aos bispos e ao clero»⁹².

Mas, se a nível das instituições o Estado Liberal parecia começar a submeter a Igreja, poucas décadas depois a promiscuidade entre os dois poderes parecia ter voltado a instalar-se. É precisamente quando o Estado Liberal começa a dar sinais de falhar o seu ideal laicizador, dando espaço e liberdade para um maior crescimento e influência da instituição clerical, que novas ideologias começam a travar batalhas em torno da questão religiosa. É por isso fundamental, tal como fez Vítor Neto, prestar atenção ao plano das ideologias, procurando entender a sua evolução e crescente oposição face a uma Igreja que foi dando sinais de recuperar do embate dos anos 30.

Um dos sinais inequívocos deste desenvolvimento por parte da instituição clerical foi o aparecimento na sociedade de um número cada vez maior e influente de novas e antigas congregações que se foram instalando no país. Dentre elas a mais atacada viria a ser a dos Jesuítas. Por isso, grande parte dos historiadores considera que em Portugal o anticlericalismo começou por adquirir inicialmente uma feição

⁹² NETO, Vítor Manuel Pereira – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*, p. 89.

anticongregacionista face ao peso excessivo das ordens religiosas na sociedade portuguesa.

Neste sentido, refere-nos o autor que, se bem que «o anticlericalismo já fosse sustentado por políticos e intelectuais nos alvares do Liberalismo [tendo as suas raízes no tempo de Pombal], foi com a questão das Irmãs da Caridade que a ideologia anticlerical, na sua vertente anticongreganista, adquiriu maior significado»⁹³. A discussão à volta deste tema, alimentada pela imprensa, viria a revelar um país dividido entre um mundo rural predominantemente religioso e um mundo urbano com uma forte componente anticlerical.

É analisando esse movimento de oposição às congregações religiosas e ao clero em geral que começamos a compreender, como refere Fernando Catroga, «que o anticlericalismo liberal não era idêntico ao anticlericalismo manifestado pelos republicanos a partir das décadas de 80 e 90». No seu entender, «os republicanos iam mais longe, na medida em que juntavam à crítica ao clero uma oposição à própria religião. Sendo assim revelavam uma conceção agnóstica do universo e, em muitos casos, ateia»⁹⁴.

Vale a pena explorar o anticlericalismo dos anos 80 e 90 em Portugal surgido após o *Concílio Vaticano I*. Para compreender a contestação que ele gerou e a opinião crítica que dele derivou, Catroga começa por olhar para a questão da *Infalibilidade Papal*, uma tomada de posição da Santa Sé face à modernidade que veio a despoletar não apenas um abalo nos setores católicos mais liberais, mas também uma dura crítica por parte de ateus e agnósticos. Para o autor, as decisões tomadas pelo Papado «constituíram momentos altos de um debate que teve outras vicissitudes e que, gradualmente, se foi tornando nuclear na campanha laicista»⁹⁵. A «absolutização» imposta pelo Papado viu-se assim contestada em Portugal por diversos setores políticos, desde os partidos liberais monárquicos, passando pelos republicanos, até aos socialistas e anarquistas. O próprio operariado, na sua opinião, consciente da aliança entre o «trono e o altar», não ficou indiferente à questão. Catroga considera, por isso, este tema um ponto decisivo para se conhecer em profundidade a problemática da questão religiosa em Portugal e, em particular, o anticlericalismo/anticatolicismo que

⁹³ NETO, Vítor Manuel Pereira – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*, p. 295.

⁹⁴ NETO, Vítor Manuel Pereira – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*, p. 321.

⁹⁵ CATROGA, Fernando — “O laicismo e a questão religiosa em Portugal”. *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, p. 230.

terá emergido com um novo vigor ao longo dessas décadas. Ao que parece, os discursos contrários à Igreja começaram a ganhar uma nova base de apoio. A sociedade portuguesa tornara-se mais sensível a valores como a democracia e o desenvolvimento.

Com esta tomada de posição por parte da Igreja e a crescente influência das ordens religiosas recentemente instaladas no país, os ataques a esta instituição começaram a ganhar uma nova dimensão. Para José de Carvalho, a filosofia positivista assumiu nesta fase uma particular importância, «sem esquecer a ideologia republicana que lhe está intimamente associada. Isto tendo em conta que o positivismo apontava para a definitiva e clara extinção do espírito teológico e, por conseguinte, de todas as religiões»⁹⁶.

E ao que ao Partido Republicano diz respeito, se é certo que os anos 90 não foram propriamente os melhores, lembremo-nos que, a partir do fracasso do 31 de janeiro de 1891, o Partido Republicano entrou em crise, foram no entanto anos de forte contestação anticlerical, desta vez liderada tanto por republicanos como por socialistas, numa altura em que a Igreja, com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, ganhava não só um novo alento como uma nova doutrina que propunha resolver o conflito entre o capital e trabalho.

O novo século deu sequência a esta tensão. O ano de 1901, por exemplo, foi um ano de intensas batalhas entre os que defendiam o catolicismo e a sua forte presença na sociedade e os seus opositores. O caso Calmon, relativo a uma jovem que, contra a vontade do pai, queria entrar para uma ordem religiosa, dividiu, mais uma vez, o país, gerando uma discussão social alimentada pela imprensa, também ela dividida entre a imprensa ultramontana que defendia os interesses da Igreja e a restante que ora de forma mais moderada ora de forma mais radical defendia uma maior secularização da sociedade.

Porém, parece ter sido o ano de 1909 o mais impressionante no que diz respeito à manifestação e organização dos anticlericais. Com o Partido Republicano já recomposto e com fortes ligações ao Grande Oriente Lusitano Unido, foi possível, a 2 de agosto do mesmo ano, levar a cabo uma manifestação com a participação de 100.000 manifestantes. A grandiosidade da manifestação, como refere Vitor Neto, «comprova como o anticlericalismo era assumido por uma parte significativa da população lisboeta. A luta ideológica contra o clericalismo iniciada, sobretudo, por volta de 1860 encontrava finalmente uma base social de apoio significativa, embora localizada geograficamente na capital do país». Deste modo, como o próprio autor

⁹⁶ CARVALHO, José — “Anticlericalismo/anticatolicismo e clericalismo/catolicismo em Portugal nas vésperas da I República (1881-1910) – breve panorâmica histórica”, p 288.

refere, a ligação desta manifestação antirreligiosa a um «movimento político potencialmente revolucionário acabava por lhe assegurar uma força que não poderia ser menosprezada pelo regime monárquico e pela Igreja». Estávamos no limiar de uma nova ordem, o que veio a significar a entrada na fase mais aguda da guerra religiosa e que, por isso mesmo, merece da nossa parte um olhar mais pormenorizado⁹⁷.

A 5 de outubro de 1910 os republicanos tomavam o poder. Enquanto os vencedores se iam organizando, coube ao Governo Provisório, encabeçado por Teófilo Braga, lançar os primeiros alicerces do novo regime, entre eles o da laicização da sociedade. A primeira destas medidas foi a publicação de um decreto que punha em vigor as leis pombalinas contra os Jesuítas e a lei de Joaquim António de Aguiar, que extinguiu as ordens religiosas masculinas em Portugal e encerrava os conventos. A esta medida seguiu-se a laicização dos feriados religiosos, a abolição do ensino da doutrina cristã e do juramento religioso em atos oficiais. O bispo de Beja foi suspenso das suas funções, foi extinta a Faculdade de Teologia e foi publicada a lei do divórcio, entre outros decretos.

A Lei do Registo Civil é talvez das mais salientadas pelos historiadores. Deste modo, o Estado «retirava à Igreja o seu controlo sobre os três momentos essenciais da vida dos cidadãos, – o nascimento, o casamento e a morte»⁹⁸. Na opinião de Vítor Neto, «estava-se, assim, num ponto de chegada de um longo movimento de laicização: o Estado criava, através da nova legislação, uma rutura com o passado. Mas, ao mesmo tempo, a legislação republicana nesta matéria colidia «com a mundividência de uma população maioritariamente rural e analfabeta»⁹⁹, quase sempre manipulada pelo clero ultramontano.

Mas, apesar de tudo, como escreveu Maria Lúcia de Brito Moura, «não se pode dizer que a Igreja tenha hostilizado o novo regime nos seus primórdios»¹⁰⁰. Na verdade, «a Igreja estava habituada a este tipo de vendavais que, de quando em quando, a atingiam. De um modo geral, o clero regular era quem verdadeiramente sofria. O clero

⁹⁷ NETO, Vítor Manuel Pereira — *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*, p. 354.

⁹⁸ NETO, Vítor — “Lei da Separação do Estado das Igrejas”. In ROLO, Maria Fernanda — *Dicionário de história da I República e do republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2014, p. 630-639.

⁹⁹ NETO, Vítor — “Lei da Separação do Estado das Igrejas”. In ROLO, Maria Fernanda — *Dicionário de história da I República e do republicanismo*, p. 630.

¹⁰⁰ MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» na I República*, p. 35.

secular conseguia reerguer-se sem grandes feridas e adaptar-se às novas situações»¹⁰¹.

Parece assim que a Igreja se mostrou expectante e cautelosa, uma vez que, com o passar dos primeiros tempos, até os mais renitentes se mostravam dispostos a aceitar a República. Possivelmente – escreve a autora – «haveria a esperança de que as leis persecutórias se ficassem pela extinção das congregações religiosas [e poucas mais]. Quanto à intranquilidade existente em alguns lugares, pensar-se-ia que a calma regressaria em breve, em consonância com a acalmação dos ânimos»¹⁰².

Mas tal argumentação e sobretudo a ausência de gestos contra a República não revelam necessariamente inércia absoluta face à legislação lançada pelo novo regime. Em outubro de 1910, os bispos enviaram a sua primeira nota coletiva contendo sugestões sobre a Lei da Separação ainda a ser preparada. Do mesmo modo, muitos outros católicos organizados intervieram junto do governo, mas sem grande eficácia. Poder-se-á colocar a questão se o Governo Provisório não terá pensado estar perante uma contrarrevolução que avançava silenciosamente¹⁰³. É esta a interpretação da autora, uma vez que as relações entre ambos os lados se foram esfriando ao longo do tempo, levando progressivamente ao extremar das posições.

Quanto à Lei da Separação do Estado das Igrejas, saída a 20 de abril de 1911, foi o culminar da aspiração de uma elite que, desde as últimas décadas do século XIX, procurou separar a religião da política, uma separação que durante a vigência da Monarquia Constitucional não convinha nem à Igreja nem ao Estado.

Não nos deteremos demoradamente sobre os aspetos que a lei evoca. Diremos apenas que os governantes, olhando para a Lei da Separação implementada em França e no Brasil, optaram por fazer uma lei «à portuguesa», muito mais radical do que a brasileira e mais ambiciosa do que a francesa. Resumidamente, podemos ainda acrescentar que o texto garantia «a plena liberdade de consciência», sendo que a religião católica deixava de ser a religião oficial. Além disso, o Estado considerou-se proprietário de todos os bens da Igreja, desde as propriedades dos bispos às dos padres. O número de seminários foi reduzido. O Estado achou-se no direito de intervir na nomeação dos membros do clero e colocou fortes restrições às práticas de culto no espaço público, fiscalizando o que se passava nas igrejas e capelas. Os membros do clero foram ainda proibidos de usar, fora dos templos e cerimónias cultuais, os seus hábitos talares. Em «compensação», o Estado atribuía uma pensão a cada membro do

¹⁰¹ MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» na I República*, p. 35.

¹⁰² MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» na I República*, p. 46.

¹⁰³ MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» na I República*, p. 47.

clero. Pensão essa que vinha «precisamente dos rendimentos dos bens cuja administração fora retirada à Igreja [...]. Assim sendo, a atribuição das pensões não traria quaisquer encargos financeiros para o Estado»¹⁰⁴.

Seria uma questão de tempo até serem visíveis as consequências desta profunda alteração. Por seu lado, um grupo de católicos denunciou logo o que a seus olhos só poderia ser comparável à «escravização da Igreja». «Afirmavam que, através do diploma em causa, a maioria dos portugueses, que professavam o catolicismo, era “sacrificada às exigências de um insignificante grupo de não católicos e de livres-pensadores” [resumindo a nova lei] a quatro palavras: “injustiça, opressão, espoliação, ludíbrio”. Quanto aos bispos, tantas vezes tidos por muitos como cobardes, tomavam – agora mais que nunca – consciência de que a hora era grave para a Igreja. «Preocupavam-se, certamente, com as divisões no seio do clero e dos leigos. Quantos prefeririam estar ao lado do poder político?»¹⁰⁵ O Papa viria em auxílio da Igreja portuguesa, mas teria esse apoio um resultado prático?

Dois anos passados, existia na consciência de muitos católicos a ideia de que a República obrigara a Igreja e os crentes a viverem um século em dois anos. Nesta altura, podemos pensar, como sugere Luís Salgado de Matos, se o desencadear da Separação não terá ultrapassado tanto republicanos como católicos, obrigando-os a aplicar novas estratégias de luta. Para este autor, a separação não foi querida nem pela Igreja Católica nem pelo Estado. Acabou, isso sim, por «dividi-los a ambos e reformulou-os em termos que, à partida, nem um nem outro tinham imaginado»¹⁰⁶. No entanto, esta lei foi decisiva para Portugal. Após o 5 de outubro, os republicanos sempre quiseram o acordo com a Igreja, por a temerem, por respeitarem a liberdade de consciência, mas cometeram o erro de pretenderem um acordo com base regalista, o que a Santa Sé rejeitou. Isto é, pretendiam o domínio do poder do Estado sobre a Igreja.

Para além disso, à medida que as novas leis começavam a ter um maior impacto na sociedade, começava a aparecer na imprensa um número cada vez maior e variado de incidentes. Poder-se-á dizer que a imprensa da época, tanto a ultramontana como a republicana, alimentou acesas polémicas sobre a questão religiosa, cavando um fosso cada vez mais fundo entre os portugueses. A tal ponto que Ferreira do Amaral (um dos nossos memorialistas) chega a contar um episódio que presenciou nas ruas de Lisboa por volta de 1911, bem revelador do quanto a discussão em torno das questões religiosas grassava um pouco por toda a sociedade portuguesa. Amaral recorda-se de

¹⁰⁴ MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» na I República*, p. 73.

¹⁰⁵ MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» na I República*, p. 77 e 78.

¹⁰⁶ MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja*, p. 33.

ver uma manifestação em frente ao portão de um edifício militar. Esse grupo de algumas dezenas de pessoas, todos homens e na maioria «maltrapilhos e criaturas com aspeto de vagabundos», estava «delirando em morras e vivas». Junto ao mesmo portão estava formada uma guarda de baionetas armadas. «Os soldados estavam todos com atitude apreensiva e até em alguns se notava a palidez do semblante. O comandante da guarda, que era um sargento, ria-se com um riso alvar, ou talvez inconsciente, para o agrupamento dos manifestantes...»¹⁰⁷. Até que, a dado momento, sai do edifício «uma viatura militar escoltada por alguns soldados de baioneta armada [...] sob o comando de outro sargento, que me pareceu ter um ar um tanto contrariado»¹⁰⁸.

Então a récula de maltrapilhos, sob o comando de meia dúzia de *meneurs*, avançou de roldão para o carro, como quem quer apoderar-se do conteúdo. [...] Os soldados da escolta obstaram um tanto brutalmente a que alguém se aproximasse do carro e, depois da momentânea paragem a que este incidente deu lugar, tudo seguiu o seu caminho.

Isto é, o carro cercado pela escolta e os manifestantes em volta e atrás do carro.

De vez em quando um dos manifestantes atirava para dentro da carroça com uma pouca de lama da estrada ou com porções de excrementos de animal, que apanhava do chão! Quanto aos soldados da escolta, uns olhavam para a multidão com ar carrancudo, outros riam-se por vezes, encolhendo os ombros. Via-se que da parte da escolta havia dois sentimentos patentes: o de indignação e o de desprezo. Na matulagem da manifestação predominava o riso e a grande galhofa.¹⁰⁹

Qual a razão de «tanta exibição de tesura» – pergunta Ferreira do Amaral? «Muito simples a explicação. O carro ia carregado com todos os santos de uma capela que havia dentro do edifício militar ou em uma das suas dependências! Estava-se realizando a obra de um estadista em Portugal e ao mesmo tempo estava-se fazendo a propaganda...»¹¹⁰.

A propaganda em destaque – dirá o autor mais à frente – é a do livre-pensamento protagonizada pelos republicanos mais radicais. Fica evidente a divergência de Ferreira do Amaral em matéria religiosa relativamente a muitos republicanos. Mas, se pensamos que este autor é um acérrimo defensor da religião e dos interesses da Igreja, estamos enganados. Talvez fiquemos espantados com um retrato nada simpático que ele faz de parte da Igreja portuguesa deste período, em especial de uma padre que no seu

¹⁰⁷ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*. Lisboa: J. Rodrigues & C^a, 1922, p. 37.

¹⁰⁸ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 37.

¹⁰⁹ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 38-39.

¹¹⁰ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 39.

entender é mais o reflexo do diabo do que de Deus. Mas deixemos essa questão para um outro capítulo do nosso estudo, em que tentaremos compreender a descrença de alguns militares portugueses e o seu contributo racional na compreensão da fé que ia emergindo no quotidiano da guerra.

Mais importante de momento será tentar compreender esta nova ideologia. Segundo Luís Salgado de Matos «o livre-pensamento era a corrente mais laicista e portanto mais hostil a todas as religiões. Era um movimento filosófico de origem francesa [...] que se definira como “democrático, laico, e social”; apoiava-se apenas na razão e era agnóstico ou ateu. Tinha relações várias com a Maçonaria, que partilhava os seus grandes objetivos e, por vezes, se identificava com eles»¹¹¹.

É muito fácil confundirmos republicanismo com livre-pensamento. Na verdade, embora não possamos dizer que todos os republicanos fossem livres-pensadores podemos dizer que os livres-pensadores se consideravam republicanos, muitos deles pertencentes às alas mais radicais. Neste sentido, não deixa de ser interessante refletir sobre a ideia de Deus na propaganda republicana. Para Luís Salgado de Matos, «a propaganda dos republicanos era condicionada pela imagem que tinham da Igreja. Os republicanos ou eram ateus, e consideravam Deus uma ideia errada, que afastava a luz, ou aceitavam a religião, mas consideravam o catolicismo fator de atraso»¹¹². É preciso ter em conta que, à época, o positivismo de Auguste Comte era muito popular. Não admira que a sua ideia inicial de que a religião correspondia ao estado infantil da humanidade viesse a exercer uma grande influência no pensamento crítico republicano.

Dos republicanos portugueses, como destaca o autor, poucos consideravam a religião necessária. Imbuídos das ideias positivistas, esqueciam o analfabetismo dos portugueses. Por isso, «nos últimos anos do século XIX desenvolvera-se entre os republicanos o Livre-Pensamento, que dispensava Deus, dava férias ao Grande Arquiteto. [...] Estas férias facilitavam o ataque à Igreja Católica, mas não o determinavam»¹¹³. Para o autor, laicos e laicistas partilhavam a mesma visão do mundo e da organização política inspirada em Comte e divergiam na teoria da ação. Os laicos eram deterministas e achavam que não era possível extinguir o catolicismo por uma qualquer ação humana. Ao contrário, os laicistas acreditavam que o homem podia e devia acabar com a Igreja. Para estes últimos, o catolicismo tinha características que os católicos então atribuíam ao Demónio: mau, perverso, eficaz. Foi neste contexto que se enraizou a propaganda republicana contra a reação da Igreja à Lei da Separação. No

¹¹¹ MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja*, p. 57.

¹¹² MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja*, p. 193.

¹¹³ MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja*, p. 194.

fundo, Luís Salgado de Matos volta a reafirmar, tal como o fez Maria Lúcia de Brito Moura, a presença de um forte sentimento de desconfiança tanto do lado dos republicanos como das católicos.

Contudo, as tensões relativas à questão religiosa não foram sempre conflituosas. Houve fases de acalmia como a da «ditadura» de Pimenta de Castro ou posteriormente, em 1916, quando Portugal estava prestes a entrar na guerra contra a Alemanha. Neste último momento, os governantes republicanos, à semelhança do que tinha ocorrido em França, suspenderam parte das medidas separatistas de modo a integrar os católicos no governo. É neste contexto de acalmia, no que diz respeito ao relacionamento entre as instituições, que vai ser debatida a possibilidade de capelães portugueses partirem para a frente de combate. Medida que sendo aceite pelo governo provocará, ainda assim, mais uma batalha ideológica em parte da sociedade portuguesa, vindo a ter sérias repercussões junto das tropas já em terras da Flandres. Algo que teremos a oportunidade de explorar mais à frente.

Será, contudo, durante o terceiro governo de Afonso Costa (1917), numa altura em que se deram grandes distúrbios em Lisboa, como os assaltos às padarias, que o governante voltaria a aplicar «a sua experimentada receita de mobilização republicana»¹¹⁴, isto é, o ataque à Igreja Católica.

A situação voltou a mudar com o golpe de Sidónio Pais. Ocorrido a 8 de Dezembro de 1917, dia de Nossa Senhora da Conceição, foi visto por muitos católicos como um sinal divino. Ao que parece, o novo governante protegeu logo o catolicismo: «Datado de 9 de dezembro e publicado a 10, saiu o decreto da Junta Revolucionária, assinado pelo seu presidente, Sidónio Pais. O decreto “declara nulos todos os castigos que, a pretexto do cumprimento da Lei da Separação das Igrejas do Estado, foram decretados pelo governo transato contra prelados portugueses”...»¹¹⁵. Não admira que a Igreja em geral, e em particular os párocos, manifestassem logo a sua simpatia pelo novo presidente. Contudo, só após a Primeira Guerra Mundial começará a ser evidente um novo relacionamento entre a Igreja e o Estado em Portugal. A beatificação de Nuno Álvares Pereira, logo após o conflito, parece revelar uma mudança de estratégia por parte da Santa Sé. Já o Estado Português volta a comparecer nas cerimónias religiosas. Para que estas mudanças e outras ocorressem, diz-nos Luís Salgado de Matos, terá contribuído o exército, o que não deixa de ser interessante averiguar, uma vez que a intenção do nosso estudo é compreender de que modo a religiosidade foi vivida pelos

¹¹⁴ MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja*, p. 433.

¹¹⁵ MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja*, p. 434.

militares portugueses durante o grande conflito, qual a sua importância, e os seus resultados no pós-guerra¹¹⁶.

Concluindo, embora a questão religiosa não se esgote com o fim da Grande Guerra, podemos dizer que a sua fase mais crítica estava encerrada. Segundo Luís Salgado de Matos, é possível resumir a questão religiosa durante a República em doze conclusões em que fica evidente como os republicanos e os eclesiásticos acabaram por colaborar, depois dos primeiros terem falhado a sua tentativa de separação radical. Expomos apenas as que achamos mais importantes¹¹⁷.

Em primeiro lugar, católicos e afonsistas reescreveram a história da separação, isto é: estes dois polos simbólicos são usados frequentemente pela historiografia para descrever um combate muitas vezes interpretado entre o bem e o mal que diverge apenas na distribuição dos papéis de bom e mau.

Em segundo lugar, enquanto os republicanos julgavam o povo monárquico, não lhes dando o sufrágio universal por essa razão, os bispos julgavam-no crente e defensor da Igreja.

Tanto os republicanos como a Santa Sé queriam um regime de religião de Estado. Neste sentido, a separação efetiva, ao ultrapassá-los com o desenrolar dos acontecimentos, acabou por ser feita contra a primeira vontade de ambos.

A Lei da Separação dividiu os católicos e os republicanos, originando um jogo triangular com os monárquicos.

Os republicanos «carbonários» desinteressaram-se, a dado momento, do fenómeno católico, provavelmente ao se aperceberem de que Afonso Costa usava a questão religiosa para a sua tática pessoal e não para exterminar a religião.

Por seu lado, a Santa Sé, dividida, começou condenando em absoluto a Lei da Separação e acabou enterrando com a República maçónica a questão da religião.

Embora a política católica dos bispos tenha falhado a Separação teve o efeito perverso de promover uma Igreja mais dependente do clero e, portanto, da hierarquia, o que em última instância significou mais dependência do Sumo-Pontífice.

Por último, a questão religiosa foi central na vida e morte da Primeira República. Os extremos acabaram por ganhar, o que, na opinião de Luís Salgado de Matos, «era uma vitória dispensável»¹¹⁸.

¹¹⁶ MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja*, p. 469 e 470.

¹¹⁷ MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja*, p. 671.

¹¹⁸ MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja*, p. 673-697.

3.2. A questão religiosa na Guerra

O ano de 1914 simboliza hoje, em todo o mundo, o ano em que as grandes potências europeias se precipitaram numa guerra de consequências trágicas. Para Portugal a data parece não ser muito significativa, se tivermos em conta que o país só entrou oficialmente no conflito em 1916. Mas será bem assim?

Esta é sem dúvida a versão mais conhecida. Esquecemo-nos frequentemente que, desde 1914, Portugal mantinha uma guerra colonial com a Alemanha na fronteira sul de Angola. O célebre incidente de Naulila, o primeiro de vários confrontos entre tropas portuguesas e alemãs em África, ocorrido a 18 de dezembro desse ano, terminou com a derrota das tropas portuguesas¹¹⁹. A partir daí, várias expedições militares foram enviadas para Angola. Inicialmente, com o objetivo de defenderem a fronteira sul face às ofensivas alemãs na região e, posteriormente, para recuperar os territórios sublevados, uma vez que os seus habitantes, aproveitando o vazio de poder após a derrota portuguesa, revoltaram-se contra a ocupação destes.

É nas memórias de Ferreira do Amaral, um dos militares que participou na expedição do general Pereira de Eça, destinada a submeter novamente toda aquela vasta região ao domínio português, que encontramos um dos primeiros relatos sobre a religiosidade dos militares portugueses e sobretudo sobre a ambivalência da questão religiosa na guerra.

Conta-nos este participante da campanha do Cuanhama (1915) que por aquela altura, após três duros combates contra as forças sublevadas a coluna militar, após vários dias cercada e com falta de recursos, tinha conseguido restabelecer as ligações com a região de Humbe, uma ligação essencial, tendo em vista a retirada eminente das tropas portuguesas. A situação era de tal ordem que só não degenerou em mais um desastre para os portugueses porque uma outra coluna militar, a do Cuamato, chegou em socorro das tropas de Cuanhama.

Não é por acaso que o autor nos conta todas estas considerações. O seu propósito é revelar-nos uma convicção que formou durante esse período em que a morte e o desespero se tornaram realidades cada vez mais próximas dos homens que compunham a expedição. Talvez por isso, conclui Ferreira do Amaral «o Deus dos católicos, nesses dias, começou a aparecer, com relativa frequência, pelo quadrado das Chanas da Mongua»¹²⁰.

Com o seu estilo tão característico, Amaral recorda:

¹¹⁹ ARRIFES, Marco Fortunato — *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa*, p. 98.

¹²⁰ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 54.

Hoje já muitos tesos se esqueceram dessas visitas, mas eu lembro-me muito bem do que por lá vi e ouvi, para estar agora aqui a trepidar em fazer essa revelação, sensacional para os que berram injúrias contra os santos e fazem chacota oficial da religião do meu país.¹²¹

E tantas contradições o autor observou em alguns daqueles que se julgavam livres-pensadores e que meses antes se manifestavam pelas ruas de Lisboa contra os santos e contra o catolicismo que não resistiu em contar um breve episódio que teve com um desses pregadores de ideias livres, e em que ele – Amaral – se fez passar por «Demónio Tentador». Nesse dia, um «chauffeur»:

Depois de ajeitar o coval do camarada, afastou-se do local e voltou quase logo com uma linda cruz de madeira que denotava ter sido de fabrico esmerado [...]. Com muito carinho espetou a cruz em um dos extremos do coval (do lado da cabeça) e quando ele ia proceder aos últimos retoques, com os ares mais naturais que pude simular, disse-lhe:

– Olha lá, ó rapaz! Para que é essa merda aí?

Se eu o tivesse chicoteado com um cavalo-marinho, o «chauffeur» não se tinha voltado tão rapidamente e como que de um salto. [...]

Ao descortinar o terror supersticioso estampado na cara desse figurão, reforcei a minha invetiva com frases mais adequadas e tentei raciocinar com o fervoroso católico de ocasião.

– Sim! Disse-lhe eu, tu sabes se esse rapaz que está aí enterrado era católico?

– Ele foi batizado, meu capitão, respondeu-me o «chauffeur» um tanto perplexo pela minha observação livre-pensadeira.

– Isso não quer dizer nada. Ele pode ter sido batizado em pequeno e depois não querer ser católico, nem ter religião nenhuma, e o que tu estás aí a fazer é uma violência. Tu sabes se ele ia à missa aos domingos, e se tirava o chapéu ao passar pelas igrejas?

– Não, senhor, respondeu-me o meu interlocutor, corando um tanto ou quanto por perceber que eu estava, por assim dizer, a levar à parede, não o morto, mas ele próprio.

– Então para que lhe puseste tu aí uma cruz?

O «chauffeur» ficou visivelmente embaraçado e depois, em uma atitude sacudida, disse-me:

– É para ficar assim marcado o lugar onde ele está.

– Mas para isso não é preciso pôr aí uma cruz com essas letras e com todo esse aparato de religião; basta uma tabuleta com o nome do rapaz.

Então o «chauffeur» encarando-me bem de frente e em frase franca e decidida, respondeu:

¹²¹ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 54.

– Mas assim fica melhor, meu capitão!¹²²

Amaral não pôde deixar de se rir daquele «figurão», agora «católico converso», a quem dias antes ouvira «as mais soezes e bestiais referências a padres e irmãos da caridade, de mistura com afrontosas frases a respeito da religião católica»¹²³. E, continua dizendo:

Mas todo este livre pensamento passava-se antes das operações ativas nos primeiros dias de agosto. A entrada na zona inimiga deu-se em 14 de agosto e antes de terminar esse mês já esse figurão punha cruzeiros com RIP á cabeceira das campas porque assim ficava melhor.

[Por isso] Tenho a impressão de que, no meu país, 99% dos livres-pensadores são de qualidade de bater nos peitos, de joelhos diante de uma cruz. A questão é... aparecer a ocasião!

Haverá muitos católicos a fingir, mas o que dizer dos livres-pensadores a fingir? [...] Ah! Tesos, tesos!¹²⁴

Com este exemplo vemos como a questão religiosa se manifestou nas campanhas de África durante os primeiros anos do grande conflito militar. Contudo, faltará ainda algum tempo até a questão religiosa ser tomada a sério pelas instituições e começar a ter mais relevantes repercussões. Tal tensão viria a surgir impulsionada pela manifesta política belicista do governo de Afonso Costa. Tendo o país entrado em guerra com a Alemanha em 1916, o Governo da União Sagrada decidiu organizar um Corpo Expedicionário Português com vista a participar no teatro de operações europeu.

Foi precisamente no decorrer desta mobilização que vários grupos de católicos, juntamente com as autoridades eclesásticas do país, decidiram formar a Comissão de Assistência Religiosa em Campanha. Esta comissão tinha como principal objetivo formar um grupo de capelães destinados a acompanhar as tropas às linhas.

Foi exatamente neste ponto que as duas instituições, Igreja e Estado, ainda numa guerra latente, mas agora em fase de acalmia (lembremo-nos de que o governo precisava do apoio dos católicos para se manter no poder), voltaram a ter posições discordantes, tendo o governo republicano sérias reservas a respeito do envio de sacerdotes para a Flandres. Maria Lúcia de Brito Moura ajuda-nos a compreender as várias posições neste domínio.

¹²² AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 55-56.

¹²³ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 56.

¹²⁴ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 56.

No entender dos católicos, era indispensável a presença de capelães junto das tropas. A seu ver e usando a experiência da morte como argumentação, sendo a maior parte dos combatentes oriundos do meio rural com uma educação tradicional e católica, ser enterrado «como um cão», isto é, sem o emprego do rito católico, feria-lhes a sensibilidade. Nas palavras do cardeal patriarca de Lisboa, Mendes Belo, o Estado Português não podia «recusar aos nossos soldados uma faculdade que todos os estados beligerantes reconhecem aos seus nacionais – a faculdade de livremente praticarem a sua religião – proporcionando-lhes para tal efeito todos os meios necessários». A esta argumentação Mendes Belo virá a juntar uma outra, sublinhando a existência de duas palavras «simpáticas e belas – Religião e Pátria». Por isso, no entender da hierarquia eclesiástica, «o procedimento dos católicos não poderia ser outro: tinham o sagrado dever de defender a Pátria»¹²⁵ e a sagrada liberdade de preservar o seu culto em campanha.

Apesar da enérgica oposição de muitos livres-pensadores relativamente ao envio de capelães para a Flandres, parece que o ministro da guerra Norton de Matos terá mostrado alguma flexibilidade ao afirmar: «Podem, portanto, os católicos, os protestantes e os judeus estar tranquilos. O governo não quer aproveitar-se da campanha para privá-los do que eles julgam ser um benefício indispensável»¹²⁶.

Contudo, se o governo parecia concordar com a liberdade religiosa, os seus apoiantes mais radicais faziam-no duvidar e adiar cada vez mais a autorização para a partida dos capelães. Para os mais radicais, sacerdotes católicos e símbolos religiosos (tidos pelos primeiros como propaganda) não faziam nenhuma falta na guerra. Antes pelo contrário, seriam mais um problema para os comandantes e um fator de desencorajamento dos homens. Por isso, cita-nos a investigadora a seguinte frase retirada do jornal portuense *A Montanha*: «Contra o inimigo clerical toda a cautela é pouca. Ele não é apenas pior do que o inimigo alemão. É pior do que uma fera danada, é uma víbora de cem cabeças, sempre pronta a morder»¹²⁷.

Para Maria Lúcia de Brito Moura, a diabolização do clero português por parte do republicanismo radical «só se compreende pela enorme desconfiança em relação aos membros do clero»¹²⁸, desconfiança alimentada por uma guerra religiosa que havia já várias décadas ia dividindo a sociedade portuguesa. Daí os livres-pensadores olharem

¹²⁵ MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 8 e 10.

¹²⁶ MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 12.

¹²⁷ MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 15.

¹²⁸ MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 16.

para a possibilidade do envio de sacerdotes católicos para a frente de guerra como uma influência nefasta.

Mas «nem todos os defensores do regime vigente alinhavam no sentimento de repugnância pela partida dos capelães acompanhando os contingentes militares»¹²⁹. Prova disso foi a autorização dada pelo governo. No entanto, tal decisão não revela necessariamente uma vitória ou conquista dos católicos face ao governo republicano. Revela, isso sim, uma vitória dos republicanos moderados face aos radicais. Sobre isto há ainda alguns fatores a destacar. Primeiro, é preciso ter em conta a crescente pressão por parte de alguns oficiais que, tendo já embarcado para França, requeriam cada vez mais ao governo o envio de capelães.

O testemunho que Ferreira do Amaral¹³⁰ dá nas suas memórias a este respeito é revelador disso mesmo. Certa manhã, o capitão acordou «ao som solene e impressionante de um coro religioso». Apercebendo-se de vozes fortes e ásperas de homens que marcavam em cheio a harmonia dos cânticos, Ferreira do Amaral perguntou o que era aquilo ao seu impedido, que lhe respondeu, secamente, que «era na igreja».

Saí à rua, encaminhei-me para a igreja e ao entrar fiquei pasmado.

Algumas centenas dos mil e tal homens do meu batalhão entoavam o Bendito e Louvado Seja em português. [...] Eram os soldados de infantaria 15, que estavam, em começos de abril de 1917, acantonados na aldeia de Rincq!

O padre era francês! Era o cura da aldeia francesa, que dirigia a cerimónia religiosa dos meus soldados!

Saí indignado e desde essa ocasião resolvi pedir um capelão português para acompanhar a minha unidade às linhas, tendo em mínima conta os juízos que sobre a minha resolução fariam os ferozes e ridículos livres-pensadores do CEP e do meu país.¹³¹

A deliberação de Ferreira do Amaral coincidiu com o aparecimento no batalhão do chefe dos capelães do CEP José do Patrocínio Dias. Na verdade, o Capitão Amaral não foi o único a sugerir às autoridades competentes o envio de capelães. O então comandante geral das tropas portuguesas na Flandres, general Tamagnini, tinha já enviado diligências ao governo de Lisboa nesse sentido. Dos quarenta capelães pedidos

¹²⁹ MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 18.

¹³⁰ Ferreira do Amaral, além de ter participado nas primeiras campanhas africanas, foi ainda combatente na Flandres, onde se destacou como comandante do batalhão 15, um dos batalhões portugueses mais famosos de toda a guerra.

¹³¹ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 50.

apenas vieram 18, faseadamente. Tendo voltado a insistir, queixava-se Tamagnini: «nem o meu pedido mereceu a atenção de uma resposta»¹³².

Ao que parece, até os ingleses e franceses tentaram intervir junto do governo de Lisboa, de modo que este compreendesse a importância dos capelães junto das tropas. No seu entender, os oficiais aliados fizeram saber que, à semelhança do que acontecia nos seus exércitos, também os sacerdotes portugueses poderiam ter um papel importante na difícil tarefa de manter o moral das tropas.

Com receio, o governo foi cedendo, mas não a qualquer custo. A escolha de José do Patrocínio Dias para chefe dos capelães, bem como a autorização para a partida dos outros sacerdotes, não foi feita ao acaso. Segundo escreveu Luís Miguel Fernandes na sua tese sobre o então capelão e posteriormente bispo de Beja, a sua escolha teve como fator decisivo o facto de José do Patrocínio Dias nem ser considerado um inimigo do Estado nem desconsiderado pela autoridade eclesiástica¹³³.

Quanto aos outros sacerdotes, o governo republicano fez questão de se ver representado por alguns pensionistas, ou seja, pelos sacerdotes que, contra as determinações da Igreja, aceitaram a pensão oferecida pela República, fator que será ao início motivo de tensão entre os capelães, uma vez que neste grupo se encontravam aqueles que decidiram obedecer à República e aqueles que dela discordavam.

Mal Patrocínio chegou a França, rapidamente se apercebeu de que grande parte dos «oficiais responsáveis pelo comando do CEP manifestavam-se insensíveis e intolerantes com a presença dos sacerdotes em campanha». Como descreve Luís Miguel Fernandes, o general Tamagnini recebeu Patrocínio Dias «“em tom desprovido de amenidade”, afirmando-lhe que seria severo com os padres que fizessem propaganda e exigindo que recomendasse aos seus colegas o exercício do ministério apenas quando fosse pedido». Deste modo, Patrocínio Dias compreendia que «aquele ambiente estava pronto a ser inflexível diante de qualquer erro por parte dos capelães»¹³⁴.

Contudo, não deixa de ser interessante refletir sobre a postura de Tamagnini, o comandante que havia solicitado a vinda de mais capelães e que, a dado momento das suas memórias, escreveria que «em geral, os soldados, antes de entrarem de serviço nas trincheiras, confessavam-se, comungavam e ouviam missa. Marchavam com um

¹³² MARQUES, Isabel Pestana — *Memórias do General: "Os Meus Três Comandos" de Fernando Tamagnini*. Viseu: Sacre, 2004, p. CCIX.

¹³³ FERNANDES, Luís Miguel — *D. José do Patrocínio Dias, o homem, o militar e o bispo restaurador da diocese de Beja (1884-1965)*. Lisboa: Universidade Católica, 2014, p. 68.

¹³⁴ FERNANDES, Luís Miguel — *D. José do Patrocínio Dias*, p. 70 e 71.

moral diferente, muito mais abatido, quando por falta de capelão, ficavam privados de cumprir estes atos de culto». Acabou por reconhecer no mesmo texto que «os capelães prestaram admirável serviço [ao longo da guerra], e foram de uma dedicação sem limites, tendo bastantes praticado atos de abnegação e valentia, pelos quais conquistaram a bem merecida Cruz de guerra, além de outras condecorações»¹³⁵.

No fundo, ao tentarmos compreender a atitude e as palavras do general, perguntamo-nos se não terá ele jogado habilidosamente com esta questão ao longo da guerra. Por outras palavras, se foi ele uma das principais figuras a solicitar ao governo o envio dos capelães, por que terá sido tão duro na receção destes? Para não manchar a sua reputação perante os outros oficiais «livres-pensadores»? Provavelmente... O certo é que embora ao início, como nos conta Maria Lúcia de Brito Moura, tenham ocorrido vários incidentes entre os capelães e diversos oficiais discordantes quanto à presença dos primeiros, o dia-a-dia no cenário de guerra levou a uma mudança de atitudes de ambas as partes. Se no início os capelães eram acusados de fazerem propaganda (ao oferecerem terços e outro objetos aos soldados) e de não estarem preparados para atuar naquele ambiente (uma das acusações era precisamente o facto de alguns dos sacerdotes atuarem como se estivessem nas suas paróquias, o que colidia com a organização da vida militar), posteriormente viriam a ser louvados pela mudança de comportamento que tiveram. A este respeito as ordens de Patrocínio Dias eram precisas. Apostando numa atitude pouco conflituosa, o decorrer da guerra viria a proporcionar um maior encontro com os soldados (o que, de início, era muitas vezes dificultado) e uma relação de interajuda com todo o exército, facilitando assim uma mudança de mentalidades no sentido em que muitos dos livres-pensadores passaram a olhar com outros olhos para estes sacerdotes e para a religião que defendiam.

Num outro sentido, procurando explorar o que seria a vivência religiosa das tropas no início do conflito, num período em que a presença dos capelães era ainda pouco significativa, a bibliografia existente realça que por parte dos soldados «existia o receio de serem ridicularizados ou castigados por assistirem a atos de culto. Porém, havia oficiais que, pelo seu exemplo, lhes mostravam que tinham liberdade de ação religiosa»¹³⁶. Um deles é o já conhecido Ferreira do Amaral. Mas é nas memórias de Silva Mendes que encontramos o melhor exemplo a este respeito. Como ele refere, a sua companhia, a 22, era composta por rapazes da Beira Baixa, fortes, robustos e muito religiosos.

¹³⁵ MARQUES, Isabel Pestana — *Memórias do General: "Os Meus Três Comandos" de Fernando Tamagnini*, p. CCIX.

¹³⁶ MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 64.

Ao rebentar qualquer bombardeamento, muitos deles se benziavam, faziam uma pequena oração e, animados pela fé que os amparava, batiam-se como leões, dando provas de uma coragem e firmeza nunca desmentidas. Ora, pouco depois de entrarmos pela primeira vez nas trincheiras, os alemães desencadearam sobre o nosso setor um violento bombardeamento noturno.

Iniciei imediatamente, como era meu dever, uma ronda a todo o meu subsector, para tomar as providências que me parecessem mais apropriadas e encorajar as praças.

Ao chegar, porém, junto do primeiro posto, deparei com todos os soldados ajoelhados e de cabeça descoberta, à exceção da sentinela ao parapeito, que continuava debruçada sobre os sacos de terra, procurando adivinhar, no meio das trevas tenebrosas da terra de ninguém, a presença de qualquer inimigo.¹³⁷

Admirado com o que acabara de observar, o autor continua a descrição evidenciando a perturbação que sentiu nos seus soldados.

A minha presença perturbou imenso os pobres dos soldados que se levantaram imediatamente, envergonhados e confusos, receosos de que tomasse por uma manifestação de cobardia o seu zelo religioso e fosse talvez zombar da sua fé e dos seus sentimentos. [...]

Compreendi instantaneamente que a minha atitude teria uma influência decisiva sobre todas aquelas criaturas e talvez sobre toda a companhia e, quase sem pensar, subi para a banquetta de tiro e disse para os homens: – «Ajoelhem-se rapazes e acabem a vossa oração e tu, sentinela, se tens fé, reza também que eu vigiarei por ti».¹³⁸

Não adivinhava, com certeza, o jovem oficial a resposta que teria por parte de um dos seus soldados ao dizer tal coisa.

A satisfação, o reconhecimento e o alívio que estas palavras causaram no espírito dos meus subordinados nem os leitores nem eu próprio o poderei avaliar bem; apenas sei que a sentinela, ajoelhou-se junto dos outros e interpretando, certamente, a gratidão de todos eles pela criatura que tão bem mostrava compreendê-los, saiu-se com estas palavras: – «Pela vida e saúde do nosso alferes, para que Deus no-lo conserve – Padre Nosso e Ave-maria».¹³⁹

¹³⁷ MENDES, José R. Silva — *Soldados Valentes Episódios da Grande Guerra*. Leiria: s. ed., 1936, p. 25.

¹³⁸ MENDES, José R. Silva — *Soldados Valentes*, p. 26.

¹³⁹ MENDES, José R. Silva — *Soldados Valentes*, p. 26.

Encantado pelas palavras do sentinela e ainda mais pela comunhão dos seus soldados naquele momento perante o «cenário grandioso da guerra», o jovem alferes conclui:

As piedosas palavras das modestas e seculares orações cristãs elevando-se para o céu, no meio do fragor terrível da guerra, tinham qualquer coisa de tanta grandiosidade, difícilíssima de descrever, que chocaria o ânimo mais insensível. As balas das metralhadoras inimigas, mensageiras e servas impiedosas da morte, rasavam o parapeito, tornando bem arriscado e perigoso o cumprimento do dever das sentinelas... A que eu por momentos substituíra, logo que terminou a sua desconcertante oração, puxando-me brandamente pelo braço, disse-me: « – Saia meu alferes, deixe-me ir para o meu posto. Outros camaradas precisam da vossa senhoria e lhe ficarão talvez tão agradecidos como nós aqui lhe ficamos»!...¹⁴⁰

Deixando de parte a carga sentimental e os possíveis exageros, parece-nos que este episódio é digno de evidenciar a fé envergonhada de boa parte das tropas, bem como o receio que tinham relativamente a muitos dos oficiais livres-pensadores. Tiveram contudo a sorte de encontrar um homem moderado no seu comando, que percebeu a importância da religiosidade para os seus soldados.

Para concluirmos, devemos destacar outros aspetos importantes como a admiração de alguns combatentes ao depararem-se em França, a terra ideal do livre pensamento, e encontrarem ao longo dos caminhos que levavam às trincheiras, com variadíssimas capelas arrasadas, mas, ainda assim, com velas e flores junto dos santos e sobretudo com os inúmeros crucifixos espalhados pela frente de combate. Estes últimos estão de tal forma presentes em algumas memórias que chegam a ser-lhes dedicadas extensas reflexões. José Vicente da Silva, por exemplo, meditando num célebre crucifixo que mais tarde ficaria conhecido como o Cristo das Trincheiras, por ter permanecido intacto durante toda a guerra, acaba por questionar-se: «Porque será que na França a fé tem renascido e a religiosidade é cada vez maior?»¹⁴¹. Tentemos, pois, responder a esta questão no capítulo que se segue.

¹⁴⁰ MENDES, José R. Silva — *Soldados Valentes*, p. 27.

¹⁴¹ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14. Memórias de um Combatente*. S. I.: Edições Boa Nova, 1991, p. 54.

4. A fé em tempos de guerra

4.1. A partida: primeiras referências à religiosidade

Ao lermos as memórias, os diários e as crónicas que alguns dos combatentes escreveram sobre a partida para a guerra não podemos ficar indiferentes às disparidades que observamos. Sobretudo quando comparamos aqueles que partiram para as terras de África e os que mais tarde embarcaram com destino à Flandres. Nos primeiros, está presente o sentimento de desprezo por parte do poder político, agravado pela indiferença com que a população lisboeta via partir as sucessivas expedições militares sem ao menos as saudar e encorajar. As desumanas condições a que os combatentes eram votados durante as longas semanas de viagem marítima e a completa desorganização e impreparação da administração ultramarina apenas contribuíam para acelerar a degradação, tanto psicológica como material, das tropas expedicionárias. Com um início assim, dificilmente as campanhas africanas poderiam ser levadas a bom termo.

Deste ponto de vista, parece que os combatentes portugueses que durante o mês de fevereiro de 1917 partiram para França tiveram melhor sorte. A população de Lisboa saiu em peso às ruas para saudar os batalhões que passavam pela cidade. Até mesmo as condições nos navios eram substancialmente melhores (lembremo-nos que em grande parte o transporte do CEP para França foi garantido no início pela marinha britânica). Já do ponto de vista político, poder-se-á dizer que não faltava vontade e empenho nesta matéria. O que faltava, em muitos casos, era a vontade de partir para uma guerra cujo fim muitos militares não compreendiam ou então contra o qual se opunham convictamente. Houve casos de insubordinações e deserções, chegando ao ponto de alguns militares, tendo já embarcado a bordo dos navios, mudarem de ideias e abandonarem as embarcações antes destas levantarem âncora.

Não pensemos, contudo, que todo o CEP se levantou em protesto. Os casos que acabamos de referir terão sido incidentes pontuais, mas, ainda assim, revelam problemas de indisciplina e, talvez mais importante do que isso, as divisões e a fraca moral por parte das tropas. Mas, enquanto alguns tentaram aproveitar a derradeira oportunidade de fugirem à guerra, a maioria dos seus companheiros experimentava um misto de sentimentos bem diferentes.

Entre eles estava um jovem alferes que se tinha voluntariado para combater na Flandres. Chamava-se Augusto Casimiro. A ele vieram a juntar-se o jovem médico Jaime Cortesão, seu futuro cunhado, e também os irmãos Olavo. Partiram todos com a convicção de estarem a cumprir o seu dever, mas, antes de mais, de estarem a honrar a história do seu país. Olhavam para a Alemanha como a nação maligna que era preciso

combater a todo o custo. No seu entender, era a derradeira oportunidade de Portugal se juntar às grandes nações que defendiam «a verdade e a liberdade». Era essa a «vontade de Deus», achava Casimiro. Ora tal perspetiva – embora existissem dentro do exército germanófilos, normalmente conotados pelos republicanos como monárquicos – estava fortemente disseminada pelos oficiais mais jovens do CEP, os ditos «jovens turcos» da República. Não foi por acaso que foram exatamente estes oficiais que partiram para a Flandres e que ocuparam os postos de comando, enquanto a generalidade dos comandantes tidos como monárquicos ou simpatizantes foi destinada às campanhas africanas. Mas rumemos em direção ao nosso objetivo. O sentimento de Augusto Casimiro, por essa altura, era a alegria ilusória de um jovem prestes a cumprir o seu sonho. O sonho de combater honrando o seu país. As suas recordações sobre a noite anterior à partida são a este respeito bastante reveladoras. «Sobre o meu quarto fica o de minha mãe. Os seus gemidos não me deixaram sossegar... Chorei... Mas sou tão feliz»¹⁴².

No dia seguinte, o da partida, Casimiro marchou à frente dos seus homens pelas ruas da capital. Há homens que chegam roubados ao último abraço – conta-nos o autor. Pelas avenidas da cidade, tudo cheio de gente. Ouvem-se soluços. Vêm-se olhos rasos de lágrimas. Muita ansiedade... «Por que me pesam e me revoltam estas lágrimas?». E acrescenta: «Minha mãe de quem me não despedi, chora também, sozinha, a esta hora!... – Tenham pena de nós... deixem-nos partir alegres! Vá, não chorem!...»¹⁴³ e de cabeça alta, todo fremente, mas com os olhos embaciados Casimiro sente-se como «um estandarte ao vento», vai «cheio de amargura». De repente, em frente à estação, um enorme silêncio, e a multidão com «uma grande face pasmada». Eram rapazes que partiam, talvez para não mais voltar. Partiam para conhecer o medo.

O primeiro perigo que as tropas enfrentaram estava mesmo ali ao pé. De facto, com a guerra submarina praticada pela Alemanha existia um enorme receio de que os navios aliados fossem afundados. Daí que as sucessivas viagens de transporte do Corpo Expedicionário Português fossem muitas vezes adiadas alguns dias e que as saídas da barra fossem, quando necessário, efetuadas durante a noite com todos os navios às escuras.

Embora alguns autores evidenciem nas suas memórias uma certa euforia e alegria patriótica, aquando da partida, julgamos que um novo sentimento se veio a manifestar à medida que os homens avistavam dos navios a terra a perder-se no

¹⁴² CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917). Porto: Renascença Portuguesa, 1918, p. 27.

¹⁴³ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 27 e 28.

horizonte. Talvez esse progressivo afastamento físico da terra e a paralela interiorização de que partiam irremediavelmente para uma outra terra desconhecida (fosse para África fosse para a Flandres), conjugados com a inevitabilidade de fazerem uma viagem perigosa em alto mar – onde qualquer ruído estranho ou mesmo os silêncios obscuros desse mar falsamente transparente –, desmascarassem essa ilusão patriótica e heroica alimentada pelos discursos que ouviram na partida. Estava-se perante o perigo eminente, perante as primeiras horas do medo.

Cremos, por isso, que este primeiro choque, o da tomada de consciência de que a qualquer momento poderiam ser afundados por um submarino alemão foi o primeiro fator com repercussões religiosas. Por outras palavras, alguns dos combatentes tendo conhecimento do perigo começaram a colocar-se sobre a proteção de Deus, da Virgem e dos santos. O combatente Carlos Selvagem, um expedicionário a Moçambique, conta como deu graças à Nossa Senhora dos Navegantes por esta ter atendido a sua prece quando o navio em que ia embarcado passou a zona perigosa, «sem ameaça de maus encontros»¹⁴⁴. As memórias do combatente da Flandres José Vicente da Silva são também elas reveladoras dessa religiosidade de cariz popular entre alguns soldados. Mas a sua viagem não ficou apenas pautada por essa observação. O autor realça uma particularidade ocorrida durante esses dias em alto mar que não encontramos em mais nenhuma outra memória. Trata-se, no seu entender, de algo novo e verdadeiramente comovente para quem, «faz uma viagem marítima pela primeira vez, tudo é novidade»¹⁴⁵. Após percorrer o navio, conta-nos o memorialista:

Por fim, a minha tenção foi desviada para certos preparativos que se estavam fazendo sobre o convés, a um dos lados do navio, e perto do lugar onde me encontrava: improvisava-se um altar e, momentos depois, o padre capelão, que nos acompanhava, iniciou a missa. De repente, e como que impulsionados por uma mola, todos os que estão presentes se prostram de joelhos em frente ao altar. Ajoelho também; faz-se o silêncio e os espíritos concentram-se fervorosamente em suave recolhimento... Oh! O encanto místico de uma missa a bordo! É qualquer coisa de inédito que se sente, mas não se pode definir. Será que sentindo-se mais afastados do mundo nos encontramos mais perto de Deus?... Por cima o céu, por baixo o abismo!¹⁴⁶

¹⁴⁴ SELVAGEM, Carlos — *Tropa de África: Jornal de Campanha de um Voluntário ao Niassa*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925, p. 29.

¹⁴⁵ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 19.

¹⁴⁶ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 21.

O momento em si e o silêncio que o embalava – conta-nos o autor – eram impressionantes. A solenidade daquele ato era apenas perturbada «pelo ruído monótono das máquinas e pelo marulhar das ondas batendo raivosas de encontro ao casco do navio»¹⁴⁷.

À falta de música apropriada, esta sinfonia estranha, longe de prejudicar a solenidade da missa, mais realce lhe dava. Este conjunto de circunstâncias dava ao ato um ambiente tão particular que se nota no semblante de todos, desde o celebrante aos assistentes, uma atitude mais recolhida, como não é costume observar-se em outras ocasiões. Escusado será dizer que, durante os três dias que durou a travessia do mar Cantábrico, ninguém deixou de comparecer à missa, podendo renovar assim um prazer espiritual que, certamente, para nós, não mais se havia de repetir nas mesmas circunstâncias.¹⁴⁸

É o único caso testemunhado nas memórias que consultámos de uma missa a bordo durante a viagem a França. Há dois aspetos que vale a pena salientar. Em primeiro lugar, a devoção dos combatentes, fossem eles soldados ou oficiais, não se podendo descurar a reflexão feita por Vicente José da Silva: «Será que sentindo-se mais afastados do mundo nos encontramos mais perto de Deus?»¹⁴⁹. Em segundo lugar, sabendo que os primeiros tempos de guerra não foram nada propícios a manifestações religiosas, achamos estranha esta facilidade com que se realizou a eucaristia e a aceitação e presença de tantos militares, sem que houvesse contestação por parte dos setores mais radicais. Poderá ter sido omitido no relato esse aspeto, se é que existiu. Neste sentido, devemos de ter em atenção que as suas memórias foram escritas numa fase avançada da vida em que o tempo foi depurando na sua memória o essencial, isto é, as suas melhores recordações, certamente transformadas e reconstruídas, o que não as invalida, antes realça a importância da experiência religiosa proporcionada pela Grande Guerra.

4.2 Espaços e experiências: Cristo e Nossa Senhora na Flandres

Em França, à medida que as tropas portuguesas iam chegando, foram sendo encaminhadas para campos de treino. Foi só a partir de abril de 1917 que os primeiros contingentes nacionais começam a entrar nas trincheiras. Pelo caminho, alguns combatentes foram-se apercebendo dos efeitos que a guerra tinha vindo a provocar naquele país. O autor que experimentou a missa a bordo do navio é um dos que nos

¹⁴⁷ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 22.

¹⁴⁸ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 22.

¹⁴⁹ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 21.

conta mais pormenorizadamente o que observou e pensou sobre essa nação em ruínas, que foi encontrando à medida que se aproximava da zona de guerra. Primeiro, terá enviado uma carta ao seu pai onde mencionava, espantado, uma pequena capela erigida ao Sagrado Coração de Jesus. Uma capela em ruínas, onde os soldados iam devotamente acender velas e orar. A esta carta veio a seguir-se, mais tarde, uma outra não menos importante, em que José Vicente da Silva expôs o estranho caso de um crucifixo com uma granada não rebentada na zona inferior da cruz, tendo em seu redor tudo destruído. Segue-se a reflexão que este fenómeno suscitou ao militar. Vejamos alguns excertos:

É vulgar, aqui no norte de França, encontrar-se junto às estradas grandes cruces de madeira. Pois aquele Cristo impassível e intangível no alto daquela cruz, na sua melancolia parece chorar as misérias da humanidade e, ao mesmo tempo, parecia um desafio à ferocidade dos homens. É bem certo que Deus está acima das paixões humanas. Não pode atingi-Lo a maldade dos homens. [...] Por que será que na França a fé tem renascido e a religiosidade é cada vez maior? Deus sabe bem o que faz. Quem sabe se Ele não mandou este flagelo para punir a humanidade dos seus erros, e também para fazer reviver a fé prestes a extinguir-se? A fé, a crença, são os maiores dotes que um homem pode possuir. Para quem apelar nos momentos de angústia sentindo-se desamparado dos homens? Bem desgraçados são aqueles que, nesses momentos, se vêem desamparados dos homens e de Deus também. Eu tenho sido bem protegido até aqui e é por isso que, quanto mais tempo passa, mais fé e mais confiança tenho em Deus. Para alguma coisa havia de servir a guerra...¹⁵⁰

Este Cristo não é o único a suscitar o seu interesse. Na verdade, existiam vários crucifixos espalhados pelas estradas que levavam à frente de combate. Alguns deles com inscrições inquietantes, como o seguinte:

Logo que o batalhão se pôs em marcha, e, à saída da povoação, deparámos à margem da estrada com uma grande cruz de madeira, tendo escrita no tronco esta legenda, que muito me impressionou: O CRUX, AVE, SPES UNICA (Eu te saúdo, ó cruz, única esperança).¹⁵¹

Parece-nos assim, que as recordações apresentadas nas memórias deste combatente expressam de forma evidente a experiência religiosa e os fenómenos com ela relacionados nos primeiros tempos da guerra. Devemos, no entanto, recordar que este é apenas um caso particular, entre outros. Se é certo que nos dá dados concretos

¹⁵⁰ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 54.

¹⁵¹ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 38.

sobre o quotidiano de guerra desta figura, devemos concordar que muito pouco nos diz acerca da vivência religiosa do CEP no seu conjunto. Limitemo-nos, pois, a guardar como ponto de referência fenómenos como os Cristos das Trincheiras e as experiências da assistência a atos de culto. Será que podemos encontrar relatos sobre estas realidades nas outras memórias? Que impacto terão tido noutros protagonistas?

Vejamos. A existência de crucifixos perto da frente de combate é praticamente evidenciada por todos os memorialistas. O famoso Cristo de Neuve-Chapelle é referido pelo menos por sete autores. Os mais crentes recordam o simbolismo da imagem intacta, as reflexões que ela suscitou, os momentos a que a seus pés rezaram. Os menos crentes, ou descrentes, por sua vez, evidenciam-no nas descrições da paisagem, ou nos momentos em que viram camaradas seus a orar junto dele. Não interessa apresentar aqui as palavras de cada um deles. Mas vale a pena expor os relatos que nos ajudam a compreender o impacto deste fenómeno e de que forma se relaciona com outras manifestações de religiosidade e com a fé dos combatentes.

As primeiras tropas portuguesas entraram nas trincheiras em princípios de abril de 1917. Durante esse mês e nos que se seguiram foram chegando sucessivamente batalhões portugueses à linha da frente com o objetivo de ocupar o setor de Neuve-Chapelle. Muitos dos homens que marchavam pelas estradas da Flandres viram o mesmo que José Vicente da Silva. Outros, porém, não o viram, ou melhor, tendo provavelmente passado pelos mesmos fenómenos, não os viram com os mesmos olhos ou, mesmo, passaram-lhes ao lado com indiferença. O modo como o crente Augusto Casimiro se recorda de ver as tropas por ele comandadas passarem indiferentes em frente ao Cristo das Trincheiras é a este respeito bastante revelador: «Eu evoco, neste momento, aquele Calvário, frente ao cemitério enorme [...] [Ali] estava um Cristo mutilado. [...] Os meus homens passaram sob aquele olhar eterno. Muitos talvez não vissem o gesto formoso e divino. Mas viu-os Deus, a eles...»¹⁵². Essa atitude é reveladora a vários níveis: porque nos permite perceber quão relativa é a importância de um facto, sempre dependente de quem vê. Para Casimiro estava-se perante o Filho de Deus (ainda que um símbolo). Do Deus em que ele acreditava, a quem ele e a sua mãe pediam proteção todas as noites. Para outros, como Jaime Cortesão – um crítico do catolicismo pela sua influência nefasta no atraso de Portugal –, aquele crucifixo simbolizava «uma verdade indestrutível»¹⁵³. Opinião bem diferente tinha o escritor Pina de Moraes daquelas cruzeiras aonde via soldados depositar flores e a rezar devotamente.

¹⁵² CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 54-55.

¹⁵³ CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugal Editora, 1971, p. 88.

Para ele, tudo isso não passava de «uma truanice ridícula»¹⁵⁴. Poderíamos dizer: é uma questão de fé, de perspectiva, de interesses ou até mesmo de ideologias.

Há, contudo, aqueles autores, cujo olhar atento não se deixa envolver (pelo menos é o que dão a crer) pela chama da fé ou pela ideologia do livre-pensamento. É o caso do capitão, depois major, André Brun. Este oficial chegou com as suas tropas às linhas nos últimos dias de abril. Pouco depois, na terça-feira, 1 de maio, o capitão conta-nos como conheceu um seu camarada britânico e como este lhe deu a conhecer as trincheiras e a história da batalha que ali se travara dois anos antes (trata-se da Batalha de Neuve-Chapelle ocorrida em 1915). No fundo, este oficial britânico dava assim as boas-vindas ao seu aliado recém-chegado. Vejamos agora o que o nosso combatente presenciou nesse dia.

Tendo acompanhado um guia do exército inglês pelas trincheiras, Brun chega finalmente a um terraplano. Cortam à esquina da rua – *Hun's Street* (as trincheiras tinham nomes de ruas, algumas celebres) – e param em frente de um abrigo com uma tabuleta à porta: *Right Company Commanding Officer*. Era o posto de comando da companhia. Brun, que era um homem magro e bastante alto, baixa-se para entrar e à luz de duas velas vê dois olhos claros sorrirem numa face rosada e moça, uma mão sólida que se estende para o cumprimentar, e uma voz alegre com um forte sotaque britânico a saudá-lo: – «Bonsoir, Monsieur.»¹⁵⁵.

A conversa prossegue e a história daquele local principia. História essa que Brun mais tarde veio a escrever numa das suas crónicas mais relevantes para o nosso estudo: *A Nossa Senhora das Trincheiras*:

[Neuve Chapelle] Era uma linda cidadezinha com [...] uma igreja e um belo Cristo num calvário, no cruzamento de duas estradas. Veio a guerra. Sobre esse terreno travou-se uma das maiores batalhas, caíram aos milhares os soldados [...]. O terreno disputou-se palmo a palmo, e um dia as duas linhas estabeleceram-se a cento e cinquenta metros uma da outra, cavaram-se as trincheiras, consolidaram-se as posições. Então procurou-se a linda cidadezinha que ali havia. Tinha desaparecido. Não restavam senão montões de escombros e de tijolos, e de pé, incólume, com uma granada não rebentada incrustada no pé da cruz, o Cristo do cruzeiro. [...] Do que fora a igreja trouxeram a Nossa Senhora, intacta como o Cristo, e, quando ali entrámos, nós os portugueses,

¹⁵⁴ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*. Porto: Renascença Portuguesa, 1921, p. 67.

¹⁵⁵ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras: Migalhas da Grande Guerra 1917-1918*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1983, p. 45-46.

fomos encontrá-la de pé sobre uma campã humilde marcada por uma cruz e por este dístico encantador: TO AN UNKNOWN SOLDIER «A um soldado desconhecido».¹⁵⁶

Tudo isto teve Brun a oportunidade de ver – «com os que a terra há de comer» – durante o percurso pela zona de guerra que se seguiu à conversa. Mais tarde, escreverá sobre essa imagem da Nossa Senhora e sobre a devoção que muitos soldados portugueses tinham por ela:

Ela tem visto passar nas noites sem estrelas os soldados que partem, [...] na hora dos contra-ataques as reservas que seguem, [...] os feridos e os mortos. [...] Viu, sob os bombardeamentos, aluírem-se os abrigos, [...] e os soldados colarem-se ao chão dentro das crateras ou dentro das valas, [...] os oficiais rabiscarem ordens à pressa [...] e a calma voltar dali a tempo, contarem-se as perdas, repararem-se os estragos, e a vida recomeçar à margem da morte, que ceifará talvez amanhã os que poupou agora.

E a imagem ali fica. A seus pés, em latas de comestíveis vazias, em frascos de pickles abandonados, mãos rudes de soldados põem cada dia essas flores de trincheira. [...] Por um singular acaso, poupam-na as granadas. Só o tempo, a chuva, a neve e o sol vão roendo os seus dourados. [...] O seu sorriso de bondade [...] vai desaparecendo da sua face carcomida, onde há salpicos de lama. Só fica o gesto protetor dos seus braços abertos estendendo-se sobre a campã do «unknown soldier», e também sobre nós, soldados desconhecidos da grande guerra.¹⁵⁷

Mas voltemos ao relato do capitão André Brun sobre o que se passou nessa terça-feira, dia 1 de maio. A certa altura do percurso, os dois oficiais descem uns degraus e entram na trincheira da primeira linha. O oficial português aproveita para observar o inimigo e as suas defesas: «Vê-se o campo muito claro e além, adiante, a trezentos metros se tanto, a linha de trincheiras alemãs. Outras vidas ali palpitam, outros olhos nos espiam e nos esperam»¹⁵⁸. Eis então que principia um bombardeamento à direita dos dois comandantes. «É na nossa linha», avisa o oficial britânico.

4.3 Medo, morte e sofrimento

O dia 1 de maio constituiu para André Brun um marco importante. Foi a primeira vez, que o capitão observou um bombardeamento do género, um bombardeamento sobre o local que há pouco tinha percorrido. Foi também a primeira vez que os seus homens estiveram debaixo de fogo. Como se saíram eles naquele momento? Não

¹⁵⁶ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 67.

¹⁵⁷ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 68-69.

¹⁵⁸ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 45-46.

temos nenhuma informação que nos permita afirmar que no preciso momento em que Brun observava o sucedido os seus militares estivessem a reagir fosse de que forma fosse. Podemos, quanto muito, apresentar o relato de Silva Mendes sobre uma ocasião semelhante. Trata-se do episódio narrado no capítulo anterior, onde o autor conta que, estando há poucos dias nas trincheiras, aquando de um bombardeamento, as suas tropas ter-se-iam prostrado em oração enquanto a sentinela vigiava. Há no entanto uma outra crónica do capitão Brun, relativa aos primeiros mortos do seu batalhão, a que devemos prestar atenção. A história da morte dos três soldados revela-se ao mesmo tempo caricata e trágica. Caricata porque esses três homens, em pleno bombardeamento, refugiaram-se debaixo de um abrigo destinado a um cabo, o qual, por sua vez, aflito, protestou, tentando obrigá-los a abandonar o posto. Ora, os três soldados, pouco habituados a obedecer a ordens, quanto mais naquelas circunstâncias, recusaram-se a abandonar o refúgio. A contenda terminou da pior forma, em tragédia. Um morteiro caiu sobre o dito abrigo não deixando ninguém para contar a história, a não ser o cabo que, por um feliz acaso, tinha ficado fora da porta, fator que decidiu a sua sobrevivência.

À tarde, os camaradas foram levar o que restava dos três mortos ao cemitério. É durante esse percurso, dessa vez pelas estradas ladeadas de ruínas e com pequenas cruzes de campas dispersas, que Brun medita como era mais fácil naquelas paragens ganhar a cruz de pau do que a cruz de guerra. Para logo de seguida observar: «não há canto destas estradas da Flandres onde se não eleve um calvário ou um modesto altar, à Senhora do Bom Socorro, à Senhora da Piedade...»¹⁵⁹. Enquanto isso:

Os condutores das macas seguem em silêncio. Um pouco adiante, uma bateria nossa, escondida atrás duma ruína, faz um fogo espaçado de regulação. [...] Chegamos enfim ao *war cemetery*, ao cemitério de guerra. [...] Soldados portugueses dum batalhão de apoio põem-se a caminhar atrás de nós [...] E, enquanto não chega o capelão, vamos lendo os letreiros. São soldados, bastantes oficiais. [...] Todos os que ali estão foram-se de morte súbita, duma bala desgarrada, dum estilhaço vadio.¹⁶⁰

Entretanto, pára um cavaleiro à porta do cemitério. É o capelão da brigada que das bolsas do arreio saca um embrulho. «É uma sobrepeliz de grosso pano branco, uma estola negra toda amarfanhada, e o seu livro de orações»¹⁶¹.

¹⁵⁹ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 75-76.

¹⁶⁰ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 75-79.

¹⁶¹ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 75-79.

As covas estão abertas [...] E, enquanto os soldados portugueses ajoelham e se persignam e nós nos descobrimos, o padre começa a sua encomendação. Mal se lhe entende o latim e, de quando em quando, interrompe-se para cruzar as mãos e rezar a Ave-maria a que responde o coro dos soldados prosternados.¹⁶²

A morte de camaradas de armas foi sem dúvida uma experiência marcante para muitos combatentes. Daí estar presente em todas as memórias. Por isso, achamos oportunas as palavras de Jaime Cortesão: «Estão ali os camaradas de ontem [...] com quem a gente falou e riu. [...] Qual de vocês, rapazes, não teve os olhos rasos de água?! Qual de vocês, já longe, não sentiu a garganta ainda atada e não engoliu as lágrimas em silêncio?!»¹⁶³. Mas voltemos, novamente, ao relato de Brun. Ouve-se o padre murmurar «Rogai por nós pecadores, agora e na hora da nossa morte...».

Descem sucessivamente à terra de França os corpos desses soldados de Portugal. Cada um de nós vai lançar sobre os restos informes uma mão cheia de terra. O capelão está retomando o seu aspeto militar e arrecadando o seu livro; os ingleses, coveiros daquele estranho cemitério, começam enchendo as covas a grandes pazadas. As macas já lá vão de regresso e, acendendo um cigarro, sem podermos dominar uma certa melancolia, o meu companheiro e eu regressamos às trincheiras, enquanto à nossa direita a bateria continua o seu fogo espaçado de regulação.¹⁶⁴

Os dois episódios que expusemos revelam particularidades distintas. No primeiro, o medo da guerra e dos bombardeamentos levou os soldados de Silva Mendes a rezarem em plena trincheira, o que poderá significar impreparação dos militares (visto que não se procuraram abrigar) ou ingenuidade (no sentido em que acreditaram ser protegidos pela divindade). Quanto aos segundos, bastante mais perspicazes, acabaram por falecer. Com certeza que existiram muitos mais casos em que aconteceu exatamente o contrário. Salvando-se quem teve a lucidez de se abrigar, em vez de ficar parado a rezar. Serve, no entanto, esta exposição para revelar como na memória daqueles que passaram pela guerra ficaram mais facilmente registadas as singularidades do acontecimento verificado do que propriamente a banalidade. É também neste sentido que podemos compreender as palavras de um alferes camarada de Pina de Moraes: «Morre-se deitado a dormir, morre-se à mesa a jantar, a calçar as

¹⁶² BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 75-79.

¹⁶³ CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*, p. 156.

¹⁶⁴ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 79.

botas, a escrever, aqui de mãos nas algibeiras, de todas as maneiras menos a de combater! Quando se acende um cigarro, sabe lá a gente se o acaba de fumar»¹⁶⁵.

Convenhamos que este militar exagerava, embora devamos ter em conta que esta é uma convicção muito presente em algumas memórias. De facto, a morte parecia pairar por todo o lado. No entender de Vicente José da Silva, «o campo de batalha assemelha-se a uma necrópole imensa. Não obstante, no subsolo palpita a vida; o homem mexe-se e remexe-se como as toupeiras nas suas galerias subterrâneas. Mas a morte paira continuamente à superfície e vai, mesmo debaixo da terra ou aos seus esconderijos, ceifá-la inexoravelmente»¹⁶⁶.

Mas não era apenas na Flandres que a morte ia consciencializando os combatentes. Em África sucedia o mesmo. A acreditar no testemunho do médico expedicionário Pires de Lima, a morte dos portugueses no norte de Moçambique não se devia tanto à guerra propriamente dita, mas sobretudo às doenças e às difíceis condições de sobrevivência, à falta de assistência médica e à má preparação das tropas.

As longas e pesadas marchas pelo sertão africano, com residuais abastecimentos de água e alimentação, matou muitos portugueses à sede. Foi assim que faleceu, por exemplo, o Anselmo, um homem rude, mas simples, habituado às serras e grande amigo do memorialista Lapas de Gusmão. Mas foi também pela falta de condições e medicamentos que o jovem médico Pires de Lima viu morrerem muitos dos homens que entravam na enfermaria, não sendo raro ouvir as preces desses moribundos. Na verdade, as enfermarias e hospitais de campanha foram um dos locais mais propícios a orações, mas, também, a outras reflexões, como nos conta António de Cértima, que, certo dia, terá ouvido da boca de um moribundo internado no hospital de Kionga as seguintes palavras: «Cristo não é mais do que eu: ambos dois morremos pelos outros»¹⁶⁷. As palavras deste soldado não deixam de ser interessantes, indo ao encontro de uma outra reflexão oportuna, desta vez do soldado Lapas de Gusmão, combatente no sul de Angola, que a determinada altura pergunta se a caminhada triste do Cristo com a cruz às costas para o calvário teria sido mais dolorosa do que a sua pelo sertão africano¹⁶⁸. Mas voltemos, novamente, ao relato de Pires de Lima. Na enfermaria:

¹⁶⁵ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919, p. 47.

¹⁶⁶ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 46.

¹⁶⁷ CÉRTIMA, António de — *Legenda dolorosa do soldado desconhecido de África*. Lisboa: Tipografia de Luiz Beleza, 1925, p. 3.

¹⁶⁸ GUSMÃO, Lapas de — *A Guerra do Sertão*, p. 178.

Todas as manhãs faltavam vários à chamada, e o sargento de serviço, que ia abaná-los à cama para os despertar, ia dar com eles mortos. Dias houve em que apareceram assim mortos dez soldados (3 de junho). Foram construídas duas tumbas que, transportadas numa carroça, lá levavam em sucessivas viagens, os cadáveres para o cemitério. [...] Assistíamos diariamente àquele espetáculo. Quer dizer, a morte era a nossa companheira de todos os instantes: sentava-se connosco à mesa e, de noite, não nos abandonava a cabeceira.¹⁶⁹

Até na viagem de barco de regresso a Lisboa, quando o pior já tinha passado e se vislumbra a alegria do encontro há tanto esperado com a família, amigos e mulher amada, aconteceu um caso em que a morte voltou a perturbar o nosso autor. Dessa vez, o soldado que acabara de falecer foi lançado ao mar.

Foi lá para as profundidades insondáveis que aquele pobre soldado, que teve apenas a acompanhá-lo o vale dos nossos corações oprimidos. Nem uma cruz, nem uma pá de terra, sobre o seu cadáver. Nunca a morte é tão profundamente morte, aniquilamento, negrume, como para aqueles que têm por túmulo o mistério insondável das águas. Passado o tempo de uma oração e de um adeus, o navio, depois daquele espetáculo de morte, regressou à vida, manifestada pelo arfar das suas máquinas. Um véu de tristeza e mal-estar nos envolvia. Além da profunda compaixão pelo nosso camarada, cada um, no íntimo da sua consciência, imaginava que aquela hora podia ser o seu próprio cadáver a ir descendo lentamente, para os domínios misteriosos do perpétuo esquecimento, da perpétua escuridão.¹⁷⁰

Parece-nos, assim, que o perigo e a morte na Grande Guerra foram o primeiro impulsionador da religiosidade. Álvaro Rosas, combatente em Moçambique, questionava-se nas suas memórias: «Quando será que a humanidade há-de compreender as ideias fraternas de Cristo?»¹⁷¹. Para ele, «é a fé que nos salva»¹⁷². Em outra passagem relaciona o «sentido religioso da vida» com os sofrimentos vividos e sentidos: «A visão encadeada de tantas dores não embota a faculdade de as sentir,

¹⁶⁹ LIMA, Américo Pires de — *Na Costa de África: Memórias de um médico expedicionário a Moçambique*. Gaia: Edições Pátria, 1933, p. 93.

¹⁷⁰ LIMA, Américo Pires de — *Na Costa de África: Memórias de um médico expedicionário a Moçambique*, p. 120-121.

¹⁷¹ ROSAS, Álvaro — *Terras Negras (Impressões duma Campanha)*. Porto: Imprensa Gráfica do Porto, Lda, 1935, p. 199.

¹⁷² ROSAS, Álvaro — *Terras Negras*, p. 256.

depura-a de egoísmos e paixões mesquinhas, dando-nos o sentido religioso da vida»¹⁷³. Mas devemos ter em conta que esta religiosidade não é inteiramente voluntária, antes pelo contrário. A morte tem a capacidade de deixar todo e qualquer homem completamente indefeso, desorientado, sem qualquer argumentação perante o vazio que provoca. Sem qualquer resposta às questões que ela própria lança. Talvez por isso, ao colocar todos os homens no mesmo patamar – lembremo-nos que «a morte ri-se do berço e da fortuna» – e tendo em conta que tanto eram apanhados por ela os que estavam na linha da frente como os que se julgavam ingenuamente protegidos dela na retaguarda, a morte e com ela o sofrimento foram despertando ora o sentimento de necessidade de Deus (um Deus que na Flandres parecia estar ali tão perto representado pelo seu Filho crucificado) ora, paradoxalmente, o sentimento de abandono por parte desse mesmo Deus fosse na Flandres fosse, sobretudo, nas campanhas de África.

4.4 A fé que emerge da guerra: a importância dos capelães e das cerimónias religiosas

Este não foi no entanto o único fator decisivo. Tenhamos em conta a presença dos capelães no exercício das suas funções, sobretudo nos hospitais de campanha, onde acompanhavam os feridos e onde lhes ministravam os últimos sacramentos. Além desta função primordial mencionada nas memórias dos jovens médicos Jaime Cortesão (a servir na Flandres) e Pires de Lima (a servir em Moçambique), os sacerdotes tinham também uma forte influência junto dos soldados pela via da confissão, da eucaristia e dos tempos livres que passavam a conviver com eles. Se, nos primeiros tempos da guerra na Flandres, sabemos que eram poucas as unidades que sem receio assistiam aos atos de culto (o batalhão 15 de Ferreira do Amaral era ao que tudo indica uma exceção), verificamos que, à medida que vários incidentes foram acontecendo, se começou a assistir a uma maior assiduidade por parte dos combatentes às cerimónias religiosas.

Segundo o estudo de Maria Lúcia de Brito Moura¹⁷⁴, parece que a assistência a estes atos de culto foi crescendo durante o conflito, embora seja preciso salientar que a afluência dependia em grande parte da partida eminente para as trincheiras. Por outras palavras, grande parte dos combatentes confessava-se e ia à missa quando sabia que ia partir para a linha da frente. Não fossem as coisas correr mal, era mais garantido (pensariam alguns) praticar esses atos. Aqui convém levantar duas questões. Nos casos

¹⁷³ ROSAS, Álvaro — *Terras Negras*, p. 271.

¹⁷⁴ MOURA, Maria Luísa de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres: Com Deus ou sem Deus, eis a Questão*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

a que isto se aplica, estaremos perante um ato supersticioso ou de fé? Ou será uma mistura dos dois, se é que isso é possível?

Pires de Lima relata-nos um outro episódio não menos oportuno. A passagem do Natal de 1917 decorreu durante a viagem de retorno para Lisboa, a mesma durante a qual faleceu o soldado. Foi uma noite passada no meio de muita solenidade que deixou uma profunda impressão no autor. «Como é que homens suscetíveis de tão enternecidos sentimentos para com os seus, podem abrigar ódios, rivalidades, desejos de vingança para com os seus semelhantes? Com que sinceridade se festeja e venera o Menino Jesus? «Glória a Deus nas alturas e paz na Terra aos homens de boa vontade». Trágica ironia...»¹⁷⁵.

Devemos, por isso, olhar para as vivências de fé experimentadas na guerra em vários sentidos, tendo consciência de que os indivíduos não viveram essas experiências da mesma forma. Enquanto para uns a assistência a uma missa campal pouco mais era do que um ato que alimentava uma ideia supersticiosa, para outros existia algum motivo e sentimento mais profundo. Neste sentido, convém recordar as palavras de José Vicente da Silva:

O serviço das trincheiras nem sempre me deixava livres as manhãs dos domingos para poder ir à Missa. No entanto, todas as vezes que o podia fazer, não deixava de assistir a ela. Além de ser uma variante e um derivativo à monotonia esmagadora de todos os dias, a assistência à Missa dava um certo conforto espiritual e novas energias para a luta que não cessa.¹⁷⁶

A religiosidade aparece-nos, assim, como algo diferente, que rompe com o dia-a-dia monótono e que se veio a tornar, para este autor e para tantos outros, um momento de conforto e renascimento. Não é o único a ter tal opinião. Augusto Casimiro em março de 1917 escrevia à sua mãe uma carta onde dizia:

Saíram agora do meu quarto o médico e o capelão. No domingo teremos já missa na velha igreja que um cemitério cerca. E nesta boa, fraterna comunidade de crenças diversas dentro da grande Fé, passamos horas admiráveis de aconchego... [...] Porque então será mais perto de nós – o Céu.¹⁷⁷

¹⁷⁵ LIMA, Américo Pires de — *Na Costa de África: Memórias de um médico expedicionário a Moçambique*, p. 125.

¹⁷⁶ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 64.

¹⁷⁷ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres (1917)*, p. 42.

Poderíamos mencionar outros casos relativos à assistência às celebrações em terras da Flandres, como as já narradas no capítulo anterior, em que Ferreira do Amaral observou a forma como os seus homens participaram cantando numa missa presidida por um padre francês. Já em terras de África, embora este tipo de relatos raro, ficamos a saber através das memórias de Júlio Gonçalves que as tropas portuguesas que compunham a primeira expedição ao sul de Angola (1914-1915), apesar de não terem a presença de um capelão que os acompanhasse, beneficiaram da assistência religiosa, médica e diplomática proporcionada pelos padres de uma missão francesa na região, onde se «fazia de tudo com a ajuda de Nosso Senhor». Júlio Gonçalves conta-nos como ficou espantado ao ver a missão:

Não era um sonho mas valia bem por um milagre o espetáculo que me empolgava e confundia: um milagre estas oficinas e escolas, canteiros floridos e terras de sementeira, ermida com santinhos entre fumos de incenso e harmonias de música sacra; um autêntico milagre.¹⁷⁸

Ainda para mais ali, no meio do sertão africano e feito por indígenas, os quais aos olhos do autor eram tidos como uma «espécie» inferior. Na celebração que presenciou naquele pequeno «oásis» não pode deixar de prestar atenção às palavras do padre Wembarba que lhe parecia muito diferente dos jesuítas portugueses e que terá refletido durante a homilia «como são na verdade incertas e mesquinhas as coisas do mundo, perante a única verdade soberana e intangível de Deus»¹⁷⁹.

Alguns anos depois desta eucaristia, numa missão de padres franceses no sul de Angola, outros militares portugueses vieram a usufruir do serviço religioso prestado por capelães estrangeiros. O oficial Carlos Olavo, tendo sido feito prisioneiro na Flandres, e após ter sido encaminhado para um campo de prisioneiros na Alemanha, relata-nos uma cerimónia presidida por um padre alemão. A acreditar no seu relato, a missa terá sido muito pouco concorrida, tendo o dito padre «censurado o mau procedimento dos que faltavam e a pouca fé dos portugueses. [...] No fim pediu 8 marcos para as despesas da viagem»¹⁸⁰. Contudo, há que ter em conta as palavras do alferes Carrusca, um dos homens que se recusou a estar presente: «Esse homem é um padre, mas é também um alemão e, portanto, meu inimigo. Como tal tem de ser

¹⁷⁸ GONÇALVES, Júlio — *Sul de Angola e o Quadrado da Môngua na Epopeia Nacional de África: Notas dum expedicionário de 1914 a 1915*. Lisboa: J. Rodrigues, 1926, p. 57.

¹⁷⁹ GONÇALVES, Júlio — *Sul de Angola e o Quadrado da Môngua*, p. 59.

¹⁸⁰ OLAVO, Carlos — *Jornal d'um prisioneiro de guerra na Alemanha (1918)*. Lisboa: Guimarães Editores, 1919, p. 125.

considerado por mim. Recuso-me ao mais pequeno entendimento ou contacto com ele»¹⁸¹.

No entanto, outros militares, também eles feitos prisioneiros após o 9 de abril, tiveram um relacionamento bem diferente com outros sacerdotes, como nos conta o tenente-coronel Alexandre Malheiro, um homem católico, com uma profunda crença na força da fé daqueles que – como escreveu – «...lá muito longe, por nós rogam a Deus...»¹⁸²:

Existia em Fuchsberg [campo de prisioneiros] 15 sacerdotes prisioneiros que no exército francês haviam geralmente desempenhado os seus serviços nas ambulâncias, pelo que todos eles usavam o respetivo braçal com a cruz vermelha. [...] De longas barbas e envergando os seus humildes uniformes de soldado, eram estas prestimosas criaturas, na sua grande humildade, deveras queridas e respeitadas pelos seus comandantes [...]. Existia entre estes eclesiásticos alguns dotados duma elevada cultura, especialmente o talentoso *père* Allain. [...] Esta simples informação assumiu para os oficiais católicos portugueses as proporções dum acontecimento importante, no nosso primeiro domingo de Fuchsberg, em que ao *père* Allain coube casualmente a vez de celebrar missa no imenso refeitório do campo que, para tal efeito, era, nesses dias, transformado em capela.¹⁸³

Sobre a homilia, escreveu o autor: «prendera o inteligentíssimo sacerdote a numerosíssima assistência...». Mas não foram apenas as sábias palavras do sacerdote que ficaram marcadas na memória de Malheiro, «mas ainda os lindos cânticos [cantados por] 100 ou mais oficiais, com as suas condecorações, da mesa de comunhão, constituíram factos que muita admiração me causaram, tendo outrossim produzido um exemplo que, não deverei negá-lo, deveras frutificou entre os oficiais portugueses»¹⁸⁴. Mas, se até aqui aquilo que Alexandre Malheiro escreveu nos parece muito semelhante ao relato de outros combatentes, no fundo, é apenas mais uma cerimónia religiosa, descobrimos logo a seguir os frutos produzidos após esta primeira experiência:

Ora eu possuía [...] um quarto que me fora distribuído em atenção à minha graduação. [...] Supondo que eu acederia de bom grado ao seu pedido, fez-me sentir o *père* Allain o seu grande desejo de que, pelo menos, dois padres rezassem missa no meu quarto, a

¹⁸¹ OLAVO, Carlos — *Jornal d'um prisioneiro de guerra na Alemanha (1918)*, p. 125.

¹⁸² MALHEIRO, Alexandre — *Da Flandres ao Hanover e Meclenburg*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919, p. 85.

¹⁸³ MALHEIRO, Alexandre — *Da Flandres ao Hanover e Meclenburg*, p. 276 e 277.

¹⁸⁴ MALHEIRO, Alexandre — *Da Flandres ao Hanover e Meclenburg*, p. 277.

qualquer hora da manhã em que menos incómodo causasse. Escusado será dizer que desde então se passaram a celebrar muitas missas diárias no meu pequeno quarto...¹⁸⁵

E, deste modo, ia o nosso oficial cultivando a sua fé sempre com a esperança e o desejo de «sentir no dia em que Deus, na sua infinita misericórdia...»¹⁸⁶ Ihe permitisse abraçar e beijar novamente todos os seus filhos.

Mas a vivência religiosa dos crentes não era apenas marcada pela tragédia da morte ou por celebrações religiosas como a eucaristia. Na Flandres chegou-se mesmo a festejar o S. João, onde ao que parece coube à banda de música da qual fazia parte o soldado Pedro de Freitas animar a festividade. Não foi, no entanto, a única festividade religiosa animada por esse grupo de músicos portugueses. O soldado participou igualmente nas festas religiosas da primeira comunhão das meninas de Aubigny-en-Artois, no dia 2 de junho de 1918, a pedido do padre francês que tinha convidado a banda de música a animar a cerimónia. Pouco tempo depois, o mesmo sacerdote veio a colaborar nas festas em homenagem aos portugueses, ocorridas no dia 13, dia de Santo António¹⁸⁷. O dito soldado, para quem todas as distrações espirituais eram necessárias¹⁸⁸, participou também num casamento no dia 9 de março de 1918, em Acq, no qual o sargento Jaime Augusto da Silva era o músico responsável pelo órgão. Ao recordar esta experiência remata com amargura: «o órgão é acompanhado com a cantoria do padre e do sacristão que mais parecem dois bezerros a berrarem. Vozes desafinadas, roufenhas, estridentes, desarmónicas – uma vergonha»¹⁸⁹.

4.5 Exemplos de uma fé espontânea e individual

Além destas festividades, ocorreram de modo muito mais frequente pequenas orações quase espontâneas. Era normal, pequenos grupos de soldados juntarem-se nas capelas arruinadas para rezarem o terço. No norte de Moçambique talvez não fosse tão frequente, mas sabemos que tal chegou a acontecer, já numa fase final da guerra, quando o Governo autorizou o envio de capelães para África.

Embora as celebrações que temos vindo a abordar tenham sido as que mais combatentes agregaram ao longo da guerra, algumas fontes permitem-nos chegar a uma dimensão religiosa mais discreta e pessoal. A este respeito as memórias de Carlos

¹⁸⁵ MALHEIRO, Alexandre — *Da Flandres ao Hanover e Meclenburg*, p. 279.

¹⁸⁶ MALHEIRO, Alexandre — *Da Flandres ao Hanover e Meclenburg*, p. 317.

¹⁸⁷ FREITAS, Pedro de — *As minhas recordações da Grande Guerra*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1935, p. 301.

¹⁸⁸ FREITAS, Pedro de — *As minhas recordações da Grande Guerra*, p. 279.

¹⁸⁹ FREITAS, Pedro de — *As minhas recordações da Grande Guerra*, p. 323.

Selvagem e Augusto Casimiro são fundamentais, permitindo-nos estas últimas traçar o percurso religioso do autor ao longo de toda a guerra.

Começemos por Carlos Selvagem. O memorialista, que começa por agradecer à Nossa Senhora dos Navegantes o facto de o navio em que seguia ter concluído de forma segura a viagem com destino a Moçambique, usa ao longo de toda a sua obra expressões como «louvado Deus», «*Glória in excelsis Deo...!*»¹⁹⁰, entre outras. De facto, revela-se um crente nas horas de bonança: «fizemos ontem a travessia do Rovuma, e já esta noite, com a graça de Deus, dormimos em território inimigo». Ou: «louvado Deus, ainda não foi desta que o meu pelotão se tresmalhou»¹⁹¹. Mas a sua fé também parece ter permanecido nos momentos de maior aflição. Como aqueles em que escrevia: «“Bom Deus! Já não são só os alemães, os *askaris*, os tiros – são também os jacarés, as cobras, as feras!...»». E, quanto à morte, sempre presente, o nosso autor apenas pedia à divindade que, se esse fosse o seu destino, lhe desse au menos a graça de uma morte instantânea. Antes isso do que ficar a sofrer até ao último minuto. «E era isso o que eu fervorosamente pediria nas minhas orações, à Nossa Senhora, minha madrinha, se por ventura ainda soubesse rezar!...»¹⁹². Mas, no fundo, sempre com a esperança de que Deus o livrasse de maus encontros.

Ao que consta das suas memórias, Deus parecia ouvi-lo. Prova disso, conta-nos o autor, foi uma noite em território inimigo em que «toda a coluna dormira beatificamente, em formação de marcha, ao longo da estrada, sem uma sentinela, sem o menor cuidado, como se deve dormir na mão de Deus». Este, como outros episódios, outras aventuras perigosas levou Carlos Selvagem a escrever mais tarde: «E só então consideramos com assombro, a enormidade da aventura de que assim nos saíramos, por mercê de Deus tão limpamente a Salvo»¹⁹³.

Para além, de Carlos Selvagem, gostaríamos de destacar o jovem alferes Casimiro, um combatente da Flandres, também ele profundamente crente. À semelhança do seu camarada e futuro cunhado Jaime Cortesão, começou por abraçar o projeto belicista do Governo de Afonso Costa. Na sua opinião, o país tinha a missão de combater a Alemanha tida como a nação maligna, chegando a afirmar que a vitória desse Império só seria possível não existindo Deus. Esse Deus, no qual Casimiro tanto acreditava está constantemente presente nos seus dois volumes de memórias. Mas não deixa de ser interessante verificar que, com o decorrer da guerra, algo vai mudando.

¹⁹⁰ SELVAGEM, Carlos — *Tropa de África*, p. 113 e 139.

¹⁹¹ SELVAGEM, Carlos — *Tropa de África*, p. 132 e 185.

¹⁹² SELVAGEM, Carlos — *Tropa de África*, p. 189 e 192.

¹⁹³ SELVAGEM, Carlos — *Tropa de África*, p. 199 e 209.

Muda em certo sentido esse Deus. Muda a própria fé de Casimiro, que de uma fé cheia de certezas e convicções se vê como que encostada contra uma parede nos momentos mais difíceis. Muda a percepção do mundo, embora esta se revele na fase final da sua obra ingênua e obviamente influenciada pela alegria proporcionada no calor da vitória. Façamos, pois, uma «viagem» pelo caminho religioso e espiritual percorrido de forma tão singular pelo então alferes.

Antes de mais, é preciso apontar algumas características sobre este autor que achamos pertinentes, sobretudo para os que entendem a fé e os homens religiosos como sendo aqueles que frequentam assiduamente os atos de culto. Não nos parece que Casimiro se encaixe inteiramente neste grupo. A fé de Casimiro parece ir bastante mais além, emergindo quase sempre autonomamente, isto é, indiferentemente dos atos de culto proporcionados pela presença dos capelães. Sé é certo que na carta que já citámos manifestava a vontade de participar numa eucaristia, podemos dizer que foi o único caso verificado. Não quer dizer que ele participasse muitas ou poucas vezes nesses encontros. Na verdade, isso pouco importa. O que gostaríamos de valorizar e evidenciar é que este é um homem que não se sacia com a simples oração comunitária, mas alguém que vive a sua fé de forma constante no seu dia-a-dia. Aqui reside a riqueza da sua obra para o nosso estudo, permitindo-nos compreender o fio condutor que evidencia os altos e baixos da sua fé. Os textos organizados cronologicamente são uma mais-valia, mas a proximidade dos acontecimentos e a sua carga sentimental são um problema, como já referimos anteriormente. Mas permitem-nos lançar uma nova reflexão, que, na verdade, não nos pertence, tendo sido levantada pelo teólogo Tolentino de Mendonça. Normalmente, «estamos mais preocupados com a credibilidade racional da experiência da fé do que com a sua credibilidade existencial, antropológica e afetiva. Ocupamo-nos mais da razão do que dos sentimentos. Deixamos para trás das costas a riqueza do nosso mundo emocional». Olhemos, pois, a fé de Casimiro nesta perspetiva multifacetada, em que nenhuma destas dimensões (razão e sentimentos) deve ser descartada. Vejamos um dos seus primeiros textos, onde o autor evidencia o seu estado de espírito e a sua alegria ao se sentir habitado pelo Deus em que crê:

Quero sentir-me sempre assim, meu amor... Forte de uma força maior que a do nosso egoísmo, porque tem a altura da vida toda e vem de Deus [...]. Tenho lágrimas nos olhos. O meu coração é cheio de tumulto, um generoso, impetuoso tumulto... Nunca, nunca senti Deus como agora, nem a minha alma respirou um ar mais puro e forte... De mim mesmo, como folhas secas, caem os preconceitos, as mentiras... Sinto-me fraterno, puro... Que ficará de tudo isto nas nossas almas?¹⁹⁴

¹⁹⁴ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres (1917)*, p. 43.

Dado que se trata de uma carta, podemos perguntar-nos se estas belas palavras não se destinavam mais a despreocupar o destinatário do que a dizer a verdade. Mas, conhecendo a obra memorialística de Casimiro na sua totalidade, isto é, olhando para esta carta, mas conhecendo os outros momentos em que o autor fala do seu Deus e do que sente, somos levados a acreditar nas suas palavras, embora reconhecendo que possam ter (como, evidentemente, têm) a preocupação de não alertar aquela a quem esta se destina. E não se preocupará o jovem alferes com os riscos da guerra, com a incerteza que ela proporciona? Que lugar ocupa Deus nos momentos em que as dúvidas surgem? Onde está Ele, quando tudo parece desmoronar-se?

A resignação «seja o que Deus quiser» está presente na sua obra como na de muitos outros combatentes. Mas também está presente uma outra certeza: «Deus que me deu a fé não quis dar-me a auréola que convence, intima, reduz, iluminando os corações e as dúvidas...». E levanta uma questão: «Quando subirei à Montanha? [...] Creio na necessidade divina de todos os sacrifícios, estou pronto para todos»¹⁹⁵. É certo que eles acabaram por chegar e provavelmente muito mais duros do que Casimiro poderia imaginar. Ao abandono da Pátria seguir-se-ia, ao que parece, o sentimento de abandono do próprio Deus. Entretanto, indiquemos que, em frente ao seu habitual abrigo, o abrigo da Nossa Senhora das Trincheiras (também frequentado por Humberto de Almeida, André Brun e Jaime Cortesão), estavam sepultados dois combatentes, um inglês com a Nossa Senhora junto da campa e provavelmente um alemão com uma cruz de madeira. Desse abrigo o nosso poeta Casimiro veio a escrever em junho de 1917 uma nova carta à sua mãe na qual escreveu: «Sei que, um momento ou outro, a morte pode vir buscar-me. Já a senti passar ao meu lado, tocar-me quase, procurando-me. [...] Mas é tamanha a minha esperança, trago tanto nas minhas mãos erguidas a esperança de que sairei incólume...»¹⁹⁶. E conclui a carta dizendo: «Se canto esta alegria [...] religiosa e íntima, – é que, para lá de mim, a guiar-me, anda uma força divina, uma luz do céu que eu mal descubro, mal enxergo, e através dos meus erros, das minhas fraquezas, das cegueiras e ausências dos outros, me ampara e me sustêm...»¹⁹⁷.

Foi também naquele abrigo e nas tendas de campanha na retaguarda que o nosso autor rezou a *Oração Lusíada* e a *Oração das Trincheiras*¹⁹⁸. Noites passadas

¹⁹⁵ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 44.

¹⁹⁶ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 60-61.

¹⁹⁷ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 62.

¹⁹⁸ Ver anexo página 179.

«em volta duma mesa tosca, – novos e velhos, capitães e alferes, rezamos...»¹⁹⁹. Mais tarde, tendo a guerra já terminado, Casimiro volta a visitar o abrigo onde outrora passou noites belas. Assim recorda, ao ver a Nossa Senhora e as campas, as «cartas de amor, páginas piedosas, – [os] versos que iam de abrigo a abrigo, nas horas calmas, do meu comando à linha, de irmão a irmão»²⁰⁰.

Mas, embora as boas recordações sejam aquelas que mais se gosta de lembrar, houve também, como não poderia deixar de ser, horas tristes e difíceis. Ao entrar no abrigo, «a casa do silêncio» como lhe chamou, observa: «Era ali o meu catre, no canto [...] À cabeceira escrevi um dia, Deus me perdoe...»²⁰¹. E pela cabeça do poeta passam as horas amargas da guerra, as horas em que as dúvidas da fé emergiram e em que esse Deus, outrora tão presente, pareceu ter-se ausentado, desaparecido.

Pelo que apurámos, essas inquietações foram ficando a descoberto à medida que a guerra se intensificava. A primeira metade do ano de 1918 foi a este respeito trágica para Casimiro. Escreveu pouco. A intensidade crescente dos bombardeamentos alemães, cada vez mais fortes e mais frequentes com o objetivo de desgastar as linhas aliadas, não lhe dava muito tempo para rezas e reflexões. A verdade é que nos poucos textos que foi escrevendo foram surgindo inquietações como as seguintes. Pensando na destruição e morte que a guerra causava: «E será tudo inútil meu Deus? Os dias correrão iguais depois de tudo isto, sobre a face do tempo sempre igual?» Ou ainda «Somos Cristos desta guerra»²⁰². E sobre um ataque eminente: «Nós duvidámos que Deus nos permitisse a honra de o esperar, de o aguentar ali... Tão desamparados andávamos então!...». Em certos momentos, uma tristeza sombria caía sobre os acampamentos lusos da Flandres e sobre o próprio poeta. Nesses dias, concluía o autor: «Deus mostra-se aos homens somente em certos dias de sol»²⁰³. Sol esse que lhe parecia ter sido tirado por causa dos «pecados de Portugal»: «Que calvários rudes nos faz Deus subir» e «penso porque Deus o quer...»²⁰⁴.

4.6. O abandono de Deus e o seu posterior reaparecimento

Casimiro não era, porém, o único a passar por estas privações e a sentir a ausência da divindade. Muitos outros combatentes, sobretudo em terras de África,

¹⁹⁹ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 140.

²⁰⁰ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 195.

²⁰¹ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 196.

²⁰² CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres (1917)*, p. 116 e 119.

²⁰³ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 65 e 84-85.

²⁰⁴ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 92 e 93.

passaram momentos bem piores, não tendo nem a presença de um capelão (os capelães só começaram a partir para África na fase final da guerra) nem um único símbolo religioso comparável à Nossa Senhora das Trincheiras ou ao Cristo. Segundo Eduardo de Faria, expedicionário no norte de Moçambique, «o Cristo em Neuve-Chapelle chorava lágrimas de sangue [mas] em África não existia um Cristo que vertesse pranto pelos seus filhos. Existiam, só, duas cruzes, aquelas duas que ladeavam o Redentor no alto do calvário [as cruzes dos ladrões]»²⁰⁵. Por de trás deste desabafo esconde-se uma crítica, a do abandono, seja por parte de Deus seja sobretudo por parte dos Homens. Reflete, por isso, a convicção de muitos combatentes de que a guerra em África era menos relevante para o país e muitas vezes até desprezada.

É ainda nestas memórias que encontramos um outro episódio revelador do sentimento de abandono por parte da divindade. Desta vez é proferido pelo João – um dos seus soldados – em pleno dia de Natal de 1918, tendo a guerra já terminado. Quando questionado por Eduardo de Faria sobre o motivo que o levava a chorar no dia em que «faz anos que nasceu Jesus», o jovem soldado respondia: «Bem se importa Ele com essas coisas, rematou com amargura. Parece que no céu ainda não sabem que existe a África. Estou cá há dezoito meses, verme ruído por outros vermes e nem uma notícia, nem um afeto, sem a sorte, ao menos, duma bala que faça um buraco por onde se evapore a vida...». Deste modo, via Eduardo Faria aquele seu soldado robusto chorar em pleno Natal de 1918. Um homem que nunca tinha visto naquele estado na hora do perigo. Na verdade, não foi o único a chorar nessa noite. Pouco depois, o nosso oficial recolhia-se na sua palhota, onde quase não havia luz. Àquela hora, «a metrópole expandia os seus gritos e as suas alegrias. [Enquanto isso o memorialista, visionava na sua mente] lares felizes, com toda a família à mesa e galhofando; pensava nos clubs [...] via os pobres pobrezinhos que nesse dia sempre arranjavam um manjar mandado por mãos caridosas...». E ali, em pleno sertão moçambicano, no meio do nada, longe de tudo, ele e os seus soldados sem vontade alguma de comemorar a festividade. Nessa hora – admite – «a minha alma era farrapo cheio de laivos de sangue, os meus olhos humedeceram e, apagando a luz da vela que me alumiaava, chorei pela segunda vez na minha vida, mas choro entrecortado de soluços como criança amimada, baixinho, sem ruído, não fosse a sentinela ouvir e julgar que eu tinha medo»²⁰⁶.

Mas, se este episódio ocorreu já após o armistício, convém recuarmos aos primeiros anos da guerra em África. Desta vez, no sul de Angola. Também aí encontramos o sentimento de desespero e abandono. O soldado Lapas de Gusmão

²⁰⁵ FARIA, Eduardo de — *Expedicionários*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1931, p. 144.

²⁰⁶ FARIA, Eduardo de — *Expedicionários*, p. 76 e 78.

deixa transparecer nas suas memórias o sentimento de abandono de Deus: «Só, desamparado de Deus e do mundo»²⁰⁷. Chega mesmo a dizer: «Quantas vezes, no meu desespero, increpei o destino, a má sorte e a Divindade impassível, perguntando a mim próprio se a caminhada triste do Cristo com a cruz às costas para o calvário, teria sido mais dolorosa do que aquela que nós estávamos realizando, sem a ajuda de um piedoso cireneu!»²⁰⁸. Já Ernesto Moreira dos Santos, soldado da primeira expedição ao sul de Angola, é outro dos militares que se depara com momentos dolorosos em que chega a pedir que Deus o leve:

Que noites e que dias aqueles! Torturas tamanhas, [...] revolta contante. [...] Sem esperança nenhuma já, abandonei-me, não me importava com os ferimentos, tornei-me descrente de tudo. Julguei achado o momento psicológico em que vemos tudo a desmoronar-se à nossa volta e era nesse momento que pedia a Deus [que] me levasse.²⁰⁹

Vemos, assim, como o sofrimento causado pela guerra gerou uma turbulência de questões capaz de abalar a fé dos homens. Mas convém ter presente que esta é apenas uma face da mesma moeda. Pois se para uns a guerra provocou um abalar das suas convicções religiosas, ou até mesmo um romper definitivo, paradoxalmente, para outros combatentes provocou uma maior aproximação ao Divino e uma maior vivência religiosa. Tivemos a oportunidade de ver, no início deste capítulo, como os primeiros perigos, os primeiros mortos e as primeiras amarguras provocadas pela guerra foram um dos fatores mais determinantes que influenciaram a religiosidade no início da guerra. Há que ter em conta, contudo, que, nesses primeiros tempos, a religiosidade era ainda vivida de forma marginal e por um restrito número de indivíduos. O dia-a-dia na guerra contribuiu para alargar a vivência religiosa a um número cada vez maior de homens, fossem eles à partida crentes ou não. Vejamos, agora, como muitos combatentes, sobretudo soldados, viveram a sua fé durante os duros dias que antecederam a batalha de La Lys.

O intensificar dos bombardeamentos e dos ataques alemães às linhas portuguesas, nos primeiros meses de 1918, teve como consequência mais mortos, feridos e prisioneiros. Nos inícios de abril, pouco tempo antes da batalha que poria fim ao C. E. P, conta-nos o capitão André Brun:

²⁰⁷ GUSMÃO, Lapas de — *A Guerra do Sertão*, p. 247.

²⁰⁸ GUSMÃO, Lapas de — *A Guerra do Sertão*, p. 178.

²⁰⁹ SANTOS, Ernesto Moreira dos — *Combate de Naulila seus heróis e seus inimigos*. Guimarães, 1957, p. 83.

Numa madrugada horrível de tempestade em que às fúrias desencadeadas de céu se juntava o furor estridente de toda a nossa artilharia, respondendo a um violentíssimo bombardeamento inimigo. Eram três horas da manhã. Numa encruzilhada e numa capelinha abandonada, uns soldados recém-saídos da trincha tinham acendido umas velas e rezavam de joelhos na lama. Sessenta horas depois, os boches estavam no Pátio das Osgas e no meu abrigo.²¹⁰

Ao longo desses dias, «mais cruzeiros se ergueram, humildes, nas planícies da Flandres. A tua grande cruz, ó meu sonho lusitano e ardente [...] começou a erguer-se em cada coração vivo, sobre calvários sombrios da nossa raiva de filhos desamparados e órfãos...», escreveu Casimiro, para depois concluir: «Ah! como são vazios, nulos, irreais esses dias sem alma!... »²¹¹. O CEP foi definitivamente apagado do mapa após a batalha, o que aprofundou a dor e o desgosto de muitos combatentes. Casimiro passava por essa altura a sua fase mais aguda de sofrimento. O jovem oficial completamente desmoralizado, a quem todas as ilusões tinham caído, folha por folha, poder-se-á dizer que se achava no fundo de um poço, sem água. cremos que o estado de espírito do poeta fosse por esses dias, semanas ou até meses aquele ao qual os teólogos e os místicos definem como «aridez espiritual». Isto é, um tempo percorrido sem sentido, sem a mínima vontade de orar, um tempo profundamente árido em todos os aspetos e onde Deus se revela não existindo. Até que, lentamente, o fundo do poço começa a humedecer, a humedecer... Cava-se mais fundo e a água começa lentamente a aparecer. Por outras palavras, após este percurso, onde a fé de Casimiro pareceu ter desaparecido do plano principal, tendo-se tornado menos importante, ela retornou ao fim de um tempo. E não deixa de ser curioso que quem lhe esticou a mão, como que a resgatá-lo do poço, era uma figura controversa. Alguém que se definia como não sabendo se era um crente, um descrente ou um desorientado. Um homem que estudaremos no próximo capítulo e que confessava abertamente o motivo pelo qual abandonou a fé e a Igreja (tantas vezes, no seu entender, hipócrita e mesquinha). Esse homem foi o já nosso conhecido capitão Amaral, veterano das guerras de África e uma das figuras mais carismáticas do CEP. Foi este homem que, num desses dias em que as tropas portuguesas derrotadas se limitavam a trabalhar na retaguarda, disse a Casimiro: «— Poeta, desce da trapeira!», como quem traz uma boa nova de esperança. «Havia ainda uma hora, um esforço a tentar, um baluarte a erguer. À flor do grande naufrágio, emergiam possibilidades formosas». Serão de resto estes oficiais, «um poeta

²¹⁰ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 118-119.

²¹¹ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 82-83.

e um doido!... Dois doidos!»²¹² – como conta alegremente o jovem alferes – dois dos grandes responsáveis pela reorganização do que restava do CEP em terras da Flandres. Os portugueses conseguiram, assim, nos últimos meses de guerra, organizar dois batalhões de voluntários com o objetivo de voltar à linha da frente, participando na ofensiva aliada eminente. O batalhão 15, comandado por Ferreira do Amaral, e o 23, onde servia Augusto Casimiro, tendo este último participado na reconquista da cidade de Lille e, posteriormente, apoiado as forças aliadas que, pouco depois, rompiam pela fronteira belga, libertando várias cidades até aí ocupadas por forças alemãs.

Mas voltemos à fé de Casimiro. A sua infinita «sede de Deus» e a dos outros homens e mulheres e inclusive de todas as nações, considerava ele, iria ser saciada: «Porque o verdadeiro amor vem de Deus, anda sozinho sobre a terra [embora] a maior parte das almas [...] [tenha esquecido] no berço a divina Arte do Absoluto Amor»²¹³. Embora as questões que o turbilhão da guerra revolveu e fez emergir, abalando os alicerces da crença do poeta, provocassem marcas profundas na vida espiritual deste crente, foi novamente no silêncio do seu quarto que este encontrou e fortaleceu a sua, fé daí retirando as forças necessárias que, dia após dia, o fariam renascer:

No silêncio do meu quarto passa a Vida toda. Um mistério desce e a sua tentação vence o meu cansaço, bate às portas da minha Alma eterna. Fico, de olhos abertos para o vago, escutando em mim. [...] Revejo as feridas sangrentas, as horas de cemitério depois dos ataques, as raivas primevas, os pânicos que a alma não doma. Os cadáveres despedaçados, a terra desfigurada...²¹⁴

Isto sem contar com as horas sem dormir nas noites em que atirou contra o inimigo sem saber ao certo se tinha posto fim à vida de um filho de Deus, seu irmão. Passada essa angustia: «Esqueço as minhas misérias. [...] Renasço. Vivo. E Ela, a Senhora das Dores, com o meu filho no regaço puro, sorri e chora, perdoa... Assim foram os soluços, num choro desfeito, que me embalaram, que me adormeceram, na primeira noite da Paz»²¹⁵.

Terminada a guerra, o poeta voltou a visitar o Cristo das Trincheiras, a Nossa Senhora, o seu antigo abrigo, tal como já referimos. José Vicente da Silva também o fez. Manuel António Correia e alguns dos seus camaradas aproveitaram para tirar uma fotografia de grupo junto do crucifixo, miraculosamente intacto, ainda que um pouco

²¹² CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 121-126 e 135.

²¹³ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 106.

²¹⁴ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 166-167.

²¹⁵ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 166-168.

inclinado. Não foram os únicos. Em setembro de 1918, antes mesmo de a guerra ter terminado, numa altura em que as forças aliadas tinham já avançado territorialmente na região e em que o setor de Neuve-Chapelle completamente arrasado vivia os primeiros silêncios de uma paz cada vez mais próxima, Humberto de Almeida visitou aquele mesmo local, verificando com emoção «que o santo lenho ali continuava, só mais inclinado [...] talvez porque naquele campo houvesse aumentado o número de mortos, e ele num rasgo de amor se tivesse inclinado para melhor poder abençoar»²¹⁶.

²¹⁶ ALMEIDA, Humberto de — *Memórias de um expedicionário a França (com a 2ª brigada de infantaria) 1917-1918*. Porto: Tipografia Sequeira, 1919, p. 31.

5. Um percurso pelas periferias

5.1. O contributo dos descrentes

No capítulo anterior verificámos como a experiência da guerra provocou em muitos combatentes um impulso religioso que marcou o quotidiano de muitos portugueses. Ficámos também a conhecer alguns fenómenos como os Cristos e a Nossa Senhora das Trincheiras objeto de devoção por parte de muitos crentes que experimentaram ora o sentimento de presença e proteção da divindade ora da sua ausência. No presente capítulo abordaremos uma outra perspetiva centrando-nos não nos crentes mas sim naqueles que se encontravam na margem da crença ou na sua oposição, os descrentes ou indiferentes. Para tal recorreremos, sobretudo, às memórias de Ferreira do Amaral e Pina de Moraes.

Contudo, antes de partirmos para a análise dessas fontes convém esclarecer que, quando falamos da crença e da incredulidade, não estamos a falar de duas «partes em guerra», mas em algo que tem lugar dentro de muita gente. A crença e a incredulidade «são duas interpretações diferentes, duas vistas da *mesma montanha*, a partir de ângulos diferentes»²¹⁷.

Anselm Grün, teólogo católico, distingue três formas de ateísmo. Em primeiro lugar existe o ateísmo do dia a dia, autossatisfeito, que não se preocupa com a questão de Deus. É um ateísmo superficial, o quotidiano raso e leviano, a recusa de arrostar questões mais profundas. Esta forma do ateísmo (há quem lhe dê o nome de apateísmo) induz à indiferença, à banalidade da vida. Este também pode ser encontrado nas memórias, mas requer maior atenção do investigador.

Existe também o ateísmo militante, com o qual deparamos várias vezes. Este injuria os crentes por terem permanecido infantis. É a prova evidente de que os homens não conseguem esquivar-se à questão de Deus. Este tipo de pensamento transforma-se frequentemente numa religião concorrente. É o típico ateísmo dos livres-pensadores, tão criticados por Ferreira do Amaral.

Por último, temos o ateísmo da procura, que se resguarda das representações de Deus excessivamente concretas. É o ateísmo que busca o mistério do homem, o mistério do mundo. Esta forma de pensamento está aberta a Deus, mas protege-se das imagens demasiado palpáveis. Este tipo de ateísmo é um desafio permanente para cada cristão. São os buscadores ateus que estão abertos ao diálogo que põe os crentes a questionar-se e a escrutinar as suas próprias imagens da divindade e a buscar o Deus

²¹⁷ HALÍK, Tomáš — *Quero que tu sejas!*, p. 22.

que resiste às perguntas dos ateus²¹⁸. É esta a forma de pensamento que encontramos em Ferreira do Amaral e Pina de Moraes (este último parece fazer um percurso do ateísmo militante para o da procura ou da compreensão), autores que nos ajudam a perceber que os maiores inimigos da religião são os próprios crentes e o seu anti-testemunho.

5.2 Ferreira do Amaral e o seu afastamento respeitoso da religião

No terceiro aniversário da batalha de La Lys (1921), Ferreira do Amaral, o célebre veterano das guerras de África – conhecido também entre as tropas da Flandres como o «capitão sem medo» –, escreveu uma carta ao seu amigo do tempo das trincheiras, o capelão José do Patrocínio Dias, à data bispo de Beja. Nela contou-lhe o episódio que deu origem ao seu «afastamento respeitoso»²¹⁹ relativamente à religião católica.

Não nos sendo possível descrever todo o relato, expomos apenas algumas linhas gerais. Em 1903, Ferreira do Amaral era um jovem oficial. A dada altura vêm-lhe pedir para ajudar na defesa de um soldado que iria ser condenado pelo facto de ter sido apanhado a dormir no seu posto de vigia, razão pela qual lhe tinham roubado a arma, o que na altura seria punível com uns bons dias de detenção. Amaral tenta de todos os modos persuadir o rapaz para que minta no julgamento, mas tal não é possível. O nosso autor encontra diante de si um *crente da verdade* que não podia nem sabia mentir. O caso tornou-se mais grave quando descobriram que o soldado ia ser sujeito a outro julgamento, neste caso por causa de um atraso de dez minutos num domingo à noite em que tinha ido do Porto a Paredes e voltado, sempre a pé, isto porque a sua mãe se encontrava gravemente doente.

É na sequência desta informação que Ferreira do Amaral decide deslocar-se à então vila de Paredes, a fim de conseguir da parte do padre da terra um documento onde fosse explícito que a razão do atraso do rapaz se devia ao facto de a sua mãe ter recebido a extrema-unção nesse mesmo dia. Vejamos agora o que o autor conta ao seu amigo D. José do Patrocínio Dias sobre a religião e, de forma mais concreta, sobre esse padre de Paredes.

Nunca, padre, odiei a tua religião, nem outra qualquer. [...] Mas perdoa o meu sentir. Em todas as religiões eu vejo apenas um desejo ardente e cheio de ânsia, que a vaidade humana exterioriza por várias formas. [...] Neste caso do soldado, encontrei [uma]

²¹⁸ HALÍK, Tomáš; GRÜN, Anselm — *O abandono de Deus*, p. 90-91.

²¹⁹ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 228.

testemunha fria, muda e alheia ao drama. Foi um padre da tua religião! Não contestes. Vai ouvindo. Deixa-me continuar. [...]

Devo dizer que quando ia no comboio para Paredes tinha durante o trajeto idealizado um *prior de Paredes, muito meu*. À minha imaginação apresentava-se um cura de almas com todo o ar do que se chama um bom homem, talvez um velho cheio de bondade e indulgência natural para os seus paroquianos [...] Em lugar da bondade encontrei se não a maldade... pelo menos a negação da transigência e da tolerância. Não encontrei o sentimento, encontrei apenas... um cadáver! Procurava Deus e apenas encontrei... um livro de regras eclesiásticas.²²⁰

É na sequência deste testemunho que Ferreira do Amaral aproveita para dar um conselho ao seu amigo.

Padre capelão do 15, doutor Patrocínio Dias, hoje que és bispo, não queiras padres assim na tua diocese de Beja. Fazem mal à Religião Nacional.

Era esquisito o olhar desse homem. [...] D. José, diz aos padres da tua diocese que nunca olhem assim para a gente. Este a que me estou referindo não respirava bondade; essa fera [...] fazia lembrar um juiz inflexível do Santo Ofício! Não era dos que fala com Deus, se é que Deus fala com os padres. Esse homem, enfim, não era como tu és: inteligente, severo por vezes, bondoso quase sempre e justo sempre! Esse homem era o produto de uma noite de vigília mal passada ou uma negação potente do teu Deus!²²¹

Após contar esta primeira impressão, o veterano continua narrando a conversa que teve com esse padre, a quem tentou explicar a situação do jovem rapaz, pedindo a colaboração do sacerdote.

Quando terminei não pedia, implorava. Tenho a certeza de que se tivesse diante de mim, não um ministro da religião, mas o próprio Deus, cheio de misericórdia, de bondade, de consciência e tolerância, esse Deus concordaria comigo. Porém eu tinha diante de mim a intolerância, a recusa... mais alguma coisa embora pareça um paradoxo o que vou dizer. Eu tinha diante de mim a mentira! Aquele homem não quis mentir com lisura, com generosidade e por tolerância.²²²

O padre recusou escrever um documento que na prática funcionasse como prova para a libação do soldado, porque tinha sacramentado a mãe do rapaz ao fim da manhã, sendo que ele teve a tarde toda para voltar ao Porto. Mas talvez se tenha esquecido ou

²²⁰ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 222.

²²¹ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 222.

²²² AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 225.

ignorado deliberadamente, não o sabemos, um pormenor. O jovem rapaz era filho de pobres moleiros. Viajava a pé, não de comboio. E Amaral continua: «O cadáver deixou-me a impressão de Satanás! Lembro-me bem que dessa vez fui eu quem desviou o olhar e ao desviar a vista desse padre, eu abandonava também, aterrado, a fórmula da tua religião, amigo e bravo companheiro da Flandres»²²³.

O soldado acabou por ser condenado. Recusou mentir.

Chorava muito! Chorava compulsivamente! Não tive coragem de o arguir de causa nenhuma, eu [...] o padre de Paredes e até o próprio código militar [éramos] coisas bem pequenas para valerm um só átomo dessa alma inflexível, de ferro! [...]

Nem o soldado, nem o cura de almas de Paredes quiseram mentir. Porém entre ambos há uma diferença notável, há um abismo, porque, afinal, o mais mentiroso de todos nós foi o padre! [...] Com quem estaria Deus, se é que há Deus? Com o soldado ou com o padre católico? [...] Por mim, se [fosse] um crente, não teria dúvidas em responder que Deus estava com a verdade incorruptível e não com o padre esquivo. E se me disserem que foi através do soldado que eu pude ver a obra de Deus eu responderei que talvez, mas com uma condição, que é a de ver através do padre de Paredes, e de mais alguns padres, a obra de Satanás!²²⁴

Ao terminar a escrita da carta, Amaral expressa de forma evidente o alívio que sente e a admiração tem pelo seu amigo de trincheira.

Terminei, D. José! Acabei, bispo de Beja! Já saiu tudo quanto eu tinha cá dentro há quase 20 anos, meu [...] camarada e amigo. Sabes que eu tive sempre em toda a parte, e em especial em França, uma consideração enorme pelo padre que sabe ser mais alguma coisa do que um homem com um modo de vida e que só é padre para ter um ofício. [...] Mas um dia, em Paredes, há quase 20 anos, vi um fantasma terrível e não quero tornar a ver outro; dai o meu afastamento respeitoso da tua religião.

9 de abril de 1921.²²⁵

Tomemos esta carta de Ferreira do Amaral escrita ao seu amigo D. José do Patrocínio Dias como ponto de partida. É preciso, antes de mais, prestar atenção que o episódio aqui narrado ocorreu em 1903, ou seja, muito antes da deflagração da Grande Guerra. É certo que poderíamos pô-lo de lado usando uma argumentação cronológica, mas tal não só empobreceria o nosso estudo como nos impediria de melhor

²²³ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 225.

²²⁴ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 227 e 228.

²²⁵ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 228.

compreender esta figura carismática. Convém, por isso, observar as memórias deste autor, tomando esta data como ponto de partida. 1903 simboliza um ponto de viragem. Ou, talvez, o ponto em que Amaral se afasta da religiosidade tradicional para iniciar um novo caminho, que neste contexto se torna singular por se tratar de um percurso feito à margem da fé, mas também à margem de ideologias ateístas como a do livre-pensamento. Prova disso são os episódios que vivenciou nas campanhas em que, posteriormente, veio a participar. Logo em 1904 foi destacado para Angola. Foi precisamente durante essa guerra de pacificação que a religiosidade voltou a cruzar o caminho do memorialista e de onde veio a retirar, provavelmente, a lição que o haveria de nortear durante a sua vida de militar e de comandante: a do respeito pela crença ou descrença dos outros. E, se é verdade que a campanha de 1904 proporcionou essa aprendizagem de tolerância, é também verdade que para tal assimilação contribuiu o exemplo e o carisma de um comandante (talvez mais do que isso, um mestre) ainda em ascensão. Tratava-se de Gomes da Costa. Era este o comandante da companhia onde servia Ferreira do Amaral, do qual ouviu certo dia, por ocasião do enterro de dezenas de militares portugueses mortos em combate, as seguintes palavras:

Não devemos esquecer os que morrem!... Por isso, aqueles que são religiosos e acreditam em Deus, eu peço que rezem uma Ave-Maria, por alma dos nossos bravos companheiros, que não puderam vencer!... e aos que não creem em Deus eu peço que por momentos, alguns apenas, entreguem o seu pensamento à memória dos que estamos vendo, pela última vez!²²⁶

É provável que a postura e as palavras do inspirador Gomes da Costa tenham tido impacto no jovem alferes. Ainda que caminhasse pela via da indiferença religiosa, Amaral não deixava de ser um atento observador da realidade e dos conflitos que sobre esta matéria se lhe iam deparando. Prova disso é a narração de um outro episódio mais tardio ocorrido desta vez em Lisboa no ano de 1911 aquando do aprofundar das tensões entre a Igreja e o Estado Português. Já tivemos a oportunidade de referir esse acontecimento anteriormente. Tratou-se de um espetáculo ridículo no entender do memorialista. O episódio em que o autor observou um grupo de manifestantes a atirar lama e excrementos para cima de uma viatura carregada com todos os santos que pouco antes haviam sido retirados do interior do edifício militar, sendo evidente na face dos militares presentes o sentimento de indignação ou desprezo. Esse sentimento de desprezo para com a religiosidade e a crença veio o autor a encontrá-lo, mais tarde, em 1915, por ocasião da terceira campanha ao sul de Angola comandada pelo general

²²⁶ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 49.

Pereira de Eça. Por essa altura, tenha-se em conta, a Grande Guerra tinha já deflagrado e a guerra no sul de Angola nada mais era do que a consequência do confronto entre portugueses e alemães na região, que veio a despoletar sucessivos levantamentos por parte das povoações indígenas. A missão das tropas da terceira expedição em que participou Ferreira do Amaral tinha como objetivo submeter os rebeldes. Mas tal tarefa não se afigurava nada fácil, levando ora a reveses dos portugueses ora a vitórias sangrentas e, por isso, também elas trágicas. Recorde-se a história que Ferreira do Amaral narra sobre um «chauffeur» que ridicularizava padres, irmãos da caridade e tudo o que tinha a ver com a religião e que, poucas semanas depois, estando perante o perigo e a morte em território inimigo, veio a revelar-se um «católico converso» ou de ocasião. Se, na carta que apresentamos de início, Amaral critica, decididamente, o padre de Paredes e parte da Igreja portuguesa pela sua hipocrisia, fá-lo igualmente neste episódio, ridicularizando os falsos livres-pensadores. A sua postura sobre o livre-pensamento radical torna-se mais evidente nas suas recordações sobre a guerra da Flandres. É aí que o já maduro comandante toma uma forte posição contra o que considera ser o ridículo livre-pensamento que humilha e despreza os crentes e a religiosidade. A posição do autor não deriva das suas convicções religiosas. Na verdade, como temos vindo a destacar, e como o próprio afirma, «não sei se sou um livre-pensador, um religioso ou um desorientado, mas sei que tive sempre um asco profundo pelos que não deixam os outros pensar livremente»²²⁷. Foi desde logo este pensamento e a compreensão da importância da vivência religiosa para muitos dos seus soldados que o fizeram defender abertamente a necessidade de capelães portugueses junto das tropas e a liberdade de organização de atos de culto. Sobre este ponto basta lembrar a Eucaristia presidida por um padre francês e em que cantavam muitos dos seus soldados. A pressão exercida por Amaral, bem como por outros militares neste domínio, coincidiu com a chegada do chefe dos capelães, D. José do Patrocínio Dias, o qual veio pouco depois a acompanhar o batalhão comandado pelo nosso memorialista, o batalhão de infantaria 15. Esta proximidade deu os seus frutos, tanto mais quanto a interação entre estes dois chefes se foi transformando em admiração recíproca e, posteriormente, numa profunda amizade, cimentada nas horas mais difíceis em que o «capitão sem medo», desesperado, pensou em desertar.

No capítulo anterior vimos também como o crente Augusto Casimiro passou por momentos de desespero em que sentiu o abandono de Deus. Dissemos a esse respeito que, paradoxalmente, foi Amaral, o homem que não sabia se era crente, descrente ou desorientado a personalidade que o ajudou a emergir desse desalento. Este homem

²²⁷ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 51.

duro e pragmático parece ter-lhe trazido, certo dia, um rastilho de esperança. Importa por isso olhar para o percurso de Amaral, focando-nos nos momentos mais trágicos, naquelas horas em que tropeçou e desesperou, sem ter ao menos um Deus em quem acreditar, um amparo. Recordemos a frase do crente Vicente José da Silva: «Para quem apelar nos momentos de angústia sentindo-se desamparado dos homens? Bem desgraçados são aqueles que, nesses momentos, se vêm desamparados dos homens e de Deus também»²²⁸.

Como dissemos, há muito que Amaral tinha optado livremente por um percurso à margem, pela periferia, um percurso em que a presença ou a ausência de Deus não era relevante. No caminho traçado pelo autor, embora a questão religiosa apareça abundantemente, visto ele ser um excelente observador, a vida humana, quase sempre incerta e repleta de questões, é a que merece verdadeiramente destaque. É precisamente aí, nessa vida observada, que a divindade aparece como uma possibilidade. Mas trata-se de uma possibilidade fortemente abalada pelo mau exemplo de crentes como o padre de Paredes e que ganha um novo sentido com o aparecimento de Patrocínio Dias e com as palavras e atos de homens simples, como daquele que, junto à fogueira, revelou a sua generosidade cristã para com o inimigo, desarmando Pina de Moraes. Sobre este último caso falaremos um pouco à frente. No fundo, este conjunto de contradições abre um novo horizonte que se nos apresenta em paradoxos. Mas voltemos às fontes, para melhor nos fazermos entender, e tentemos compreender o desespero que em certas horas desarmava Ferreira do Amaral, ao ponto de confessar: «Doutra vez, em fins de agosto de 1918, em Ambleteuse, à porta do Q. G. da base, o meu espírito vacilou miseravelmente perto de uma hora e pensei no abandono imediato de França»²²⁹. Nesse dia, parece que o alferes Casimiro o tentou animar, mas foi o capelão José do Patrocínio Dias o homem que o escutou e que, de certa forma, o amparou. Escreveu Amaral:

Afirmei-lhe que previa para todo o mês de setembro graves insubordinações, gravíssimas mesmo. Eu adivinhava-as, farejava-as pelos bivaques da infantaria esse cataclismo formidável. [...] Mas as pessoas a quem me dirigia pouco caso faziam das minhas previsões. [...] A rajada que pairava sobre o CEP era de desespero, era de revolta íntima contra tudo e contra todos.²³⁰

²²⁸ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14 Memórias de um Combatente*, p. 54.

²²⁹ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 196.

²³⁰ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 198-201.

E, enquanto Amaral desabafava, o capelão Patrocínio Dias ia ouvindo. «Ouvii, ouviu, ouviu quase sempre e pouco disse, deixando correr como uma torrente irresistível e cheia de lógica tudo o que eu dizia»²³¹, remata o capitão. Foi então, ao aperceber-se da tristeza que pairava no olhar do capelão, que o nosso autor sentiu uma vergonha enorme, repelindo de seguida a fraqueza que o avassalava. Esse momento, em que sentiu um misto de vergonha de si mesmo, e de gratidão para com o homem que o escutava, ficou-lhe a tal ponto marcado na memória que chegou a escrever:

Agradeço-te padre, o teu silêncio na hora triste e de fraqueza que tive, silêncio que para mim foi uma lição, que foi para mim um alto favor de amizade, que nunca esquecerei; para ti que és um crente o efeito produzido por essa lição de silêncio foi talvez um milagre! Obrigado padre e amigo, por mim e por eles [os soldados], porque eu não caí na lama e na imundície moral e os meus soldados acabaram por ocupar, um mês depois, e mais uma vez, o lugar que em França sempre disputaram por dever e por direito! Lugar que da Infantaria Portuguesa na Flandres foi sempre o primeiro.²³²

Verificamos, pois, que, se o «afastamento respeitoso da religião católica» por parte deste memorialista se deveu em grande medida a um padre (o padre de Paredes) e à hipocrisia que observava em muitos dos membros da Igreja. As campanhas militares em África e, posteriormente, a experiência da Grande Guerra na Flandres não só lhe proporcionaram uma compreensão tolerante face aos fenómenos religiosos como possibilitaram o encontro com um crente e ministro da religião católica bem diferente do primeiro. A guerra, apesar de todo o sofrimento que causou, revelou-se, a este nível, o do encontro entre os homens, numa nova possibilidade de onde veio a brotar uma profunda amizade. Amaral já não era o mesmo. Patrocínio Dias também não. A guerra parece ter acelerado o processo de reconstrução e transformação dos indivíduos.

A amizade entre estes dois homens emergiu na guerra e fortaleceu-se por causa dela. Não foi, no entanto, a única. Nas memórias de Manuel António Correia, um acérrimo republicano, combatente do 5 de Outubro e intervencionista convicto no que diz respeito à intervenção portuguesa na guerra, encontramos uma história semelhante. À partida nada nos faria supor que este militar viesse a construir uma amizade com um outro sacerdote, desta vez, o padre Luís Lopes de Melo. O autor que, a dada altura das suas memórias, escreve sobre certos dias em que «Seria o que Deus quisesse!»²³³ e

²³¹ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 198-201.

²³² AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 198-201.

²³³ CORREIA, Manuel António — *Memórias de um Resistente às Ditaduras*. Maia: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011, p. 152.

cujo comandante veio a dizer a seu respeito «Você, alferes Correia, foi miraculado!»²³⁴ pelo facto de sair incólume em várias situações arriscadas, não se revela um crente praticante nem sequer um observador da religiosidade. Diremos a seu respeito que se trata de um indiferente em matéria religiosa. Foi, isso sim, um homem comprometido com os ideais republicanos, como já referimos. Foi, porém, nesses dias (em que «Seria o que Deus quisesse!») que floresceu igualmente uma nova e imprevisível amizade.

O 9 de abril de 1918, o dia da batalha de La Lys, foi provavelmente o mais dramático para Manuel Correia. Esse dia ficou marcado na sua memória não só pela carnificina dos combates mas também por um outro episódio. Tendo-se voluntariado o alferes Correia para uma arriscada missão de salvamento, ouviu por parte do capelão Luís Lopes de Melo as seguintes palavras: «Correia, não vai sozinho, eu vou consigo»²³⁵. Não foi a primeira vez que este capelão acompanhou o alferes Correia. Uma outra houve, e de todas a mais importante, que ficou marcada na memória e no coração do oficial. Tinha ocorrido poucas semanas antes, durante o mês de março em La Gorgue, onde Lopes de Melo lhe salvou a vida, obrigando-o a abandonar o alojamento onde descansava, o qual logo de seguida foi destruído por uma granada alemã. Estes dois episódios que acabamos de narrar lançaram as bases para uma amizade aparentemente improvável mas que, como escreveu o memorialista «foi mantida sempre mesmo quando na luta contra Salazar. Porque não há nada na vida tão belo, tão são, tão forte e duradouro como a amizade contraída nos campos de batalha entre combatentes»²³⁶.

Os factos que acabamos de expor revelam como a guerra proporcionou o encontro entre os homens da fé e aqueles que, por opção, trilhavam e continuaram a trilhar um caminho à margem em matéria religiosa, mas cujas experiências vividas na guerra permitiram uma aproximação inicial e, posteriormente, o florescer de algo de novo, fosse o emergir de um espírito de tolerância fosse, em casos como os que acabamos de narrar, o despontar de amizades para a vida. Gostaríamos apenas de concluir com um último apontamento sobre a carismática figura de Ferreira do Amaral, o «capitão sem medo», que, pelos vistos, teve medo. Este observador nato, com um profundo sentido crítico, aventureiro espiritual, no sentido em que se lançou, ainda jovem, por um caminho periférico relativamente à fé, abandonando uma religião onde não encontrava o rosto de Deus, assemelha-se a Zaqueu (a figura bíblica que subindo a uma árvore, observou à distância Jesus, no meio da multidão). Tal como ele, Amaral

²³⁴ CORREIA, Manuel António — *Memórias de um Resistente às Ditaduras*, p. 151.

²³⁵ CORREIA, Manuel António — *Memórias de um Resistente às Ditaduras*, p. 131.

²³⁶ CORREIA, Manuel António — *Memórias de um Resistente às Ditaduras*, p. 151.

observava ao longe. Ambos pertencem à «imensa terra do meio» (entre a crença e a descrença) habitada por uma crescente massa de gente à procura.

5.3 Pina de Moraes e a velhice do jovem sábio

O jovem oficial Pina de Moraes, incorporado no Batalhão de Infantaria 13 de Vila Real, partiu de comboio dessa mesma cidade no dia 21 de abril de 1917 com destino a Lisboa. O objetivo dessa viagem, cuja despedida é narrada, pormenorizadamente, nas suas memórias, era a partida imediata para o teatro de operações na Flandres. Sobre a experiência da guerra Moraes escreveu duas obras: *Ao Parapeito* e *O Soldado-Saudade na Grande Guerra*. Ambas requerem por parte do investigador uma análise especial. Tivemos a oportunidade de referir isso mesmo no capítulo dedicado às fontes, dada a singular organização ou desorganização dos testemunhos apresentados.

Quanto à abordagem da religiosidade por parte do autor, não podemos deixar de salientar uma certa ambiguidade. Sabemos que se trata de um homem com fortes convicções republicanas, tendo sido um dos «jovens turcos da República». Mas será que foi um livre-pensador? E, se o foi, terá sido um radical ou um jovem moderado em questões de fé?

Sustentar, com base nas suas memórias, a ideia de que se tratava, à época, de um radical parece-nos excessivo. Se é certo que, a determinado momento, numa das suas obras, critica a fé dos soldados e de todos aqueles que oravam devotamente junto dos crucifixos, é também verdade que, numa fase posterior da guerra, ele próprio acompanha um seu camarada a um desses locais de devoção. Apesar das dificuldades que estas memórias nos colocaram, parece-nos, contudo, que, à semelhança do que aconteceu com as de Augusto Casimiro e Ferreira do Amaral, este é também um dos casos em que nos é possível traçar um percurso ao longo da guerra. O que expomos de seguida é apenas um trajeto, que, a nosso ver, parece ter sido o mais próximo da realidade.

Pina de Moraes, ao que tudo indica, revela na fase inicial do conflito pouca disposição para as questões religiosas e pouca tolerância relativamente à fé dos seus camaradas, em particular os mais simples, os soldados, muitos deles analfabetos. O episódio já referido em que o autor observou soldados a rezar devotamente junto de um crucifixo, episódio sobre o qual escreveu tratar-se de uma «truanice ridícula»²³⁷, parece ser revelador dessa mesma posição. Somando-se a esta verificação o facto de o autor não ter o costume de evidenciar nenhum tipo de sentimento religioso, cremos que este período inicial da guerra se pautou por uma indiferença e/ou desconfiança relativamente

²³⁷ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade*, p. 67.

à religiosidade. Não foi o único que se comportou dessa forma. No dia 1 de novembro de 1917 (há já vários meses na Flandres) Fernando de Castro escreveu no seu diário:

Amanha uma missa em sufrágio de todos os nossos soldados que caíram em honra da Pátria. Parece que vão ser enviados convites a todos os oficiais. Eu não vou lá. O culto, o respeito que eu sinto pela memória desses bravos portugueses não pode ser maculado com a minha assistência a uma cerimónia que a minha consciência repele do número de coisas sérias.²³⁸

Este testemunho relata mais um episódio que, tal como o do «chauffeur», contado nas memórias de Ferreira do Amaral, ou o da sentinela narrado por Silva Mendes (em que o autor se apercebe da importância da fé para os seus soldados), bem como o testemunho do general Tamagnini que nos transmite a animosidade por parte de alguns oficiais do CEP relativamente aos capelães, são apenas alguns dos exemplos mais significativos que comprovam a existência deste clima de desconfiança para com os ministros da religião católica e para com o exercício de atos de culto. Até aqui nada de novo. Apenas a constatação sobre o pensamento e a provável postura de Pina de Moraes nesta matéria, para o qual a simples escrita de uma carta valia tanto como a comunhão eucarística para um crente. Esta ideia revelou-a, após observar a felicidade com que dois soldados escreviam uma carta. Ou melhor, após observar a alegria com que um ditava e o outro escrevia. Conta-nos ele:

São tão felizes! Escrevem. Escrever é quase confessar-se. A gente gasta saudades escrevendo e fica de ânimo mais leve, não fica? Não escrever daqui, seria como se dissessem – acabou, tombou. E numa carta pode meter-se a vida toda, como num beijo, como num olhar. Não veem os crentes Deus na hóstia que se levanta consagrada? E eu vejo fazer dolorosas sagrações aos que têm amores. [...] Escritas, são nuas e impecáveis. Levam toda a sua pureza e toda a verdade – caem do coração sobre o papel.²³⁹

Parece-nos, assim, que as esperanças e as forças que os crentes buscavam na fé Pina de Moraes, tal como outros provavelmente, buscava noutro lado. Espiritualidades distintas? Seria assim tão grande o fosso que separava crentes e não crentes? Por mais profundo que fosse esse fosso, por mais constrangimentos que causasse a uns e a

²³⁸ CASTRO, Fernando de — *O meu diário de campanha. Um testemunho inédito sobre a participação portuguesa na I Guerra Mundial*. Lisboa: Objetiva, 2017, p. 218.

²³⁹ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 39.

outros, a verdade é que, tal como temos vindo a afirmar ao longo desta investigação, a guerra foi aproximando estes dois polos. Só assim se poderá compreender a progressiva tomada de consciência por parte do memorialista relativamente à fé dos outros. Ainda que a considere ridícula e que não a compreenda, o autor, que parece ao início desprezá-la, vai descobrindo a sua importância e o fator decisivo que esta assumia na vida de muitos combatentes, fossem eles simples soldados ou oficiais.

São vários os casos descritos por Pina de Moraes a este respeito. Nos seus dois livros de memórias, onde a neve assume um papel importante, não apenas na paisagem exterior da guerra mas também na paisagem interior dos homens, o autor revela como, pelo inverno de 1917-1918, as longas horas de silêncio propiciavam as mais variadas meditações levando os homens a orar, pois «o silêncio de um dia sem combater enchia a terra de meditações cristãs»²⁴⁰. Na terra da Flandres, «a Flandres das neves e das crenças, a Flandres vermelha dos incêndios e das batalhas, das mulheres brancas e das cruzes de seis côvados»²⁴¹. Pina de Moraes vivenciara o sofrimento, assistira à presença constante da morte e experimentara, como tantos outros, o sentimento de abandono. Mas, se isto é verdade, também não deixou de observar a esperança que palpitava no coração dos homens, como a daquele soldado que «jogava sempre a vida em pleno, com um desprezo inconsciente pela morte» e que, tendo ficado gravemente ferido, «na suprema delicadeza de um combatente, abrigava no melhor da alma as suas recordações, convencido de que a alma tem lugares invulneráveis, desejando que a imagem que guardava ficasse religiosamente intacta no seu corpo esfrangalhado nas batalhas como a Virgem de Albert nas ruínas»²⁴². «Pobre ilusão», concluiu o autor. Mas talvez este episódio, como o da morte do sapador, o Menaita – ao qual Pina de Moraes terá perguntado incrédulo, pouco antes deste falecer, «És tu Menaita? Estás mal meu rapaz?», tendo o soldado respondido com um sorriso: «Perdi muito sangue, mas não é nada, a Senhora da Guia há-de melhorar-me... a minha Prazeres pede-lhe»²⁴³ –, tenham contribuído para uma progressiva mudança de mentalidade por parte de Pina de Moraes no que toca à dimensão religiosa.

Para isso também terão contribuído momentos que o fizeram recordar-se da sua terra, como quando os sinos de La Gorgue de Merville davam a tocar: «E entre o som destes sinos – há um que parece o sino da minha aldeia, o grande, o das almas, que toca as Ave-marias e que tem a voz grande e amiga – que se ouve além Douro. E

²⁴⁰ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 17.

²⁴¹ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 47-48.

²⁴² MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 12 e 13.

²⁴³ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 53.

adormecendo, eu sigo com os sentidos o som do sino da minha terra...»²⁴⁴. Ou então, durante o natal de 1917, no qual o autor se recorda da história que a sua mãe lhe costumava contar em criança. A história do menino Jesus que nasceu em Belém, que dormiu nas palhinhas... «e a gente tem uma pena enorme que o menino não tivesse ao menos um saíto de lã...»²⁴⁵. Tantas vezes ouviu essa história que se fartou. Pudessem ele, naquele natal de 1917, voltar a ouvi-la novamente dos lábios da sua mãe. Tal não era possível. Contudo havia uma nova história desse Jesus, que Pina de Moraes podia agora contar:

Lá baixo, a dois quilómetros da 1.^a linha – olhando nevar, destaca-se a cruz alta de seis metros, de madeira lisa, de Neuve-Chapelle. E os seus braços parecem mais dolorosos que à luz rubra dos canhões. Quando a metralha ruge, lembra que protege – assim a nevar lembra penas idas. E a neve cai nos braços da cruz em oração branca lá do céu. E a neve soa, ao ouvido do soldado, caindo alva, a melodia lendária que o fez adormecer. E a neve é uma canção branca – espuma de recordações!²⁴⁶

Esta referência ao Cristo das Trincheiras não é a única. Há ainda um outro episódio que deve ser apresentado por revelar de forma mais evidente esta mudança ocorrida em Pina de Moraes. Na mesma obra, *Ao Parapeito*, o autor refere «*um momento homo estranho*» que presenciou junto do Cristo ao acompanhar um seu camarada, «a quem a noiva deixou» e que «passava horas brancas das tardes de janeiro ouvindo a balada da neve».

Estamos debruçados sobre o para-costas e a cruz a levantar-se, os braços abertos para abraçar a todos – até a neve que cai embalada. Este oficial é triste e indiferente a tudo. Noto-lhe alguma alegria apenas quando de pé sobre o parapeito acende o cigarro – queimar a Alemanha, como ele diz. Estamos em Neuve-Chapelle, a garganta da morte, como lhe chamam os canadianos. O meu camarada convida-me a ir em romaria lá baixo ao Cristo. E lá vamos, passos abafados, peles abotoadas, trincheira adiante, à neve que solta suspiros de alvuras, ondulante, trincheira fora... Faz um ramo de arbustos e, mudo, ouvindo a balada branca, ajoelha no supedâneo da cruz ao Cristo de braços nevados, de flancos de jaspe. E deixa o ramo de arbustos que a neve vai enfiorecer... e a neve cai, ritual branco, *dum momento homo estranho*.²⁴⁷

²⁴⁴ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 68.

²⁴⁵ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 85-89

²⁴⁶ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 128

²⁴⁷ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 129.

À primeira leitura, a nossa atenção vai para Pina de Moraes. Ficamos alerta pelo facto de vermos este autor, que noutra passagem da sua obra aparecia a ridicularizar a fé, a acompanhar em janeiro de 1918 um seu camarada ao Cristo das Trincheiras. De início, julgámos que descobrimos algo importante. De facto, é verdade, mas trata-se ainda de uma evidência incompleta. A questão está onde colocamos o olhar e a atenção. Pois, se por um lado observamos uma atitude deste combatente desfasada do padrão original onde o tínhamos incluído, também podemos perspetivar uma certa incongruência se prestarmos atenção à figura do outro oficial, esse homem triste e indiferente a tudo a quem a noiva deixou. Ao lermos outras memórias, e ao descobrirmos que, pela mesma altura, um oficial se terá suicidado por causa de um desgosto amoroso, não podemos deixar de nos perguntar se não se tratava precisamente da mesma pessoa. Sobre isto, não deixa de ser pertinente averiguar com auxílio à bibliografia que todos os registos relativos aos suicídios cometidos por oficiais do CEP foram eliminados nos anos trinta²⁴⁸.

Ao voltarmos a reler o texto, desta vez analisando o episódio tendo como foco central o referido combatente e não esquecendo a forma como o próprio Pina de Moraes recorda o momento como «*homo estranho*», não podemos deixar de nos questionar se o seu camarada, aparentemente um crente, não estaria prestes a cometer suicídio. Terá sido aquela ida ao Cristo uma despedida ou um até já? Terá significado um último fôlego na tentativa de encontrar uma nova esperança e um novo sentido no vazio que se lhe deparava? E o que terá pensado Moraes de tudo isso? Será que tomou novamente consciência da importância da fé para o comum dos homens? Ou terá visto no silêncio daquele Deus, aparentemente indiferente ao sofrimento do seu camarada, a negação da sua própria existência, a revelação de que nas horas de necessidade sobressai apenas o homem na sua relação e interdependência com os outros homens perante o mistério do nada?

Na verdade, tudo o que acabamos de expor não passa de uma hipótese assente na frágil convicção de que o camarada de Pina de Moraes pôs termo à vida. Uma hipótese que achamos plausível dada a convergência dos factos, mas que se nos apresenta com muitas mais perguntas do que respostas. Talvez resida aí a sua maior vantagem. Talvez as perguntas que mais inquietam os homens, para as quais não se acha resposta, aquelas que em silêncio acompanham a história de cada pessoa e que se confundem com ela, que a moldam e a transformam, sejam as mais importantes. Neste sentido, poderemos perguntar: para onde impelia o vento das perguntas que de quando em vez assaltavam muitos dos combatentes e por esta altura o jovem Pina de

²⁴⁸ MARQUES, Isabel Pestana — *Das Trincheiras com saudade*, p. 208 e 209.

Morais? Perguntas essas tantas vezes invisíveis sob a ténue camada de palavras como «dum momento *homo* estranho» e que deixam o essencial por se dizer.

Para terminarmos este estudo assente nas memórias do escritor e onde temos vindo a verificar como um homem inicialmente alheio à fé foi também ele, à semelhança do que observámos em Ferreira do Amaral, traçando um caminho singular, quase sempre imposto pelos acontecimentos que a guerra lhe foi proporcionando. Um percurso que permitiu o amadurecimento da tolerância para com a crença dos homens, mas sem nunca significar uma conversão ou uma aproximação à Igreja.

O episódio que apresentaremos de seguida, e com o qual pretendemos terminar esta reflexão, é a este respeito revelador. Ocorreu algures nos primeiros meses de 1918, numa daquelas noites em que «o frio parece que arranca os dentes». Estavam alguns soldados aquecendo-se junto de uma fogueira. Um deles, pensativo, relançava os olhos sobre as brasas. Assim ficou, fitando o lume durante algum tempo, até que, rompendo o silêncio, o jovem deixou escapar as palavras que até aí andavam pelo seu pensamento: «– quem sabe se eles terão carvão»²⁴⁹. «Eles», conta-nos Pina de Moraes, eram o inimigo. Impressionado pelo que acabara de ouvir, mas também pelo rosto e pelo olhar daquele jovem soldado, Moraes reflete sobre a beleza daquelas palavras compaixonadas para com o inimigo, tão próximas do verdadeiro cristianismo.

No olhar do soldado transpareceu a piedade que lhe nadava no coração. Sem querer tinha pregado como um Nazareno. A sua humildade gigantesca tinha gemido uma legenda de Calvário. Quem perdoará a generosidade cristã com que tu morres, meu rapaz? Olhei-o a direito e vi a sua alma nua como a baioneta com que atacaria amanhã. Este homem vivia tão perto da morte que via o outro mundo.²⁵⁰

Importa refletir sobre este acontecimento. O jovem alferes não critica a ingenuidade do soldado. Antes pelo contrário. Encontrou naquelas palavras a máxima cristã do amor aos inimigos. Estava perante um jovem – como aqueles sobre os quais Jaime Cortesão escreveu nas suas memórias – que possuía a sabedoria de séculos. Ou, se quisermos, um jovem forçosamente sábio por força das experiências vividas durante a guerra. Uma das coisas que mais impressionara o alferes médico Cortesão foram os rostos dos soldados dessa guerra. Talvez mais do que as palavras, o rosto e o olhar exprimam com maior nitidez os sentimentos que alegram ou dilaceram os homens. No rosto e no olhar do ser humano são visíveis as marcas da vida. Por isso, ao recordar os seus tempos de trincheira, o então médico lembra:

²⁴⁹ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 57 e 58.

²⁵⁰ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*, p. 57 e 58.

Há crianças com caras de velhos. A esta transformação dos rostos, corresponde uma outra mais profunda nas almas. De ao pé da morte, o olhar que se deita sobre a vida, fixa apenas as coisas essenciais. As mentiras caem aos farrapos e vê-se enfim a verdade na sua nudez sublime e infame. Há olhos cá nas trincheiras que, nos fitam e revolvem até aos últimos escaninhos de nós mesmos.²⁵¹

Terão as palavras, o rosto e o olhar do jovem soldado tido um impacto semelhante em Pina de Moraes? O pensador judeu Emmanuel Lévinas tem uma resposta interessante à pergunta «onde e como é que eu encontrei Deus?» que pode revelar-se importante neste contexto. Responde ele: «quando eu me deparo com um rosto, Deus ocorre-me à mente. Deus fala através do rosto». Este pensador, que não encontra Deus numa relação direta, em algum conhecimento teórico, nem em alguma fusão mística, acredita que a relação com a divindade «só é possível através do outro, só no seu rosto o Infinito é revelado». E termina lembrando: «um ser humano e outro ser humano, eis o cenário para a transcendência»²⁵².

Fiquemo-nos por esta última frase, por esse encontro tão banal e ao mesmo tempo tão inesperado. Pelos olhares que se cruzam, pelas palavras que inesperadamente se desprendem do ser no limiar do fim ou de uma vida nova (pouco importa) e pelos rostos que tudo refletem nessas horas. Independentemente da crença e da descrença, pensamos que estes encontros são suficientemente significativos para transformar os seus intervenientes, apresentando-lhes novas e sucessivas realidades ampliadoras mas também integradoras, onde é perceptível o espaço em aberto, deixado pelas perguntas que vão fazendo parte da história de cada indivíduo. E é essa misteriosa terra das perguntas que nos ensina que «é o outro, o seu olhar (poderíamos acrescentar, o seu rosto e as suas palavras), que nos define e nos forma...»²⁵³, como escreveu Umberto Eco. Talvez tenha sido precisamente isso o que, inesperada e silenciosamente, foi acontecendo a Pina de Moraes, a Jaime Cortesão e a Ferreira do Amaral. Estes autores não se converteram no sentido de passarem a assumir uma fé católica. Não fizeram como muitos livres-pensadores, como o «chauffeur», que nas horas de aperto se revelaram devotos de ocasião. Estes homens, crentes ou descrentes (poderá alguém nestas matérias ser definido como pertencente a um grupo, a um conceito), são para nós, mais do que indiferentes ou descrentes, buscadores.

²⁵¹ CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*, p. 85.

²⁵² HALÍK, Tomáš — *Quero que tu sejas!*, p. 136 e 137.

²⁵³ DOMINGUES, Frei Bento — *O bom humor de Deus e outros textos*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2015, p. 127.

5.4 Entre buscadores e acomodados

Se até agora observámos a religiosidade à luz da crença e da descrença, talvez seja chegada a hora de olhar esta problemática sob um novo ponto de vista. A atual Sociologia da Religião tem constatado que a separação no campo religioso passa, «não por entre os crentes e os descrentes», mas por entre os «buscadores e os acomodados». Acrescentemos que tanto num grupo como no outro podemos encontrar crentes e não crentes²⁵⁴.

Pegando nesta ideia, e na reflexão que o teólogo checo Tomáš Halík dela faz, observamos as memórias com um renovado olhar. Facilmente nos apercebemos que tal perspetiva sociológica não só se adequa ao presente trabalho como nos ajuda a pensar as experiências de fé de uma outra forma.

Há muitos crentes que olham a sua fé como uma fortaleza cheia de regras e normas eclesásticas. E cujo Deus se assemelha mais a um juiz tirano do que a um mistério de bondade. Neste sentido, poderíamos colocar o padre de Paredes entre os acomodados, entre os quais certamente poderíamos englobar muitos dos *ridículos livres-pensadores* de que Ferreira do Amaral nos fala.

Num outro sentido temos também muitos outros que se têm por ateus ou descrentes «e, todavia, em grande parte, não são religiosamente “insensíveis” ou cegos para a dimensão espiritual da vida». É o caso de Pina de Moraes. Também ele é um buscador, embora não vinculado a nenhuma religião. «Há homens que rezam em momentos de noites dolorosas, mas que no mundo do seu quotidiano não reservam nenhum lugar para Deus», como é o caso de Jaime Cortesão, por exemplo. E há também «aqueles cujos dias e noites são assinalados e marcados pelo ritmo da oração e do culto, mas que são assaltados nas noites de insónia por instantes depressivos da escuridão» sem fé e sem esperança, como podemos comprovar nas memórias de Augusto Casimiro e Ernesto Moreira dos Santos²⁵⁵.

Mas não nos esqueçamos dos buscadores (como Ferreira do Amaral), cujo número, provavelmente, é o mais numeroso:

Aqueles que não se consideram nem crentes nem descrentes, que permanecem na «zona cinzenta» entre a fé e a descrença e são, de certo modo, as duas coisas ao mesmo tempo: crentes e descrente. Conhecem momentos de fé, de dúvida e de incredulidade,

²⁵⁴ HALÍK, Tomáš e GRÜN, Anselm — *O abandono de Deus*, p. 107.

²⁵⁵ HALÍK, Tomáš e GRÜN, Anselm — *O abandono de Deus*, p. 108.

e, provavelmente, nem sequer são capazes de decidir qual das duas experiências é realmente o seu lar.²⁵⁶

Estes são os que habitam – sem o saber – a «terra prometida», a «imensa terra do meio».

²⁵⁶ HALÍK, Tomáš e GRÜN, Anselm — *O abandono de Deus*, p. 108.

6. A Guerra, a fé e a revolução das mentalidades

6.1 O percurso da fé

Ao longo do capítulo anterior, procurámos responder à problemática sobre a incredulidade e a indiferença de muitos combatentes e o modo como a guerra lhes proporcionou o contacto com crentes e com os mais variados fenómenos religiosos, exercendo influência sobre eles.

Neste último capítulo, procuraremos pôr a tónica na seguinte problemática: que implicações tiveram as experiências religiosas na vida dos combatentes? Que ficou de tudo isso? Ao longo deste estudo, fomos já destacando algumas dessas consequências. Vimos como a fé dos crentes sofreu transformações significativas, tornando-se numa fé mais madura assente na realidade concreta do mundo. Do mesmo modo, compreendemos como a guerra aproximou crentes e descrentes. A cultura de tolerância e de respeito, bem como as amizades inesperadas que se foram consolidando durante esse período, é um facto concreto que responde, em parte, à problemática apresentada. Mas, se é verdade que estas conclusões são já significativas, também é verdade que muito mais pode ser dito, quanto mais não seja o que permanece ambíguo e que pode ser interpretado ora como uma consequência direta das experiências de fé vividas na guerra ora como algo independente dessa realidade.

Convém, pois, não fechar os olhos às questões de difícil resolução que esta problemática encerra. Se é certo que algumas das fontes nos permitem conhecer resumidamente o percurso de vida dos seus autores, a esmagadora maioria refere-se apenas ao período da guerra. Deste modo, podemos questionar: Será realmente possível chegar a algum tipo de conclusão aceitável neste domínio, sabendo de antemão que ignoramos a vida concreta, além guerra, da maior parte dos indivíduos?

Na verdade, o aprofundamento desta questão levar-nos-á a um emaranhado de caminhos distintos em que a resposta deriva do percurso feito por cada autor, da forma como este recorda ou não a prática religiosa, não apenas na guerra, como durante toda a sua vida, e do tempo concreto em que escreveu as suas memórias. Isto partindo do pressuposto que as memórias foram escritas tendo o protagonista já uma certa idade, o que apenas acontece em raros casos. Estivessem as nossas fontes no mesmo pé de igualdade, isto é, fossem todas elas escritas na fase final da vida dos combatentes, e talvez fosse mais fácil avaliar o impacto das experiências de fé vividas nos anos da Grande Guerra.

No entanto, essas fontes correspondem a um número insignificante, e algumas delas, como as de Manuel António Correia, pouquíssimos dados nos fornecem a este respeito. É claro que poderíamos argumentar que se trata de uma obra que tenta

simplesmente espelhar toda uma vida, sendo natural que a vivência religiosa seja relegada para segundo plano ou até esquecida. Mas, se esta conclusão pode ser aceite, não poderá este facto ser interpretado de uma outra forma? E se as experiências sobre as quais nos temos vindo a debruçar ao longo deste estudo não tiverem correspondido a mais do que um fôlego momentâneo cujo impacto o tempo dissipou?

Embora muitas das fontes escritas no período do pós-Guerra contenham em si marcas assinaláveis dessas vivências, em que fica evidente que a experiência da guerra e da religiosidade moldou o olhar e a compreensão dos homens perante eles próprios, os outros e o mundo, a verdade é que, considerando este fenómeno a médio e longo prazo, parece-nos mais realista pensar que o tempo acabou por desvanecer essa religiosidade, relegando-a não apenas para um plano secundário como para uma prateleira longínqua e quase irrelevante na imensa biblioteca da memória.

Expomos estes problemas para destacar a complexidade da problemática proposta e a impossibilidade de concluirmos o nosso estudo com uma resposta concreta e unívoca. Por tudo isto, temos o objetivo de expor não uma «verdade», mas múltiplas e diferenciadas «verdades», mediante os diferentes percursos de vida dos autores. Mas, antes de apresentar esses caminhos, com os quais pretendemos encerrar o nosso estudo, importa lembrar algo que achamos de extrema importância. A guerra abalou as certezas dos homens, transformando-os não apenas a eles mas ao próprio tempo em que viveram (quando dizemos tempo queremos dizer o conjunto dos homens e mulheres que compõem um determinado tempo histórico). O tempo do positivismo parece ter derivado na guerra para um tempo de constante incerteza. E é desse tempo de incerteza que emerge a fé ingénua na esperança de uma regeneração humana.

Neste contexto, não basta apenas olhar para a Grande Guerra como um ponto de viragem da história, seja em termos económicos seja em termos políticos e sociais. É necessário compreender o seu impacto também como ponto de viragem na relação com o divino. Para compreendermos esta alteração é necessário descer ao mundo do «eu», ao mundo individual e a tudo o que ele representa. O «eu» não é o mesmo antes, durante e após o conflito. Cada combatente está em constante transformação. Emergem novos homens da guerra, para o bem e para o mal, com as suas luzes e sombras e com os seus espaços intermédios por preencher. O que será que veio a tomar o lugar da fé naqueles que a perderam durante a guerra? Esta é certamente uma questão para outra investigação. Quanto a nós, terminaremos este estudo procurando compreender a fé que emergiu no coração dos homens do pós-guerra e as suas possíveis consequências.

6.2 Do diário de um alferes: mais perto de Deus ou da República?

Na sua primeira obra, o capitão Augusto Casimiro apresenta-nos um diário de campanha escrito, supostamente, por um tal alferes Turíbio. Trata-se na realidade de uma criação literária do poeta. De um alter-ego em que o autor nos apresenta o dia-a-dia das tropas portuguesas nas trincheiras, com todas as dificuldades inerentes à vida em campanha. Tudo isto descrito com um humor bastante característico, não sendo caso único entre os relatos encontrados.

O suposto diário foi redigido pelo escritor durante o conflito, sendo certamente o resultado da influência de quase um ano de convívio com humoristas como o então seu capitão André Brun e Mário Afonso de Carvalho, fazendo estes três homens parte de um grupo que ficou conhecido entre as tropas da Flandres como o «grupo dos humoristas».

Nestes interessantes apontamentos, encontramos um humor que satiriza toda a sociedade portuguesa, abordando alguns dos seus maiores problemas, como a entrada de Portugal na Grande Guerra e a questão religiosa. O humor que destes textos sobressai, escrito muitas vezes para matar o tédio, parece exercer uma influência psicológica de importante relevo para alguns dos combatentes em campanha num constante exercício moralizador a que a guerra obriga. Talvez por isso, nos dê a impressão de surgir como a única resposta possível capaz de suportar o absurdo de muitos episódios que envolveram e marcaram a experiência militar portuguesa na Flandres.

O alferes Turíbio, segundo no-lo apresenta Augusto Casimiro, é um jovem oficial de «vinte e três anos há nove meses nas trincheiras (um total de quarenta anos para desconto dos seus pecados)» cuja guerra inesperadamente apareceu a atravessar-se-lhe na vida. É contudo a ela que se deve a sua mudança de mentalidade. Pois, como refere, «só agora começo a considerar-me uma criatura histórica»²⁵⁷. Foi para a guerra porque quis e porque o mandaram, onde se acabou por convencer «que o homem é um desafinado realejo de má música em que só Deus pode fazer tocar uma ária em termos»²⁵⁸. Mas tal tarefa nem para Deus parece ter sido fácil. Embora Turíbio fosse um jovem de fé, as notícias que vinham de Portugal, os «venenos» que os jornais lhe traziam, as impressões dos rapazes que regressavam terminada a licença, davam-lhe umas ideias doidas de desertar para outra nacionalidade. Ou, como escreve Casimiro,

²⁵⁷ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 147.

²⁵⁸ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 152-153.

«acabar isto e ir, na alegria da vitória – ajustar lá em baixo [a Portugal] umas velhas contas, pôr aquilo direitinho»²⁵⁹.

Essa gente de Portugal, afirmava o alferes, fazendo-se passar por Turíbio, dava a impressão de um doente maluco a quem o médico queria salvar à força. «Mandou-nos à guerra e deixou-se ficar». Não havia dúvida nenhuma que Portugal era «a nação do mundo com mais cortiça no arcaboço, não havia forma de ir ao fundo»²⁶⁰. Prova disso era ver a forma como os portugueses conseguiram ir para a guerra e como a ela sobreviveram.

É, contudo, na descrição que Casimiro faz da sociedade portuguesa desse período que nos apercebemos das divisões que grassavam à época em Portugal, sobretudo aquelas que para nós são mais caras: as da guerra e da questão religiosa.

O alferes Turíbio é identificado como sendo um monárquico absolutista, um homem que ama a sua pátria, que nunca pagara um centavo de quotas para um centro político e que estava convencido que qualquer manha ou receita política era sempre razoável desde que passasse despercebida e fosse indiferente ao povo que amava a sua pátria, trabalhava, recolhia e não discutia. Os seus primos tinham porém posições bem diferentes:

O meu primo Gregório, sócio dum centro cujo nome não lembro, revolucionário civil em perspectiva e antimilitarista avariado, com muito mercúrio nas veias doentes, – ficou em Portugal, tem feito trocadilhos infames com as três letras honradas do C E P – difunde por lá péssimas novas a nosso respeito, e está convencido de que o camarada alemão tem por nós atenções que o consolam, a ele, Gregório. Há de tentar um dia salvar a pátria por meio duma revolução e assassinar alguns portugueses, seus irmãos. [...]

O meu primo Anastácio não tem opiniões, não sabe o que diz, – chama assassinos aos democráticos, ladrões aos republicanos, todos bandalhos aos que não têm a sua opinião. E o meu primo Custódio, republicano, oficial do registo civil e ex-aluno de S. Fiel, – é livre-pensador, insulta os padres, e declara os que não pensam como ele uma cambada de ladrões...²⁶¹

Contudo, se até aqui pouco ou nada o diário do alferes Turíbio acrescenta em matéria religiosa que nos permita lançar uma reflexão que responda em parte à problemática apresentada, é no suposto relato da vinda em licença do alferes a Portugal que um apontamento interessante nos é revelado. O militar encontrou os seus primos.

²⁵⁹ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 156-157.

²⁶⁰ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 156-157.

²⁶¹ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 159-160.

O primo Januário disse-lhe que trazia uma excelente cara e que, com efeito, aquilo da guerra era uma treta. O primo Gregório afirmou-lhe que os portugueses na Flandres passavam fome e que os alemães os tratavam com especial consideração. O primo Anastácio, mal soube do regresso de Turíbio, veio visitá-lo, oferecendo-lhe o peso político de um amigo para o reter em Portugal e convidando-o para uma revolução. É, no entanto, o encontro com o último primo que nos chama mais a atenção.

Encontrei meu Primo Custódio à porta do Centro de que é sócio e coluna. Falámos. Ele inquiriu se era verdadeira a fábula dum Cristo intacto ao meio das nossas trincheiras. Respondi que sim e comuniquei-lhe que mandava rezar uma missa por alma dos meus camaradas mortos em combate... Custódio olhou-me com um olhar desiludido e furibundo, julgou-me perdido para a República e abalou, – Graças a Deus...²⁶²

Não deixa de ser interessante pensar neste último encontro. Através do primo Custódio o autor denuncia um livre pensamento radical, incapaz de compreender a importância da religiosidade num contexto de guerra. E parece ser este, exatamente, o ponto que terá desencaminhado o alferes Turíbio, acabando definitivamente com as aspirações do seu primo em convertê-lo aos valores republicanos. É claro que se trata de ficção, de um texto humorístico que, não sendo a realidade, procura representá-la. Neste sentido, podemos perguntar: será que boa parte dos combatentes portugueses chegaram da guerra mais predispostos a acreditar na divindade do que na República? Cremos que sim.

É, pois, importante relembrar os tipos de fé identificados ao longo da guerra. Encontramos uma religiosidade meramente popular, que foi ganhando forma para além da crença tradicional, na medida em que foi influenciada pelo quotidiano de guerra, constituindo múltiplas modalidades do sagrado de expressão tradicional mas também original, como refere Isabel Pestana Marques²⁶³.

Esta vivência religiosa parece ter influenciado autores como Pedro de Freitas. Embora não possamos afirmar que o autor tenha cultivado assiduamente o culto ao longo da sua vida, sabemos que as festividades religiosas proporcionadas pela guerra tiveram um impacto na sua humilde vida musical.

Quanto à generalidade dos combatentes, julgamos que aqueles que rezavam nas capelas arruinadas, que rezavam o terço ou orações no abrigo e que assistiam a atos de culto terão continuado a viver a sua crença religiosa depois da guerra.

²⁶² CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 176.

²⁶³ MARQUES, Isabel Pestana — *Das Trincheiras com saudade*, p. 264-270.

Houve ainda aqueles que experimentaram uma fé momentânea, adquirida nos momentos de incerteza e de desamparo. Uma religiosidade interesseira, pouco refletida, que, na verdade, estava mais próxima da superstição do que da crença. Era esta a religiosidade praticada por alguns livres-pensadores criticados por Ferreira do Amaral e por muitos combatentes que apenas assistiam aos atos de culto e se confessavam antes de ir para as trincheiras, não tendo o mínimo interesse pela questão fora dessas ocasiões. Esses olhavam para a divindade não como um acontecimento mas como uma entidade, um agente com o qual era necessário negociar. Sobre estes homens e sobre a religiosidade que praticaram pouco ou nada deve ter ficado, sendo presumível que esta questão seja vista aos seus olhos como um fenómeno banal, sem importância e, por isso, relegado para o esquecimento sem qualquer impacto sobre as suas vidas no pós-guerra.

Por último, resta-nos refletir sobre um outro tipo de fé. Trata-se de algo ao início idealista que foi amadurecendo à medida que a guerra se encarregou de dissipar todas as ilusões, deixando-as cair como folhas secas num vazio imenso. Esta é a fé que encontramos em Augusto Casimiro, Ernesto Moreira dos Santos e em José Vicente da Silva. É uma fé que se reconfigura com o tempo, exercendo a sua influência sobre o olhar e os pensamentos dos indivíduos. É precisamente nessa mudança de olhar sobre os homens e as coisas do mundo que encontramos a maior consequência das experiências de fé. Um reflexo da sua importância na vida dos autores.

Mas podemos perguntar por que é que o vazio que a dado momento ela implicou parece ter dado frutos em alguns combatentes e noutros não? Poderia o sentimento de abandono de Deus ter funcionado como um momento-chave na história das suas vidas? Por que é que nas memórias de Casimiro esse vazio correspondeu ao nascimento de uma nova esperança e de uma nova fé e tal não parece ter ocorrido em Lapas de Gusmão, que viveu esse abandono de forma, aliás, bem mais dramática? O que terá determinado esse desfecho? Será que a fé para aqueles que acreditam só se torna verdadeiramente transformadora quando estes põem de lado as suas certezas, abraçando as dúvidas inerentes à existência humana? Não terá a dor, o vazio e o silêncio ensurdecador de um Deus distante contribuído para dissipar (em Casimiro) essa grande fé, transformando-a numa pequena e irrequieta crença de onde brotava tanto a incerteza como a esperança? Uma fé do tamanho de «um grão de mostarda» suficientemente insignificante para «mover montanhas»?

Vale a pena recuperar as palavras do jovem Turíbio. O seu primo inquiriu se era verdadeira a fábula de um Cristo intacto nas trincheiras portuguesas: «respondi que sim e comuniquei-lhe que mandara rezar uma missa por alma dos meus camaradas mortos

em combate»²⁶⁴. A conclusão que deste episódio retiramos é a de que Custódio julgou o seu primo definitivamente perdido para a República. Regressaram os combatentes portugueses ao seu país mais predispostos a acreditar na divindade do que nos valores da República? É provável que sim. No entanto, esta não é a questão fundamental, embora pareça. Não se trata aqui de encontrar um vencedor. Interessa-nos, isso sim, lançar uma última possibilidade. Terão esses militares, ao regressar da guerra, feito o mesmo que a personagem literária de Augusto Casimiro? Terão, também eles, contado a história do famoso Cristo das Trincheiras e mandado rezar missas pelas almas dos seus camaradas mortos em combate? Ou, talvez, mais importante que tudo isso. Será que, ao fazerem-no, tomaram consciência de que, acreditando num Deus que havia permitido o cataclismo da guerra, traziam agora, de regresso a casa, esse frágil tesouro da fé «em vasos de barro»? São questões às quais não conseguimos responder.

6.3 A sorte e a indiferença face à nova realidade.

Uma das frases que mais nos chamou à atenção ao longo desta investigação foi a seguinte: «há quem consiga ser alegre e ter o espírito preso a pequenos nada cheios de encanto»²⁶⁵. Encontrámo-la escrita numa das crónicas de André Brun e refere-se ao soldado Madruga, um homem com uma história singular, segundo nos conta o humorista:

Há mesmo casos estupendos: – o do Madruga, aquele soldado da primeira, que dorme sempre nas covas que os outros desdenham e que, quando vai para as patrulhas de escuta na terra de ninguém, tem de ser acordado ao bofetão porque chega lá, instala-se numa cratera pequena, põe a espingarda para o lado e, puxando o impermeável para o nariz, só lhe falta soprar a luz antes de adormecer. Seria uma barbaridade acordá-lo, se não dependesse da sua vigilância a segurança da linha. Não se faz ideia da expressão com que ele responde a quem o agride pela sua sonolência incurável e lhe mostra os perigos a que se arrisca: – «Ora! Se calhar, não tinha de calhar». Com efeito. Se tiver de calhar, que adianta ter medo? E, se não tiver de calhar, para que serve tê-lo?»²⁶⁶

O que nos terá para dizer esta figura caricata. Aparentemente, nada. Eis, pois, a primeira grande revelação. O soldado Madruga é para nós o reflexo palpável da indiferença. É certo que se trata de uma indiferença generalizada, por tudo e por todos, chegando mesmo ao desprezo pela própria vida. Ao meditarmos nas palavras de André

²⁶⁴ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres* (1917), p. 174-176.

²⁶⁵ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 130.

²⁶⁶ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 130.

Brun sobre este soldado, pensamos nele como símbolo perfeito da indiferença religiosa. Um homem para quem as cerimónias religiosas e as devoções provavelmente não teriam grande significado, sendo quase sempre mais reconfortante uma boa sesta.

É claro que esta é uma visão imaginada. Jamais poderíamos descrever este homem e a sua relação com a divindade tendo apenas como base este pequeno testemunho. Mas é a frase anteriormente citada que nos inquieta e nos faz meditar num outro sentido.

Se este homem pode ser definido como um indiferente em matéria religiosa, não poderá do mesmo modo ser entendido como o símbolo perfeito da crença? «Tende a fé de Deus, não de tipo humano». Tende, isso sim, «uma fé minúscula» e «nenhum dos vossos cabelos se perderá», lê-se nas Escrituras. «Ora! Se calhar, não tinha de calhar», dizia o jovem soldado a todos os que o importunavam.

Qualquer das vias aqui apresentadas é forçada e deixa de lado o verdadeiro fator que mais determinava o comportamento do soldado: o sono, a doença do sono. No entanto, não deixa de ser interessante refletir, nesta fase final do nosso estudo, se a esmagadora maioria dos combatentes não olhou mais tarde para a sua experiência religiosa na guerra com semelhante indiferença.

É bem provável que esta tenha sido a realidade para a maioria dos combatentes. É provável que muitos viessem mais tarde a esquecer a fé desses dias. Que não mais praticassem a religiosidade e que esta se tenha dissipado, tornando-se meramente secundária ou inexistente ao longo do resto das suas vidas. Fica-nos uma pergunta para a qual não obtemos resposta. Teriam eles aprendido (como fez o soldado Madruga) a saborear os pequenos nada cheios de encanto que de quando em vez irrompem surpreendentemente da vida?

Este episódio do soldado Madruga não é caso único. Manuel António Correia, autor das *Memórias de um resistente às ditaduras*, que já por mais de uma vez tinha escapado à morte (uma dessas vezes foi um capelão do CEP, Luís Lopes de Melo, quem o salvou, iniciando assim uma grande amizade entre ambos), conta-nos um desses episódios.

O combatente encontrava-se nos arredores de Lille. Foi-lhe pedido para que comandasse uma pequena força portuguesa até Neuve Chapelle, local que os portugueses bem conheciam, a fim de ajudar uma companhia de engenharia inglesa na remoção de obstáculos para a passagem de tanques, na ofensiva em preparação.

Às sete horas estava junto do cemitério daquela vila, onde virou à direita à procura do caminho que lhe tinham mandado percorrer.

Em vez de um existiam dois, ambos entrando na floresta [...] Sem hesitar, nem fazer perguntas tive a instintiva percepção de que devia meter pelo caminho em frente, à esquerda do outro que desprezei, e com a companhia formada a dois, segui em frente. [...]

Nada de cavaleiro inglês! [que supostamente os levaria para junto das tropas aliadas] [...]. O matraquear das metralhadoras na frente indicava que estávamos a dois passos da primeira linha. [...] Pouco depois o silêncio era absoluto, pressagiando graves desgraças. Entretanto surge o cavaleiro inglês que, com uma carta topográfica na mão, me indicava o outro caminho, exatamente aquele que eu desprezara. Serenados os animais acompanhei o inglês. [...]

Cheguei ao local do trabalho. A morte e a tristeza pairavam ali. A artilharia inimiga que fez fogo sobre a minha retaguarda desfizera a companhia inglesa. Dezenas de cadáveres alinhados de um e de outro lado da terraplanagem, e os bocados de membros espalhados por todo aquele terreno davam bem a ideia das proporções do desastre, do qual escapei porque instintivamente me enganei no caminho!²⁶⁷

Quando chegou ao batalhão relatou o episódio ao seu comandante que lhe disse: «"Você, alferes Correia, foi miraculado!"», ao qual respondeu: «Tanto não digo, mas que o destino me preservou e aos meus homens do morticínio que desfez a companhia inglesa, isso é que não oferece a menor dúvida»²⁶⁸.

Teria sido a fé de Manuel que o salvara da morte ou fora apenas a sorte do acaso? Manuel, «a tua fé te salvou»? O autor, que ao longo da sua obra usa várias vezes a expressão «Seria o que Deus quisesse!»²⁶⁹, não atribui um sentido transcendente a este acontecimento, como parece evidente, «escapei porque instintivamente me enganei»²⁷⁰, mas também não o reduz a simples acaso ou sorte.

Paremos, pois, um pouco para meditar na frase: «seria o que Deus quisesse», que aparece com frequência nas memórias do autor. À semelhança do que ocorreu no episódio do soldado Madruga, também esta simples frase pode ter dois sentidos distintos. Por um lado, parece ser uma expressão banal e, por isso, sem grande significado. Será esse o verdadeiro sentido dessas palavras? Uma expressão superficial que mistura ateísmo e panteísmo?

Já na segunda abordagem podemos ver na referida frase uma confissão de fé (voluntária ou não) de um acérrimo republicano em cujas memórias (escritas na fase

²⁶⁷ CORREIA, Manuel António — *Memórias de um Resistente às Ditaduras*, p. 149-150.

²⁶⁸ CORREIA, Manuel António — *Memórias de um Resistente às Ditaduras*, p. 151.

²⁶⁹ CORREIA, Manuel António — *Memórias de um Resistente às Ditaduras*, p. 152.

²⁷⁰ CORREIA, Manuel António — *Memórias de um Resistente às Ditaduras*, p. 150.

final da vida) a vivência religiosa é inexistente. Mas significará realmente um ato de fé, uma crença real, ou será antes uma invocação meramente casual? Se a resposta a esta questão for a crença, então estaremos provavelmente perante uma fé que não precisa de conhecer todos os pontos da argumentação teológica ou religiosa para crer nos desígnios de algo maior. Uma fé que resulta de uma convicção que vai amadurecendo ao longo da vida. Terá sido esse o resultado da vivência da guerra em Manuel António Correia? Terá a guerra lançado a semente de Deus no coração deste homem, transformando-o num cristão anónimo cuja fé só se deixa revelar através de pequenas expressões?

Talvez a verdadeira resposta possa ser encontrada no facto de o autor não atribuir o desfecho a Deus mas ao acaso. Outros autores houve que atribuíram o facto de terem saído incólumes da guerra à providência divina. É o caso de Augusto Casimiro que, nas suas últimas memórias, refletindo sobre o facto de nada de mal lhe ter acontecido durante o conflito diz: «a morte [...] não veio porque Deus me conhece»²⁷¹. Mas este pensamento faz-nos levantar algumas questões. Então Deus não conhecia igualmente os crentes ingleses que morreram no episódio narrado por Manuel António Correia ou o autor do diário²⁷², que Casimiro diz pertencer a um oficial morto, do qual se apropria e designa como o seu «catecismo»? Ou, de forma mais evidente, os dois combatentes de que nos fala Pina de Moraes, o que foi ao Cristo e que talvez se tenha suicidado e o jovem rapaz que numa noite de neve se preocupou com os alemães do outro lado da terra de ninguém, e no rosto do qual o autor encontrou o verdadeiro cristianismo? Não os conheceria também Deus a eles? Que Deus é esse? O Deus do paradoxo? De facto, estas questões abrem diante de nós um horizonte de paradoxos. Uns vivem, outros morrem, em condições diferentes, a horas diferentes, onde menos se espera.

Talvez não seja possível responder à problemática que nos propusemos. Mas, mais do que a resposta, a interrogação poderá abrir um novo caminho, uma nova possibilidade. Talvez, até, indicar o que é realmente importante: a mudança de mentalidades. Crentes e não crentes passaram a olhar de forma diferente para os fenómenos religiosos, para a fé dos outros e, nos casos a que se aplica, para a sua própria fé. A guerra foi, assim, a principal impulsionadora desta renovação de

²⁷¹ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 167.

²⁷² Trata-se de um outro diário pertencente a um oficial falecido em combate, do qual Casimiro retira alguns textos apresentando-os nas suas memórias.

mentalidades, ajudando a construir uma nova cultura de tolerância religiosa que antes não existia. Uma cultura assente na «certeza da dúvida» perante o mistério da morte²⁷³.

6.4 O horizonte de uma nova espiritualidade

Três semanas antes de morrer, o tenente francês Charles Péguy escreveu a sua mulher uma carta onde afirmava: «Posso morrer... Não volto a escrever-te». Este homem, cuja forte vivência religiosa se pautava pela marginalidade relativamente à Igreja do seu tempo, ficou conhecido para a posterioridade pelo seu assombroso poema sobre a esperança: *Os portais do mistério da segunda virtude*. Nessa obra, o autor apresenta a esperança como sendo a pequena menina que atravessa os mundos, que ama o que será e que faz mover os homens. Uma esperança enraizada, não num Deus justiceiro pertencente ao passado, mas num Deus misericordioso pertencente ao presente que se faz futuro. Futuro que o autor vislumbrava com uma lucidez profética.²⁷⁴

Por essa altura, também o francês Teilhard de Chardin vivia a experiência da guerra. Desempenhando ao início a função de carregador de macas e posteriormente o serviço de capelão, assistiu ao desencadear de um conflito atroz que devorava os homens. Durante a guerra foi escrevendo textos que descreviam o seu cataclismo sangrento como uma componente mística de uma «missa cósmica», como o mistério do processo de transformação do mundo, do qual nasceria uma nova comunhão com a humanidade. As atrocidades da guerra permitiram-lhe compreendê-la como uma espécie de forno de fundição que transformava a humanidade num só corpo. Aos seus olhos, os homens tinham partilhado os mesmos destinos, os mesmos perigos, as mesmas ansiedades unindo-se em torno de uma nova esperança criadora de redes indestrutíveis de dependência mútua do mundo. Halík considera-o, pela visão ilusória que teve da unificação planetária da humanidade, como sendo o primeiro filósofo da globalização²⁷⁵.

O que terá o pensamento destes dois homens a ver com as consequências provocadas pelas experiências de fé no pós-guerra nos combatentes portugueses? Teriam eles adquirido um novo olhar sobre as coisas, os homens e a divindade? Estariam de acordo com algum dos pensadores apresentados?

²⁷³ FÉLIX, António Bagão — *O cacto e a rosa*, p. 38.

²⁷⁴ PÉGUY, Charles — *Os portais do mistério da segunda virtude*. Águeda: Paulinas Editora, 2013.

²⁷⁵ HALÍK, Tomáš — *A noite do confessor*, p. 69-79.

Jaime Cortesão evoca nas suas memórias o que lhe aconteceu no dia 22 de março de 1918. Após longas horas a tratar dos doentes, saiu a meio da noite para apanhar um pouco de ar.

Há algumas horas que sinto um mal horrível. Tomou-me uma tosse violenta, ao passo que me ganha o peito uma opressão e um ardor horrível [...]. Os olhos doem-me agudamente. [...] Tenho a impressão que uma névoa me não deixa ver bem. [...] Agora uma atonia funda prostra-me o corpo. Urge que me deite. E quando vou a meter-me na cama, sinto um ardor violento e cruciante nos olhos que entram de chorar a grandes bagadas. [...] Coisa horrível! – eu não vi. Uma suspeita terrível me lanceia a alma: estarei cego? [...] Horror! Não vejo! Não vejo! Estou cego!²⁷⁶

Para Jaime Cortesão seguiram-se dias de grande amargura. Tinha sido ferido pelos gases. De médico passara a doente. Com os olhos vendados e encaminhado de enfermaria em enfermaria, de hospital em hospital, ouviu da boca daqueles que, como ele, tratavam os moribundos palavras como «este homem», ditas com um desprezo frio e indiferente como se quisessem dizer: «essa coisa». Durante esses dias de solidão e de abandono o autor ter-se-á dirigido a Deus nos seguintes termos:

Meu Deus! Que horror! Cego, sozinho, nu e sem forças sequer para me erguer! Ah! Morrer assim! Morrer sem ver e sem dizer adeus à luz, ao sol, à terra! Isto é morrer mil vezes. É morrer no Inferno. É morrer na cruz da treva, rodeado de espanto e convulsão. [...] Há aflições que o tempo não mede: são incomensuráveis.²⁷⁷

Foi, porém, durante esse tempo de cegueira que o autor começou a tomar atenção às pequenas coisas do dia-a-dia que até aí lhe haviam passado despercebidas.

De repente, começo a ouvir – coisa nunca sentida! – romper a madrugada na garganta das aves. Primeiro é apenas um crepúsculo de vozes abafadas; depois um sussurro espantoso esparso de trilos amanhecendo; agora ergue-se um coral de cantos e evoés festivos, até que as vozes acordam e se alevantam à uma e é a fanfarra álaça da multidão alada.²⁷⁸

No dia 24 ou 25 de março o autor tem a impressão de que, por vezes, a vida parava suspensa no tempo, para, logo a seguir, voltar a ressuscitar. Na memória poucas

²⁷⁶ CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*, p. 192.

²⁷⁷ CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*, p. 197.

²⁷⁸ CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*, p. 194.

sensações persistem. A tosse não o deixava descansar. Adormecia e acordava atormentado por pesadelos horríveis. Mas de todo o sofrimento o que mais lhe doía era sentir-se por vezes abandonado.

No dia 28, ainda sacudido por ataques de tosse, sentia-se um Job, a figura bíblica sobre a qual todos os males haviam caído em cima e a quem Deus parecia ter abandonado: «Chego a ter repulsa de mim» – escreve Cortesão – para logo de seguida dar a conhecer a convicção que tinha vindo a alimentar ao longo desses dias: «Todavia vai-me penetrando uma grande esperança: Quando descerro os olhos já vejo um pálido clarão, nevoeiro de luz, donde a Vida surge como um doce fantasma»²⁷⁹. Para, no dia 9 de abril, o dia em que se deflagrou a batalha de La Lys, experimentar, ironicamente, as emoções de quem renascia, voltando-lhe, o desejo de viver.

Desses tempos difíceis recorda Cortesão: «aprendendo a desprezar a morte e o sofrimento soube também qual o valor da vida. Atirado para um oceano de dor encontrou-se sobre o caminho da verdade»²⁸⁰. Situações como esta marcaram decididamente os homens aproximando-os da religiosidade. Quando a vida parecia suspensa, era precisamente quando os homens descobriam o seu verdadeiro valor. O poema *E Falou Meu Coração*²⁸¹, de Alfredo Rocha, elucida essa ideia de uma forma esclarecedora:

– Pela Fé que nos aquece
E em nossas almas estua,
A vida mal desfalece,
Ressuscita e continua...

As memórias de José Vicente da Silva são portadoras de uma convicção semelhante, para quem a vida «é mil vezes bem mais preciosa que todos os bens do mundo»²⁸². Valorizando também a vida, podemos ler em *Ao Parapeito*: «como a gente sabe que morre – vive tudo o que vem»²⁸³. Talvez a vida fosse semelhante a uma rosa, escreveu Vicente. Uma rosa «símbolo do bem e do mal. No meio dos espinhos cruciantes que martirizam a nossa existência encontramos, por vezes, a beleza e o perfume das flores»²⁸⁴.

²⁷⁹ CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*, p. 199.

²⁸⁰ CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*, p. 225.

²⁸¹ ROCHA, Alfredo Barata da — *Névoa da Flandres*, p. 123-124.

²⁸² SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 70.

²⁸³ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 120.

²⁸⁴ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 24.

Vale a pena recordar as palavras de Humberto de Almeida: «E ali, perto dos homens que se trucidavam, que se matavam, em gritos de raiva e paroxismos de ódio e sanha, os pássaros cantavam, saudando em hinos de amor a Natureza e a Vida»²⁸⁵.

Foi também ao observar a natureza desfeita na paisagem desolada que Vicente José da Silva meditou nas árvores horrivelmente mutiladas que, «na sua imobilidade esfíngida, silenciosa, [...] pareciam erguer os braços ao céu, numa súplica angustiosa, ou amaldiçoar os homens num gesto colérico de imprecação»²⁸⁶:

Na sua mudez confrangedora, aquela cena falava com excessiva eloquência. [...] Apesar de mil vezes torturadas, as pobres árvores pareciam conservar-se ainda de pé para acusar perpetuamente os seus algozes, e não renunciar de todo à vida. [...] Depois de ter ficado um momento como que petrificado, continuei, enfim, o meu caminho, e lá fui meditando, mas sem poder compreender por que é que, tendo Deus feito a vida tão bela, os homens teimam em a tornar horrivelmente feia!...²⁸⁷

Também para André Brun uma parte do segredo da vida poderia ser encontrado observando a natureza. Esta, com as suas flores de trincheiras, aquelas que os soldados colhiam para as depositar aos pés das imagens da Nossa Senhora nas capelas arruinadas, dava aos homens a maior lição de humildade. Essas flores eram iguais às flores dos cemitérios. Faziam o mesmo protesto da vida contra a morte:

A Terra imortal dá-nos a maior lição de humildade. Todos quanto somos, por maiores e melhores que a nossa vaidade nos faça supor que podemos ser, mirando a grande mortalha florida que cobre tantos mortos, temos de pensar fatalmente na nossa pequenez, de cismar que, se uma bala ou um estilhaço nos matar, a Vida não parará por isso e não deixarão de romper pelos campos fora os cânticos eternos: pequenas flores frágeis e delicadas que um sopro desfaz, fartos campos de pão que cada ano se renovam, árvores a cuja sombra as gerações sucessivas se sentam. [...]

A terra é a grande amiga do soldado. [...] É ela que nos diz nas suas mil vozes mudas que a Violência é inútil, que amanhã será um grande dia, que os cataclismos passam e a Vida se perpetua. [...] Hoje é campo de batalha, amanhã será recanto de merenda. Nos momentos de horror encolhe as suas flores, como nós crispamos os nossos sorrisos; nas horas de sossego elas reaparecem, balouçam-se ao vento, tal como na nossa face

²⁸⁵ ALMEIDA, Humberto de — *Memórias de um expedicionário a França*, p. 23.

²⁸⁶ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 47.

²⁸⁷ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 48.

se espelha a nossa inconsciente resignação ou a nossa egoísta felicidade de viver ainda.²⁸⁸

E, se estes excertos são já reveladores da mudança de mentalidades proporcionada pela Grande Guerra e que em termos religiosos se parece aproximar de uma visão panteísta, um outro texto, desta vez um poema escrito por Alfredo Rocha, acentua essa nossa convicção, revelando o novo olhar que emerge no pós-guerra em muitos dos combatentes.

Um soldado português e outro alemão são sepultados. «Cobre-os, enternecida, a mesma terra». Eis então que os mortos falam sorrateiramente das profundezas. Diz o alemão: — «Abeiremos as almas! Anda, esquece! Já não há ódio em nosso coração!...». E continua: «Primeiro me atacaste e me feriste!... Disparei eu, depois... Tu sucumbiste!... A raiva que te tinha — despedaço!». «Ambos quisemos nossa Pátria forte!», Responde o português — «Amigo, a morte fez-nos irmãos dentro do mesmo abraço!...»²⁸⁹.

Serão todos estes relatos que acabámos de expor a prova evidente de que os homens que viveram a guerra e que passaram por experiências religiosas importantes adquiriram um novo olhar sobre as coisas? Uma fé assente na esperança ilusória de que a humanidade depois do cataclismo que enfrentou jamais haveria de cometer o mesmo erro? Por que é que Deus teria consentido tal tragédia? Que ilações tirar de tudo isso?

As conclusões que José Vicente da Silva retira da guerra, ao mesmo tempo realistas mas com uma esperança pequenina no futuro da humanidade, fazem-nos recordar o pensamento de Charles Péguy. Para o memorialista, «a guerra foi, mais do que qualquer outro, um fator de ruína e de desmoralização dos costumes»²⁹⁰. O Homem tinha-se tornado mais duro e senhor de si com o progresso da ciência e da civilização. «A avaliar pelo passado e pelo presente devemos concluir que os homens serão sempre os mesmos; isto é, iguais a si próprios»²⁹¹. Deste modo:

Só a moral cristã seria capaz de melhorar o coração dos homens. Parece, no entanto, que o resultado não corresponde à expectativa. Pois não se têm guerreado os homens,

²⁸⁸ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 161.

²⁸⁹ ROCHA, Alfredo Barata da — *Névoa da Flandres*, p. 85.

²⁹⁰ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 119.

²⁹¹ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 129.

por vezes, em nome da religião que professam? Mas se, e apesar de tudo, os homens são maus, não seriam sem isso mil vezes piores?²⁹²

Após a condenação da guerra, o mesmo autor chega à seguinte conclusão:

Nem os tratados, nem os convénios, nem a melhor boa vontade dos homens poderão assegurar uma paz duradoura, se os chefes que têm na mão os destinos das nações andarem arredados dos caminhos de Deus. E não só os chefes, mas os povos. O mesmo será dizer que fora da lei divina não pode haver paz; e, portanto, todos os esforços nesse sentido serão inúteis. A guerra é obra dos homens, não de Deus.²⁹³

À nova era desejada deveria corresponder uma nova aproximação e relação com Deus. Pareceu, pois, que a Humanidade iria iniciar um novo percurso. A esperança da maior parte dos crentes nesse futuro que almejavam ver no horizonte pode ser melhor compreendida se tivermos em conta as ingênuas palavras de Augusto Casimiro para quem, terminada a guerra, Deus andava mais perto dos homens e a quem estes serviriam livremente. Para o poeta, os tempos que se seguiriam à guerra seriam de novo «“os tempos do Filho do Homem”, Deus será sobre a terra. Os campos cobertos de ouro. E os mortos da Guerra Grande exultarão nas suas campas...”²⁹⁴.

Em verdade, estas palavras bem poderiam ter sido proferidas por Teilhard de Chardin – o místico da visão unificada da humanidade e o primeiro filósofo da globalização (para Halík) – tão semelhante foi o pensamento de ambos. «A dor, a miséria, todos os sofrimentos, abriram os olhos dolorosos do mundo» – afirma Casimiro.

Ao fogo duma grande fé e dum alto sonho, através da Paixão sangrenta que durou mais de quatro anos – descartou-se uma verdade nova, uma promessa mais forte. Os povos tomaram consciência de si mesmos. Ei-los a caminho. Do martírio de Cristo, floriu um mundo.²⁹⁵

Parece-nos assim que a guerra, no que diz respeito à sua dimensão religiosa, correspondeu mais a uma oportunidade do que a um castigo divino. Uma oportunidade para os crentes que se foram transformando por uma fé também ela em constante maturação. Uma oportunidade para os descrentes que passaram a ver a dimensão

²⁹² SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 130.

²⁹³ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 132.

²⁹⁴ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 213.

²⁹⁵ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 181.

religiosa com os olhos da tolerância. E uma oportunidade, também, para a própria divindade, em especial para o Cristo das Trincheiras.

Neste estudo dedicado à experiência religiosa dos soldados portugueses na Primeira Guerra Mundial, parece-nos necessário destacar o protagonismo do Cristo das Trincheiras.

A reflexão com a qual concluímos esta investigação só se revelou possível graças ao excelente trabalho do combatente Mário Afonso de Carvalho. Segundo nos escreve este autor, dois jovens soldados ao passarem em frente do Cristo de Neuve-Chapelle terão tido a seguinte conversa: «Olha lá ó 27, por que raio está ali Nosso Senhor Jesus Cristo preso na Cruz?» – o qual terá respondido – «Ora, por que havia de ser, foi-se queixar que só davam um pão para oito e prenderam-no»²⁹⁶.

Ao lermos estas palavras, e ao tomarmos conhecimento deste facto, não podemos deixar de imaginar esse Cristo convertido ao anarquismo, sob pezinhos de lã, a percorrer sorrateiramente trincheira fora e a dar dois valentes cachaços ao dorminhoco do soldado Madruga – não fosse o desgraçado fiar-se na Virgem e os alemães lembrarem-se de atacar –, para, logo de seguida, como se nada se tivesse passado, regressar à cruz com o ar de quem nada teve a ver com o caso.

²⁹⁶ CARVALHO, Mário Afonso — *O Bom humor do CEP*, p. 84.

Conclusão

Ao longo da presente investigação procurámos traçar uma nova perspetiva sobre a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Munindo-nos de um conjunto de fontes específicas como as memórias de guerra e ainda alguns diários e crónicas procurámos levar por diante uma análise histórica sensível ao mundo quotidiano e sentimental dos combatentes que revelasse o significado das experiências de fé vividas na guerra.

Para tal, o estudo das fontes e o consequente trabalho de problematização das questões ligadas à memória, como a construção, o imaginário e o esquecimento, possibilitaram-nos não só levantar inúmeras questões aos testemunhos apresentados como nos auxiliaram na sua abordagem e apresentação. Neste sentido, concluímos que a primeira problemática referente às fontes de investigação, elaborada ao longo do primeiro capítulo, constituiu uma base metodológica de apoio fundamental, sendo o seu resultado visível nos capítulos subsequentes.

Do mesmo modo, o segundo capítulo baseado na bibliografia e destinado a constituir uma contextualização ao tema parece-nos ter cumprido a sua missão ao apresentar-nos as principais consequências da «questão religiosa» vivida durante a Primeira República e os seus reflexos nas tropas. O estudo posterior relativamente à fé vivida pelos combatentes portugueses na primeira fase da guerra veio a comprovar que a afirmação de Maria Lúcia de Brito Moura sobre o receio que muitos combatentes tinham de viver a sua fé publicamente nos primeiros tempos do conflito estava correta, sendo um ponto de partida por onde achámos interessante começar. Do mesmo modo, o trabalho desta investigadora alertou-nos para a importância de olhar a fé sob o ângulo da experiência coletiva. Já com Isabel Pestana Marques aprendemos que a religiosidade vivida pelos combatentes portugueses foi, na prática, constituída por variadíssimas formas. Ou seja, embora muitas vezes a religiosidade dos combatentes possa ser entendida como mantendo um cariz tradicionalmente popular, a autora alertou-nos para a existência de experiências religiosas singularmente diferentes levadas por diante ora por pequenos grupos de crentes ora individualmente.

Estas duas visões, a fé vivida em comunidade e a fé vivida na intimidade de cada homem, assumiram duas abordagens importantes sobre a religiosidade dos crentes, vindo a ser integradas na reflexão mais extensa sobre o tema. Foi contudo na colocação de questões: «em que Deus acreditas?» e «como vives a tua fé?» feitas a cada fonte em particular que fomos traçando um novo caminho.

Aos poucos fomos nos apercebendo de como o quotidiano da guerra foi moldando os homens e as suas mentalidades. Relativamente aos crentes, podemos concluir que a fé, ao passar pela experiência da guerra, foi seriamente abalada. Mas tal não significou

um puro e simples abandono da crença religiosa. Se é certo que em alguns casos parece ter sido esse o resultado, a verdade é que em alguns combatentes esse abalo significou um novo renascer e uma maior consciência da realidade. Foi dessa realidade sedenta de sentido que emergiu após um fecundo vazio espiritual uma nova fé transfigurada pelas lágrimas de cada crente e fecundada pelas dores do mundo. Dessa nova sensibilidade nasceu uma nova esperança.

Não foi por acaso que refletimos sobre o sentimento de presença ou ausência de Deus experimentado por muitos crentes. Em alguns casos, parece que essa ausência da divindade terá levado alguns homens a perder a sua fé. Em outros, porém, a aridez espiritual revelou-se uma «graça» ou antes uma oportunidade, no sentido em que, ao passar pela solidão e pelo vazio, a fé de alguns combatentes parece ter descido à terra. O caso de Augusto Casimiro parece-nos ser um exemplo claro do que acabamos de afirmar. Esse «esvaziamento» espiritual fez emergir inúmeras questões que foram transformando a fé de Casimiro numa fé pequenina «como um grão de mostarda», uma crença mais assente na possibilidade de um Deus companheiro do que em convicções absolutas. A guerra funcionou assim como um filtro purificador em matéria religiosa. As convicções religiosas dos crentes no final da guerra não foram as mesmas que muitos defendiam ao início.

Do mesmo modo, enquanto na fase inicial da guerra assistíamos à existência de uma fé envergonhada por parte de muitos crentes, sobretudo como consequência da «guerra religiosa» e da presença de inúmeros oficiais republicanos, especialmente na Flandres, ao longo da guerra essa realidade foi-se alterando. Neste ponto é também importante destacar a mudança de mentalidades ocorrida em muitos dos «livres-pensadores». Se, de início, muitos desprezavam e criticavam a religiosidade dos soldados, constituindo um sério entrave à prática do seu culto e à permanência dos capelães em campanha, a verdade é que, ao observarmos as memórias do general Tamagnini, Ferreira do Amaral, ou ainda Pina de Moraes, ficamos a compreender como da parte destes, e de outros possíveis descrentes, ocorreu igualmente uma mudança de mentalidades.

Progressivamente o oficialato do CEP foi compreendendo a importância da dimensão religiosa para muitos dos seus combatentes, em especial os soldados que, sendo maioritariamente analfabetos, encontravam na fé que abraçavam o amparo e a coragem necessárias para continuarem em combate. Deste ponto de vista, a fé revelou-se não um fator destabilizador, como muitos «livres-pensadores» temiam, mas uma mais-valia na medida em que amparava moralmente a base militar do CEP. Contudo, embora esta tenha sido uma conclusão importante do nosso estudo, ao olharmos numa perspetiva mais individual, compreendemos como a fé vivida por alguns crentes

adquiriu, em alguns casos, um significado especial na vida de autores pouco dados a crenças religiosas. As memórias de Pina de Moraes são disso um exemplo claro.

Tanto para os crentes como para os não crentes, vimos como o dia-a-dia na guerra, fosse ela travada na Flandres ou em África, deixou marcas profundas nas convicções dos homens. Aqueles que achavam ter uma fé absoluta em Deus viram-na seriamente abalada e reconfigurada. Do mesmo modo, aqueles cujas convicções assentavam num mundo onde a Divindade não existia ou era relegada para um plano secundário foram também eles tocados pelas mais diversas experiências de fé ou pelos fenómenos religiosos a que assistiram. Desde o Cristo das Trincheiras intacto durante toda a guerra, passando pelas comoventes expressões de fé do mais simples dos homens, parece que também os descrentes terão ficado mais sensíveis à dimensão religiosa. Neste aspeto, a guerra revelou-se-lhes como uma abertura de novos horizontes assentes na tolerância e num progressivo respeito pela crença dos outros.

Poderemos, assim, dizer que a «guerra religiosa» que grassou de início nas fileiras do CEP pareceu ter-se diluído no quotidiano de um conflito atroz. Uns e outros, crentes e não crentes, perante a tragédia sombria da guerra, acharam-se de repente lado a lado em frente às inúmeras campas que povoavam as beiras das estradas. Quem teria respostas para a catástrofe que acabara de ocorrer? Nessas horas, em que os homens se matavam uns aos outros, os pássaros continuavam a cantar, as flores do campo a crescer. A terra dava a «maior lição de humildade». Paradoxalmente, terminada a guerra, Deus parecia andar «mais próximo dos homens».

Ao procurarmos compreender a fé vivida pelos combatentes portugueses na Grande Guerra não só chegámos a saber o que as experiências de fé significaram para eles como acabámos por nos embrenhar por um novo caminho, o das mentalidades. De facto, para compreendermos a transformação ocorrida durante a guerra no campo religioso há que ter em conta que tal alteração se enquadra num campo muito mais vasto, também ele em acelerada reconfiguração, do qual a fé é apenas um ponto no qual podemos colocar um pequeno ângulo de análise.

Por detrás desta mudança de relação com o divino vislumbra-se uma profunda mudança de mentalidades acelerada e aprofundada pela experiência de uma guerra capaz de pôr o homem em relação consigo mesmo. O combatente que olha para a campa onde passou a repousar o camarada com quem horas antes «conversou e riu» é o mesmo homem que ao olhar a terra enlameada ou o rosto cinzento de um outro camarada vê a sua própria miséria. O outro é um espelho do «eu mesmo». Um «eu» perdido à procura de um sentido. Terá sido encontrado? Ou será que permaneceu como eterno caminho inacabado? Alguns combatentes talvez tenham caminhado em direcção quele Cristo intacto de braços estendidos, como a pedir um abraço, achando nele o que

procuravam. Outros, porém, é mais certo que se tenham dirigido noutra direção. No final de contas não foram assim tão diferentes uns dos outros. A guerra ensinou-lhes a arte de caminhar em silêncio sobre a terra enlameada e a tocar os instantes cheios de nada.

Fontes

Memórias da Flandres:

- ALMEIDA, Humberto de — *Memórias de um expedicionário a França (com a 2^o brigada de infantaria) 1917-1918*. Porto: Tipografia Sequeira, 1919.
- AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*. Lisboa: J. Rodrigues & C^a, 1922.
- BARROS, Francisco José de — *Portugueses na Grande Guerra: Narrativas dum trincheirista na Flandres: angústias do cativo*. Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1915.
- BRUN, André — *A Malta das Trincheiras: Migalhas da Grande Guerra 1917-1918*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1983.
- CARVALHO, Mário Afonso — *O Bom humor do CEP*. Lisboa: L.C.G.G , 1944.
- CARVALHO, Ribeiro de — *Maldita Seja a Guerra*. Lisboa: Edições da Lumen, 1925.
- CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920.
- CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres (1917)*. Porto: Renascença Portuguesa, 1918.
- CASTRO, Fernando de — *O meu diário de campanha. Um testemunho inédito sobre a participação portuguesa na I Guerra Mundial*. Lisboa: Objetiva, 2017.
- CORREIA, Manuel António — *Memórias de um Resistente às Ditaduras*. Maia: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011.
- CORTESÃO, Jaime — *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora, 1971.
- FREITAS, Pedro de — *As minhas recordações da Grande Guerra*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1935.
- LOURINHO, Manuel Hermenegildo — *Prisioneiros na Alemanha 1^a Grande Guerra 1917-1919*. Lisboa: Tipografia Lousadense, 2006.
- MALHEIRO, Alexandre — *Da Flandres ao Hanover e Meclenburg*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919.
- MARQUES, Isabel Pestana — *Memórias do General: "Os Meus Três Comandos" de Fernando Tamagnini*. Viseu: Sacre, 2004.
- MENDES, José R. Silva — *Soldados Valentes Episódios da Grande Guerra*. Leiria: s. n., 1936.
- MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919.

- MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade na Grande Guerra*. Porto: Renascença Portuguesa, 1921.
- OLAVO, Carlos — *Jornal d'um prisioneiro de guerra na Alemanha (1918)*. Lisboa: Guimarães Editores, 1919.
- ROCHA, Alfredo Barata da — *Névoa da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa, 1924.
- RUSSO, Rogério Marques de Almeida — *Arquivo Poético da Grande Guerra*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, s. d.
- SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14 Memórias de um Combatente*. S. l.: Edições Boa Nova, 1991.
- TAVARES, João da Silva — *Trincheiras de Portugal versos*. Lisboa: Livraria Lisbonense, 1919.

Memórias de África:

- ALBERTO, Manuel Simões — *Condenados a Grande Guerra vivida às portas do degredo*. Aveiro: Lusitânia, 1933.
- ALVES, Luís Alberto Marques — “A Malta das Trincheiras – entre a vivência e a história”. In PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge Fernandes; ALVES, Luís Alberto; MEIRELES, Maria Conceição — *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*. Porto: CITCEM, 2015, p. 196-214.
- ARAÚJO, Teresa — *Moçambique na I Guerra Mundial Diário de um alferes-médico Joaquim Alves Correia de Araújo 1917-1918*. Porto: Editora Húmos, 2015.
- CÉRTIMA, António — *Epopéia Maldita (o drama da Guerra em África)*. Lisboa: Portugal-Brasil, 1924.
- CÉRTIMA, António de — *Legenda dolorosa do soldado desconhecido de África*. Lisboa: Tipografia de Luiz Beleza, 1925.
- FARIA, Eduardo de — *Expedicionários*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1931.
- GONÇALVES, Júlio — *Sul de Angola e o Quadrado da Môngua na Epopeia Nacional de África: Notas dum expedicionário de 1914 a 1915*. Lisboa: J. Rodrigues, 1926.
- GUSMÃO, Lapas de — *A Guerra do Sertão (Sul de Angola)*. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1935.
- JACINTO, Armando — *A Coluna do Lago Niassa 1ª Grande Guerra em Moçambique*. Espinho: Câmara Municipal de Espinho, 2010.
- LIMA, Américo Pires de — *Na Costa de África: Memórias de um médico expedicionário a Moçambique*. Gaia: Edições Pátria, 1933.

- SANTOS, Ernesto Moreira dos — *Combate de Naulila seus heróis e seus inimigos*. Guimarães, 1957.
- SELVAGEM, Carlos — *Tropa de África: Jornal de Campanha de um Voluntário ao Niassa*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925.
- ROSAS, Álvaro — *Terras Negras (Impressões duma Campanha)*. Porto: Imprensa Gráfica do Porto, Lda, 1935.

Bibliografia

- ABREU, Luís Machado de (dir.) — *Anticlericalismo português: história e discurso*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002.
- ANDRIĆ, Ivo — *A Ponte sobre o Drina*. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2007.
- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos — *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.
- ANTUNES, João Lobo — *Ouvir com outros olhos*. Lisboa: Gradiva, 2016.
- ARRIFES, Marco Fortunato — *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos Instituto da Defesa Nacional, 2004.
- CARVALHO, José — “Anticlericalismo/anticatolicismo e clericalismo/catolicismo em Portugal nas vésperas da I República (1881-1910) – breve panorâmica histórica”. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, nº 20, 2017, p 283-311.
- CARVALHO, Manuel — *A Guerra que Portugal quis esquecer: o desastre do exército Português em Moçambique na Primeira Guerra Mundial*. Porto: Porto Editora, 2015.
- CATROGA, Fernando — *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CATROGA, Fernando — “O laicismo e a questão religiosa em Portugal”. *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, p. 211-273.
- DOMINGUES, Frei Bento — *O bom humor de Deus e outros textos*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2015.
- FÉLIX, António Bagão — *O cacto e a rosa*. Lisboa: Sextante Editora, 2008.
- FERNANDES, Luís Miguel — *D. José do Patrocínio Dias, o homem, o militar e o bispo restaurador da diocese de Beja (1884-1965)*. Lisboa: Universidade Católica, 2014.
- HALBWACHS, Maurice — *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HALÍK, Tomáš — *A noite do confessor a fé cristã numa era de incerteza*. Águeda: Paulinas Editora, 2013.

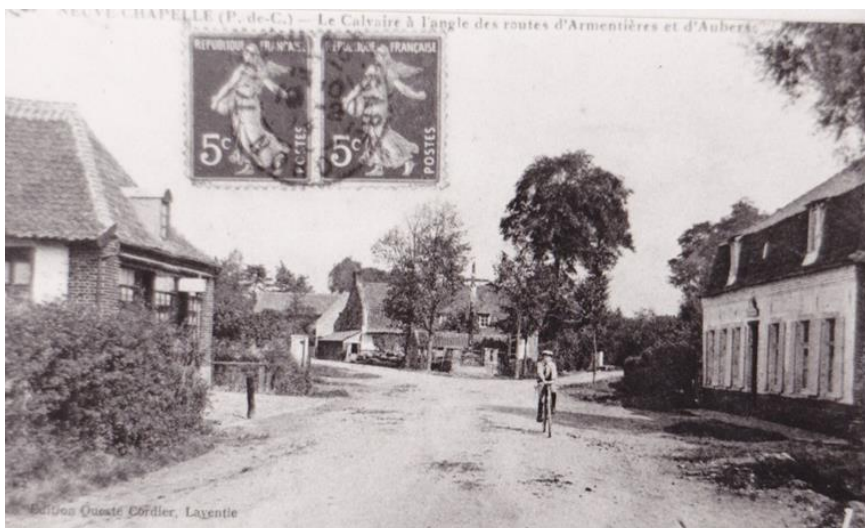
- HALÍK, Tomáš; GRÜN, Anselm — *O abandono de Deus quando a crença e a descrença se abraçam*. Águeda: Paulinas Editora, 2016.
- HALÍK, Tomáš — *O meu Deus é um Deus ferido*. Águeda: Paulinas Editora, 2015.
- HALÍK, Tomáš — *Paciência com Deus oportunidade para um encontro*. Águeda: Paulinas Editora, 2014.
- HALÍK, Tomáš — *Quero que tu sejas! Podemos acreditar no Deus do Amor?*. Águeda: Paulinas Editora, 2015.
- HASEK, Joroslav — *Aventuras do Valente Soldado Svejek e outras histórias*. Lisboa: Veja, 1986.
- HASTINGS, Max — *Catástrofe 1914: A Europa vai à Guerra*: Vogais, 2014.
- KEEGAN, John — *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Porto Editora, 2014.
- MARQUES, Isabel Pestana — *Das Trincheiras com saudade: A vida quotidiana dos portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.
- MARQUES, Isabel Pestana — “1914-1918. ‘Comportamentos de Guerra’” in *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 5. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, p. 99-135.
- MARQUES, Ricardo — *Os Fantasmas do Rovuma: A epopeia dos soldados portugueses em África na I Guerra Mundial*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.
- MATOS, Luís Salgado de — *A Separação do Estado e da Igreja Concórdia e Conflito entre a Primeira República e o Catolicismo 5 de Outubro de 1910 – 28 de Maio de 1926*. Alfragide: D. Quixote, 2010.
- MENDONÇA, José Tolentino — *A Mística do Instante o tempo e a promessa*. Águeda: Paulinas Editora, 2014.
- MENDONÇA, José Tolentino — *Nenhum caminho será longo para uma teologia da amizade*. Águeda: Paulina Editoras, 2015.
- MENDONÇA, José Tolentino — *O Hipopótamo de Deus e outros textos*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2010.
- MENDONÇA, José Tolentino — *O pequeno caminho das grandes perguntas*. Maia: Quetzal Editores, 2017.
- MENDONÇA, José Tolentino — *Que coisas são as nuvens*. Paço de Arcos: Imprensa Publishing, 2015.
- MENESES, Filipe Ribeiro de — *De Lisboa a La Lys O corpo expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial*. Alfragide: Dom Quixote, 2018.
- MORÃO, Paula — “Memórias e géneros literários afins: algumas precisões teóricas”. In MORÃO, Paula — *Viagens na terra das palavras: Ensaio sobre Literatura Portuguesa*. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 17-25.

- MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» na I República*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito — *Nas Trincheiras da Flandres: Com Deus ou sem Deus, eis a Questão*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- NETO, Vítor — “Lei da Separação do Estado das Igrejas”. In ROLLO, Maria Fernanda (org.) — *Dicionário de história da I República e do republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2014, p. 630-639.
- NETO, Vítor Manuel Pereira — *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal 1832-1911*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1996.
- ORS, Pablo d’ — *A Biografia do silêncio breve ensaio sobre meditação*. Águeda: Paulinas Editora, 2012.
- PÉGUY, Charles — *Os portais do mistério da segunda virtude*. Águeda: Paulinas Editora, 2013.
- PEREIRA, Sara Marques — *Memórias da Escola Primária Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- RICOEUR, Paul — *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
- SACKS, Oliver — *O Rio da Consciência*. Lisboa: Relógio D’Água, 2017.
- STEINER, George — *As Artes do Sentido*. Lisboa: Relógio de Água, 2017.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano — “Portugal e a Grande Guerra” in *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 4. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004, p. 14-34.

Anexos

I - Fotografias:

- 1- Postal ilustrado, com a localidade de Neuve-Chapelle, descrita por André Brun e situada no setor português, com o seu Cristo ao centro, antes da cidade ser arrasada:



Fonte: <https://rossellapiccinno.com/2014/05/17/histoire-du-christ-des-tranchees-en-images-darchive/>.

- 2- Outro aspeto da povoação de Neuve-Chapelle (postal ilustrado):



Fonte: <https://rossellapiccinno.com/2014/05/17/histoire-du-christ-des-tranchees-en-images-darchive/>.

- 3- Neuve-Chapelle arrasada por um bombardeamento, tal como é descrita por André Brun, e com o Cristo intacto ao centro:



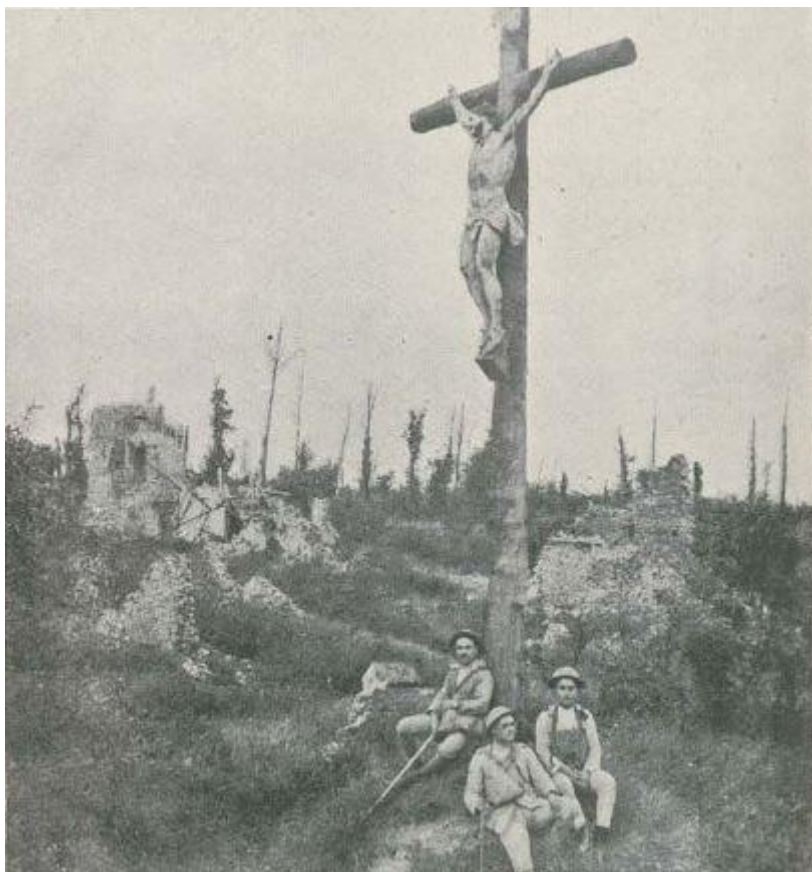
Fonte: <https://rossellapiccinno.com/2014/05/17/histoire-du-christ-des-tranchees-en-images-darchive/>.

- 4- Vista de um Cristo das Trincheiras entre as ruínas.



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 1918, 21. janeiro, 46.

5- Militares portugueses junto ao Cristo, intacto.



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 1918, 6. maio, 343.

6- Uma imagem da Virgem Maria junto à campa de um soldado inglês.



Fonte: MEDINA, João — “Imagens de Guerra ”*História de Portugal*. Vol. XI. Madrid: ediclub, 1998, p. 341.

- 7- Cruz com a inscrição «TO AN UNKNOWN SOLDIER», como descreve André Brun:



Fonte: MEDINA, João — “Imagens de Guerra ”*História de Portugal*. Vol. XI. Madrid: ediclub, 1998, p. 341.

- 8- Tropas portuguesas assistindo a uma missa campal:



Fonte: http://www.momentosdehistoria.com/MH_05_03_04_Exercito.htm

9- Capela arrasada junto a uma estrada:



Fonte: MEDINA, João — “Imagens de Guerra ”*História de Portugal*. Vol. XI. Madrid: ediclub, 1998, p. 341.

II. Poemas

1. Entre Ruínas²⁹⁷

Há por aqui... (Não deixam dizer onde),
Numa aldeia que a guerra destruiu,
Uma capela ativa. Não se esconde.
Tudo tombou; só ela não ruiu!...

Tem uma santa, de olhos magoados,
Estendendo para nós as mãos esguias,
Num gesto lindo: a abençoar soldados
Que hão de morrer, talvez, em manhãs frias...

Meu peito à capelinha se assemelha...
Numa chaga sangrenta, bem vermelha,
Rasgo-o de lado a lado; ponho-o a nu!...

Mergulha dentro dele o teu olhar
E vê: – Meu coração é o altar
E o meu peito a igreja; a santa és tu!

1917

2. Nossa Senhora da «Trincha»²⁹⁸

Ao alferes-Capelão P. José do Patrocínio Dias, atual Bispo de Beja

Nossa Senhora da «Trincha»,
Dos soldados adroeira,
Tem capelinhas erguidas
Nas banquetas da trincheira!

Não A conhecem na igreja;
Ninguém mais A conhecia!
Fomos nós que A adivinhamos,
Num minuto de agonia!...

²⁹⁷ ROCHA, Alfredo Barata da — *Névoa da Flandres*, p. 39 e 40.

²⁹⁸ ROCHA, Alfredo Barata da — *Névoa da Flandres*, p. 111 – 114.

Quando um dos meus soldadinhos
Se arreceia de morrer,
Estas palavras que eu digo
Começa então a dizer:

– Deus me perdoe, se peço
Em tão grande devoção!
Nossa senhora da «Trincha»,
Guardai o meu coração!...

Levai-o a Deus, para que fique
Mais sereno à sua beira;
E, depois que se aquiete,
Trazei-mo então à trincheira,

Para que o ponha, de novo,
Outra vez, dentro do peito,
A dar-me força e coragem
De ficar ao parapeito!...

Quando, à hora do «a postos»,
É iminente o perigo,
Nossa Senhora da «Trincha»,
Só Vós sois o meu abrigo,

– Pois qualquer outro que eu tenha,
Seja de tábuas ou de betão,
Nunca será tão seguro
Como a Vossa proteção!

Se, para acudirdes aos mais,
Me não puderdes valer,
Nossa Senhora da «Trincha»,
E que eu tenha de morrer,

Seja aqui, pela barragem,
Ou na Terra de Ninguém,
Levai o meu coração
Para junto da minha mãe!...

[...] 1918

3. Dois Túmulos²⁹⁹

Cobre-os, enternecida, a mesma terra,
Em manto de ternura e compaixão...
Num dorme um português, herói da guerra,
E no outro repousa um alemão.

Ponho-me a ouvi-los quando a noite desce,
E ouço dizer baixinho o alemão:
--- «Abeiremos as almas! Anda, esquece!
Já não há ódio em nosso coração!...

Primeiro me atacaste e me feriste!...
Disparei eu, depois... Tu sucumbiste!...
A raiva que te tinha --- despedaço!»

«Ambos quisemos nossa Pátria forte!»,
Responde o português -- «Amigo, a morte
Fez-nos irmãos dentro do mesmo abraço!...

4. Cristo nas Trincheiras³⁰⁰

Há na frente portuguesa,
Todo banhado de luz,
Um Cristo, imerso em tristeza,
Sobre tosca e negra cruz.

Tem cinco Chagas divinas
E, sofreu a vida inteira,
Para que elas fossem as quinas
Que estão na nossa bandeira.

²⁹⁹ ROCHA, Alfredo Barata da — *Névoa da Flandres*, p. 85 - 86.

³⁰⁰ TAVARES, João da Silva, 1893-1964 — *Trincheiras de Portugal*, p. 23-25.

Jamais nos foi desleal...
No mar, na terra, nos céus,
Onde estiver Portugal
É onde se encontra Deus!...

Ergue-se de entre os escombros
D'uma capela arrasada.
A neve cobre-lhe os ombros.
Silencio. Noite fechada

Desde Ourique, onde pugnando
Por uma Divina Lei,
Apareceu, assombrando
O nosso primeiro rei,

Soldados: pela noite enorme
Refazei-vos das canseiras
Que a sentinela não dorme:
Vela o Cristo das Trincheiras.

5. Mês de Nossa Senhora³⁰¹

Ao Alferes-Capelão P. Jacinto de Almeida Mota

«Neste lindo mês de Nossa Senhora...»
(Da carta de uma madrinha de guerra).

A Natureza abriu-se num sorriso.
Coram as flores; destaca mais a hera.
Parece agora a terra um paraíso:
Nossa Senhora trouxe a primavera...

Chilreiam outra vez as andorinhas.
Quando o calor morrer, hão de emigrar.
A elas se assemelham as dores minhas
Que, se deixam meu peito, é para voltar...

³⁰¹ ROCHA, Alfredo Barata da — *Névoa da Flandres*, p. 27 e 28.

Para conseguir adormecer o sol,
Oculto na devesa, um rouxinol
Ergue um canto suave de elegia...

Ouve-se, ao longe, o ralho das granadas...
Cortam o ar três notas magoadas:
– São os sinos rezando a Ave-maria...

1917

6. Transfiguração³⁰²

Neuve-Chapelle!... O Cristo vive ainda!...
Tem os braços pregados sobre a cruz...
O fogo envolve-O duma auréola linda.
Vem dos seus olhos a divina luz!...

O Cristo dos soldados – que, connosco,
Tem vivido estas horas de tortura,
Como a dizer: «A paz seja convosco!»,
Marca em seus lábios rictos de amargura...

Vejo-O daqui!... – As suas mãos parece
Que dos braços da cruz quer desligar,
Para, unindo-as no jeito duma prece,
Nos pedir com amor – para parar!...

– Cristo-soldado, Ele perdoa a falta...
Compreende como nós todo o dever
Que o sangue nos invade e sobressalta!...
E, se nos faz matar – nos faz morrer!...

[...] 1918

³⁰² ROCHA, Alfredo Barata da — *Névoa da Flandres*, p. 109 e 110.

III. Memórias de combatentes (excertos)

1. Religião, crenças e convicções

Há uns bons dez anos foi-me dado ver nos arredores de Lisboa um espetáculo que me produziu a impressão mais dolorosa que qualquer vulgar mortal pode receber. Tanto tempo passado ainda me lembro bem da tristeza profunda que senti.

Nas imediações de um portão de saída de um edifício militar ou antes de uma fortificação estava delirando em morras e vivas um agrupamento de algumas dezenas de pessoas. Eram todos homens ou rapazes. O sexo feminino não estava aí representado. Na maioria os manifestantes eram maltrapilhos e criaturas com aspeto de vagabundos que fazem das alfurjas de Alcântara e da Mouraria os seus naturais ninhos.

Junto ao citado portão, dando a direita a este e pelo lado exterior, estava formada a guarda, de baionetas armadas. Os soldados estavam todos com atitude apreensiva e até em alguns se notava a palidez do semblante. O comandante da guarda, que era um sargento, ria-se com um riso alvar, ou talvez inconsciente, para o agrupamento dos manifestantes e não deixava de vez em quando de agitar o boné, como que correspondendo gostosamente ao alarido da multidão, que ao ver estas saudações redobrava de delírio.

É preciso dizer que o referido sargento não ocupava o lugar que a ordenança determina, antes passeava de mãos nos bolsos nas imediações do lugar onde estava formada a guarda e de vez em quando dirigia-se para a frente do portão e aí parava por momentos olhando com grande interesse para o que lá dentro se passava.

Num dado momento, sai uma viatura militar escoltada por alguns soldados de baioneta armada e tudo isso ia sob o comando de outro sargento, que me pareceu ter um ar um tanto contrariado.

A guarda da porta das armas fez à escolta a continência do estilo, a que a escolta correspondeu, embora um tanto desordenadamente. O sargento da guarda da porta das armas disse nessa ocasião qualquer facécia ao sargento da escolta do carro, que ia sentado na boleia do mesmo; em seguida seguiu para o estribo da boleia, olhou para dentro do carro, riu-se muito e, voltando-se mais uma vez para o grupo de manifestantes que espera ansioso o carro, agitou outra vez o boné.

Então a récua de maltrapilhos, sob o comando de meia dúzia de *meneurs*, avançou de roldão para o carro, como quem quer apoderar-se do conteúdo.

A carroça para, o sargento que comandava a viatura e a escolta levanta-se e, com cara de poucos amigos, diz qualquer coisa para essa escumalha; os soldados da escolta obstaram um tanto brutalmente a que alguém se aproximasse do carro e, depois da momentânea paragem a que este incidente deu lugar, tudo seguiu o seu caminho.

Isto é, o carro cercado pela escolta e os manifestantes em volta e atrás do carro. De vez em quando um dos manifestantes atirava para dentro da carroça com uma pouca de lama da estrada ou com porções de excrementos de animal, que apanhava do chão!

Quanto aos soldados da escolta, uns olhavam para a multidão com ar carrancudo, outros riam-se por vezes, encolhendo os ombros. Via-se que da parte da escolta havia dois sentimentos patentes: o de indignação e o de desprezo.

Na matulagem da manifestação predominava o riso e a grande galhofa. Os três ou quatro *meneurs* iam mastigando frases violentas, virando-se para a multidão de punhos cerrados.

E lá seguiu todo aquele nojento e triste cortejo ao seu destino, que ainda hoje ignoro qual fosse. Agora qual a razão de tanta exibição de tesura? Muito simples a explicação.

O carro ia carregado com todos os santos de uma capela que havia dentro do edifício militar ou em uma das suas dependências! Estava-se realizando a obra de um estadista em Portugal e ao mesmo tempo estava-se fazendo a propaganda... De que julga o leitor que era... a propaganda?!³⁰³

Ferreira do Amaral

2. Do livre-pensamento

Os estadistas de Portugal desta época esqueceram-se de que havia uma religião nacional!

E tanto ela era nacional que desde a formação da nacionalidade portuguesa se vê, repetidas vezes, as populações agredirem e apuparem alguns ministros dessa religião, (não só padres, mas até bispos) sem que de tal facto derivasse menos fervor religioso nos templos e menos acatamento pelos cortejos ou exhibições de carácter público e religioso.

É preciso ser-se inimigo nato da ordem e do sossego público ou ter a mioleira a nadar em água choca para quem quer que seja esquecer por este modo a história do seu país.

À parte o disparate do estadista e a asneira patente da propaganda do livre-pensamento por meio do insulto e da arruaça, há apenas na tese que estamos atacando, a dos tesos, a observar e analisar a pouca coragem moral e física de quem em Portugal cultivou o *sport* de bater nos santos até os partir.

Muita boa gente letrada fez isso. Mas agora ocorre perguntar onde estão o valor e o risco dessa espécie de agressão?

Não existe, nem um nem outro. O que há é a certeza absoluta de que os santos de pedra, madeira, gesso ou metal, nunca bateram nem jamais baterão em ninguém.

Se em lugar das imagens fossem na carroça alguns dos santos a valer, é provável que os manifestantes passassem um mau bocado, pois santos há na folhinha que ganharam o seu natural lugar no céu a zurzirem gente valente, às lançadas e às cutiladas.

Mas os que iam na carroça eram apenas pintados, de modo que os tesos sentiam-se seguros antecipadamente da vitória, de onde se infere que não assavam (os mandatários e os agressores) de clássicos cobardes que batem e agredem com prazer e certos da imunidade!

³⁰³ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres*, p. 37-39.

Perto de mim um letrado avançado falou-me nesse momento no 93, na Deusa da Razão. Vieram também à balha o Robespierre, o Danton e o respetivo Marat!

Ainda mais me falou o referido intelectual nos carros com cadáveres decapitados, que na Revolução Francesa fizeram vezes sem conta o caminho da guilhotina para as valas enormes, e abriu os braços, para indicar a largura das valas, naturalmente.

O mesmo patetoide referiu-se ou antes papagueou-me o furor das multidões contra esses montões de salchicharia de carne humana rubra e fumegante ainda, dizia-me o pobre asno!

Para deixar de o ouvir respondi-lhe que tinha visto muito bem representado no antigo teatro do Príncipe Real, à rua Nova da Palma, quando eu ainda era pequeno, num drama intitulado «Maria Antonieta», Luís XVI» ou cousa parecida.

Também lhe falei do Santo Ofício a queimar as imagens dos julgados à revelia por terem conseguido escapular-se às garras da Inquisição.

– Perfeitamente, disse-me o patetoide. São as lutas das ideias!

Fiquei sem saber como é que poderia haver luta de ideias, tratando-se do livre-pensamento!

Passaram-se estes factos aí por 1911 e neste momento veio-me à ideia um caso que me foi dado testemunhar em 1904 numa das nossas campanhas em África.³⁰⁴

Ferreira do Amaral

3. Uma Ave-Maria: Humbe, 26 de Setembro de 1904

Nas imediações do forte de Humbe ia-se proceder ao funeral de dois oficiais e de duas dezenas de soldados, todos mortos em combate na manhã de 25 de setembro de 1904. [...]

Estavam abertos três covais. Dois com dimensões vulgares para os oficiais: o tenente de infantaria Luz Rodrigues e alferes Rodrigues, do quadro dos almoxarifes, como então se denominava o atual quadro auxiliar.

Quanto ao terceiro coval, era uma vala de alguns metros, onde as praças, ao lado umas das outras descansariam o último dos sonos, entregando a carne aos vermes e os ossos definitivamente à terra.

Em frente a esse improvisado cemitério estavam debaixo de forma todas as forças que compunham os restos da coluna da campanha de 1904 «Além *Cunene*». [...]

Seriam pois umas quatro ou cinco horas da tarde, talvez, quando se estava procedendo à triste cerimónia a que me venho referindo.

O que havia para enterrar eram apenas aqueles que os camaradas tinham conseguido arrastar do local do combate até onde estacionava o resto da coluna junto à margem esquerda do *Cunene* nesse dia 25.

Quanto ao resto das baixas, eram 285, ao todo, e... tinham lá ficado... Nunca mais voltaram!

³⁰⁴ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres*, p. 41.

Fazia parte dessa coluna o capitão de infantaria Gomes da Costa, que nela desempenhara até esse dia as funções de comandante dos Auxiliares, ou Irregulares, como lhe queiram chamar. Este cargo nas campanhas coloniais é sempre arriscadíssimo e ingrato.

O oficial comandante dos Auxiliares é pelos seus camaradas considerado uma criatura sacrificada sem remissão; mas a esta enorme consideração não correspondem as honras militares respetivas porque não tem consideração de comandante de unidade; é apenas considerado chefe de serviço! [...]

No entanto só um oficial com predicados especiais pode desempenhar com êxito tais funções. É preciso que tenha uma longa permanência nas colônias, é necessário que tenha qualidades patentes de valor pessoal, é necessário ser uma criatura que se esqueça absolutamente de si, para se lembrar só de todos os outros. [...]

O capitão Gomes da Costa, voltando-se então para as forças formadas em linha de colunas em frente aos covais, descobriu-se, fitou as forças durante alguns segundos percorrendo-as com a vista e, numa voz sentida e solene ainda que vibrante, disse:

– «Senhores oficiais e sargentos!... Vamos prestar as nossas últimas homenagens e despedidas aqueles dos nossos companheiros que, vítimas dos mais sagrados deveres militares, caíram para sempre na luta de há vinte e quatro horas!»

Calou-se uns momentos como que a medir as palavras que ia proferir e recomeçou, avançando para os soldados e mostrando os mortos com o gesto simultâneo dos braços que estendeu para os covais, ao longo dos quais estavam estendidas umas três dezenas de cadáveres.

– «Soldados!... O ideal, a consolação suprema e o último desejo do soldado que não pode vencer é uma bala inimiga na testa e um palmo de terra a cobri-lo para sempre!»

Depois, voltando costas ao fúnebre espetáculo das carnes esburacadas que começavam a apodrecer e bem de frente para as tropas, fitando em especial os oficiais, disse:

– «Meus senhores e camaradas!... O soldado não vence quando quer, mas sempre que pode!... Se porém ao lutar cai vencido... ao morrer... só quer uma coisa!... Quer que o vinguem!»

Apontando então para os covais, disse:

– «Não devemos esquecer os que morrem!... Por isso, aqueles que são religiosos e acreditam em Deus, eu peço que rezem uma Ave-Maria, por alma dos nossos bravos companheiros, que não puderam vencer!... e aos que não creem em Deus eu peço que por momentos, alguns apenas, entreguem o seu pensamento à memória dos que estamos vendo, pela última vez!»

Ao acabar a última frase, punha um joelho em terra e, um pouco curvado, esteve uns momentos com a cabeça descoberta.

A coluna ajoelhou toda instintivamente e, ao levantarem-se todos os soldados das unidades europeias tinham os olhos rasos de água e alguns choravam convulsivamente!...

Que dizem a isto os livres-pensadores, que trincam e mastigam os santos, sempre que sabem que ninguém lhes faz mal, nem mesmo os próprios santos?

Naturalmente esses valentões acabam também por chorar à força de rir!³⁰⁵

Ferreira do Amaral

4. «Uma cruz na campa de um católico?»: Campanha do Cuanhama, 1915 (Angola)

Tinham-se travado os três combates memoráveis da Môngua e a coluna do comando do general Pereira de Eça já tinha conseguido restabelecer as ligações com o Humbe.

Tinham sido maus dias esses, em que perto de três mil homens tinham estado cercados pelo inimigo e na perspectiva de uma retirada por falta de recursos (alimentação e munições).

O que teria sido essa retirada, se a coluna do Cuamato não corre em socorro da coluna do Cuanhama, ninguém pode a sangue frio calcular.

Seria a salvação de perto de 3000 homens?

Seria apenas uma campanha quase perdida?

Seria uma epopeia pavorosa a trágica em que a baioneta supriria a bala de espingarda e a fome e a cede seriam substituídas pelo alento sobre-humano com que às vezes o instinto da conservação resiste aos mais fortes inimigos e nas piores condições de luta?

Ou seria mais um massacre geral das nossas forças a coroar a insubmissão, audácia e rebeldia das tribos aguerridas do Cuanhama?

Eu julgo que esta última hipótese seria a que mais probabilidade tinha de realização.

Todas estas considerações vêm ou veem a propósito para referir que o Deus dos católicos, nesses dias, começou a aparecer, com relativa frequência, pelo quadrado das Chanas da Môngua.

Hoje já muitos tesos se esqueceram dessas visitas, mas eu lembro-me muito bem do que por lá vi e ouvi, para estar agora aqui a trepidar em fazer essa revelação, sensacional para os que berram injúrias contra os santos e fazem chacota oficial da religião do meu país.

E tanto eu observei nesses dias com curiosidade o cataclismo da descrença religiosa que vou referir em poucas palavras um facto em que se revelou o fundo religioso de um pregador de ideias livres e em que eu fiz de demónio tentador.

Junto a uma das faces do quadrado e fora da linha dos atiradores tinha sido enterrado de manhã muito cedo um «chauffeur» a que o inimigo matara e mutilara ferozmente.

Outro «chauffeur» estava ainda acabando de arranjar e ajeitar o montinho de terra que marcava a última morada do infeliz companheiro e conterrâneo.

Eram ambos de Lisboa.

Sem ter nada que fazer nessa ocasião deliberei entreter o tempo, estudando atitudes do vivo perante o espectro da morte.

³⁰⁵ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres*, p. 41-49.

É sempre um assunto de muito minha predileção e só lamentarei uma coisa cá por este mundo ou mesmo pelo outro, que é não poder estudar-me bem à vontade, quando chegar a minha vez de também morrer.

Naturalmente as dores e os sofrimentos não me deixarão a serenidade bastante para esse estudo.

Se tiver morte súbita e fulminante, então fico o que se chama comido completamente nos meus desejos.

Mas vamos lá ao que interessa.

O «chauffeur», depois de ajeitar o coval do camarada, afastou-se do local e voltou quase logo com uma linda cruz de madeira que denotava ter sido de fabrico esmerado e com o respetivo RIP dum lado marcado a fogo e do outro lado, uma data, também aberta a fogo.

Com muito carinho espetou a cruz em um dos extremos do coval (do lado da cabeça) e quando ele ia proceder aos últimos retoques, com os ares mais naturais que pude simular, disse-lhe:

– Olha lá, o rapaz! Para que é essa merda aí?

Se eu o tivesse chicoteado com um cavalo-marinho, o «chauffeur» não se tinha voltado tão rapidamente e como que de um salto. Fitou-me, empalideceu e circum-navegou a vista em redor, olhando um tanto espavorido para a mata que nos cercava.

Dessa mata não podia decerto vir o Deus dos católicos a fulminar-me pelo disparate. No entanto ele, receando o Deus que castiga os pecadores, não olhou para o céu, olhou para a mata que nos rodeava.

É que ele esperava com certeza que o Deus que castiga os pecadores católicos se encarnasse em alguns cuanhamas que lhe fizessem o que já tinham feito ao seu camarada ali enterrado.

Ao descortinar o terror supersticioso estampado na cara desse figurão, reforcei a minha invetiva com frases mais adequadas e tentei raciocinar com o fervoroso católico d'ocasião.

– «Sim! Disse-lhe eu, tu sabes se esse rapaz que está aí enterrado era católico?

– Ele foi batizado, meu capitão, respondeu-me o «chauffeur» um tanto perplexo pela minha observação livre-pensadeira.

– Isso não quer dizer nada. Ele pode ter sido batizado em pequeno e depois não querer ser católico, nem ter religião nenhuma, e o que tu estás aí a fazer é uma violência. Tu sabes se ele ia à missa aos domingos, e se tirava o chapéu ao passar pelas igrejas?

– Não senhor, respondeu-me o meu interlocutor, corando um tanto ou quanto por perceber que eu estava, por assim dizer, a levar à parede, não o morto, mas ele próprio.

Então para que lhe puseste tu aí uma cruz?

O «chauffeur» ficou visivelmente embaraçado e depois, em uma atitude sacudida, disse-me:

– É para ficar assim marcado o lugar onde ele está.

– Mas para isso não preciso por aí uma cruz com essas letras e com todo esse aparato de religião; basta uma tabuleta com o nome do rapaz.

Então o «chauffeur» encarando-me bem de frente e em frase franca e decidida, respondeu:

– Mas assim fica melhor, meu capitão!

Vendo então diante de mim a força enorme da tradição, dei o incidente por findo, sorri-me e retirei-me.

Para terminar, direi que em um trajeto dos Gambos para o Humbe, no camião que esse «chauffeur» guiava, eu ouvi ao meu interlocutor e católico converso as mais soezes e bestiais referências a padres e irmãs da caridade, de mistura com afrontosas frases a respeito da religião católica.

Mas todo este livre-pensamento passava-se antes das operações ativas nos primeiros dias de agosto. A entrada na zona inimiga deu-se em 14 de agosto e antes de terminar esse mês já esse figurão punha cruzeiros com RIP á cabeceira das campas porque assim ficava melhor.

Tenho a impressão de que, no meu país, 99% dos livres-pensadores são de qualidade de bater nos peitos, de joelhos diante de uma cruz. A questão é... Aparecer a ocasião!

Haverá muitos católicos a fingir, mas o que dizer dos livres-pensadores a fingir?

Na coluna que se bateu na Môngua havia também oficiais livres-pensadores e não poucos, mas nenhum advertiu o «chauffeur». Se era para respeitar as crenças alheias admire-me de que não mantivessem sempre esse programa em tempos de paz! Ah! Tesos, tesos!³⁰⁶

Ferreira do Amaral

5. Partida para a guerra na Flandres: Vila Real, fevereiro de 1917

– Continência à bandeira!

– Apresentar, armas!

Fez-se quase silêncio, e nos olhos chorosos das mulheres passou o orgulho antigo das mães e das mulheres dos heróis. [...] Ao fim o comandante ordenou o desfile, a música rompeu o hino do regimento e os soldados deslizaram. [...]

Soluços a correr, a bater, a quebrarem-se, a despedaçarem-se como ondas, gritos dolorosos e agudas às quebradas dos montes.

– Adeus meu filho!

– Adeus para sempre!

– Até à volta se Deus quiser! [...]

Ao passar ao fim do jardim – reparei numa mulher que se debruçava do alto muro. [...]

Dos olhos caíam-lhe lágrimas enormes, mergulhava mais a cabeça na farda cinzenta, crispava as mãos uma na outra, procurava.

– Não vejo o meu filho, não o vejo... [...]

– Não o vejo. [...]

Adeus de ponta a ponta!

³⁰⁶ AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 53-57.

6. Uma missa a bordo do navio

Com esta vida movimentada de uma viagem por terra e através dos mares, recebemos a cada instante impressões novas, não há processo de o tédio nos invadir. A vida é movimentada; o repouso é a semelhança da morte. No Universo não há nada parado, mas tudo gira continuamente. Só a monotonia mata o sentido da vida: um passeio, uma paisagem, um quadro, uma iguaria, um trecho de música, qualquer coisa, enfim, que momentaneamente nos possa dar prazer, à força de ser sempre a mesma coisa, acaba por aborrecer. Mas, para quem faz uma viagem marítima pela primeira vez, tudo é novidade. [...]

Por fim, a minha tenção foi desviada para certos preparativos que se estavam fazendo sobre o convés, a um dos lados do navio, e perto do lugar onde me encontrava: improvisava-se um altar e, momentos depois, o padre capelão, que nos acompanhava, iniciou a missa. De repente, e como que impulsionados por uma mola, todos os que estão presentes se prostram de joelhos em frente ao altar. Ajoelho também; faz-se o silêncio e os espíritos concentram-se fervorosamente em suave recolhimento... Oh! O encanto místico de uma missa a bordo! É qualquer coisa de inédito que se sente, mas não se pode definir. Será que sentindo-se mais afastados do mundo nos encontramos mais perto de Deus?... Por cima o céu, por baixo o abismo! O silêncio impressionante daquele ato religioso tão solene era apenas perturbado pelo ruído monótono das máquinas e pelo marulhar das ondas batendo raivosas de encontro ao casco do navio. À falta de música apropriada, esta sinfonia estranha, longe de prejudicar a solenidade da missa, mais realce lhe dava. Este conjunto de circunstâncias dava ao ato um ambiente tão particular que se nota no semblante de todos, desde o celebrante aos assistentes, uma atitude mais recolhida, como não é costume observar-se em outras ocasiões. Escusado será dizer que, durante os três dias que durou a travessia do mar Cantábrico, ninguém deixou de comparecer à missa, podendo renovar assim um prazer espiritual que, certamente, para nós, não mais se havia de repetir nas mesmas circunstâncias.³⁰⁸

Vicente José da Silva

7. Excertos de cartas familiares: Chegada a França

Cheguei ao meu primeiro acantonamento de França. É domingo. Alguns homens ouviram missa e, na pequena igreja, foram duma correção que encantou o cura. Estranham-nos o ar comedido, afável, amigo... A povoação estima os nossos rapazes. Sorriem-nos à porta de cada casa... [...] Que bem nos recebem e como se mostram felizes da nossa simplicidade franca

³⁰⁷ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 9-13.

³⁰⁸ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 19-22.

e da nossa pronta alegria. [...] Sinto que somos melhores fora da nossa terra, quando nos revelamos simplesmente, com sinceridade, dando-nos. Esta ausência, para nós, deve ser um calvário. Os calvários redimem. Tu sabes, tu sentes, adivinhas esta plena alegria de dádiva constante que em mim faz um homem diferente, melhor. [...] Os meus homens... Só peço e espero uma coisa: que estas duzentas e cinquenta vidas sejam sempre comigo. E que o amor de Deus e a minha fé, em face da morte, façam deles, da maior parte deles, outros tantos heróis. Sinto, vejo que renascem outros. Vivo, ardo, dou-me todo... Os meus homens já os distingo entre os outros... Deus me perdoe o orgulho...³⁰⁹

Augusto Casimiro

8. Excertos de cartas familiares: «quero sentir-me sempre assim»

Quero sentir-me sempre assim, meu amor... Forte de uma força maior que a do nosso egoísmo, porque tem a altura da vida toda e vem de Deus, vivendo as minhas horas, respirando a beleza religiosa e eterna destes dias supremos em que a vida é negada e crucificada para sua redenção e glória do Senhos. Tenho lágrimas nos olhos. O meu coração é cheio de tumulto, um generoso, impetuoso tumulto... Nunca, nunca senti Deus como agora, nem a minha alma respirou um ar mais puro e forte... De mim mesmo, como folhas secas, caem os preconceitos, as mentiras... Sinto-me fraterno, puro... Que ficará de tudo isto nas nossas almas? Que desvairadas, eternas palavras deslumbrantes vão florir nos lábios dos Poetas e nas almas dos que vivem em Deus? E a Morte é a Beleza, uma raça que quer balbuciar uma reza, soldados que são Cristos risonhos fazendo a redenção duma Pátria sem o saber... Chegou a tua carta toda clarinha de alma. É assim que te quero sob os olhos de Deus. «A morte? a vida?... Seja o que Deus quiser». Deus que está no teu amor, nas tuas preces e no teu sagrado egoísmo de amante e de mãe... Será o que Deus quiser. Ele quer que eu viva com toda a minha alma. Assim eu vivo. E é um deslumbramento. Se olhos estranhos ultrapassassem, pudessem devassar os limites da aparência que a tantos me escondem, ficariam deslumbrados...³¹⁰

Augusto Casimiro

9. Excertos de Cartas familiares: «Nunca senti Deus como agora»

Os soldados sorriem-me nas horas em que a minha dureza de chefe tomba... Os meus camaradas dizem-me, em palavras amigas com que tentam iludir a consciência das verdades inegáveis a gritar-lhes na alma – que sou o único... Eles não sabem, estes excelentes rapazes, como apenas sou a voz das verdades profundas que traduzem dentro de si mesmos... As verdades que o tempo há de ofertar, nítidas e resplandecentes, à sua velhice deles e aos que virão depois... Deus que me deu a fé não quis dar-me a auréola que convence, intima, reduz,

³⁰⁹ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 39-41.

³¹⁰ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 43.

iluminando os corações e as dúvidas... Quando subirei à Montanha? [...] O meu entusiasmo a tudo resiste, até à indignação do Cristo, no Templo... Para quê... Vivo, dou-me, realizo-me... Não será melhor? Creio na necessidade divina de todos os sacrifícios, estou pronto para todos. Os meus companheiros humildes vão já na grande jornada... Deus não os abandonará. [...] O meu orgulho sabe ser brutal ou infantil por vezes. Ele defenderá a minha fé. E, findo o drama, – depois, se Deus quiser assim, sobre a nossa casa pequenina e humilde, no doce retorno, haverá uma ventura maior.³¹¹

Augusto Casimiro

10. Ir à missa em França

Na Flandres acordei numa manhã ao som solene e impressionante de um coro religioso. Havia através desse coro vozes agudas entoadas por gargantas femininas, mas por sobre elas, e marcando em cheio a harmonia dos cânticos, distinguíam-se vozes fortes e ásperas de homens. Perguntei ao meu impedido o que era aquilo. Respondeu-me secamente que:

– «Era na igreja».

Saí à rua, encaminhei-me para a igreja e ao entrar fiquei pasmado.

Algumas centenas dos mil e tal homens do meu batalhão entoavam o *Bendito e Louvado Seja* em português. Algumas dezenas de mulheres francesas acompanhavam cantando apenas o hino religioso entoado, de joelhos e mãos postas, pelos que haviam de ser em breve os mais bravos soldados da infantaria portuguesa na Flandres.

Eram os soldados de infantaria 15, que estavam, em começos de abril de 1917, acantonados na aldeia de Rincq!

O padre era francês! Era o cura da aldeia francesa, que dirigia a cerimónia religiosa dos meus soldados!

Saí indignado e desde essa ocasião resolvi pedir um capelão português para acompanhar a minha unidade às linhas, tendo em mínima conta os juízos que sobre a minha resolução fariam os ferozes e ridículos livres-pensadores do CEP e do meu país.

A minha deliberação coincidiu com o aparecimento no batalhão do chefe dos capelães do CEP., dr. José do Patrocínio Dias.

Que dizem a isto os tesos que passam a vida a investir com os santos e com as cruzes?

Os soldados de infantaria 15 não seriam bravos por serem religiosos, mas podiam ser e foram sempre religiosos e bravos.

E os que não eram religiosos, mataram, feriram e aprisionaram alemães, mas nunca se sentiram afrontados pelos santos.

Eram fortes, e tiveram sempre um grande desprezo pela cobardia e pelos ridículos alheios.

³¹¹ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 44.

Não sei se sou um livre-pensador, um religioso ou um desorientado, mas sei que tive sempre um asco profundo pelos que não deixam os outros pensar livremente.

Os livres-pensadores filiados, se não querem rezar, não rezem; mas deixem rezar os crentes e, sobretudo, os incultos, porque estes, pelo menos, não têm nas horas amargas da vida outra consolação nem outro conforto moral.

Sempre assim o compreendi e... nunca me arrependi de tal fraqueza!³¹²

Ferreira do Amaral

11. Partida para o «*front*» e a importância da fé

Enfim, o batalhão recebe ordem de partida. A nossa aproximação do “*front*” vai-se fazendo por etapas, não só devido à distância a que ainda nos encontrávamos, como ainda (chi lo sa!) para ir preparando o espírito lentamente para a última jornada. Certamente que o não foi para todos, mas alguns, daí a breves dias, a tiveram de fazer. Logo que o batalhão se pôs em marcha, e, à saída da povoação, deparámos à margem da estrada com uma grande cruz de madeira, tendo escrita no tronco esta legenda, que muito me impressionou: O CRUX, AVE, SPES ÚNICA (Eu te saúdo, ó cruz, única esperança).

Para quem ia entrar no inferno das trincheiras, este dístico era bem mais consolador do que aquele que se encontra à entrada do inferno de Dante: “*Lasciate ogni speranza, voi che intrate*” (Abandonai toda a esperança...). Evocando os padecimentos que Cristo sofreu na cruz, achamos os nossos incomparavelmente diminuídos, donde resulta que a religião é útil ao espírito, como o pão é necessário ao corpo. Sem o conforto da fé e o lenitivo da esperança, a espinhosa missão de que estávamos incumbidos seria para muitos bem mais cruciante.³¹³

Vicente José da Silva

12. Iniciação: a chegada às trincheiras

– *Captain! Promenade avec moi...*

Sigo-o. Caminhamos dez minutos ainda. Chegamos a um terraplano. Cortamos à esquina de uma rua – *Hun's Street* – e paramos defronte de um abrigo que tem uma tabuleta à porta: *Right Company. Commanding officer*. Estou num posto de comando de companhia. Baixo-me para entrar. À luz de duas velas, dentro dum casinhoto de três metros de largo por outros tantos de fundo, dois olhos claros me sorriem numa face rosada e moça, uma mão sólida se estende para a minha, e uma voz alegre com um forte sotaque britânico saúda-me:

– *Bonsoir, Monsieur.*

[Brun fala do capitão inglês e da conversa que teve] [...]

³¹² AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres e o Medo*, p. 49-51.

³¹³ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 38-39.

O chão que pisamos é histórico. Em 1915 travou-se neste local uma grande batalha. As nossas trincheiras serpenteiam através das ruínas do que foi uma pequena e linda cidade [Neuve Chapelle] da qual não restam senão montes de pedra e de tijolo, e algumas paredes ainda de pé, onde se organizam abrigos e postos.

Chegou a meia-noite. Saímos e começámos a caminhar, a caminhar. De longe em longe, tabuletas. As trincheiras têm nomes, alguns deles ilustres: Oxford Street, por exemplo. Cortámos a *Church-road*, ao caminho da igreja. Da igreja da cidade resta apenas um monte de escombros e um Cristo de um cruzeiro que já andou em ilustrações de magazines. Alguns santos, uma Virgem, estão postos sobre campas de soldados ingleses. No que foi, em tempos, um pequeno châteaueau, está um ninho de metralhadoras.

Desço às escuras uns degraus. Sobre o cano negro das armas debruça-se a vigilância dos *seventes* e, por uma estreita abertura, vê-se o campo muito claro e, lá adiante, a trezentos metros se tanto, a linha de trincheiras alemãs. Outras vidas ali palpitam, outros olhos nos espiam e nos esperam. Para a nossa direita retumba um morteiro de trincheira depois de se ouvir o silvo muito especial do projétil. Cai perto, muito perto, na nossa primeira linha diz-me o capitão. Esperamos. Outra detonação, sete num quarto de hora. Algum sinal tiveram, na trincheira fronteiria, que lhes indicou um objetivo. Prosseguimos. Colhemos informações.³¹⁴

André Brun

13. O dever e a fé

A companhia de Infantaria 22 a que sempre pertenci e que, por vezes, comandeí, em França, era constituída, na sua maior parte, por rapazes da Beira Baixa, fortes, robustos e muito religiosos.

Ao rebentar qualquer bombardeamento, muitos deles se benziavam, faziam uma pequena oração e, animados pela fé que os amparava, batiam-se como leões, dando provas de uma coragem e firmeza nunca desmentidas. Ora, pouco depois de entrar-mos pela primeira vez nas trincheiras, os alemães desencadearam sobre o nosso setor um violento bombardeamento noturno.

Iniciei imediatamente, como era meu dever, uma ronda a todo o meu subsector, para tomar as providências que me parecessem mais apropriadas e encorajar as praças.

Ao chegar, porém, junto do primeiro posto, deparei em todos os soldados ajoelhados e de cabeça descoberta, à exceção da sentinela ao parapeito, que continuava debruçada sobre os sacos de terra, procurando adivinhar, no meio das trevas tenebrosas da terra de ninguém, a presença de qualquer inimigo prestes a saltar sobre o pequeno posto português.

A minha presença perturbou imenso os pobres dos soldados que se levantaram imediatamente, envergonhados e confusos, receosos de que tomasse por uma manifestação de cobardia o seu zelo religioso e fosse talvez zombar da sua fé e dos seus sentimentos.

³¹⁴ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 45-46.

Convenci-me que os seus rostos deviam patentear a ansiedade que, durante segundos, lhes fez palpar o coração... Que se iria passar? Qual seria a atitude daquele alfereszito que mal conheciam, que tanto troçava do terror que lhes inspirava o alemão e que, com as suas exortações e «espanholadas», conseguira sugestioná-los a ponto de os convencer de que os alemães pouco valiam como soldados?

Compreendi instantaneamente que a minha atitude teria uma influência decisiva sobre todas aquelas criaturas e talvez sobre toda a companhia e, quase sem pensar, subi para a banqueta de tiro e disse para os homens: – «Ajoelhem-se rapazes e acabem a sua oração e tu, sentinela, se tens fé, reza também que eu vigiarei por ti».

A satisfação, o reconhecimento e o alívio que estas palavras causaram no espírito dos meus subordinados nem os leitores nem eu próprio o poderei avaliar bem; apenas sei que a sentinela, ajoelhou-se junto dos outros e interpretando, certamente, a gratidão de todos eles pela criatura que tão bem mostrava compreendê-los, saiu-se com estas palavras: – «Pela vida e saúde do nosso alferes, para que Deus no-lo conserve – Padre Nosso e Ave-maria»

O quanto tinha de impressionante esta cena não sou eu capaz de o dizer. Imagine-o quem tiver alma para o sentir, supondo-se no meio do cenário trágico e grandioso que nos rodeava, no meio daqueles sacos de terra em parte rebentados, das passerelles e grades que iam pelos ares, durante a noite negra e tempestuosa, cuja tenebrosidade era apenas rasgada, aqui e além, pelas luzes dos very-lights, pelas estrelas de várias cores dos foguetões de sinais, rastros luminosos dos morteiros e clarões produzidos pelos rebentamentos das granadas. As piedosas palavras das modestas e seculares orações cristãs elevando-se para o céu, no meio do fragor terrível da guerra, tinham qualquer coisa de tanta grandiosidade, difícilíssima de descrever, que chocaria o ânimo mais insensível.

As balas das metralhadoras inimigas, mensageiras e servas impiedosas da morte, rasavam o parapeito, tornando bem arriscado e perigoso o cumprimento do dever das sentinelas...

A que eu por momentos substituía, logo que terminou a sua desconcertante oração, puxando-me brandamente pelo braço, disse-me: « – Saia meu alferes, deixe-me ir para o meu posto. Outros camaradas precisam da vossa senhoria e lhe ficarão talvez tão agradecidos como nós aqui lhe ficamos»!...

Confesso que me retirei desconcertado e comovido, recalcando duas lágrimas impertinentes e teimosas, que não queria deixar aparecer e segui o meu caminho murmurando apenas um acanhado – «obrigado rapazes»...³¹⁵

Silva Mendes

³¹⁵ MENDES, José R. Silva — *Soldados Valentes*, p. 25-27.

14. Paisagens de Guerra

No dia seguinte ao ataque alemão, recebemos ordem de avançar para as trincheiras e ocupar o setor de Bois-Gregnier. Bem dolorosa foi a impressão que me causou a vista desta povoação, reduzida a um montão de escombros e situada pela altura da terceira linha. No meio daquelas ruínas desoladoras, onde a morte pairava implacável, alguma coisa havia que lhe dava lampejo de vida e que estava ali bem patente como que a desafiar a fúria dementada dos homens. Era uma minúscula capelinha, milagrosamente intacta, tendo no frontispício estes dizeres, a letras de ouro: "*Dédiée au Sacré Coeur de Jésus*" [Dedicada ao Sagrado Coração de Jesus]. Este monumento duma comovente singeleza, mas de uma impressionante beleza moral, atentos o lugar e as circunstâncias, parecia querer significar que a fúria iconoclasta do homem só vai até onde Deus o consente. Muitos exemplares como este ficaram a atestar, no teatro da guerra, o Seu poder infinito...

Esta guerra de trincheira é uma coisa muito curiosa. Suba-se ao parapeito ou a qualquer pequena elevação donde se aviste uma grande área de terreno. Aparentemente nem viva alma. Não há sinais de vida. O campo de batalha assemelha-se a uma necrópole imensa. Não obstante, no subsolo palpita a vida; o homem mexe-se e remexe-se como as toupeiras nas suas galerias subterrâneas. Mas a morte paira continuamente à superfície e vai, mesmo debaixo da terra ou aos seus esconderijos, ceifá-la inexoravelmente.

As trincheiras estavam quase niveladas com o terreno adjacente, em virtude dos repetidos bombardeamentos. Numerosas árvores horripelantemente mutiladas tinham tomado formas caprichosas, fantásticas, umas monstruosamente humanas, outras semelhantes a cruzes, e a que as sombras indecisas da noite e o silêncio sepulcral daquela hora davam o aspeto típico duma visão dantesca. Na sua imobilidade esfíngida, silenciosa, aquelas sombras pareciam erguer os braços ao céu, numa súplica angustiosa, ou amaldiçoar os homens num gesto colérico de impreciação. Tendo seguido para ali sozinho, a própria solidão em que me encontrava contribuía grandemente para tornar este espetáculo ainda mais impressionante... Na sua mudez confrangedora, aquela cena falava com excessiva eloquência. [...] Apesar de mil vezes torturadas, as pobres árvores pareciam conservar-se ainda de pé para acusar perpetuamente os seus algozes, e não renunciar de todo à vida. [...] Depois de ter ficado um momento como que petrificado, continuei, enfim, o meu caminho, e lá fui meditando, mas sem poder compreender porque é que, tendo Deus feito a vida tão bela, os homens teimam em a tornar horripelantemente feia!...³¹⁶

José Vicente da Silva

³¹⁶ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 46-48.

15. Neuve-Chapelle e o Cristo

Aí pelas 10 horas da manhã, fui visitar o setor de «Neuve-Chapelle», em companhia de outros oficiais. [...] O terreno estava revolvido numa maneira assombrosa! As trincheiras aí tinham desaparecido. [...] Reinava aí um silêncio de morte. Espessas florestas de arame enferrujado com os seus acúleos traiçoeiros! Uma imensidade de crateras, milhares de vezes cavadas! Milhares de vezes revolvidas! Troncos de árvores, partidos, desfeitos, escavacados atestavam bem quão formidável tinha sido o fragor das lutas ali travadas! A dois passos via-se o parapeito da linha alemã sinuosa e irregular, o que mostrava que tinha sido escavado no desespero atroz numa luta fantástica! Estava silenciosa e calma!... [...] Nasquelas paragens a terra tornou-se maldita, o ar que se respira está envenenado... e o firmamento é límpido e sereno! Outrora aquelas terras que eu avistava formavam um quadro encantador. Uma extensa planície verdejante, opulenta de vegetação, rica de vergéis, salpicada de onde em onde por ridentes aldeias e casais... Mas o homem, com os seus estúpidos e brutais instintos, transformou num caos aquele lindo quadro feito pelo esmerado pincel de Deus!...

Deixei aquele lugar e dirigi-me para as ruínas de Neuve-Chapelle, tomando pela *Hush Alley*. Tinha soprado rijo o vendaval da destruição! Reconhecia-se que outrora aí tinha existido a Vida pelos muros arruinados, pelas grades de ferro, retorcidas, que deviam ter envolvidos jardins floridos, pelos objetos que se encontravam aqui e acolá, restos de lares domésticos, hoje desfeitos e perdidos! Um berço partido pende tragicamente numa árvore mutilada. De longe, no meio daquele inferno, via-se oscilar, batido pelo vento, aquele objeto símbolo da Vida, e a poucos passos jazia enferrujada e inútil uma charrua que outrora devia ter sulcado aquelas terras, que já tinham sido férteis e abençoadas. Estamos em plena primavera! Alguns troncos retorcidos e mutilados tentam ainda reverdecer. Aqui um pobre ramo de lilás, que os vendavais têm poupado, mostra as suas pétalas maceradas. Nuns restos de cemitério, que se conhece pelas lousas desviadas dos seus lugares, rosas enfezadas abrem as suas pétalas vermelhas, cobertas de orvalho, chorando saudades, martírios e dores. [...]

Este espetáculo era deveras entristecedor! E aí, frente aos homens que se massacravam, no meio do caos, da amargura e da destruição, face ao infinito, olhar fito nos céus, levanta-se, dominando tudo com o seu olhar de indizível dor, um Cristo crucificado! A frente justa do Nazareno, ferida espezinhada pela coroa simbólica do suplício, estava um pouco inclinada num amargurado ar de desgosto e tristeza! Duas enormes crateras cavadas de cada lado no sopé da cruz, e uma granada que não explodira cravada aos pés do Cristo mostravam bem o horrível da refrega! Não obstante, ele permanecia firme e sereno, somente com um ar mais dolorido e mais cruciante e com os membros um pouco mais mutilados pela malvadez dos homens. Uma granada silvou... a estilhaçada voou entoando salmos de tragédia! E aí, em pleno braseiro, o Cristo, pregado no emblema do Imortal e símbolo da Morte, no seu ar de agonia, de bondade, de amor, de amargura e de perdão, levantando-se na sua serenidade augusta e divina, atinge as raias do sobrenatural e do sublime que tudo clarifica e diviniza, envolvendo com o seu olhar de bondade o túmulo dos heróis gloriosamente caídos!...

Mais tarde em princípios de setembro de 1918, fui visitar aquele mesmo lugar depois do recuo alemão. Foi com emoção que reparei que o calvário, o santo lenho lé continuava, só mais inclinado, quase tocando o solo, e o Cristo mais martirizado num cruciante ar de agonia, talvez porque naquele campo houvesse aumentado o número de mortos, e Ele num rasgo de amor se tivesse inclinado para melhor poder abençoar os heróis mártires! Ele tinha sido o espectador da grandiosa batalha do 9 de abril, em que um punho de lusos recebeu o embate de dez divisões alemãs!³¹⁷

Humberto de Almeida

16. O Cristo das Trincheiras

Entre tantas coisas horrorosas ou comoventes que presenciei no campo de batalha, durante os nove ou dez meses de vida nas trincheiras, houve uma sobretudo que particularmente me sensibilizou, dando lugar a sérias meditações. Foi o famoso Cristo de Neuve-Chapelle que, apesar de ter espetado no lenho da cruz uma granada de artilharia, que não explodiu, erguia-se ainda altivo entre ruínas desoladoras e destroços de toda a espécie. Este e outros casos por mim verificados deram-me ensejo a uma carta que, sem eu o saber, foi depois publicada no jornal “Notícias de Viana” de 2 de agosto de 1917. A carta rezava assim:

Meu estimado pai.

Há tempo escrevi-lhe uma carta em que lhe fazia a descrição de um quadro por mim presenciado. Era o caso de uma aldeia toda em ruínas, e onde somente se conservava de pé uma pequenina capela dedicada ao Sagrado Coração de Jesus – única coisa que se encontrava de pé... Agora outro quadro encontrei não menos emocionante. No meio de um montão de casas em ruínas, ou completamente arrasadas, ergue-se intacto um crucifixo em tamanho natural. É vulgar, aqui no norte de França, encontrar-se junto às estradas grandes cruces de madeira. Pois aquele Cristo impassível e intangível no alto daquela cruz, na sua melancolia parece chorar as misérias da humanidade e, ao mesmo tempo, parecia um desafio à ferocidade dos homens. É bem certo que Deus está acima das paixões humanas. Não pode atingi-lo a maldade dos homens. Estes dois casos por mim observados não são os únicos, e não são bastante vulgares para serem considerados casuais. Porque será que na França a fé tem renascido e a religiosidade é cada vez maior? Deus sabe bem o que faz. Quem sabe se ele não mandou este flagelo para punir a humanidade dos seus erros, e também para fazer reviver a fé prestes a extinguir-se? A fé, a crença, são os maiores dotes que um homem pode possuir. Para quem apelar nos momentos de angústia sentindo-se desamparado dos homens? Bem desgraçados são aqueles que, nesses momentos, se vêm desamparados dos homens e de Deus também. Eu

³¹⁷ ALMEIDA, Humberto de — *Memórias de um expedicionário a França*, p. 28-31.

tenho sido bem protegido até aqui e é por isso que, quanto mais tempo passa, mais fé e mais confiança tenho em Deus. Para alguma coisa havia de servir a guerra...³¹⁸

José Vicente da Silva

17. Ida ao Cristo

E o meu camarada, a quem a noiva deixou, passa como eu horas brancas da tarde de janeiro – ouvindo a balada da neve.

Estamos debruçados sobre o para-costas e a cruz a levantar-se, os braços abertos para abraçar a todos – até à neve que cai em balada.

Este oficial é triste e indiferente a tudo. Noto-lhe alguma alegria apenas quando de pé sobre o parapeito acende o cigarro – queimar a Alemanha, como ele diz.

Estamos em Neuve-Chapelle, a garganta da morte, como lhe chamam os canadianos.

O meu camarada convida-me a ir em romaria lá baixo ao Cristo.

E, lá vamos, passos abafados, peles abotoadas, trincheira adiante, à neve que solta suspiros de alvuras, ondulante, trincheira fora...

Faz um ramo de arbustos e, mudo, ouvindo a balada branca, ajoelha no supedâneo da cruz ao Cristo de braços nevados, de flancos de jaspe.

E deixa o ramo de arbustos que a neve vai enflorescer... e a neve cai, ritual branco, dum memento homo estranho.³¹⁹

Pina de Moraes

18. A Nossa Senhora das Trincheiras

[Neuve Chapelle] Era uma linda cidadezinha com o seu *château*, a sua *brasserie*, uma igreja e um belo Cristo num calvário, no cruzamento de duas estradas.

Veio a guerra. Sobre esse terreno travou-se uma das maiores batalhas, caíram aos milhares os soldados, misturados de roldão os índios e os escoceses, os franceses, os argelinos e os boches das melhores legiões das guardas mais imperiais. O terreno disputou-se palmo a palmo, e um dia as duas linhas estabeleceram-se a cento e cinquenta metros uma da outra, cavaram-se as trincheiras, consolidaram-se as posições. Então procurou-se a linda cidadezinha que ali havia. Tinha desaparecido. Não restavam senão montões de escombros e de tijolos, e de pé, incólume, com uma granada não rebentada incrustada no pé da cruz, o Cristo do cruzeiro.

Passou um Inverno, veio a Primavera, romperam ervas bravas e flores silvestres por todos os cantos, e os homens toupeiras condenados a guardar aquela meia légua quadrada, solo sagrado porque nenhum como aquele se embebeu em sangue humano, porque cada sete palmos de terra cobrem uma cova e os ossos aparecem hoje a cada golpe de picareta, foram

³¹⁸ SILVA, Vicente José da — *A Guerra de 14*, p. 53-54.

³¹⁹ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 129.

por vezes de rastos explorar as ruínas, para lá estabelecerem observatórios ou postos de metralhadoras. Do que fora a igreja trouxeram a Nossa Senhora, intacta como o Cristo, e, quando ali entrámos, nós os portugueses, fomos encontra-la de pé sobre uma campa humilde marcada por uma cruz e por este dístico encantador: TO AN UNKNOWN SOLDIER «A um soldado desconhecido».

E ali está, a algumas centenas de metros do seu filho crucificado, aquela imagem sobre cujos dourados pesaram três invernos de neve, três verões de sol, tremendo a toda a violência dos bombardeamentos.

Ela tem visto passar nas noites sem estrelas os soldados que partem, baioneta armada, punhal à cintura, os bolsos cheios de granadas, para as patrulhas das quais às vezes não se volta. Viu passar na hora dos contra-ataques as reservas que seguem, olhos fixos e maxilas cerradas, correndo para a primeira linha, os feridos e os mortos que sobem para o posto de socorros sobre as lonas das macas ou nos braços dos camaradas. Viu, sob os bombardeamentos, aluírem-se os abrigos, voarem as passadeiras e os taipais, obstruírem-se as trincheiras, cortarem-se os fios telefónicos e os soldados colarem-se ao chão destro das crateras ou dentro das valas, mudando, correndo ou rastejando, de esconderijos, os oficiais rabiscarem ordens á pressa no seu caderno de guerra, as estafetas partirem sob a tormenta, e a calma voltar dali a tempo, contarem-se as perdas, repararem-se os estragos, e a vida recomeçar à margem da morte, que ceifará talvez amanhã os que poupou agora. Viu passar os prisioneiros, braços erguidos, mais verdes na face que na vestimenta, convulsos do corpo-a-corpo e duvidosos ainda de estarem para sempre libertos do grande pesadelo.

E a imagem ali fica. A seus pés, em latas de comestíveis vazias, em frascos de pickles abandonados, mãos rudes de soldados põem cada dia essas flores de trincheira, cujas raízes crescem na terra adubada pelo corpo decomposto dos heróis que não houve tempo de enterrar com uma cruz e um dístico.

Por um singular acaso, poupam-na as granadas. Só o tempo, a chuva, a neve e o sol vão roendo os seus dourados, sumindo as suas cores e apodrecendo a madeira em que foi esculpida por quem não lhe cismou um destino semelhante. O seu sorriso de bondade, aquele sorriso que alumia a capela onde outrora estava repousada e acolhia as súplicas dos corações seus devotos, vai desaparecendo da sua face carcomida, onde há salpicos de lama.

Só fica o gesto protetor dos seus braços abertos estendendo-se sobre a campa do «*unknown soldier*», e também sobre nós, soldados desconhecidos da grande guerra.³²⁰

André Brun

19. «Para lá de mim, a guiar-me, anda uma força divina»

A tua carta de 28 de Maio chegou assim... Escreveste-la quando eu estava em primeira linha. E a tua alma fala-me naquelas palavras tanto, [...] sinto-o para lá da morte e sob os olhos

³²⁰ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 67-69.

de Deus. Releio essa carta, rezo-a, vejo a tua Alma. Como são límpidas as tuas palavras! Sim, eu sei, eu adivinho, eu creio. Tu vives a minha alegria. Sabes que, no horror do drama, há um motivo, um ideal sagrado, temperando a minha fé, alando o meu entusiasmo. Eu adoro a Vida até não temer perdê-la porque te adoro, e a nossa Vida toda está nas mãos dum filho nosso cuja herança é preciso tecer de sacrifício e dores para ser de beleza e eternidade... Sei que, um momento ou outro, a morte pode vir buscar-me. Já a senti passar ao meu lado, tocar-me quási, procurando-me. O amor da Vida fez-se em mim afeição, desejo de perigo. Mas é tamanha a minha esperança, trago tanto nas minhas mãos erguidas a esperança de que sairei incólume, mereço-o tanto, que Deus olha por mim decerto e aqueles que me querem bem. Se penso que posso enganar-me, o coração confrange-se-me. Porque me lembra de ti, por causa da tua dor. [...] Se eu não ardesse numa chama que é de além Vida e Morte e vem de Deus, em certos momentos diria: «Eis a minha expiação, o meu inútil calvário.» ... Por ter desejado à minha Pátria, à sua alma imperecível, a comunhão na grande tragédia redentora em que vão nascer mundos... E por ter esquecido... Não, para quê? E não desanimo. Se canto esta alegria orgulhosa e brutal, agressiva para todos, religiosa e íntima, – é que, para lá de mim, a guiar-me, anda uma força divina, uma luz do céu que eu mal descubro, mal enxergo, e através dos meus erros, das minhas fraquezas, das cegueiras e ausências dos outros, me ampara e me sustêm...³²¹

Augusto Casimiro

20. A fé de um futebolista súbdito de Jorge V

Oh! Desculpa! Não te apresentei ao teu vizinho da direita. É o tenente intérprete do batalhão, o súbdito de Jorge V mais alegre que tenho visto. Há três anos quase, quando rebentou a guerra, ele e mais quarenta rapazes de seu clube de futebol alistaram-se no mesmo dia. De quarenta restam quatro, neste maio florido de 1917. Foi soldado para a Palestina, e hoje é oficial ao nosso lado. Fala inteligentemente o português por ter vivido dois anos em Lisboa e, quanto digo que fala português, antes deveria dizer que o malvado fala calão alfacinha. É preciso ouvi-lo dizer, com os seus olhos azuis muito alegres, os seus trinta e dois dentes ao leu, que a guerra é uma *tchatice*.

Vais ver que companheiro! [...] O que é o melro do Junqueiro, vítima de um padre cura de aldeia, comparado com este passarito ameaçado por toda a ciência de um povo?

Tu continuas rindo com o *baraguoin* do nosso intérprete? Mal dirás tu que esse marau, respirando vida e saúde por todas as bochechas da sua cara escanhoadíssima, depois de ter trabalhado o dia todo como um mouro na árdua tarefa de nos auxiliar a prover de ordens, de munições, de rações e de água um batalhão em pé de guerra, todas as noites, quando chega ao seu abrigo e antes de se deitar em cima do seu catre de rede, ajoelha devotamente sobre um saco de linhagem, dos muitos milhares de sacos que neste território florescem à flor dos

³²¹ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 60-62.

paraapeitos, e reza, não por ele que não pensa na morte, mas *pelô Inglaterra* e por seu irmão *piquinino*.³²²

André Brun

21. Cartas de soldados

Como fomos injustos e os desconhecíamos! E os caluniámos ignorando-os tanto! No seu quarto silencioso e claro um oficial português pensa e recorda. [...] Passam na sua alma, agitam-na como um divino vento, toda a ternura e a doida ansiedade de sacrifício que, em frente da Morte, molda as atitudes dignas de Deus. [...] "...que eu tenho fé em Deus hei de voltar a Portugal para to agradecer... [...] E até à volta Deus olhará por nós." [...] O oficial que as lê, sem reparar nos nomes, ama os seus soldados com fervor de religião. Eles sabem-no duro, sem piedade na exaltação do seu desejo ardente. Ouvem-no falar da Dor e da Morte, com uma febre de paixão que as torna desejáveis e belas – já o viram com lágrimas um dia, – os olhos abrasados, como um padre no minuto sagrado da elevação a Deus! [...] Ele acreditou no milagre porque na sua alma, a voz longínqua da Raça disse o ato necessário. Acreditou no povo porque, além de todas as barreiras, a sua fé se encontra com o instinto que, nos simples, os preservou de intoxicações desvairantes, ódios negando o sonho, o ideal e a vida... Ele acreditou neles. E o milagre avança...³²³

Augusto Casimiro

22. Os soldados «sob o olhar de Deus»

[Soldados]... trazem nos olhos uma alma que não sabem revelar em palavras... Pós neles Deus, para que a nossa história se fizesse, as qualidades que geram mundos e os defeitos belos dos poetas e dos filhos pródigos... São vidas deambulando na aparência incerta, – em que uma grande luz eterna vigia, prenunciando assombros. Almas de milagre, corpos de terra generosa, que só Homens de eternidade podem compreender... [...] Uma luz alvoreceu, solitária e trememente, no espírito dum homem... De que fundas veias de eterna seiva ascende a força que a ilumina e a fortalece em face das tempestades cegas, das indecisas dúvidas que matam?... [...] E se o povo é de Deus e digno dum destino [...] Um milagre começará então a realizar-se no silêncio... Esses que estão além, sob os morteiros, na lama, miseráveis e belos, vivem no grande silêncio... Dão a morte ou morrem, esperando e sorrindo... No seu silêncio que não discute nem revela dúvidas, no silêncio que desconfia e estranha as palavras torpes de protesto ou desânimo,

³²² BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 58-60.

³²³ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 45-49.

– há uma alma que atravessou a História, que iluminou poemas, aventuras, vitórias, – e segue o seu caminho, irresistivelmente, sob os olhos de Deus... Para onde? Quem sabe?³²⁴

Augusto Casimiro

23. História do Sapador

– És tu Menaita? Estás mal meu rapaz? O soldado sorri. Ajeita-se mais perto do lume elevando a axila e diz-me:

– Perdi muito sangue, mas não é nada, a Senhora da Guia há de melhorar-me... a minha Prazeres pede-lhe. E depois voltando os olhos para mim, numa confiança encantadora... [...]

A noite é fria e escura, de claro só há até onde abrange a fogueira: um pedaço de caminho e um muro esburacado. Depois é a escuridão cerrada – até à franja rubra da linha de batalha, lá do lado donde vem o sol. O meu sapador tem uma alegria indefinida, num olhar que sai de olheiras escuras e grandes como duma máscara veneziana. Acomoda-se à volta do lume e estende o braço às vezes a compor a lenha que vai ardendo. Esta fogueirinha deve fazer evocar ao meu sapador coisas felizes porque no seu olhar continua uma alegria indefinida e serena. [...] Muda o seu olhar de alegria serena num olhar fatal de tristeza. Para ver se o detenho nesta queda brusca, acordo-o, dizendo:

– Então, Menaita, que temos?

– Estava a lembrar-me de coisas... há! Quando a batalha começou e que tudo ardia, estava a lembrar-me que a gente arde como lenha. Reparou que um homem assim como nós – fica como um pequeno de doze anos... um chamiço?

E o meu sapador passa no olhar uma sombra de terror que me confrange.

– É bem melhor um rosário de balas, diz o Menaita, ou uma caqueirada.

Vejo-o sossegar pouco a pouco e depois rematar:

– O meu tenente fez bem em vir para a fogueira, este luminho aquece... e o que lá vai, lá vai...

– Parece que estou ao lume na minha terra! Monologa o soldado esquecido. [...]

– Foste tu um dos que fez saltar a ponte sobre o Lys? Estava cá a lembrar-me. [...]

– Fui! E era o último. [...]

– Faz tanta pena ver cair estilhaços sobre os que já não sentem! [...]

Pergunto-lhe se lhe dói muito o ferimento.

– Não, não é nada, não é nada, diz o Menaita acenando com a mão.

Tem o olhar escuro fito na fogueira e os lábios cerrados escuros como os olhos. Contorce-se levando a mão à ferida da axila remexendo entre os pensos. Ouço-o chamar baixinho pela sua mãe e vejo um fio de sangue a descer pelo canto da boca até à orelha, a sumir-se na gola cinzenta...³²⁵

Pina de Moais

³²⁴ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 86-87.

³²⁵ MORAIS, Pina de — *Ao Parapeito*, p. 53-58.

24. Um enterro

À memória de José de Oliveira, 129 da 1.^a, José Maria Bêcho, 110 da 1.^a, e Serafim de Abreu, 506 da 1.^a, primeiros mortos do meu batalhão.

«Morteiro médio em M. 53 d. 80.65. Três mortos.» [...]

À tarde, em três macas rodadas, vamos levá-los ao cemitério, a um daqueles cemitérios de guerra postos à beira das estradas, para que o nosso espírito se não esqueça de que é mais fácil nestas paragens ganhar a cruz de pau do que a cruz de guerra.

Sáímos da trincheira e desembocamos na estrada crivada de granadas, onde a par de uma *ferme* em ruínas se eleva a capelinha intacta de uma encruzilhada. Não há canto destas estradas da Flandres onde se não eleve um calvário ou um modesto altar, à Senhora do Bom Socorro, à Senhora da Piedade...

Os condutores das macas seguem em silêncio. Um pouco adiante, uma bateria nossa, escondida atrás duma ruína, faz um fogo espaçado de regulação. A tarde é linda e o cabo nomeado para acompanhar os corpos, os mesmos da teima de manhã, conta a sua aventura e remata com o fatalismo, que tem de ser a nossa filosofia por estas bandas:

– Não calhou! [...]

Chegamos enfim ao *war cemetery*, ao cemitério de guerra. Defronte há um *estaminet*, cuja *mademoiselle* veio à porta, de súcia com alguns ingleses. Soldados portugueses dum batalhão de apoio põem-se a caminhar atrás de nós, através das ruazinhas alinhadas, floridas de cada lado de cruzeiras brancas todas iguais.

E, enquanto não chega o capelão, vamos lendo os letreiros. São soldados, bastantes oficiais. Há algumas coroas, ofertas de camaradas; e sempre a rematar os dísticos das cruzeiras a menção: «*Killed in action*». Todos os que ali estão foram-se de morte súbita, duma bala desgarrada, dum estilhaço vadio, sem verem o inimigo, sem verem o inimigo, sem saberem às mãos de quem morriam.

Para um cavaleiro à porta do cemitério. Apeia-se um oficial, o capelão de brigada, e das bolsas do arreio saca um embrulho. É uma sobrepeliz de grosso pano branco, uma estola negra toda amarfanhada, e o seu livro de orações.

As covas estão abertas, bocas hiantes de terra-mãe, esperando os filhos que regressam. E, enquanto os soldados portugueses ajoelham e se persignam e nós nos descobrimos, o padre começa a sua encomendação. Mal se lhe entende o latim e, de quando em quando, interrompe-se para cruzar as mãos e rezar a Ave-maria a que responde o coro dos soldados prosternados. No meu espírito revivem os belos versos de Deroulède:

Un liceul à moi? Pourquoi faire?

C'est bon pour qui meurt dans ses draps.

Le lit du soldat c'est la terre,

La terre rouge des combats...

O vento sacode a sobrepeliz do capelão, deixando ver as suas polainas e as suas esporas, e o murmúrio avoluma-se:

– Rogai por nós, pecadores, agora e na hora da nossa morte...

Descem sucessivamente à terra de França os corpos desses soldados de Portugal. Cada um de nós vai lançar sobre os restos informes uma mão cheia de terra. O capelão está retomando o seu aspeto militar e arrecadando o seu livro; os ingleses, coveiros daquele estranho cemitério, começam enchendo as covas a grandes pazadas. As macas já lá vão de regresso e, acendendo um cigarro, sem podermos dominar uma certa melancolia, o meu companheiro e eu regressamos às trincheiras, enquanto à nossa direita a bateria continua o seu fogo espaçado de regulação.³²⁶

André Brun

25. O último Natal da Guerra

Eu não sei bem como é nas outras províncias, mas nas Beiras e Trás-os-Montes o Natal é a festa mais íntima e mais religiosa. A ceia do dia 24 é diferente da de todos os outros dias. Faz-se o balanço de tudo quanto de emotivo, de triste ou de alegre houve durante o ano na família. Acarinha-se o futuro, repara-se o passado. Colhem-se saudades, distribuem-se esperanças. E as mães contam, quando a gente é pequenino, tomando-nos as mãos, a história bíblica do menino Jesus que nasceu naquele dia para salvar o mundo. E as mães têm olhos grandes de bondade e uma voz assim de fada. E depois beijam-nos memoriando o parto que nos fez nascer e acreditando certamente que nós também seremos salvadores.

E a gente sabe ainda hoje que o menino nasceu em Belém, que dormiu nas palhinhas e que depois vieram os reis guiados por uma estrela... E esta história trás à maternidade um simbolismo lendário, que a torna divina, uma religiosidade pura que a torna sagrada, uma grandeza tão secular que as faz rainhas, uma elevação que lhes dá altares, e um mistério tão profundo que nos faz a nós devotos. É por isso que as mães tomam as mãos dos pequeninos e nunca se cansam de lhes dizer com voz de ternura: nasceu o menino Jesus, dormiu nas palhinhas e depois vieram os reis ajoelhar... não esqueças meu filho. E a gente tem uma pena enorme que o menino não tivesse ao menos um saiotinho de lã. ...

E o último Natal na Guerra foi em 1917. O dia calmo. Um dia nublado como tantos outros na Flandres....

E sobre as trincheiras descia um silêncio a apagar a guerra. ...

Sentamo-nos pois ao parapeito. ...

Em todo o setor não há um tiro. O silêncio plana, nos também não falamos e as recordações acordam. O passado é um grande senhor que adora a solene mise-en-scène do silêncio, o seu andar abafa-se em passadeiras de veludo.....

³²⁶ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 75-79.

Eu estou alegre; se tivesse em casa decerto a minha mãe choraria ao olhar o lugar vazio que há à mesa. Muito melhor os boches! E os camaradas que se não curvam às balas, curvam-se às recordações que os fazem emudecer de recolhimento. Vamos lá dar um abanão a esta gente.

- Ó rapazes, vocês sabem? Temos logo bacalhau com batatas e azeite do autentico que veio de Portugal!

- Magnífico! Comentam os meus amigos. Enquanto vitoriamos esta novidade, um de nós abre o envelope amarelo que uma ordenança entrega.

- Lê alto essa coisa!

E o que segurava a nota lê: «Tomar todas as medidas par combate. Toda a artilharia bombardeará durante meia hora o inimigo às 17, às 19, às 21».

- Eu acho isto – declarou um oficial – uma grande grosseria para o camarada boche!

- Magnifico Natal!

Bela consoada!³²⁷

Pina de Moraes

26. Uns pobres velhos

Ladeei a casa e por uma janela sem vidros olhei para dentro... Um velho e uma velha aqueciam-se em torno de uma pobre fogão. Eles olharam e eu saudei-os. Como achava muito curiosa a permanência daquele par em semelhantes paragens, tentei travar relações com eles. *Il fait trop froid* – disse-lhes eu. Ah... *Oui Mr.!... Entrez. Entrez.*

A casa não tinha interiormente o aspeto desolado e miserável do exterior. Mostrei-lhes a minha surpresa por encontra-los naquele sitio, quase à entrada das trincheiras!... – O lugar era perigoso e qualquer dia tudo iria pelos ares...

Como vi que eram pobres, dei-lhes uma nota de cinto francos, que eles agradeceram comovidos e quase chorando. Então a velhinha num olhar velado e cheio de tristeza disse-me: «Se este lugar é perigoso!... Ainda ontem por estas horas, estávamos aqui sentados, uma granada caiu em cheio naquele palheiro; um estilhaço passou a um palmo de nós e foi cravar-se ali...» Dizendo-me isto a velha mostrava-me num armário um pedaço enorme de ferro muito enterrado na madeira, e através da janela via-se um pardieiro desfeito e arruinado onde a granada tinha caído! A velha continuou: «Este ano tínhamos ali semeado algum trigo, que o meu marido lançou à terra com os seus braços enfraquecidos e que regou com o suor da sua fronte encanecida... mas as granadas boches revolveram o campo... e este ano nada colhemos...»

A velha dizia-me isto num ar de resignada sem constrangimento. Tentando incutir-lhe coragem, ela disse-me num sorriso amargo: «As esperanças para nós já morreram!... Nós éramos muito felizes antes da guerra. Tínhamos dois filhos que eram o nosso braço, a nossa vida e o nosso amparo» – e ao dizer isto apontava os retratos de dois soldados franceses,

³²⁷ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade*, p. 85-88.

suspensos na parede – «aquele mataram-no em Verdun em 1916, este desapareceu no Somme há meses...»

E a velha chorava e soluçava numa grande manifestação de dor. O velho atçou a chama do fogareiro, enquanto as lágrimas rolavam pelas suas faces engelhadas, já que não podia atçar a chama dos afetos dos seus filhos que a guerra insaciável lhe tinha devorado!

Não tentei anima-los... A sua dor era profunda, por isso respeitei. Sai triste e acabrunhado, e durante muito tempo marchei como que sonhando, meditando naquele triste quadro, naquele alquebrado par que passava o seu tempo evocando as almas dos seus filhos mortos!

E ao pensar na solidão daqueles dois entes, eu senti regelar a minha alma, ao lembrar-me daqueles espíritos despidos e nus de afetos, senti confranger-se-me o coração...

Mas junto daquele lugar o canhão ribombava, os homens, em paroxismos de loucura e raiva, matavam-se e desfaziam-se... E o pior, ai... era que o mais sanguinário era o herói! O que mais matava era o salvador da humanidade! E o que mais ingente era na carnificina, era olhado com respeito e aclamado pelo mundo inteiro!...

Era a guerra! Era a carnificina! Era o homicídio legalizado!³²⁸

Humberto de Almeida

27. «Será tudo inútil meu Deus»

Os muros mais altos que restam ainda, mutilados, abertos, são os da igreja, ao lado do célebre Calvário... O cemitério tem os mausoléus violados, deixando ver os caixões e os esqueletos... A vegetação dos pomares e jardins cresce braviamente sobre as ruínas. E, doloroso contraste, as charruas surpreendidas pela guerra, semienterradas, ferrugentas, esperam, num espanto, com os braços no ar, súplicas, doloridas!... Como a luz diminuiu, saio do caminho, arrisco-me por entre escombros. Tudo ruínas!... Nada que esboce ou deixe adivinhar a fisionomia anterior ao drama... [...] Só as árvores de fruto seguem oferecendo suas dúvidas agora amargas e dolorosas... Depois – rosas, papoulas, rosas vermelhas, sobretudo... Porquê? Porquê? Rosas que desabrocham à boca das crateras, campas, túmulos, árvores sangrando pelas feridas frescas dos estilhaços e todas verdes ainda... Isto aqui foi uma casa. O teto caiu entre os muros, estes caíram também... Só um berço de criança aflora entre escombros... Noite. Noite... Já as metralhadoras casquinam e as balas passam, com a morte de olhos fechados, sibilando... Desço à trincheira... Vamos silenciosos. Há pouco, um dos rapazes, olhando-me pasmado, com os olhos húmidos, abanando a cabeça, disse-me somente: – Parece impossível!... E será tudo inútil, meu Deus? Os dias correrão iguais depois de tudo isto, sobre a face do tempo sempre igual?...³²⁹

Augusto Casimiro

³²⁸ ALMEIDA, Humberto de — *Memórias de um expedicionário a França*, p. 107-109.

³²⁹ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 115-116.

28. O rapaz da Fogueira

- O frio parece que arranca os dentes!

Ninguém responde – já se sabia. E, aquecendo-se o soldado relanceia os olhos sobre as brasas como se relanceiam sobre a água que vamos beber sequiosos. Desviamos as botas para não enlamearmos a cara do nosso amigo.

Acredito que é este gesto que lhe faz dizer:

- Quem sabe se eles terão carvão! Eles o inimigo.

No olhar do soldado transpareceu a piedade que lhe nadava no coração. Sem querer tinha pregado como um Nazareno. A sua humildade gigantesca tinha gemido uma legenda de Calvário. Quem perdoará a generosidade cristã com que tu morres, meu rapaz?

Olhei-o a direito e vi a sua alma nua como a baioneta com que atacaria amanhã. Este homem vivia tão perto da morte que via o outro mundo. O que os séculos tinham amontoado, sedimentado ancestralidades no seu sangue e na sua raça – tudo isto! – tinha morrido às balas e à lama.

Uma explosão violenta faz dançar o abrigo, as chamas lanceoladas apagam-se...

- A vida é para isto? A humanidade! O leite do seio das mães vai agora verter-se em sangue para dar de beber a quem? Ao meu irmão do futuro. Não o quer certamente.

Um povo inteiro, um planeta todo, não passa miseravelmente dum cordeiro da fábula!

Uma gargalhada satânica ecoa mais sinistra que a explosão. Construir um futuro morrendo? Faz da morte pedra angular dum momento! Então que se faz do sangue dos outros? Se o aproveitassem decerto não seria preciso este!!

O soldado não desviou a cabeça do fogo e a cor rubra das brasas dava-lhe uma auréola de sacrificado...

O silêncio volta, a noite continua nas escuridões, de vez em quando a mancha luarenta dos very-lights, passando-nos à porta do abrigo. O soldado acalentado pelo calor adormece, de cabeça pendida sobre o bordo do fogão onde vai clareando a cinza. E de novo os dois oficiais trocam as palavras:

- Não amanhece?!

- Ah não! Não amanhece!³³⁰

Pina de Moraes

29. «Somos Cristos desta guerra»

Vim esta madrugada, com os meus homens, trabalhar nas trincheiras. – Escrevo-te num abrigo onde passei já muitas noites, aquele defronte de duas campas floridas... Tanto sono!... E este sono indomável da madrugada que esboroa tudo! [...] Somos cristos desta guerra. As

³³⁰ MORAIS, Pina de — *O Soldado Saudade*, p. 57-58.

fadigas a toda a hora, as noites brancas, os trabalhos de noite, as esperas ansiosas, enervantes nas noites de ataque, as incertezas, os cansaços que nos vincam as rugas, a lama, a chuva, o desconforto, as balas, a morte... [...] Voltou a chuva, a lama, a miséria da trincha. E veio-me a gripe... Ando irritado, receoso de pior maleita... [...] Interessante a impressão duma bala que nos passa a um dedo e nos sopra na cara... Perdoa, perdoa... Ontem, acabava de fechar a tua carta, rompia a madrugada, – rompeu sobre nós e domínios uma orquestral diabólica, a maior que, por aqui, tenho tido a honra de escutar... O boche atacou. A terra, o ar, os nervos, os homens, eram o tumulto, o inferno... Lembro-me que, um momento, tive sombras de medo. Ah! As palavras falham, trememos agitados, como se uma corrente elétrica passasse...³³¹

Augusto Casimiro

30. A fraqueza do «capitão sem medo»

Doutra vez, em fins de agosto de 1918, em Ambleteuse, à porta do Q.G. da Base, o meu espírito vacilou miseravelmente perto de uma hora e pensei no abandono imediato da França, o que era para mim a deserção moral [o autor recusou duas licenças], o afastamento do perigo, enfim a fuga vergonhosa e definitiva! Não era a metralha alemã que me atemorizava. Isso era coisa bem pouca perante o outro perigo que me não fere nunca... porque só mata e sem remissão.

Esse perigo era o temeroso espectro da afronta e da desonra, que eu sentia vir sobre nós todos, portugueses de Lá! Este espectro, esse fantasma, via-o vir sobre mim numa marcha lenta e vagarosa, mas implacável, e não só ao meu encontro mas também ao do brio dos soldados cuja honra me estava confiada, como seu comandante que era.

A testemunha desse outro quarto de hora de fraqueza foi também só uma.

Foi o capelão do C. E. P., o dr. José do Patrocínio Dias. Mas esse foi mais do que testemunha porque foi juiz.

À porta do Q. G. da Base encontramos-nos; ele ia a entrar e eu a sair. Paramos e conversamos perto de uma hora. Por outra, eu é que falei, falei e falei muito. Desabafei, raciocinei em voz alta, expandi diante do bravo e sereno capelão todo o desespero que me ia na alma.

Afirmei-lhe que previa por todo o mês de setembro graves insubordinações, gravíssimas mesmo. Eu adivinhava-as; farejava-as pelos bivaques da infantaria esse cataclismo formidável. [...] Mas as pessoas a quem me dirigia pouco caso faziam das minhas previsões. [...]

A rajada que pairava sobre o C. E. P. era de desespero, era de revolta íntima contra tudo e contra todos. [...]

O capelão Patrocínio Dias ouviu, ouviu, ouviu, quase sempre e pouco disse, deixando correr como uma torrente irresistível e cheia de lógica tudo quanto eu dizia. Quando estava quase a acabar e, mais brando, começava a acalmar, reparei que se ele pouco me dizia, não tinha tirado os olhos da minha fisionomia e muito menos deixava de procurar o meu olhar com o seu.

³³¹ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 119.

A sua incondicional amizade não lhe permitia a menor censura, mas o seu olhar era cheio de tristeza e ansioso ao mesmo tempo pela minha decisão definitiva.

Ou fugir ou continuar!

Comecei a ver esse olhar [...], compreendi-o, senti uma vergonha enorme e repeli a fraqueza que me avassalava! [...] Eles cairiam, era quase fatal, mas eu cairia com junto desses desgraçados soldados sempre ao serviço de quantas mentiras se tinham forjado e se continuavam a forjar! [...]

Quanto a ti, capelão do C. E. P. e do 15 de Rincq, deste lugar, que eu tenho como um lugar de honra, agradeço-te, padre, o teu silêncio na hora triste e de fraqueza que tive, silêncio que para mim foi uma lição, que foi para mim um alto favor de amizade, que nunca esquecerei; para ti que és um crente, o efeito produzido por essa lição de silêncio foi talvez um milagre!

Obrigado, padre e amigo, por mim e por eles, porque, eu não caí na lama e na imundice moral e os meus soldados acabaram por ocupar, um mês depois, e mais uma vez, o lugar que em França sempre disputaram por dever e por direito! Lugar que da Infantaria Portuguesa na Flandres foi sempre o primeiro! [...]

Não há dúvida: pelo cérebro deste vosso companheiro passou durante uma hora ou mais a quase decisão de vos fugir de vez, retirando com uma licença que duplamente lhe pertencia. Vocês ficariam ao abandono e eu raspar-me-ia à francesa [...]

O jornal da Caserna dava-me então um louvor na sua ordem!

Mas em agosto, ou seja antes de três meses, o mesmo Jornal da Caserna punia-me severamente na sua ordem com uma dúvida, que era uma acusação tremenda! Tremenda e fundada.

Eles desconfiaram de mim nas horas em que eu, bem longe, a léguas, fraquejava!

Portanto, tu, padre, que és um crente, ministro duma religião e hoje príncipe da Igreja, D. José, regista o milagre de Deus!

Eu, a quem faltava talvez a formula que a tua religião impõe e de que há muito me apartei por causa de um soldado (olha que foi por causa de um soldado) também acredito em alguma coisa de superior, misto de grandeza e de humildade!

Acredito e muito no instinto supremo dos humildes, quando sofrem no seu isolamento moral em silêncio e desamparados!

Também acredito no milagre, quando ele representa o sentir de um povo forte, mas humilde e abatido!

Não só destas vezes, mas muitas mas, senti profundamente a dúvida em mim mesmo e a fraqueza assaltarem-me o espirito e quase dominar-me .

Reagia sempre, mas sofria sempre, como os outros, os soldados.³³²

Ferreira do Amaral

³³² AMARAL, J. Ferreira do — *A Mentira da Flandres*, p. 196-201.

31. «Para quê? Estes cadáveres...»

Entre despojos, sigo... Comovido? Triste?

Embrenho-me no trigo alto em que as bombas alargaram clareiras revoltas.

O abandono daqueles mortos, a miséria daqueles abrigos a realidade trágica e dolorosa daquela terra mal ferida, – o estupro daquela messe doirada, – pesam no meu coração, enchem-me de piedade... E penso, porque Deus o quer, – nos corações alemães que o orgulho e a cegueira da pátria alemã não puderam inutilizar para o Amor, e, a esta hora, em cada lar deserto, sem saber, na mais crua das expectativas, aguardam, cheios de temor e cheios de esperança, com a Morte e a Vida encarando-se tragicamente no seu coração.

Soldados desaparecidos... Sabem o que isso é?... Soldados sem túmulo, desfeitos ou abandonados, de quem as listas dos mortos ou prisioneiros calam os nomes, e que nem são bem chorados nem aguardados bem... Mortos vivos, fantasmas... [...]

[O autor encontra um postal alemão em que lê:] "Meu querido... a tua mãe..." "O meu coração domina a guerra, passa além do que me cerca e olho em mim como num deserto...

Para quê? Estes cadáveres múmias, este abandono, esta terra dorida, estas dores, Senhor?...

E a mágoa da vida mutilada, vendida a ódios inúteis e às mentiras que envalam os sonhos violentos das raças, – chora no meu coração... Para quê? Para quê?...

Tem o homem assim de expiar a loucura criminosa das suas vaidades? Pois Deus consente que, no espírito humano, um culto egoísta e brutal duma Pátria levante, sobre bases de violência, tão disformes construções para afronta da vida, sofrimento do mundo e punição final dos que as erguem sobre os seus corações obcecados, congestionados, esquecidos de Deus?

Que calvários rudes nos faz Deus subir para que a Vida vença e a Sua lei domine!... [...]

E eu sofro, no meu coração de soldado de Deus, as dores dos meus inimigos sob o flagelo dos seus próprios crimes. Poderá sua dor redimi-los?

Mas o canhão soa, nas baterias, por trás de mim... [...]

E ao meio da messe enorme onde ficam os cadáveres dormindo, – ergo-me à aleluia da vitória próxima, adivinho a primavera nova, sei que os homens se purificam dos seus crimes, magoados dos seus arrependimentos. E que as sendas da Vida até hoje ásperas de egoísmos, secas de piedade, passarão um dia sob os arcos floridos, para levar os homens, mais amoráveis e mais puros, a uma ventura mais segura e melhor...

Olho a morte impassível e frio... porque uma razão suprema fala mais alto que todo o enternecimento ou revolta da hora, – e respiro fundo, bárbaro renascido, maxilares contraídos, olhar duro, – ansiando a hora em que, de novo, serei a par da morte lutando sob a sua perpétua ameaça, levando-a pela minha mão...

Locon, 30 de Agosto, 1918.³³³

³³³ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 91-94.

32. Rezar na tenda ou no abrigo

Acampamento. Ao longo dos arruamentos mal se distingue as tendas camufladas... Os homens conversam, riem, há gargalhadas altas...

À porta da minha barraca juntam-se camaradas... Depois, lentas, arrastando-se, as notas do Silêncio ficam, demoram-se no ar...

E o silêncio, aos poucos, abre as asas morosas, largas, afogando os ruídos, sufocando os sons, como a sombra as formas...

O silêncio e a sombra penetram-se, possuem-se, casam-se, são o encontro da noite... Dir-se-ia ouvir-se o remontar da seiva nos troncos peçados de frutos...

Na minha tenda, enquanto fora falam, na sombra, – na minha tenda em que a luz se encontra prisioneira, – escrevo, rezo...

Sobre o dia morto ergo a alegria duma oração ou de um verso.

Escrevo ao meu Amor, sirvo Deus ou modelo a argila suave os meus ritmos.

O tempo vai, rio de águas serenas, entre margens brandas...

Súbito alguém me chama. É o alerta dos aviões boches no céu atônito." [...] [Depois do bombardeamento na página 75 o autor conclui] "Aparam-se no céu os clarões imóveis. Cerram-se, na roda do horizonte, as pupilas ígneas... As estrelas renascem, o luar revive... E as coisas, sonâmbulas, voltam a ouvir de novo as canções das estrelas." 15-7-918.³³⁴

Augusto Casimiro

33. A «terra imortal»

As flores de trincheira são irmãs das flores de cemitério. Dizem o mesmo protesto da Vida contra a Morte, clamam como elas que a Terra não morre e dará amanhã aos que vierem as mesmas bênçãos que dava ontem aos que se foram. A Terra imortal dá-nos a maior lição de humildade. Todos quanto somos, por maiores e melhores que a nossa vaidade nos faça supor que podemos ser, mirando a grande mortalha florida que cobre tantos mortos, temos de pensar fatalmente na nossa pequenez, de cismar que, se uma bala ou um estilhaço nos matar, a Vida não parará por isso e não deixarão de romper pelos campos fora os cânticos eternos: pequenas flores frágeis e delicadas que um sopro desfaz, fartos campos de pão que cada ano se renovam, árvores a cuja sombra as gerações sucessivas se sentam. [...]

A terra é a grande amiga do soldado. Nas horas em que cismamos no nosso isolamento, no nosso possível destino, é da terra que pisamos que nos vem a confiança. É ela que nos diz nas suas mil vozes mudas que a Violência é inútil, que amanhã será um grande dia, que os cataclismos passam e a Vida se perpetua. [...] Hoje é campo de batalha, amanhã será recanto

³³⁴ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 71-72.

de merenda. Nos momentos de horror encolhe as suas flores, como nós crispamos os nossos sorrisos; nas horas de sossego elas reaparecem, balouçam-se ao vento, tal como na nossa face se espelha a nossa inconsciente resignação ou a nossa egoísta felicidade de viver ainda.

Vendo que estamos por aqui isolados, procura distrair-nos. Chama os seus pássaros para que contem na folhagem, salpica de insetos a suas águas paradas, agita a rama das suas árvores, cobre as ruínas das apoteoses teatrais dos seus pores-de-sol. De noite divide o luar em inverosímeis efeitos, acumula as suas mais estranhas fantasmagorias e, quando nos podíamos supor sozinhos, a Terra diz-nos: – «Estou aqui, tal como era há cinquenta anos, tal como serei daqui a três séculos.» Só ela nos afirma que este inferno não definitivo, que um dia se voltará a tudo quanto vimos e quanto conhecemos. Tem para nós aquele amistoso conforto que nos fornece a experiência. A terra é um amigo muito velho. Só o que ela tem visto! E, quando a nossa pequenez se assombra, ela diz-nos: – «Deixem lá! Estou farta de assistir a estas cousas e cá estou ainda.» Que leva a guerra afinal?³³⁵

André Brun

34. «No silêncio do meu quarto»

No silêncio do meu quarto passa a Vida toda. Um mistério desce e a sua tentação vence o meu cansaço, bate às portas da minha Alma eterna. Fico, de olhos abertos para o vago, escutando em mim. E da minha vida, dos momentos em que o meu sentir e a tragédia se encontram, do apostolado a que me dei, das lutas que venci, das colheitas de orgulho e das lágrimas não choradas, da dor dos meus, do sacrifício grande em que ela foi a Senhora da Dores, dos calvários que eram a cegueira, o egoísmo ou a traição de tantos [...] (a morte que não veio porque Deus me conhece) [...].

Revejo as feridas sangrentas, as horas de cemitério depois dos ataques, as raivas primevas, os pânicos que a alma não doma. Os cadáveres despedaçados, a terra desfigurada, os arrancados aos túmulos e os corações aos peitos... A vontade nobre dominando o egoísmo, a Alma procurando a Morte e reprimindo os alarmes da carne... E a grande alvorada cresce, vem, leva-me no seu voo eterno, e sou transparência, alma de aurora, alma somente... O meu orgulho é diante de mim como uma criancinha. Esqueço as minhas misérias. Perco-me na minha inocência. Renasço. Vivo. E Ela, a Senhora das Dores, com o meu filho no regaço puro, sorri e chora, perdoa... Assim foram os soluços, num choro desfeito, que me embalaram, que me adormeceram, na primeira noite da Paz.³³⁶

Augusto Casimiro

³³⁵ BRUN, André — *A Malta das Trincheiras*, p. 161-163.

³³⁶ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 166-168.

35. A Oração das Trincheiras

Senhor Deus da minha terra e dos nossos destinos! Tu quiseste dar-nos a glória deste Calvário, nestas planícies tristes. Aqui tua mão nos trouxe, para redenção nossa, por espinhosos caminhos, sob a grita desvairada dos infieis...

Aqui, sob os teus olhos divinos, sofremos e calámos – rezamos saudades e lágrima, heroísmos ou desalentos. Expiámos todos os pecados. Sentimos a tua presença eterna. A tua presença junto da Morte que era connosco também...

Sofremos das nossas misérias rebeldes e do horror a que nos habituámos. Fomos humildes até rasar na lama, e dêmo-nos tanto que éramos nós, Senhor, quem invocava a Morte para Ela nos tomar...

Choramos sangue pelas feridas e pelos olhos. Nas cavernas miseráveis, nas húmidas tocas geladas, sem dizer o teu nome, – sentimos-te velando-nos.

Tu sabes, Senhor, como além de todo o sofrimento, nos alanceou a alma a ausência amorosa dos do nosso sangue, o ódio a que nos votaram as ofensas que nos cuspiram no rosto... Chamaram-nos vítimas porque éramos a oferta silenciosa. Ignoraram-nos, deram-nos a afronta de nos lastimar. A nós que éramos da tua falange, Senhor, e, sem o sabermos, sofríamos na certeza pura de que as dores e o martírio nosso haviam de ser o teu sorriso e a nossa redenção. Ao redor de mim, sob os teus olhos puros, o grande campo é um evangelho aberto. Há cruces em cada página que a tua mão divina ergueu. Além, numa noite de luar pálido, dormindo, a fronte sob o parapeito frio, estava uma sentinela morta.

No silêncio da noite dormia, de pé, gelado, vigiando ainda. Adiante, desfeitos e purpúreos, caíram alguns dos teus soldados.

Cada palmo de terra beijou-o o nosso sangue. As nossas saudades entristecem ainda a paisagem nevoenta. Os nossos passos marcam na terra encharcada as estações do calvário... Tu sabes as alegrias e as dores, os triunfos e as lágrimas dos nossos dias grandes. E ouviste, Senhor, palavras que soavam aqui como cânticos em louvor da terra bem amada e em teu louvor. Por ti e por Ela, para tua glória e seu esplendor, sofremos e cantamos, morreram tantos e choramos todos. O nosso coração pulsa nesta terra desfeita...

– Senhor Deus de Portugal, atende-nos! Vamos regressar à Pátria do nosso Amor, tão tristes!... Tu conheces a esperança que nos balsamizou as dores... Era o Sonho lindo duma Pátria conciliada, todas as almas recolhida num pensamento nobre, o nosso Amor a uni-las, e a nossa Morte, num luto altivo e puro.

Para que as armas fratricidas se quebrassem nas mãos ensanguentadas... E o ódio se calasse... E comungassem todos o mesmo alto desejo, num Amor igual... E a terra fosse amada e possuída, e florisse em tesouros, pão para todas as bocas, flores para todas as almas.

E os corações, fraternamente purificados e claros, entrassem, cantando, na grande casa familiar mais farta e ampla. Para que vivessem a nossa dor, os resgatasse o nosso calvário, os regozijassem a nossa Vitória...

E tu sabes, Senhor, só tu podes medir com tuas lágrimas, – até onde foi a nossa desilusão dorida e o desvairo mau da terra do nosso Amor. O Pão Amargo que da Pátria nos veio! Sabiam lá!... Porque não fizeste um milagre? A nossa expiação deve ir mais longe ainda? Mais revoltas, mais ódios, mais sangue? Passamos fome de Amor, Senhor Deus! Não teve-os conosco a presença viva da nossa Pátria. Porque os abandonaste, assim no seu desvairo? Pois terá sido tudo inútil, Senhor?... E estes irmãos que ficam dormindo nas campinas da Flandres, os corpos mutilados, as ilusões sangrentas, – pois será tudo em vão?

A Vitória bela mal consolada os teus filhos. Um travor nos limita a alegria sem nome que há de consolar o Mundo através das idades. Vamos regressar à Pátria tristes, como vencidos... – Porque o quiseste assim?

– Pelos nossos cantos caminhando à Morte, pelos nossos silêncios e pelas nossas lágrimas, pelo Amor dos nossos e pelo Teu Amor, – pelos heróis e pelos mortos, pelos sonhos que se fizeram realidade e pela ilusões que choram, pela tristeza da minha Pátria crucificada no ódio dos seus filhos fraticidas, pela Vida, pela Morte, pela eternidade, – Senhor Deus, atende-nos!...

O meu coração é puro e viu a Morte. Pela Pátria e por ti esqueci os meus. Dei-me, ceguinho, todo... Tu sabes, Senhor... Não demores a aleluia da paz para a minha terra dolorosa. Desperta as almas, alumia os espíritos, purifica as mãos tingidas de sangue fraterno. Quando começa a boa sementeira? Dá aos filhos dos que sofreram para tua glória a alegria duma Pátria purificada e salva. Não nos deixe morrer na amargura desta desilusão amarga... Olha a alegria que vai pelo mundo vitorioso? Nascem flores sobre as campas dos guerreiros, há rosas brancas nos crepes das viúvas, lágrimas como flores nos olhos doces das mães... Levam-se os lutos como títulos de nobreza. O grande canto vai pela terra fora... E nesse canto preparam-se as forças para os novos combates generosos que vão erguer um mundo melhor.

Senhor Deus, vela por Portugal e salva-nos! Desperta cada alma, bate a cada porta cerrada, dá luz aos cegos, põe flores nos corações mirrados... Dulcifica o arrependimento e serena os remorsos dos que contra ti pecaram... E que os homens do teu Amor, numa Pátria remida, comecem a tarefa augusta dando-se puramente as mãos. Pelos nossos mortos, pelos nossos sonhos, pelo teu Amor!... Ámen!

1918–Novembro³³⁷

Augusto Casimiro

36. Oração Lusíada

A Sousa Lopes, Pintor da Grande Guerra, alma formosa e iluminada, lembrando a nossa camaradagem de primeiras linhas, balbuciando mal a grata devoção de todos nós, soldados!

– Senhor Santo Nuno Alvares; Senhor Conde de Avranches; Cavaleiros da minha terra antiga, senhores da minha prosápia, do meu amor e do meu sonho; eremitas e guerreiros,

³³⁷ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 199-204.

navegadores e aventureiros, poetas e santos; Senhor Dom Pedro, que bem amaste; Senhor Dom Mestre de Cristo; enamorado das ondas em tua ermida no Sacro Promontório; Senhor Dom João de Castro da Índia; Todos os santos, todos os heróis, todas as almas de eternidade e fé lusíada, – Concedei-me a fé de cavaleiro tão rara nestes tempos tristes, exaltai em mim o amor da minha Pátria e dos meus atos belos, a ousadia que tudo empreende, o orgulho que a tudo resiste, a cólera que não perdoa, a divina sede de admirar amando... – Troféus eternos das grandes batalhas lusas: Lanças dos atoleiros, elmos de Aljubarrota! Ecos remotos, esquecidos fragores: São Tiago! S. Jorge! Anta Maria Vale! Gritos de eternidade, almas aureolando em vida imortal o estertor das vidas: – «Eh! Fartar, vilanagem!» «Morrer! Mas devagar!»

Tempestades heroicas, relâmpagos, incêndios! – Dai-me a virtude, o alado alor que em vós dorme, como o clarão no rochedo, a torrente no seio da terra e no regaço da nuvem o raio que fulmina. – Mortos! Mortos de Portugal, daquém e além-mar, fontes divinas, – mortos, vidas eternas; Túmulos de toda a terra e de todos os mares, (silêncio, silêncio!...) dissei vossos mandatos no meu sangue! Esculturas esforços harmoniosos estuando amor da Pátria, consciência de destinos, alumizados de Deus...; – Vendo tão cansado, trago tão dorida a alma!... Julguei ouvir, na minha fé, a voz do céu impondo o melhor caminho.

Rezei à minha Pátria, invoquei os Maiores, – ofereci-lhes a minha vida, cingi a espada... E desci à liça. Eu lutei e bati-me. E chorei e sofri! No meu escudo três palavras somente: Deus. Pátria: O meu Amor. Mas, do meu sangue, muitos, não souberam ler o meu escudo. Foram inimigos meus.

Gente da minha raça esqueceu-me, perdida em vãs contendidas. Vi tombar companheiros meus, em lama inglória e miserável, outros envoltos na inglória púnica do seu sangue. Defrontei a amargura e a noite. Vi o meu sonho crucificado numa dúvida... E à fome de amor, foi-se estiolando, eu vi pender a alta flor da minha alma, aquela que perdura e vinga, se a afaga o amor dum povo inteiro... Fui quase sozinho... O meu orgulho expiou, doloroso e magoado, os pecados alheios...

– Senhor Deus da minha Pátria e dos Mundos! A tua Hora gloriosa vejo-a vir entre incêndios... Como uma primavera! A minha fé alarma, num fremir de asas, meu coração inquieto. Olho as ruínas, os ódios, as mortes infames, o túmulo das sombras na minha terra desvairada. E aqui ruínas inglórias, dramas, misérias, um naufrágio!... Volto ao combate, embora! É o supremo combate! Queremos que a minha Pátria comungue o pão da vitória no banquete a que não soube, toda e imensa, vir... E resgate mil crimes, alumie mil desalentos, varra seus desatinos... Vêm comigo, eu venho com os que por ti sofreram. Coroado de morte, de heroísmo e nobre orgulho... Os de Neuve-Chapelle e Lacouture, os da África e de toda a Flandres... Os vivos e os mortos, todos!... Aqui estamos numa oferta ardente. Somos poucos demais?

Senhor Deus da minha Pátria e dos Mundos; Senhor Santo Nuno Álvares, Senhor Conde de Avranches, Cavaleiros da minha terra antiga, senhores da minha prosápia, do meu amor e do meu sonho; eremitas e guerreiros; navegadores e aventureiros, poetas e santos; Mortos de Portugal! Dai-me a força indomável e ardente, a fé que misérias não quebram, a vontade que cinge os astros e ergue milagres... E o Amor da Morte, – esse poder da eternidade! Deixai, nesta

hora suprema do mundo, que os derradeiros condestáveis salvem a derradeira honra de Portugal! Flandres, 30 de Dezembro de 1918.³³⁸

Augusto Casimiro

37. Algumas notas do “diário” do alferes Turíbio

Augusto Casimiro apresenta o seu camarada de trincheira, o jovem Turíbio:

O meu jovem camarada Turíbio, vinte e três anos de idade, nove meses de trincheira, (um total de quarente anos para desconto dos seus pecados e na divina conta de Deus como candidato ao Céu), – nunca esperou, antes da nossa guerra, ser soldado e muito menos vir à Flandres.³³⁹

Como o jovem Turíbio toma consciência de ser uma criatura histórica:

Começo aqui a minha história. Porque de resto, é também por este tempo que começa a História. Parece que depois disto as coisas hão de ser diferentes, todas as coisas, os homens, as almas, os alferes... Eu devia já ter escrito muita coisa. De tanta coisa que vi! Só agora me decido porém, porque só agora começo a considerar-me uma criatura histórica. [...] O que me importa é nestas horas lázaras, sem trabalho, brancas e enormes, – matar o tédio, enganar esta pena que tenho de não estar já, de novo, rijo e pronto para outra... Deus me livre de literaturas... Gosto de ler, Tenho mesmo muito gosto em ler certos livros, sei medir versos até sete e já fiz um soneto de catorze versos e meio. [...] Eu Turíbio escrevo porque me deu para escrever. Porque estou muito aborrecido. E uma convalescença, longe da rapaziada e da linha, é a pior coisa que Nosso Senhor inventou para um Soldado em Campanha. Escrevo porque estou na Base...³⁴⁰

Como o senhor alferes se convence que o homem é um «desafinado realejo de má música»:

Vim para a guerra porque quis e porque me mandaram. Mas eu quis vir muito antes que se lembrassem de mim. Quis vir, é verdade. Deus me livre de concluir que sou muito valente, por isso. Valente como se pode ser... Quantas e quantas vezes, a sós comigo, sem que ninguém me visse, me convenci não passava de um parlapatão?... [...] Sou novo mas convenci-me já de que o homem é um desafinado realejo de má música em que só Deus pode fazer soar uma ária em termos... [...] Tive uma grande alegria ao embarcar para França, outra ao pôr o pé na

³³⁸ CASIMIRO, Augusto — *Calvários da Flandres*, p. 113-117.

³³⁹ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 147.

³⁴⁰ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 147.

trincheira, e um grande susto por ocasião do primeiro bombardeamento. [...] Do boche penso que não vale a pena ter muita confiança nele [...] De modo que lhe chamo *Kamarada* e mano; o trato bem se prisioneiro, e desconfio dele como do *corned beef* de Chicago...³⁴¹

Notícias de Portugal: o alferes Turíbio com «ideias doidas de desertar para outra nacionalidade»:

Às vezes, as notícias de Portugal, os venenos que os jornais nos trazem, as impressões dos rapazes que regressam terminada a licença, dão-me umas ideias doidas de desertar para outra nacionalidade ou acabar isto e ir, na alegria da vitória – ajustar lá em baixo, uma velhas contas, por aquilo direitinho... [...] O nosso pior inimigo está em Portugal, e julga ser português. [...] Esta gente de Portugal dá-me a impressão dum doente maluco, a quem o médico quer salvar à força. Mandou-nos à guerra e deixou-se ficar... E, se lhe não vestem um colete de forças, deita os remédios fora, bate no assistente e ainda por cima lhe chama ladrão. O tenente N... dizia-me também, depois de termos ambos, calorosamente, vingado o CEP. de o deixarem sem cartas quinze dias, – que não há nação alguma no mundo com mais cortiça no arcaboço do que Portugal. Não há maneira de ir ao fundo. É ver a maneira como conseguimos aqui vir.³⁴²

As convicções do jovem Turíbio:

Eu, alferes Turíbio, escolar de Coimbra e miliciano, estou na guerra, trago um estilhaço embalsamado na minha perna direita, ando aqui correndo a uma morte provável, mas estou convencido de que a vitória será nossa, mesmo através das traições de todos os bandidos do mundo.

Creio no futuro de Portugal, adoro a minha Pátria e nunca paguei um centavo de quotas para um centro político. Sinto-me apenas para uma certa queda para o absolutismo dos tempos de Avis, – estou convencido mesmo de que qualquer manha ou receita política é sempre razoável desde que passe despercebida e seja indiferente ao povo que ama a sua pátria, trabalha, serneia, recolhe e não discute. Tenho vinte e três anos de idade e gozo excelente saúde...³⁴³

Os primos do senhor alferes:

O meu primo Gregório, sócio dum centro cujo nome não lembro, revolucionário civil em perspectiva e antimilitarista avariado, com muito mercúrio nas veias doentes, – ficou em Portugal, tem feito trocadilhos infames com as três letras honradas do CEP – difunde por lá péssimas novas a nosso respeito, e está convencido de que o camarada alemão tem por nós atenções que

³⁴¹ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 152-153.

³⁴² CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 156-157.

³⁴³ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 158-159.

o consolam, a ele, Gregório. Há de tentar um dia salvar a pátria por meio duma revolução e assassinar alguns portugueses, seus irmãos. [...]

O meu primo Anastácio não tem opiniões, não sabe o que diz, – chama assassinos aos democráticos, ladrões aos republicanos, todos bandalhos aos que não têm a sua opinião.

E o meu primo Custódio, republicano, oficial do registo civil e ex-aluno de S. Fiel, – é livre-pensador, insulta os padres, e declara os que não pensam como ele uma cambada de ladrões...

Estes são os meus primos, os únicos parentes que tenho na terra e sabem ler e escrever. Que os meus irmãos andam, todos, aqui, na França, oficiais ou soldados, combatendo comigo, a ver se, mesmo à força, se salva Portugal... E os de Portugal, com honrosas e carinhosas exceções, nunca saberão deste livro porque não sabem, felizmente, ler.³⁴⁴

Peripécias de uma licença a Portugal. Como o jovem Turíbio é persuadido a tomar parte numa revolução e como é considerado caso perdido para a República:

Cá estou na Terrinha... [...] Encontrei hoje o meu primo Januário que me perguntou se eu tinha morrido... Garanti que não. E inquiriu quantas vezes, ao menos, tinha sido ferido. Garanti que nenhuma... Ficou desiludido, roubado... Por fim, Primo Januário disse-me pimponamente, que eu trazia uma excelente cara e que, com efeito, aquilo da França era uma treta. Não puxei as orelhas ao meu primo Januário.

Primo Gregório veio ver-me. Garantiu à minha indignação que os portugueses e ingleses se davam como o cão e o gato, devíamos gozar infinitamente na França e éramos uns felizes... Em segredo comunicou-me, com satisfação, que os nossos soldados passavam fome na Flandres e o boche nos tratava com especial consideração... Gritei «gás alarme!» e pus na rua Primo Gregório, aos encontrões...

Primo Anastácio soube da minha chegada e veio pedir-me «qualquer lembrancinha da guerra...». Ofereceu-me o peso político dum amigo para me reter em Portugal até à Paz, fez o elogio da Alemanha e todo o possível para que eu concordasse com ele. Convidou-me para uma revolução. Fiz SOS de vassouras e corri com Primo Anastácio, indignadamente.

Encontrei meu Primo Custódio à porta do Centro de que é sócio e coluna. Falámos. Ele inquiriu se era verdadeira a fábula dum Cristo intacto ao meio das nossas trincheiras. Respondi que sim e comuniquei-lhe que mandava rezar uma missa por alma dos meus camaradas mortos em combate... Custódio olhou-me com um olhar desiludido e furibundo, julgou-me perdido para a República e abalou, – Graças a Deus...³⁴⁵

³⁴⁴ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 159-160.

³⁴⁵ CASIMIRO, Augusto — *Nas Trincheiras da Flandres*, p. 174-176.

